

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL

Ficha Técnica

Título – Relatório de Atividades 2021 da DGRDN

Data de finalização – março 2022

Coordenação – Divisão de Gestão de Recursos
Humanos e Apoio/ Area dos Instrumentos de Gestão

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira, 1

1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3028500 Fax: (21)3027221

E-mail: dgrdn@defesa.pt

URL: <http://www.portugal.gov.pt>

Índice

Sumário Executivo	5
Missão, Visão e Valores	8
Quadro 1 - Quadro de Avaliação e Responsabilidade - QUAR 2021	9
Procedimentos para elaboração do Relatório de Atividades e Relatório de Autoavaliação.....	12
Glossário*	12
Nota Introdutória do Relatório de Autoavaliação.....	16
Estrutura orgânica da DGRDN.....	17
Metodologia adotada.....	22
Autoavaliação.....	23
Resultados alcançados e desvios verificados.....	23
Objetivos Operacionais	23
Avaliação Global do Grau do Cumprimento dos Objetivos Operacionais	25
Descrição da Concretização dos Objetivos Operacionais.....	25
Gráficos com o grau de concretização por parâmetros.....	36
Recursos Humanos da DGRDN	37
RH - Planeados, executados e desvios.....	40
Análise da produtividade.....	41
Recursos Financeiros	41
Análise “Custo-Eficácia”	44
Sistema de Controlo Interno (SCI).....	44
Audição Externa e Interna.....	50
Inquéritos internos.....	50
Inquéritos externos.....	52
Balanço Social	55
Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho.....	57
Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação.	58

<i>Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação.</i>	58
<i>Avaliação dos Objetivos Operacionais complementares das Unidades Orgânicas</i>	59
<i>LISTAGEM SÍNTESE DE PROGRAMAS E AÇÕES.....</i>	94
<i>Atividades executadas (resultados)</i>	101

Anexos	255
---------------------	------------

Anexo I - Execução orçamental 2021

Anexo II - Siglas/Acrónimos/Abreviaturas

Anexo III - Balanço Social 2021

Sumario Executivo

O Relatório de Atividades e de Autoavaliação que ora se apresenta tem como objetivo expor a atividade anual desenvolvida pela Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) em cumprimento da sua missão e no quadro das orientações que lhe foram estabelecidas, consubstanciando-se num documento centrado na autoavaliação e na prestação de contas.

Neste contexto, o presente instrumento de gestão pretende dar cumprimento às diretrizes constantes na legislação relativa ao Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e tem como desiderato expor as atividades desenvolvidas pela DGRDN e divulgar os resultados alcançados ao longo do ciclo de gestão de 2021 que ficou assinalado pela renovação da liderança, num ano, atípico, ainda fortemente marcado pela situação epidemiológica provocada pela COVID-19, e pela generalidade dos trabalhadores em regime de teletrabalho.

O presente documento foi elaborado a partir dos contributos de todas as Unidades Orgânicas (UO) da DGRDN, da equipa multidisciplinar e demais serviços tendo por base a estratégia de desenvolvimento de um Relatório de Atividades integrado e participado. Para este efeito, os Objetivos Operacionais definidos para este ciclo de gestão foram alvo de acompanhamento da sua execução e evolução em colaboração com cada UO, tendo havido lugar à sua revisão e ajustamento a cada quadrimestre do ano.

Apesar das adversidades, mas tendo em conta os objetivos estratégicos definidos para 2021, a DGRDN procurou, contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas, investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, tal como investiu no planeamento e execução dos processos que lhe são inerentes (vd. Objetivos Estratégicos/OE 1). Insistiu, igualmente, na aposta de reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos (vd. OE2) e procurou promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do sistema (OE3).

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)													
Objetivos Estratégicos (OE)	Objetivos operacionais (OOP)												
	Peso Parametros	Peso Obj nos parametros	Peso Indicadores	META 2021	Tolerância	Valor critico	Resultados	Taxa realização do Indicador	Classificação	Grau realização do OOP	Taxa execução parametros	Execução pes o parametro	Taxa de Realização
Eficácia	OE1. Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes. OE2. Reforçar a eficiência e a eficácia da Gestão de Recursos Humanos. OE3 - Promover a permanente comunicação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.												
	OOP1 - (OE2) -Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos												
	50%												120%
Eficácia	Ind.1 - Índice de satisfação com as palestras/ações de formação efetuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos, medido numa escala de 1 a 5												
	15%	30%	4	0,3	4,5	4,43	121,50%	Superou	110%	16,40%			
Ind.2 - Número de palestras/ações de formação efetuadas sobre o novo regulamento de Incentivos													
Eficácia	OOP2 - (OE3) - Continuar a apoiar os deficientes militares através do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares.												
	50%												100%
Eficácia	Ind.3 - Elaboração (em dias) do Relatório de Avaliação da atividade desenvolvida nos cinco anos da sua existência.												
		100%	181	20	151	180	100,00%	Atingiu					
Eficácia	OOP3 - (OE2) Promover a participação dos trabalhadores na gestão dos serviços.												
	17%												121%
	Ind.4 - Taxa de resposta ao questionário de satisfação interno.												
		100%	25%	5%	37%	35%	120,83%	Superou					
	OOP4 - (OE2) Garantir a frequência em ações de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho.												
	17%												0%
	Ind.5 - Número de trabalhadores abrangidos/enviados a ações de formação/sensibilização em matérias relacionadas com a segurança/saúde no trabalho.												
		100%	5	3	10	0	0,00%	Não atingiu					
	OOP5 - (OE2) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.												
	17%												125%
Eficácia	Ind.6 - Percentagem de requerimentos autorizados, relativos à organização do tempo de trabalho, que cumprem os requisitos legais e visem a conciliação profissional, familiar e pessoal.												
	65%	100%	75%	5%	100%	100%	125,00%	Superou	102%	66,29%			
	OOP6 - (OE2) Apoiar o gabinete de Igualdade do Ministério da Defesa Nacional												
	15%												135%
	Ind.7 - Número de reuniões de acompanhamento realizadas/participadas.												
		100%	4	2	7	12	135,00%	Superou					
	OOP7 - (OE2) Assegurar a participação em ações de formação profissional, no âmbito de valorização pessoal/profissional com vista ao incentivo à motivação no trabalho.												
	17%												100%
	Ind.8 - Execução do orçamento reservado à formação profissional durante o ano.												
		100%	90%	5%	100%	87%	100,00%	Atingiu					
Eficácia	OOP8 - (OE2) Desmaterializar o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei 49/2009, de 5 de agosto, conforme medida SIMPLEX n.º 61 de 2018.												
	17%												135%
Eficácia	Ind.9 - Percentagem global de execução do projeto.												
		100%	50%	5%	68%	100%	135,00%	Superou					
Qualidade	OOP9 - (OE1) Avaliar a qualidade do serviço prestado pela DGRDN na emissão das licenças e os certificados inerentes a transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.												
	36%												105%
	Ind.10 - Nível de satisfação dos Stakeholders que solicitaram emissão de licenças e certificados.												
		100%	3,9%	0	4,9%	4,1%	105,00%	Superou					
	OOP10 - (OE1) Garantir um desempenho com altos índices de qualidade da Catalogação Nacional.												
	20%												100%
Ind.11 - Número médio de dias de resposta aos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, que se encontrem dentro dos prazos temporais definidos pelo Comité OTAN AC/135, igual ou inferior a 7.													
	100%	7	2	5	7	100,00%	Atingiu	112%	21,93%				
OOP11 - (OE1) Potenciar a realização de auditorias de Ambiente e Qualidade por parte da DGRDN.													
32%												132%	
Ind.12 - % de execução do plano de auditorias AQAP.													
	75%	70%	5%	93%	100%	132,61%	Superou						
Ind.13 - N.º de auditorias de ambiente a unidades da Defesa certificada													
	25%	2	1	4	2	100,00%	Atingiu						

Considerando o planeamento estabelecido, através da concretização das atividades previstas nos 25 programas, bem como, as respostas às ações/projetos não previstos de carácter extraordinário, os resultados apresentados só foram possíveis de alcançar pelo incansável contributo de cada uma das unidades orgânicas, como resulta do respetivo relatório de autoavaliação, que faz parte integrante do presente documento.

Lisboa, 10 janeiro de 2023

Vasco Hilário

Vasco Manuel

Dias Costa

Hilário

Diretor-Geral

Assinado de forma
digital por Vasco Manuel
Dias Costa Hilário
Dados: 2023.01.10
17:04:59 Z

Missão, Visão e Valores

MISSÃO

A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional.

VISÃO

A DGRDN regula-se por um código de conduta organizacional assente em valores institucionais que têm em vista melhorar a eficiência e eficácia dos serviços prestados, ser uma estrutura profissional e atuante. Constitui-se ainda como um serviço de excelência da Administração Pública na preparação e execução da política superiormente determinada no que respeita aos recursos humanos, armamento, equipamento, património e infraestruturas da defesa.

VALORES

Competência
Qualidade
Responsabilidade
Ética
Compromisso
Excelência
Renovação
Transparência

Quadro 1 - Quadro de Avaliação e Responsabilidade - QUAR 2021

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2021

ANO:2021

Ministério da Defesa Nacional - Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

MISSÃO: A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessárias à defesa nacional.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2021	TAXA REALIZAÇÃO
OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.		
OE2 - Reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos.		
OE3 - Promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.		

Eficácia Peso no PARAMETRO 15%

OOP1 - (OE2) Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos. Peso: 50%
Peso no QUAR: 7,5%

INDICADORES	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.1 - Índice de satisfação com as palestras/ ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos, medido numa escala de 1 a 5.	4	4	0,3	4,5	30%		4,43	121,50%	Superou
Ind.2 - Número de palestras/ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos.	8	30	2	40	70%		37	117,50%	Superou

OOP2 - (OE3) Continuar a apoiar os deficientes militares através do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares. Peso: 50%
Peso no QUAR: 7,5%

INDICADORES	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.3 - Elaboração (em dias) do Relatório de Avaliação da atividade desenvolvida nos cinco anos da sua existência.	NA	181	20	151	100%		180	100,00%	Atingiu

Eficiência Peso no PARAMETRO 65%

OOP3 - (OE2) Promover a participação dos trabalhadores na gestão dos serviços. Peso: 17%
Peso no QUAR: 11,05%

INDICADORES	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.4 - Taxa de resposta ao questionário de satisfação interno	NA	25%	5%	37%	100%		35%	120,83%	Superou

OOP4 - (OE2) Garantir a frequência em ações de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho. Peso: 17%
Peso no QUAR: 11,05%

INDICADORES	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.5 - Número de trabalhadores abrangidos/enviados a ações de formação/sensibilização em matérias relacionadas com a segurança/saúde no trabalho.	4	5	3	10	100%		0	0,00%	Não atingiu

OOP5 - (OE2) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal. Peso: 17%
Peso no QUAR: 11,05%

INDICADORES	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.6 - Percentagem de requerimentos autorizados, relativos à organização do tempo de trabalho, que cumprem os requisitos legais e visem a conciliação profissional, familiar e pessoal	75%	75%	5%	100%	100%		100%	125,00%	Superou

OOP6 - (OE2) Apoiar o Gabinete de Igualdade do Ministério da Defesa Nacional. Peso: 15%
Peso no QUAR: 9,75%

INDICADORES	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.7 - Número de reuniões de acompanhamento realizadas/participadas.	3	4	2	7	100%		12	135,00%	Superou

OOP7 - (OE2) Assegurar a participação em ações de formação profissional, no âmbito de valorização pessoal/profissional com vista ao incentivo à motivação no trabalho. Peso: 17%

Peso no QUAR: 11,05%

INDICADORES	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.8 - Execução do orçamento reservado à formação profissional durante o ano.	80%	90%	5%	100%	100%		87%	100,00%	Atingiu

OOP8 - (OE2) Desmaterializar o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei 49/2009, de 5 de agosto, conforme medida SIMPLEX n.º61 de 2018. Peso: 17%

Peso no QUAR: 11,05%

INDICADORES	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind. 9 - Percentagem global de execução do projeto.	50%	50%	5%	68,0%	100%		100%	135,00%	Superou

Qualidade

Peso no PARAMETRO 20%

OOP9 - (OE1) Avaliar a qualidade do serviço prestado pela DGRDN na emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria. Peso: 36%

Peso no QUAR: 7,2%

INDICADORES	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.10 - Nível de satisfação dos Stakeholders que solicitaram emissão de licenças e certificados.	3,5%	3,9%	0	4,9%	100%		4,1%	105,00%	Superou

OOP10 - (OE1) Garantir um desempenho com altos índices de qualidade da Catalogação Nacional. Peso: 32%

Peso no QUAR: 6,4%

INDICADORES	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.11 - Número médio de dias de resposta aos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo Comité OTAN AC/135, igual ou inferior a 7.	8	7	2	5	100%		7	100,00%	Atingiu

OOP11 - (OE1) Potenciar a realização de auditorias de Ambiente e Qualidade por parte da DGRDN Peso: 32%

Peso no QUAR: 6,4%

INDICADORES	2020	META 2021	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.12 - % de execução do plano de auditorias AQAP	NA	70%	5%	93%	75%		100%	132,61%	Superou
Ind.13 - Nº de auditorias de ambiente a unidades da Defesa certificadas	NA	2	1	4	25%		2	100,00%	Atingiu

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	60	58	2
Dirigentes - Direção intermédia e chefes de equipa multidisciplinar	16	368	314,5	53,5
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	1596	1373	223
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	15	3
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	672	682	-10
Encarregado geral operacional	7	0	0	0
Encarregado operacional	6	0	0	0
Assistente operacional	5	180	181	-1
Total		2894	2623,5	270,5

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	9 721 339,00	10 103 732,18	-382393,18
Despesas c/Pessoal	8 019 401,00	8 275 846,05	-256445,05
Aquisições de Bens e Serviços	873 750,00	1 676 214,70	-802464,70
Outras despesas correntes	828 188,00	151 671,43	676516,57
PIDDAC	1 000 000,00	484 817,34	515182,66
Outros valores	369 487 603,00	409 927 236,09	-40439633,09
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	380 208 942,00	420 515 785,61	-40306843,61

Indicadores _ Fonte de Verificação

- 1 - Questionário + Relatório de Atividades CIOFE (2021)
- 2 - Relatório Atividades CIOFE (2021)
- 3 - Relatório
- 4 - Questionário/Relatório
- 5 - Relatório/Balanco Social
- 6 - Relatório
- 7 - Relatório
- 8 - Orcamento Estado
- 9 - Relatórios Mensais
- 10 - Questionário/Relatório
- 11 - Relatório SPCAT
- 12 - Relatórios de auditorias de qualidade AQAP
- 13 - Relatórios de auditorias de ambiente

Nota explicativa

- Ind.1 - A média de resultados obtidos será obtida através de uma escala de satisfação de 1 (nada satisfeito) a 5 (muito satisfeito).
- Ind.2 - Devido a restrições sanitárias o Exército passou a realizar mais incorporações de menor dimensão. Consequentemente, foi necessário realizar mais palestras do que seria previsto.
- Ind.5 - Neste âmbito, os trabalhadores/operacionais e/ou motoristas são por prioridade aqueles que são convocados para efetuarem formação nesta área. A conciliação da presença dos mesmos, é por vezes um desafio, quando conciliado com a atividade permanente de apoio ao DDN, como motoristas da Direção, e ainda, no apoio geral à Direção-Geral. Este desafio torna-se mais exequível, quando a formação é efetuada pela SG/MDN proporcionando uma maior compatibilização logística relativamente ao facto de ser no edifício do MDN ajustando os horários de serviço com a ação de formação. Facto, que no passado não foi possível ajustar/compatibilizar ambas as situações, acompanhado da situação pandémica covid 19 que ainda se vivia na altura, contribuindo assim para que durante o ano a participação nestas ações não tivesse tido expressão.
- Ind. 7 - Foram realizadas reuniões sobre comemorações do dia da mulher; reuniões sobre monitorização do PSDI, reunião da Equipa Interdep.; reunião s/ questionário 2020 NCGP.
- Ind. 10 - Valor estimado do nível de satisfação dos stakeholders uma vez que ainda se encontra a decorrer o processo de avaliação da satisfação.

Avaliação Final

Eficácia	16,40%
Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.	59,35%
Continuar a apoiar os deficientes militares através do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares.	50,00%
Eficiência	66,29%
Promover a participação dos trabalhadores na gestão dos serviços.	20,44%
Garantir a frequência em ações de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho.	0,00%
Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.	21,25%
Apoiar o Gabinete de Igualdade do Ministério da Defesa Nacional.	20,25%
Assegurar a participação em ações de formação profissional, no âmbito de valorização pessoal/profissional com vista ao incentivo à motivação no trabalho.	17,00%
Desmaterializar o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei 49/2009, de 5 de agosto, conforme medida SIMPLEX n.º61 de 2018.	22,95%
Qualidade	21,93%
Avaliar a qualidade do serviço prestado pela DGRDN na emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.	37,80%
Garantir um desempenho com altos índices de qualidade da Catalogação Nacional.	32,00%
Potenciar a realização de auditorias de Ambiente e Qualidade por parte da DGRDN	39,83%

Taxa de Realização Final	Nota Final
104,62%	Bom

Procedimentos para elaboração do Relatório de Atividades e Relatório de Autoavaliação.

O **Relatório de Atividades** tem por objetivo descrever o percurso feito pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro e na Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro na sua redação atual, elabora-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades (que integra o Relatório de Autoavaliação do serviço), e deverá estar concluído até 31 de março de cada ano, e submetido à aprovação da tutela.

O **Relatório de Autoavaliação** é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades, por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual. Este documento tem como objetivo fazer a autoavaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, analisando o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos operacionais estabelecidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Tem ainda por base o cumprimento dos objetivos definidos no QUAR, observação dos Recursos Humanos existentes e execução dos Recursos Financeiros envolvidos.

Neste sentido, com a finalidade de substanciar a elaboração deste tipo de relatório, é solicitada aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas, envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios.

A colaboração, participação ativa e o empenhamento dos vários intervenientes e interlocutores com o seu comprometimento e rigor, viabilizaram a conceção, o desenho e o desenvolvimento de um processo de avaliação global de atividades/ações que se orientou pela realização de boas práticas, de acordo com o interesse estratégico desta Direção-geral.

Glossário*

Ação – procedimento ou processo de atuação/medida (concreto, pragmático) que integra os programas, através da realização de diversos tipos de atividades e/ou projetos. Enunciam-se para cada uma o objetivo a atingir e os resultados esperados a obter.

Natureza das principais ações utilizadas

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação

Atividade – conjunto de tarefas que concorrem articuladamente para a realização de um ou mais objetivos de cada serviço, que afeta recursos e possibilita identificar resultados.

Tipificação das atividades:

- Periódicas (cíclicas; sazonais);
- Correntes (rotineiras, de execução permanente e indispensáveis para a produção de serviços numa área pré determinada p. e. jurídica, pessoal, financeira...);
- Manutenção (de conservação e/ou apoio a serviços, equipamentos, programas informáticos e outros, concorrendo para o seu normal funcionamento).

Avaliação – processo de análise, apreciação e eventual valoração (qualitativa e/ou quantitativa) do grau de execução de objetivos e/ou ações, de acordo com os resultados esperados e critérios previamente enunciados.

Estratégia – meios e processos considerados pelo serviço para a prossecução dos objetivos definidos (orientações de gestão, recursos, distribuição de responsabilidades, campo de ação...).

Objetivos estratégicos – resultados globais a atingir pela DGRDN para o cumprimento da sua missão e no âmbito das suas atribuições, que se enquadram na avaliação de desempenho do serviço. Enunciados anualmente no QUAR e materializados no Plano através de Programas.

Objetivos operacionais – resultados fixados para a iniciativa/ação a desenvolver que contribuem para um ou mais objetivos estratégicos, suscetíveis de avaliação.

Programa – conjunto interdependente de ações (atividades e projetos) enquadrado nas atribuições do serviço e alinhado com as opções estratégicas superiormente planeadas e apresentadas.

Projeto – forma de ação ou processo organizativo temporário e delimitado no tempo (início/fim), que mobiliza recursos (humanos, financeiros, materiais), possui um núcleo responsável criado para o efeito (gestor/equipa) e procura uma solução concreta e específica para uma necessidade (objetivos). Os projetos distinguem-se normalmente das atividades (conforme anteriormente definidas) pela sua natureza, i. é., serem originados para um fim particular e possuírem um «ciclo de vida» (definição, conceção, planeamento, implementação, conclusão e avaliação). A *complexidade dos projetos* é em regra “proporcional” ao grau crescente de envolvimento de diversos fatores, nomeadamente: meios, duração prevista, organismos envolvidos, dificuldades de gestão e riscos previsíveis (bloqueios, constrangimentos, situações adversas).

QUAR – “O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) é um quadro de referência na avaliação de desempenho dos serviços (missão), das suas decisões de ação (objetivos estratégicos), das metas a atingir, dos indicadores de desempenho e inerentes fontes de verificação, dos meios disponíveis (humanos e financeiros) e da aferição da sua realização e da identificação sumária dos desvios e respetivas causas averiguados no fim do ciclo de gestão” (*in* Agência para a Modernização Administrativa). O QUAR foi criado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual (SIADAP 1). Anualmente procede-se a 3 monitorizações.

* Explicitação de conceitos aplicados nos Planos e Relatórios de Atividades da DGRDN

Termos técnicos no âmbito do QUAR

Nos termos do artigo 4.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, são consideradas as seguintes expressões:

Quadro 1 – Definições/conceitos

Competências	O parâmetro de avaliação que traduz o conjunto de conhecimentos, capacidades de ação e comportamentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz, adequado ao exercício de funções por dirigente ou trabalhador.
Dirigentes máximos do serviço	Os titulares de cargos de direção superior do 1.º grau ou legalmente equiparado, outros dirigentes responsáveis pelo serviço dependente de membro do Governo ou os presidentes de órgão de direção colegial sob sua tutela ou superintendência.
Dirigentes superiores	Os dirigentes máximos dos serviços, os titulares de cargo de direção superior do 2.º grau ou legalmente equiparados e os vice – presidentes ou vogais de órgão de direção colegial.
Dirigentes intermédios	Os titulares de cargos de direção intermédia do 1.º e 2.º grau ou legalmente equiparados, o pessoal integrado em carreira, enquanto se encontra em exercício de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional da carreira, os chefes de equipas multidisciplinares cujo exercício se prolongue por prazo superior a seis meses no ano em avaliação e outros cargos e chefias de unidades orgânicas.
Eficácia	Traduzem a relação entre o planeado e o alcançado em matéria de realizações. Em regra, a eficácia é medida por unidades físicas (v.g. n.º de ocorrências) ou monetárias.
Eficiência	Relação entre os bens produzidos ou os serviços prestados e os recursos utilizados.
Indicadores	Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto. No entanto, são acima de tudo, instrumentos de informação com vista a apoiar os gestores a comunicar, a negociar ou a decidir. Representam uma grandeza, um número, uma cifra, um cálculo (n.º, % ou taxa) que permite objetivar o acontecimento ou uma situação e interpretá-los.
Indicadores de Desempenho	Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto.
Qualidade	Conjunto de atributos e características de uma entidade ou produto que determinam a sua aptidão para satisfazer necessidades e expectativas da sociedade.
Objetivos	O parâmetro de avaliação que traduz a previsão dos resultados que se pretendem alcançar no tempo, em regra quantificáveis.

Serviço efetivo	O trabalho realmente prestado pelo trabalhador nos Serviços.
Serviços	Os serviços da administração direta e indireta do Estado, da administração regional autónoma e da administração autárquica, incluindo os respetivos serviços desconcentrados ou periféricos e estabelecimentos públicos, com exceção das entidades públicas empresariais.
Trabalhadores	Os trabalhadores da Administração Pública que não exerçam cargos dirigentes ou equiparados, independentemente do título jurídico da relação de trabalho, desde que a respetiva vinculação seja por prazo igual ou superior a seis meses, incluindo pessoal integrado em carreira que não se encontrem em serviço de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional dessa carreira.
Unidades orgânicas	Os elementos estruturais da organização interna de um serviço que obedeçam ao modelo e estrutura hierarquizada, matricial ou mista.
Utilizadores externos	Os cidadãos, as empresas e a sociedade civil.
Utilizadores internos	Os órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado e das administrações regional e autárquica, com exceção das entidades públicas empresariais.

Nota Introdutória do Relatório de Autoavaliação.

Por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, o Relatório de Autoavaliação é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades de 2021.

Este documento tem como objetivo fazer a autoavaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, analisando o seu desempenho e refletindo as tarefas concretizadas, durante o ano de 2021, com o empenho e dedicação de cada um e de todos os colaboradores que no seu dia-a-dia contribuíram para o cumprimento da missão e do cumprimento das atribuições confiadas à DGRDN.

O mesmo, tem ainda por base o cumprimento dos objetivos operacionais definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2021, bem como, a observação dos Recursos Humanos existentes e execução dos Recursos Financeiros envolvidos.

Neste sentido, com a finalidade de substanciar a elaboração deste relatório, foi solicitada aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas, envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios.

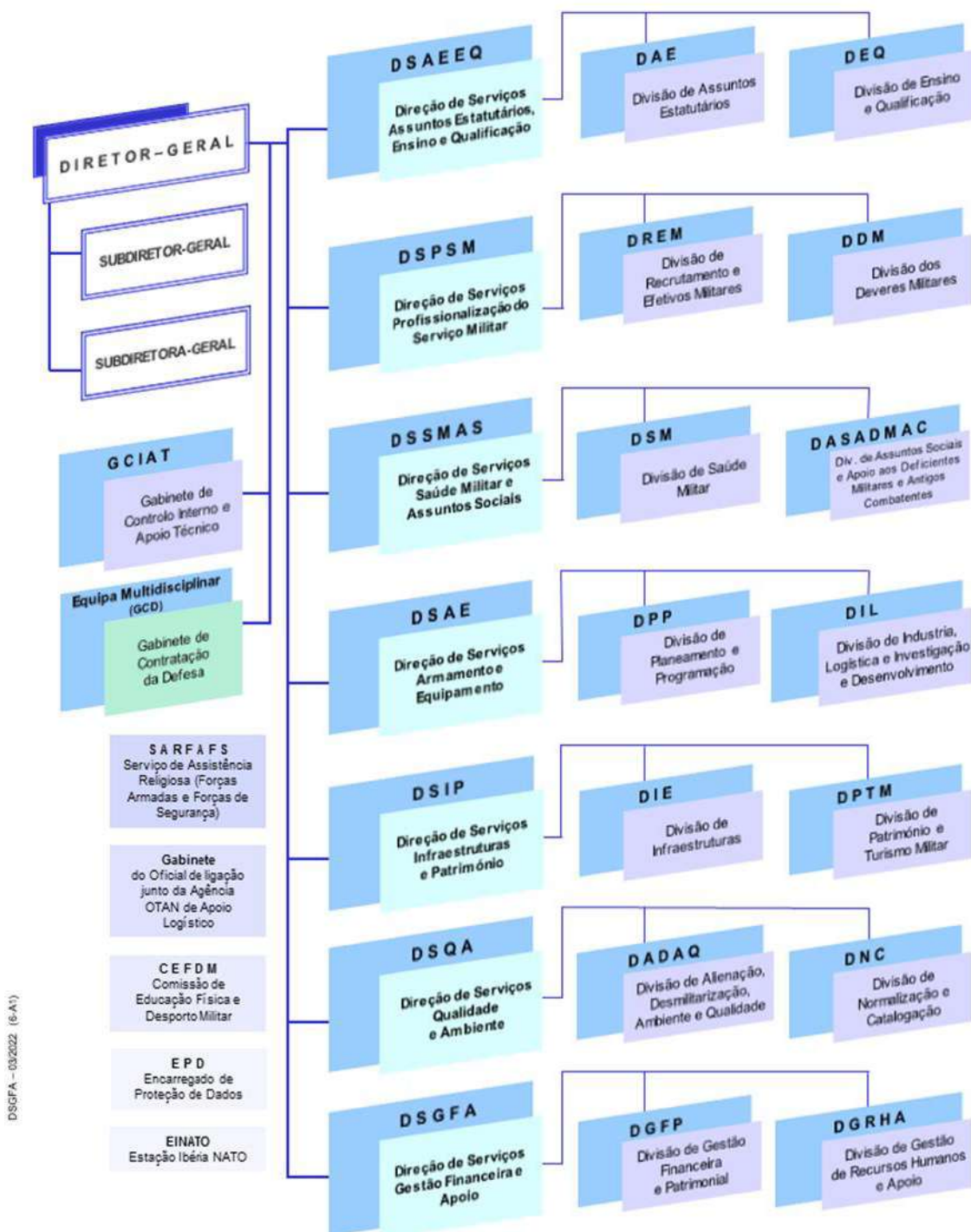
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)

Estrutura orgânica da DGRDN

De acordo com o Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, diploma que criou a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional conjugado com o Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, que define a missão e atribuições, a Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro que cria as unidades orgânicas fixas e as multidisciplinares, conjugados ainda com os Despachos que criam as unidades orgânicas flexíveis, todos publicados na 2ª série do Diário da República n.ºs 250, de 2014, 148 e 193, 194, 198 de 2015, respetivamente.

A DGRDN integra sete unidades orgânicas nucleares, designadas por Direções de Serviço, sendo a estrutura flexível composta por dezasseis Divisões, um Gabinete de Controlo Interno e Apoio Técnico e uma Equipa Multidisciplinar, com as seguintes designações no seguinte organograma:

Figura 1 – Organograma DGRDN



DSGFA – 03/2022 (6-A1)

- **Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação**, (DSAEEQ), compreende a Divisão de Assuntos Estatutários (DAE) e a Divisão de Ensino e Qualificação (DEQ);
- **Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar** (DSPSM) compreende a Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares (DREM), a Divisão de Deveres Militares (DDM);
- **Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais** (DSSMAS) compreende a Divisão de Saúde Militar (DSM) e a Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Militares e Antigos Combatentes (DASADMAC);
- **Direção de Serviços de Armamento e Equipamento** (DSAE) compreende a Divisão de Planeamento e Programação (DPP) e a Divisão de Indústria, Logística e investigação e Desenvolvimento (DIL);
- **Direção de Serviços de Infraestruturas e Património** (DSIP) compreende a Divisão de Infraestruturas (DIE) e a Divisão Património e Turismo Militar (DPTM);
- **Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente** (DSQA) compreende a Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade (DADAQ) e a Divisão de Normalização e Catalogação (DNC);
- **Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio** (DSGFA) compreende a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP) e a Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio (DGRHA);
- **Gabinete de Controlo Interno e Apoio Técnico** (GCIAT)
- **Equipa Multidisciplinar – Gabinete de Contratação da Defesa** (GCD)
-

Missão

- **Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à Defesa Nacional.**

Atribuições*

- Estudar, propor e emitir pareceres e monitorizar a execução das medidas de política de recursos humanos — militares, militarizados e civis —, nomeadamente as relativas a estatutos, vínculos, carreiras e remunerações;
- Apoiar o Ministro da Defesa Nacional na direção da atividade interministerial de execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas, em articulação com o Estado -Maior -General das Forças Armadas (EMGFA) e a Direção -Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), nomeadamente quanto à mobilização e requisição;
- Exercer as competências de órgão central de recrutamento e divulgação, planeando, dirigindo e coordenando os processos estruturantes da profissionalização do serviço militar, nos termos da Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar;
- Planear, dirigir e coordenar as atividades relativas ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de ensino, investigação e desenvolvimento e inovação, formação e qualificação profissional, assegurando a devida articulação com os sistemas nacionais;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de saúde militar, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política no âmbito do apoio social;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de apoio e reabilitação dos deficientes militares, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- Propor, avaliar e executar as políticas de apoio aos antigos combatentes;
- Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional;
- Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política ambiental da defesa nacional;
- Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;

**previstas no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho*

Atribuições*

- Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;
- Coordenar a elaboração das propostas de lei de programação militar e de programação das infraestruturas militares, de acordo com o ciclo de planeamento de defesa, assegurando a respetiva execução e controlo;
- Planear, coordenar e executar as atividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção, alienação e desmilitarização;
- Propor a concessão de autorizações para acesso e exercício das atividades de indústria e ou comércio de bens e tecnologias militares e proceder à supervisão da atividade das empresas do setor da defesa e ao controlo das importações e exportações de bens e tecnologias militares;
- Planear, coordenar e executar as atividades relativas à aquisição, arrendamento, construção, manutenção, disposição e rentabilização das infraestruturas e demais património imobiliário afeto à defesa nacional, assegurando, designadamente, as competências legais da Unidade de Gestão Patrimonial do Ministério da Defesa Nacional (MDN);
- Participar, coordenando a posição do MDN, na definição e execução das políticas de ordenamento do território e urbanismo, garantindo a salvaguarda dos interesses da defesa nacional em sede de produção, alteração, revisão e execução dos instrumentos de gestão territorial;
- Participar na preparação e execução de medidas que envolvam a requisição, aos particulares, de coisas ou serviços;
- Assegurar, no âmbito das suas atribuições e em articulação com a DGPDN, a representação em organizações e entidades internacionais e nacionais, definindo, propondo, coordenando e desenvolvendo protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios dos recursos humanos, do armamento, dos equipamentos, do património e das infraestruturas da defesa nacional;
- Assegurar, no âmbito das suas atribuições, a representação em organizações e entidades nacionais e internacionais, propondo, coordenando e desenvolvendo atividades de cooperação internacional na execução das políticas de defesa no domínio do armamento, equipamentos, infraestruturas e património;
- Planear, coordenar e monitorizar, em articulação com os serviços e organismos do MDN, os ramos das Forças Armadas e outras entidades, as atividades relativas ao turismo militar, assegurando uma visão integrada do património da defesa nacional, apresentando e executando propostas de carácter educativo e formativo que valorizem a história e cultura portuguesas.

**previstas no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho*

Metodologia adotada.

A coordenação do processo e a elaboração do relatório foram da responsabilidade da Direção Serviços de Gestão Financeira e Apoio - Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio.

Foi pedido a todas as unidades orgânicas os contributos necessários para a elaboração do **QUAR 2021** (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo).

As monitorizações realizaram-se quadrimestralmente (junho, setembro e dezembro), procedendo-se assim ao acompanhamento do grau de execução do QUAR, nomeadamente à identificação e análise dos desvios detetados.

De realçar ainda a aplicação do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), com base na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, contribui para a melhoria do desempenho e qualidade dos serviços da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências. A avaliação do desempenho, dos serviços e dos recursos humanos, integra-se no ciclo anual de gestão e assenta em parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade.

O presente relatório contém a informação indicada no n.º 1 do artigo 15.º, bem como a informação adicional prevista no n.º 2 do supra referido normativo, tendo a seguinte estrutura:

- Estrutura Orgânica;
- A autoavaliação do QUAR (Resultados alcançados e desvios verificados);
- A Avaliação do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desenvolvimento;
- Avaliação Final

Autoavaliação

Resultados alcançados e desvios verificados.

Foram definidos 3 **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** (OE) que se encontram diretamente relacionados com as áreas de intervenção acima referidas.

Objetivo estratégico 1

- **Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.**

Objetivo estratégico 2

- **Reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos.**

Objetivo estratégico 3

- **Promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.**

Objetivos Operacionais

Na construção do QUAR de 2021, procurou-se dar particular atenção a objetivos relacionados, com a missão da DGRDN, traduzida na eficiência dos serviços aos cidadãos, na modernização administrativa, valorização dos recursos e redução da despesa.

Importa salientar que os resultados do QUAR que agora se apresentam, revelam não só a capacidade da DGRDN superar e cumprir os objetivos de eficácia (2), eficiência (6) e qualidade (3), que se propôs realizar em 2021, mas também a capacidade de organização que pela sua missão e competências de atribuição, vocacionada para o apoio à governação, nas respetivas áreas.

OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

- OOP9 - (Qualidade) Avaliar a qualidade do serviço prestado pela DGRDN na emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.
- OOP10 - (Qualidade) Garantir um desempenho com altos índices de qualidade da Catalogação Nacional.
- OOP11 - (Qualidade) Potenciar a realização de auditorias de Ambiente e Qualidade por parte da DGRDN.

OE2 - Reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos.

- OOP1 - (Eficácia) Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.
- OOP3 - (Eficiência) Promover a participação dos trabalhadores na gestão dos serviços.
- OOP4 - (Eficiência) Garantir a frequência em ações de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho.
- OOP5 - (Eficiência) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.
- OOP6 - (Eficiência) Apoiar o Gabinete de Igualdade do Ministério da Defesa Nacional.
- OOP7 - (Eficiência) Assegurar a participação em ações de formação profissional, no âmbito de valorização pessoal/profissional com vista ao incentivo à motivação no trabalho.
- OOP8 - (Eficiência) Desmaterializar o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei 49/2009, de 5 de agosto, conforme medida SIMPLEX n.º 61 de 2018.

OE3 - Promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.

- OOP2 - (Eficácia) Continuar a apoiar os deficientes militares através do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes.

Avaliação Global do Grau do Cumprimento dos Objetivos Operacionais

De destacar os indicadores, que face aos 11 objetivos operacionais acima referidos evidenciam desvios positivos e, por isso, superados. Clareza das monitorizações trimestrais de objetivos e indicadores do QUAR, evidenciamos os esforços conjugados e as iniciativas levadas a cabo por parte dos trabalhadores e das unidades orgânicas no alcance e realização dos mesmos.

No mapa seguinte, apresenta-se um resumo da avaliação global relativa a 2021, indicando a taxa de realização de cada objetivo e indicador, bem como a taxa de realização por parâmetro (Eficácia, Eficiência e Qualidade) e avaliação final, tendo em conta as respetivas ponderações.

Descrição da Concretização dos Objetivos Operacionais

Relatórios de concretização relacionados com cada objetivo operacional, apresentados pelos dirigentes de cada serviço a que foram atribuídos os objetivos do QUAR 2021.

Objetivos Operacionais de Eficácia

OOP1 - (OE2) Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.

- **Ind.1** - Índice de satisfação com as palestras/ ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos, medido numa escala de 1 a 5.
- **Ind.2** - Número de palestras/ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos.

Ind.	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
1	4	0,3	4,5	4,43	121,50%	Superou
2	30	2	40	37	117,50%	Superou

Fontes de Verificação: Questionário e Relatório de Atividades CIOFE (2021).

Breve Análise: As palestras sobre o Regulamento de Incentivos fazem parte do leque de serviços disponibilizados pelo CIOFE e ocorrem geralmente por solicitação das diferentes U/E/O dos ramos das Forças Armadas. Durante o ano de 2021. A equipa CIOFE efetuou palestras em formato presencial em U/E/O do Exército e da Marinha, e em formato a distância através da plataforma TEAMS, sobretudo às Regiões Autónomas dos Açores e Madeira. Foi ainda utilizado o Instagram para ministrar uma ação de esclarecimento.

Síntese das Atividades: Durante o ano, pese embora as restrições em vigor, a equipa CIOFE foi solicitada algumas vezes para desenvolver palestras de esclarecimento sobre o Regulamento de Incentivos, nas diferentes, com o objetivo de ajudar a sensibilizar os militares, não só do RV/RC, mas também do Quadro Permanente, para as temáticas atinentes ao modelo de profissionalização do serviço militar e a importância do apoio à transição. Registou-se, em 2021, um total de 37 palestras: 28 foram efetuadas em unidades do Exército, 4 na Escola de Fuzileiros, 4 através da plataforma TEAMS e 1 através do Instagram.

Justificação do desvio: Apesar da situação pandémica, o número de ações de esclarecimento dedicadas ao Regulamento de Incentivos foi aumentando gradualmente, em virtude de o Exército ter aumentado o número de incorporações e as Unidades onde se ministrava a Instrução, de forma a cumprir com as restrições sanitárias em vigor. Apesar da previsão de palestras em sede do QUAR, procura-se sempre acomodar as solicitações dos Ramos visando aumentar a divulgação do Regulamento de Incentivos. Havendo um menor efetivo por palestra também foi possível direcionar melhor os temas às necessidades dos participantes o que poderá ajudar a justificar os níveis de satisfação medidos.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 4 Técnicos Superiores

Ações de melhoria adotadas: Foram adotados os meios telemáticos de forma a contornar as restrições sanitárias em vigor salvaguardando as palestras às U/E/O situadas nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

OOP2 - (OE3) Continuar a apoiar os deficientes militares através do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares.

- **Ind.3** - Elaboração (em dias) do relatório de Avaliação da atividade desenvolvida nos cinco anos da sua existência.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
181	20	151	180	100,00%	Atingiu

Fontes de Verificação: Relatório de avaliação 2015-20 para o Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM), enviado ao Gabinete de S. Exa. a Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes a coberto do n/ ofício n.º 5984, de 26.08.2021.

Breve Análise: O PADM resulta do reconhecimento da necessidade de prestar apoio aos deficientes militares, pelas deficiências adquiridas ao serviço das FFAA portuguesas e visa promover o acesso às medidas e apoios previstos na legislação em vigor. Apesar de a DGRDN, enquanto entidade a quem cabe a direção e supervisão do Plano, receber regularmente informação relativa às atividades, mostrou-se pertinente a elaboração deste relatório avaliativo desde a implementação do PADM, tendo sido cumprida a meta estabelecida – até final do 1.º semestre do ano.

Síntese das Atividades: Foi tratada a informação recebida pelo CRPG (Centro de Reabilitação Profissional de Gaia), entidade coordenadora do PADM, relativa à execução mensal e acumulada da atividade, decorrente do protocolo e dos vários despachos sobre a matéria, para além dos habituais instrumentos de gestão. Este relatório espelha a atividade do PADM entre 2015-20 e resulta da informação recebida pelo CRPG desde 2015 e de informação complementar entretanto solicitada para este efeito.

Justificação do desvio. Nada a referir.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Diretor de Serviços, 1 Chefe de Divisão e
1 Técnico Superior

Ações de melhoria adotadas: Adoção de mais um mecanismo de acompanhamento e de avaliação da implementação do PADM.

Objetivos Operacionais de Eficiência

OOP3 - (OE2) Promover a participação dos trabalhadores na gestão dos serviços

- **Ind.4** - Taxa de resposta ao questionário de satisfação interno.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
25%	5%	37%	35%	120,21%	Superou

Fontes de Verificação: Questionário/Relatório.

Breve Análise: O Questionário de Satisfação realizado no fim do ano 2021 na DGRDN, revelou uma superação da participação dos trabalhadores no mesmo.

Síntese das Atividades: Foi elaborado uma matriz de questões, para apuramento dos vários temas e questões de relevância para organização. O questionário foi aplicado e disponibilizado de forma on-line, de caráter anónimo.

Justificação do desvio: Nem todos os trabalhadores responderem ao questionário, uma vez, que o mesmo não é de caráter obrigatório.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão

OOP4 - (OE2) Garantir a frequência em ações de formação em matéria de segurança e saúde no trabalho.

- **Ind.5** - Número de trabalhadores abrangidos/enviados a ações de formação/sensibilização em matérias relacionadas com a segurança/saúde no trabalho.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
5	3	10	0	0,00%	Não atingiu

Fontes de Verificação: Questionário/Relatório

Breve Análise: A formação relacionada com a segurança e saúde de trabalho, que abrangeu no universo dos trabalhadores da DGRDN no decorrer do ano e análise, foi a carreira de assistentes operacionais, e/ou que têm as funções de motoristas.

Síntese das Atividades: A formação teve como destino a sensibilização de assistentes operacionais, que tivessem como sua responsabilidade a limpeza das viaturas afetas à DGRDN.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 1 Técnico Superior

OOP5 - (OE2) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

- **Ind.6** - Percentagem de requerimentos autorizados, relativos à organização do tempo de trabalho, que cumpram os requisitos legais e visem a conciliação profissional, familiar e pessoal.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
75%	5%	100%	100%	125,00%	Superou

Fontes de Verificação: Requerimentos entregues pelos trabalhadores a solicitar jornada contínua.

Breve Análise: O número de trabalhadores que solicitaram a jornada contínua foram 15, todos foram deferidos favoravelmente.

Síntese das Atividades: Os requerimentos rececionados, foram analisados e depois de confirmada toda a documentação inerente ao procedimento administrativo, é deferido o pedido.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão, 1 Técnico Superior,
1 Coordenador Técnico e 1 assistente Técnico

OOP6 - (OE2) Apoiar o Gabinete de Igualdade do Ministério da Defesa Nacional.

- **Ind.7** - Número de reuniões de acompanhamento realizadas/participadas.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
4	2	7	12	135,00%	Superou

Fontes de Verificação: Ofícios e e-mails de convocação para as reuniões + Atas das reuniões

Breve Análise: O apoio ao Gabinete da Igualdade do Ministro da Defesa Nacional faz partes das atividades da DSAEEQ e por se considerar os assuntos por este tratado de elevada importância, tem feito um esforço adicional por corresponder a todas as solicitações e capacitar os seus intervenientes para um melhor desempenho.

Síntese das Atividades: A principal colaboração foi na monitorização do Plano Setorial da Defesa Nacional para a Igualdade (2019-2021) que teve uma excelente taxa de medidas concretizadas, segundo o relatório de 2021. Paralelamente, à atividade mencionada, participamos na organização e como palestrantes em seminários e em reuniões de monitorização de outros planos, no qual, a Defesa tem participação.

Justificação do desvio: Atendendo que o ano 2021 coincidiu com o terminar da vigência do Plano Sectorial da Defesa Nacional para a Igualdade (2019-2021) existiu a necessidade de haver mais reuniões. Por outro lado, realizaram-se seminários que devido à pandemia tinham sido adiados, existindo a necessidade de novas reuniões.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Técnico Superior

Ações de melhoria adotadas: Participação nas reuniões por via telemática.

OOP7 - (OE2) Assegurar a participação em ações de formação profissional, no âmbito de valorização pessoal/profissional com vista ao incentivo à motivação no trabalho.

- **Ind. 8** - Execução do orçamento reservado à formação profissional durante o ano.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
90%	5%	100%	87%	100,00%	Atingiu

Fontes de Verificação: Dados fornecidos pela DGFP, através de mapas emitidos pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Breve Análise: A execução orçamental é acompanhada por Técnicos Superiores, através da análise detalhada dos mapas emitido pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Síntese das Atividades: Análise dos mapas emitidos pelo SIG de forma a garantir atempadamente e no caso de ser necessário o reforço de verba para prevenir a continuação de a formação dos trabalhadores.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 1 Técnico Superior

OOP8 - (OE2) Desmaterializar o licenciamento de acesso e exercício à atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei 49/2009 de 5 de agosto, conforme dedida SIMPLEX n.º 61 de 2018.

- **Ind.9** - Percentagem global de execução do projeto.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
50%	5%	68,00%	100%	135,00%	Superou

Fontes de Verificação: Relatório de execução do projeto.

Breve Análise: O projeto, orientado para as empresas, está identificado como medida SIMPLEX Licenciamentos + ágeis na Economia Militar e pretendeu desmaterializar, numa 1ª fase, o licenciamento e acesso ao exercício da atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias militares no âmbito da Lei n.º49/2009, de 5 de agosto e, numa 2ª fase, desmaterializar todo o processo de licenciamento da transmissão e circulação dos referidos produtos no âmbito da Lei n.º 37/2011, de 22 de junho. A 1ª fase do projeto encontra-se concluída com um feedback bastante positivo por parte das empresas.

Síntese das Atividades: Este projeto SIMPLEX traduz todo o processo anteriormente descrito numa plataforma online permitindo ao requerente (empresa), utilizando apenas a sua autenticação por meio de CMD e a introdução do NIPC/NIF e o código de acesso á Certidão Permanente submeter o seu pedido de licenciamento. Neste âmbito, foram realizadas diversas ações de desenvolvimento e otimização do código do software, correção de “Bugs”, despistagem de incoerências e tradução para código dos procedimentos em prática. Foram realizados protocolos com a AMA para a utilização de CMD para fins de autenticação do requerente e conseqüente acesso a aplicação.

Foram definidos procedimentos de comunicação entre a DGRDN e o GNS para efeitos de acesso à plataforma CRESO para fins de consulta da credenciação de segurança dos requerentes. Foram ainda realizadas várias baterias de testes para qualificação e garantia da robustez da aplicação. A aplicação foi publicada em ambiente produção e encontra-se em funcionamento estável.

Justificação do desvio: Nada a referir.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão, 1 Técnico Superior e 1 SMOR

Ações de melhoria adotadas: Nada a referir. É uma ambição da DIL iniciar o desenvolvimento da 2ª fase, assim que estejam disponíveis as condições mínimas de recursos necessárias.

Objetivos Operacionais de Qualidade

OOP9 - (OE1) Avaliar a qualidade de serviço prestado pela DGRDN na emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.

- **Ind.10** - Nível de satisfação dos Stakeholders que solicitaram emissão de licenças e certificados.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
3,9%	0	4,9%	4,1%	105,00%	Superou

Fontes de Verificação: Relatório de análise das respostas ao questionário de satisfação 2021.

Breve Análise: Considerando a análise de todos os questionários de satisfação recebidos, conclui-se que a digitalização do processo e o acesso/tratamento expedito da informação são os pontos mais vezes referidos como positivos. É sugerido que os procedimentos para os fins previstos (licenciamento e/ou emissão de licenças e certificados) bem como a documentação necessária possam ser “tratados” de forma exclusivamente eletrónica. Sugerem que o preenchimento online dos diversos formulários, iguais aos documentos atualmente em uso, possam ser aceites pela DIL para a sua tramitação administrativa.

Síntese das Atividades: No ano em avaliação foram emitidos os seguintes documentos: Licenças Individuais (LI) – 227; Licenças Globais (LGL) – 18; Licenças Gerais (LG) – 1; Licenças de Trânsito (LT) – 4; Certificados Internacionais de Importação (CII) – 193; Certificados de Garantia de Entrega (CGE) – 77; Certificados Para Equipamentos Militares (CPEM) – 714; Certificados de Destino Final (CDF) – 15; Atos de Intermediação – 2.

Foram ainda licenciadas 7 novas empresas nacionais e autorizada 1 empresa estrangeira. Foram revogadas as licenças a 2 empresas nacionais. Neste momento

encontram-se licenciadas para a atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias de defesa 106 empresas nacionais e autorizadas 19 empresas estrangeiras.

Justificação do desvio: Considerando que a aceitação da assinatura digital veio facilitar a autenticação dos mais diversos documentos, permitindo o envio e a receção dos mesmos por via eletrónica e a existência das plataformas online, cada vez mais em utilização, agilizou o processo e permitiu poupar recursos e tempo significativos. Este fato contribuiu expressivamente para o incremento da satisfação dos utilizadores dos serviços da DIL/DGRDN.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão, 1 Técnico Superior e 1 SMOR

Ações de melhoria adotadas: A realização anual, em lugar próprio, de ações de sensibilização destinada às empresas com foco na legislação, obrigações e procedimentos. Uma reunião anual com as entidades que colaboram diretamente com a DIL e com responsabilidade nesta matéria (Gabinete Nacional de Segurança, Autoridade Tributária e Aduaneira, Ministério dos Negócios Estrangeiros), tendo em vista a melhoria de desempenho.

OOP10 - (OE1) Garantir um desempenho com altos índices de qualidade da catalogação Nacional.

- **Ind.11** - Número médio de dias de resposta aos pedidos de catalogação nacionais e internacionais, que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo Comité OTAN AC/135, igual ou inferior a 7.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
7	2	5	7	100,00%	Atingiu

Fontes de Verificação: Relatório SPCAT

Breve Análise: O nível de ambição foi aumentado em 12,5% de 2020 para 2021. De 2019 para 2020 também tinha sido aumentada em 20%. No entanto, estes resultados dependem não só do trabalho dos catalogadores do CNC, mas também da resposta das empresas nacionais aos pedidos de documentação técnica sobre os artigos por elas produzidos, que nos vão permitir realizar a catalogação dos artigos. Neste ano de 2021 deparámo-nos com grandes dificuldades nessa área. Algumas empresas demoraram imenso tempo a responder e sem essa resposta não podemos concluir o nosso trabalho. Por se tratar de um campo cuja concretização não está totalmente na nossa mão, ao contrário da capacidade técnica dos nossos catalogadores, temos que considerar no futuro aumentar o valor da meta, ou alterar mesmo o indicador, como seja a

percentagem de rejeições aos pedidos de catalogação. Importa referir que um valor de 7, 8, ou 10 dias, é um excecional resultado. Temos vindo a baixar este número porque queremos sempre melhorar, mas importa dar a perspetiva do que ele representa quando comparado com os padrões internacionais da catalogação OTAN. Ao nível do AC/135 o tempo máximo de resposta aos pedidos de catalogação é de 60 dias, precisamente porque existe a imprevisibilidade da resposta das empresas, portanto os resultados que têm sido obtidos pelo CNC nos últimos 8 anos são extraordinários.

Síntese das Atividades: Catalogação dos pedidos recebidos dos Ramos das Forças Armadas portuguesas e dos *National Codification Bureaux* dos outros 62 países que compõem o Sistema OTAN de Catalogação.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Técnico Superior e 7 Outros

Ações de melhoria adotadas: Os Catalogadores do CNC tiveram oportunidade de obter Formação Avançada em catalogação através da participação nas reuniões técnicas do AC/135 (Panel A, TSWG e NDER group). Esta participação é fundamental para a manutenção da qualidade da catalogação nacional.

OOP11 - (OE1) Potenciar a realização de auditorias de Ambiente e Qualidade por parte da DGRDN.

- **Ind.12** - % de execução do plano de auditorias AQAP.
- **Ind.13** - N.º de auditorias de ambiente a unidades da Defesa certificadas.

Ind.	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
12	70%	5%	93%	100%	132,61%	Superou
13	2	1	4	2	100,00%	Atingiu

Fontes de Verificação: Relatórios de auditorias de qualidade AQAP; Relatórios de auditorias de ambiente; Relativamente às fontes de verificação os relatórios das auditorias encontram-se disponíveis na DADAQ/DSQA.

Breve Análise: Qualidade

- O Plano anual de auditorias AQAP foi cumprido a 100%. Os únicos desvios a registar foram pequenos ajustes a três datas de auditorias, por solicitação das empresas, e a realização de uma auditoria de certificação inicial à empresa AIGA, S.A. cuja solicitação de certificação foi recebida após a aprovação do plano anual de auditorias AQAP;

- De referir que em 2020 foi realizado um inquérito de satisfação às empresas com certificação AQAP, tendo sido aferido que 83.3 % afirmam que a certificação AQAP tem um impacto muito positivo no desempenho da sua organização. De salientar que, 100% das entidades reponderam que tencionam manter a certificação e que a recomendaria a outras organizações. De referir ainda que, 83,3% das entidades sentem necessidade de ter acesso a formação em normas AQAP, uma vez que consideram um processo trabalhoso e exigente.

Ambiente

- As unidades militares que possuem sistemas de gestão ambiental (SGA), especialmente as unidades certificadas com a norma ISO 14001:2015 e/ou registadas no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS), necessitam de realizar auditorias periódicas para dar cumprimentos aos requisitos dos normativos. A equipa técnica da área de Ambiente tem realizado auditorias quando os Ramos assim solicitam, principalmente quando um novo SGA está em fase de implementação.
- A realização de auditorias de ambiente e a promoção de implementação de SGAs é um dos objetivos do Plano de Ação da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional.

Síntese das Atividades: Qualidade

Foram auditadas 13 empresas com a certificação AQAP 2110 e uma empresa com a certificação AQAP 2210. Destas certificações, dez foram de renovação, duas de acompanhamento e uma inicial.

Ambiente

No dia 26 de maio de 2021, a área do Ambiente integrou a equipa auditora da auditoria interna de ambiente realizada à Base Aérea n.º 5, unidade registada no EMAS; Em 22 e 23 de setembro de 2021, foi realizada a primeira auditoria ao SGA dos navios classe Viana do Castelo da Esquadilha de Navios de Superfície, a pedido da Marinha, tendo sido a primeira auditoria de ambiente realizada em unidades navais por técnicos da DGRDN; Ainda no âmbito dos Sistemas de Gestão Ambiental, ao longo do ano de 2021, a área do Ambiente prestou aconselhamento técnico à Estação Radar n.º 1 e à Liga dos Combatentes.

Recursos Humanos envolvidos:

1 Chefe de Divisão e 5 Técnicos Superiores

Ações de melhoria adotadas:

- **Qualidade**

No âmbito da Autoridade Nacional para Garantia Governamental da Qualidade e da certificação AQAP foi assegurada a formação dos auditores, nomeadamente o curso de auditor coordenador com reconhecimento internacional IRCA-CQI ISO 9001 Quality

Management Systems Auditor/Lead Auditor Training Course para um colaborador e formação de Interpretação da norma EN 9100:2018 Quality Management Systems - Requirements for Aviation, Space and Defence Organizations, para todos os colaboradores.

- **Ambiente**

Decorrente da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional a DGRDN proporcionou formação de Interpretação da norma ISO 14001:2015 a 14 militares dos três Ramos das Forças Armadas, com o intuito de com esta competência manterem/implementarem sistemas de gestão ambiental nas Unidades Militares, sendo também este um objetivo da Diretiva.

Gráficos com o grau de concretização por parâmetros.

Gráfico 1 – Grau de concretização dos indicadores: Eficácia

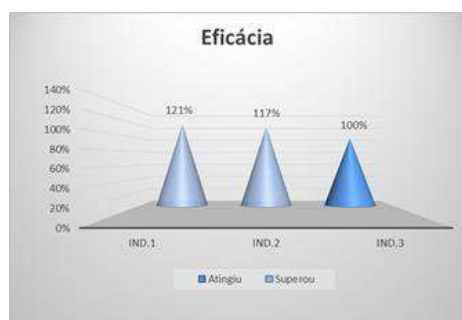


Gráfico 2 – Grau de concretização dos indicadores: Eficiência

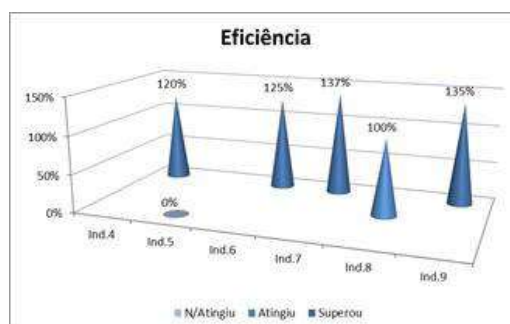


Gráfico 3 - Grau de concretização dos indicadores: Qualidade

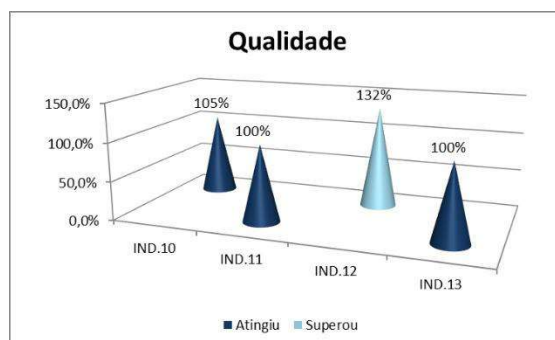


Gráfico 4 - Grau de concretização dos indicadores da DGRDN

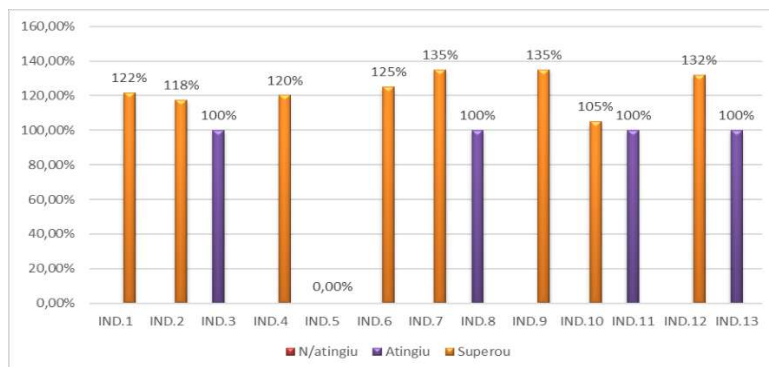
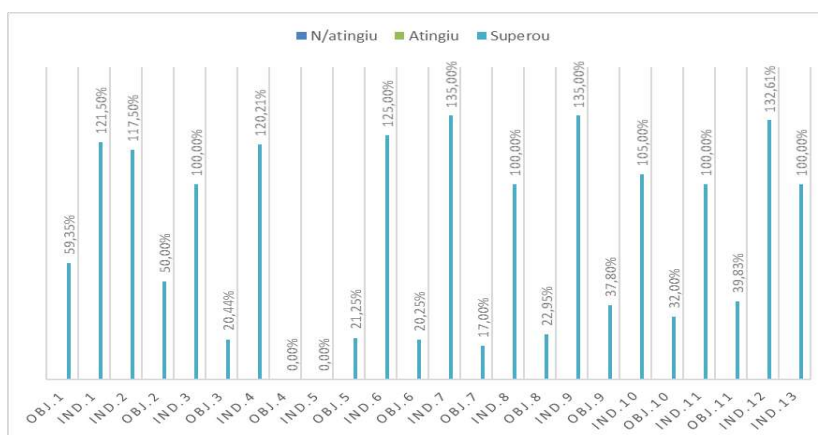


Gráfico 5 – Grau de concretização dos objetivos e indicadores



Recursos Humanos da DGRDN

Para o apuramento da assiduidade foi elaborado um mapa onde se encontra refletido o somatório dos recursos humanos planeados – em 01 de janeiro de 2021 – e os executados – à data de 31 de dezembro de 2021 – e para o efeito contribuíram os registos de entradas e saídas de pessoal na DGRDN, bem como os dados de assiduidade fornecidos pela plataforma de gestão da assiduidade SRH Plus.

Através da apresentação destes cálculos é possível aferir a pontuação planeada e a pontuação executada por carreiras e, conseqüentemente obter informações relativas à

assiduidade dos dirigentes e trabalhadores para o cumprimento da missão, bem como identificar o nível de absentismo.

Partindo da pontuação atribuída para cada dirigente ou carreira, foram planeados 2894 pontos de acordo com a natureza dos recursos humanos existentes nesta Direção-geral aquando da realização do QUAR 2021, calculando os dias úteis de trabalho efetivo previsíveis 248, sem contabilização dos dias de férias, fins-de-semana e feriados, destes foram executados 2623.50 pontos, o que significa um desvio de 270.50.

Em relação aos desvios negativos nas categorias Assistentes Técnicos/Técnicos de informática (incluí Sargentos) e Assistentes Operacionais (incluí praças) está relacionado com a entrada/admissão de novos trabalhadores na Direção Geral, e quando se planeou o QUAR para 2021, o número de efetivos efetivo era menor.

Quadro 3 – Cálculo dos pontos dos Recursos Humanos executados no ano de 2021

RH	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio	Taxa de utilização	Taxa Desvio
Dirigentes Superiores	20	60	58	-2	97%	-3%
Dirigentes Intermediários	16	368	314,5	-53,5	85%	-15%
Técnicos Superiores	12	1596	1373	-223	86%	-14%
Coordenadores Técnicos	9	18	15	-3	83%	-17%
Assistentes Técnicos	8	672	682	10	101%	1%
Assistentes Operacionais	5	180	181	1	101%	1%
Total		2894	2623,5	270,5	554%	-46%

Assim, em 31 de Dezembro de 2021 a DGRDN conta com um efetivo 276 elementos, que se distribuem da seguinte forma:

Quadro 4 – Distribuição dos trabalhadores por carreira/categoria

Carreira/Categoria	Quantidade
Dirigentes - Direção Superior	3
Dirigentes - Direção Intermédia	22
Técnicos Superiores	74
Pessoal Informático	8
Assistentes Técnicos	26
Assistentes Operacionais	14
Militares (Oficiais, Sargentos, Praças)	129
TOTAL	276

O número global de efetivos era de 276 trabalhadores, os quais se encontravam distribuídos por dois grupos de pessoal, 147 civis e 129 militares:

- 147 - Pessoal Civil = 53,3 - %
- 129 Pessoal Militar = 46,7 - %.

Quadro 5 - Quadro síntese do tipo de ausência ao serviço ocorridos em 2021

Tipo de Ausências p/ Dias	Homens		Mulheres		Total	
Casamento	0	0,0%	11	100,0%	11	1,4%
Parentalidade	58	20,4%	226	79,6%	284	37,1%
Falecimento de Familiar	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Doença/Doença prolongada	242	54,5%	202	45,5%	444	58,0%
Assistência a familiares	0	0,0%	10	100,0%	10	1,3%
Acidente serviço/Doença profissional	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Trabalhador estudante	0	0,0%	6	100,0%	6	0,8%
Por conta período de férias	4	40,0%	6	60,0%	10	1,3%
Com perda vencimento	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Outras	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total de dias de Faltas [DF]	304	127,2%	461	192,9%	765	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	174	67,2%	102	39,4%	276	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*253)	44 022	63,0%	25 806	39,5%	69 828	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	0,7%		1,8%		1,1%	

RH - Planeados, executados e desvios.

Gráfico 6 – Pontuação dos Recursos Humanos planeados e executados em 2021

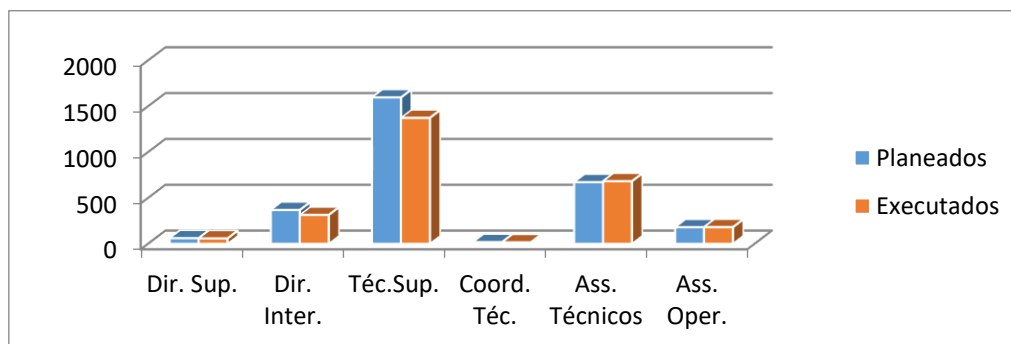
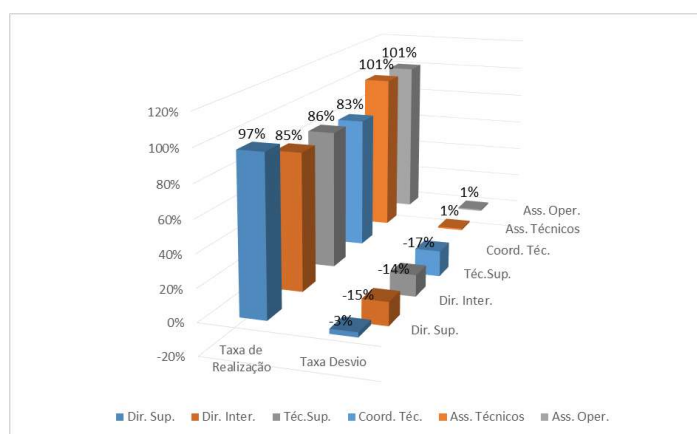


Gráfico 7 – Taxa de realização/desvios do cálculo dos Recursos Humanos



Quadro 6 – Quadro resumo do cálculo da execução da pontuação dos recursos Humanos em 2021

Planeados	Executados	Taxa de Execução%	Desvio%
2894	2623	91%	-9%

Análise da produtividade.

O desempenho da DGRDN, no seu global, foi superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do respetivo QUAR de 2021 de 105% para uma taxa de utilização dos recursos humanos planeados, que se situou em -9%, tendo em conta os desvios dos 7 indicadores superados e os restantes alcançados.

Quadro 7 - Análise da produtividade da DGRDN em 2021

Índice	Fórmula de cálculo	Resultado
Taxa de concretização dos objetivos da DGRDN	Média Ponderada da realização dos objetivos de eficácia, eficiência e qualidade	105%
Taxa de realização dos Recursos Humanos	RH executados/RH planeados	91%
Índice de Produtividade	Taxa de concretização global dos objetivos/taxa de execução dos RH	115%

Recursos Financeiros

Em termos orçamentais, a DGRDN é constituída por 17 orçamentos/atividades distintas, distribuídas da seguinte forma:

1. Orçamento de Funcionamento, incluindo aqui não só as Receitas Gerais, resultante da atividade 256, bem como as Receitas Próprias, decorrentes das atividades 244 e 258; o Departamento dos Antigos Combatentes (DAAC), o Dia da Defesa Nacional (DDN), a Divulgação, os Incentivos, o CIOFE, os PALOP's, a Estação Ibéria NATO, o Polo NSPA, o Turismo Militar e a OCDR;
2. Orçamento da Lei de Programação Militar (LPM);
3. Orçamento da Lei de Infraestruturas Militares (LIM);
4. Orçamento da Receita Quotizações NATO;
5. E por último, integrando um capítulo diferente, os Projetos de Investimento, ex-PIDDAC.

Para efeitos de monitorização do QUAR 3º Quadrimestre, a dotação orçamental corrigida da DGRDN para o ano 2021 é aquela que se expõe nos quadros abaixo.

Orçamento da DGRDN – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2021 Valores em euros (€)

Designação	Dotação Corrigida	Executados	Taxa de Execução
Orçamento de funcionamento	11.122.764 €	10.103.732 €	91 %
Despesas com o Pessoal	8.148.997 €	8.275.846 €	101 %
Aquisição de bens e serviços	2.141.829 €	1.676.215 €	78 %
Outras despesas correntes	831.938 €	151.671 €	18 %
Ex-PIDDAC	863.722 €	484.817 €	56 %
Outros valores ¹	480.212.750 €	409.927.236 €	85 %
Total (OF + PIDDAC + Outros)	492.199.236 €	420.515.786 €	86 %

Resumo da execução dos Recursos Financeiros da DGRDN em 2021

Planeados	Corrigido	Executados	Taxa de execução (%)	Desvio
380.208.942 €	492.199.236 €	420.515.786 €	86 %	71.683.450 €

A DGRDN, relativamente ao ano de 2021 -- apresenta uma execução orçamental no montante de 420.515.786 €, o que representa 86% de execução do orçamento total.

No que diz respeito ao orçamento de funcionamento, verificou-se uma execução total da despesa, no montante de 303.239.437 €, dos quais, 7.443.308 € decorrem das Receitas de Impostos e os restantes 295.796.129 € das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas de Impostos representam 2,45 % da execução total da despesa do orçamento de funcionamento e os restantes 97,55 % são relativos da execução das Receitas Próprias. Este aumento muito acentuado na execução do orçamento de Atividades/Funcionamento das receitas próprias, deve-se ao pagamento do Princípio de Onerosidade das Forças Armadas relativo a 2020, ter transitado para 2021, através de

¹ «Outros valores» inclui a dotação dos orçamentos da Lei de Programação Militar, Lei de Infraestruturas Militares, Quotizações NATO, bem como as aquisições de bens de capital das Receitas de Impostos (256) e das Receitas Próprias (atividade 236, 244 e 258), transferências para as ONG's e Quotas relativas à Saúde Militar e ao Desporto Militar.

uma Abertura de Crédito Especial. Assim, em 2021 foram efetuados os respetivos pagamentos relativos ao Princípio de Onerosidade de 2020 e 2021.

A dotação corrigida apresenta um valor superior ao montante planeado devido ao reforço orçamental decorrente das atividades financiadas com recurso a verbas da Lei do Serviço Militar, autorizadas por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional.

Orçamento da DGRDN por Orçamentos – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2021

Valores em euros (€)

Centro Financeiro	Dotação Corrigida	Execução	Execução (%)
Atividades (DGRDN)	319.540.925 €	305.172.034 €	97 %
DAAC	1.602.960 €	1.359.375 €	85 %
DDN	1.138.568 €	894.513 €	79 %
CIOFE	62.290 €	31.695 €	51 %
Divulgação	37.663 €	0 €	0 %
Incentivos	111.942 €	111.865 €	100 %
EINATO	830.368 €	824.531 €	99 %
POLO NSPA	232.146 €	222.857 €	96 %
Turismo Militar	0 €	0 €	0 %
LPM	131.376.443 €	98.937.252 €	75 %
LIM	23.978.828 €	10.794.930 €	45 %
Receita Quotizações NATO	12.295.522 €	1.582.249 €	14 %
Ex-PIDDAC	863.772 €	484.817 €	56 %

A DGRDN, em 2021, como se pode constatar da análise dos quadros expostos:

1. Teve uma execução orçamental total de 86 %.
2. As atividades decorrentes da Lei do Serviço Militar tiveram uma execução de aproximadamente 63 %.
3. A execução das atividades que decorrem do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do DDN totalizaram o montante de 894.513 €, o CIOFE no valor de 31.695 €.
4. O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 1.359.375 €.

5. A Lei de Programação Militar apresentou uma execução de 75%. Releva-se que no final do ano, procedeu-se a uma transição de saldos no montante de 52.766.322,58 €.
6. A Lei Orgânica n.º 6/2015 de 18 de maio, Lei de Infraestruturas Militares (LIM), estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos no financiamento dos projetos neles previstos, tendo apresentado em 2021 uma taxa de execução de 45%.
7. Relativamente à execução do orçamento LPM e LIM, são elaborados relatórios analíticos anuais, relativos às suas execuções.
8. Na Receita Quotizações NATO, foi programado um montante de 12.295.522 €, para fazer face às despesas inerentes aos projetos NATO em curso, as quais não ocorreram conforme o planeado, tendo-se verificado uma baixa taxa de execução, na ordem dos 14%.

Análise “Custo-Eficácia”

Uma análise do custo – eficácia pretende avaliar em que medida o custo inerente ao desempenho global foi o menor possível. O desempenho da DGRDN foi ligeiramente superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do QUAR de 105% em comparação com a taxa de utilização dos recursos financeiros.

Sistema de Controlo Interno (SCI)

A Portaria n.º 283/2015, de 15 de setembro, expõe de forma clara as competências de cada unidade orgânica a par do determinado na Carta de Missão, prevista no Decreto-Regulamentar n.º 8/2015, de 31 de julho, constituindo a base de avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI).

O SCI dispõe de um conjunto de meios que permite efetuar o controlo da gestão interna do serviço particularmente pelo acompanhamento dos instrumentos de gestão (Planeamento de programas e ações através do Plano de Atividades, análise previsional

de pessoal no Balanço Social, Relatório de Atividades e monitorizações do QUAR, bem como o recurso à lista de verificação disponibilizada.

Da análise da lista de verificação, verifica-se que a DGRDN cumpre grande parte dos requisitos enunciados, apesar de, formalmente, certos processos e instrumentos ainda não estejam totalmente implementados. A DGRDN desenvolveu e agilizou a normalização de circuitos, procedimentos e minutas relativas aos documentos de apoio, existindo uma plataforma interna de gestão documental.

As impressoras instaladas na DGRDN são comuns, pré-definidas com escala de cinza e impressão frente e verso, cujo acesso se faz através do cartão pessoal de cada trabalhador, ficando registado o número de fotocópias/trabalhador.

A Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA), tem a seu cargo a *gestão do economato*. Existe uma aplicação, acedida pela rede interna, em que as unidades orgânicas solicitam os materiais de aprovisionamento, através de requisição de material, sendo entregue em dia fixo preestabelecido.

Na *gestão da assiduidade* está implementado o sistema de registo de assiduidade que se processa através da passagem do cartão pessoal, que regista a hora de entrada e saída de cada trabalhador, bem como o registo diário da situação em que cada trabalhador se encontra, no que se refere a ausências, nomeadamente, faltas e de licenças (sistema SRH PLUS).

Não se encontra implementado um sistema de controlo interno no âmbito da contratação pública, no entanto foi levado a cabo a implementação do manual de controlo interno que define responsabilidades dos respetivos intervenientes neste âmbito.

Contudo, está instituído informalmente um mecanismo de controlo interno que garante uma adequada segregação de funções no que tange aos atos de autorização, aprovação, execução e controlo da despesa. Para além do facto, destacamos a intervenção da Secretaria-Geral nesta matéria, como seja, nas fases do cabimento, compromisso e processamento de pagamento.

Inquérito Sistema de Controlo Interno (SCI)

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 A fiscalização interna do sistema de controlo interno é regida por lei?		X		
1.2 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		Não existe equipa de controlo e auditoria autónoma
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, princípios de bom governo)?		X		Os valores éticos e de integridade que regem o serviços estão definidos no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (Lei nº 58/2008, de 9 de setembro)
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?		X		O acesso à formação processa-se de acordo com as necessidades do serviço e motivação pessoal. Em preparação um plano de formação para 2021.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?		X		Realizam-se reuniões regulares de dirigentes e com despacho diário.
1.7 O arquivo de documentos é organizado e permite a fácil localização?		X		A DGRDN dispõe de uma aplicação adquirida especificamente para a gestão documental.
2 – Estrutura organizacional				
2.1 - Existe um organograma legal da entidade? Corresponde ao organograma real?		X		Em atualização sempre que necessário e distribuição interna

2.2 - Existe uma definição clara de funções e responsabilidades por unidade orgânica e por cada dirigente e trabalhador?	X			As funções e atribuições de cada unidade correspondem rigorosamente àquelas que constam na legislação.
2.3 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A <i>missão, atribuições e competências</i> da Direção-Geral da DGRDN fundamentam-se no Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho (identifica a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do serviço), na Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro (circunscreve a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas) e nos despachos que definem e implementam a estrutura flexível da DGRDN (criação de divisões e equipa multidisciplinar)
2.4 Os colaboradores do serviço foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			SIADAP 2 e 3 – Desenvolveram-se todas as fases relativas ao processo de avaliação de desempenho referentes ao ciclo bienal 2019/20 (auto-avaliação, harmonização das propostas de avaliação, reuniões de avaliação, validação e reconhecimento das avaliações, apreciação de avaliações pela Comissão Paritária, homologação).
2.5 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentam pelo menos uma ação de formação	X			Participou-se em 32 ações (internas e externas) e 74 o nº de intervenientes.
2.6 – São elaborados Planos de Atividade?	X			São elaborados anualmente e sempre nos prazos legais estipulados para o efeito.
2.7 – São elaborados Relatórios de Atividade?	X			São elaborados anualmente com elevado grau de detalhe e no cumprimento dos prazos legais estipulados
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existe manual de procedimentos interno e/ou de contabilidade?	X			Existe apenas manual de procedimento da aplicação do SIADAP
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Direção
3.4 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É elaborado um plano anual de compras, tendo em conta as necessidades por unidade orgânica e de acordo com o orçamento da DGRDN

3.5 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Dentro da unidade orgânica e entre unidades orgânicas sempre que considerado adequado
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimo?	X			Existe manual de viaturas e de fundo de manuseio funcional
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Existe um programa de gestão documental que recebe/envia os documentos dentro dos fluxos de informação inerentes às unidades orgânicas (GIIgenio)
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?		X		Constituído um grupo de trabalho para a elaboração do Plano da DGRDN (atividade em curso)
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	Ver resposta anterior
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			No âmbito das aplicações de gestão de recursos financeiros, a DGRDN utiliza a plataforma disponibilizada em modo partilhado pela SG/MDN e denominada SAP. A gestão documental possui aplicação adquirida no exterior. O controlo de assiduidade o SRH Plus. Outras áreas têm o suporte de aplicações produzidas internamente.
4.2 - As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		As aplicações produzidas internamente partilham um sistema integrado de credenciação, contudo, relativamente à manipulação dos dados, esta integração não se aplica pelo facto de tratarem informação díspar.
4.3 - Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			Os mecanismos relativos à fiabilidade da informação encontram-se integrados nas aplicações sob a forma de procedimentos internos, contudo recorre-se igualmente à decomposição da informação e conferência dos dados.
4.4 - A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			Através de relatórios
4.5 - Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Os requisitos de segurança definidos internamente assentam sobre os princípios

				<p>da confidencialidade, integridade, disponibilidade e controlo de acessos.</p> <p>Ligada a estas premissas, existe uma cuidada política de cópias de segurança.</p>
4.6 - A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			As aplicações encontram-se protegidas por mecanismos de autenticação, evitando desta forma o acesso por utilizadores não autorizados.
5 – Pessoal				
5.1 – Quem tem competência para autorizar e quais as formalidades a cumprir na admissão de novos trabalhadores?	X			Quem tem competência é o Diretor-geral e sempre através de concurso ou mobilidade interna
5.2 – Existe para cada trabalhador um processo individual? Estão atualizados?	X			Cada trabalhador e dirigente tem um processo individual, sempre atualizado, devidamente numerado e onde são arquivados todos os documentos relacionados com os mesmos. Tem-se procedido à sua digitalização
5.3 - Está controlado o acesso a estes processos?	X			Os processos encontram-se em armários de arquivo sempre fechados à chave
5.4 – Existe controlo de horários?	X			O controlo é efetuado através de cartão magnético que regista as entradas e as saídas, havendo controlo sobre as horas de presença e as horas trabalhadas (SRH PLUS)
5.5 – A realização de trabalho suplementar está previamente autorizada e enquadrada legalmente?	X			Anualmente é elaborada uma informação acompanhada de despacho do Diretor-geral com a previsão eventual da necessidade de se realizar trabalho suplementar, normalmente para o motorista e secretária.
5.6 – É efetuado anualmente o Balanço Social do Serviço?	X			Anualmente o Balanço Social é elaborado dentro dos prazos legais.

Legenda: S – sim; N – não; NA – Não aplicável

Audição Externa e Interna

Inquéritos internos

Relativamente aos inquéritos destinados ao pessoal da DGRDN para avaliação do grau de satisfação no serviço, aplicou-se um questionário para todos os trabalhadores.

A escala contínua que mede o grau de satisfação é a seguinte: 1 (muito insatisfeito) a 6 (muito satisfeito).

O “Questionário de satisfação para trabalhadores” apresentado *on-line*, valorou os seguintes aspetos de satisfação: perceção geral dos colaboradores com a organização, gestão e sistemas de gestão, condições de trabalho, desenvolvimento da carreira, motivação, estilo de liderança, e, condições de higiene, segurança, equipamentos e serviços. Foram distribuídos 259 questionários (considerando o nº de trabalhadores a 31 de dezembro). O quadro seguinte resume os principais resultados percentuais obtidos.

Quadro 8 - Questionário interno (resultados)

Grau de satisfação/Questões	1	2	3	4	5	6	NS/NR*	Valor Médio Questão
SATISFAÇÃO GLOBAL ORGANIZAÇÃO	2,3%	2,3%	31,8%	40,5%	9,1%	6,1%	8,0%	3,8
ESTILO DE LIDERANÇA (Dirigentes Superiores)	1,9%	8,7%	29,9%	30,3%	11,7%	3,4%	14,0%	3,6
ESTILO DE LIDERANÇA (Dirigentes Intermédios)	1,1%	4,0%	32,1%	26,1%	12,2%	10,8%	13,6%	3,9
CONDIÇÕES DE TRABALHO	0,8%	3,8%	27,7%	32,6%	11,7%	8,7%	14,8%	3,9
Desenvolvimento da Carreira	4,3%	2,3%	34,8%	32,8%	6,9%	4,0%	14,9%	3,6
Níveis de Motivação	2,6%	1,7%	40,8%	31,2%	4,7%	2,6%	16,3%	3,5
Higiene, Segurança, equipamentos e serviços	2,3%	2,7%	39,8%	30,7%	5,7%	2,7%	16,1%	3,5
Satisfação Sistemas de Gestão	0,0%	5,2%	36,2%	31,0%	1,7%	8,6%	17,2%	3,7
SATISFAÇÃO GLOBAL	1,9%	3,8%	34,1%	31,9%	8,0%	5,9%	14,4%	3,7

*N/S - Não sabe / Não responde

A resposta à questão “satisfação com a organização” que se apresenta no gráfico abaixo, incide em sub-questões como a imagem da organização, seu desempenho global, nível de envolvimento dos trabalhadores na organização e missão do serviço e, envolvimento dos trabalhadores em atividades de melhoria.



O resultado atingido satisfaz positivamente considerando os valores dos graus 4, 5 e 3. Nas respostas a todas as questões base (7), os resultados de “satisfação global” são também positivos para os mesmos graus acima referenciados.



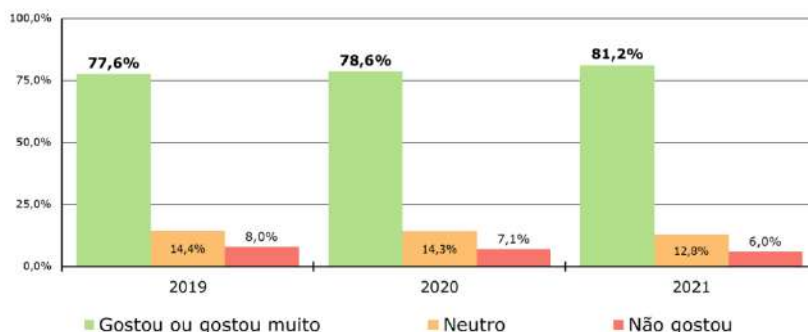
Inquéritos externos

O **Dia da Defesa Nacional**, tanto pelos seus objetivos como pela abrangência associada à sua implementação, constitui-se como campo fundamental para recolha de informação passível de enformar uma análise sobre a relação dos jovens com as Forças Armadas.

A edição de 2021 do Dia da Defesa Nacional alcançou 74 232 jovens portugueses, um número superior ao de 2020 (44 728), mas ainda assim menor que em anos anteriores à pandemia. De facto, à semelhança do que ocorreu em 2020, em 2021 não foi possível que a 17.ª edição do DDN decorresse entre janeiro e dezembro e que envolvesse os 32 Centros de Divulgação de Defesa Nacional (CDDN) por todo o país. A situação epidemiológica da Covid-19 em Portugal determinou que o Ministério da Defesa Nacional decidisse suspender o DDN entre 07 de janeiro e 30 de abril, tendo assim a edição de 2021 iniciado a 03 de maio e terminado a 17 de dezembro. Durante o período de atividade, funcionaram 28 CDDN em várias regiões do país.

Enquanto objeto de estudo e com vista a avaliar a forma como o Dia da Defesa Nacional é percecionado pelos jovens que nele participam, podemos dizer que os resultados gerais obtidos em 2021 foram muito satisfatórios, uma vez que 81,2% dos jovens gostaram ou gostaram muito do Dia, e apenas 6% dos jovens formularam uma opinião negativa.

Dispersão da opinião geral sobre o DDN por parte dos inquiridos



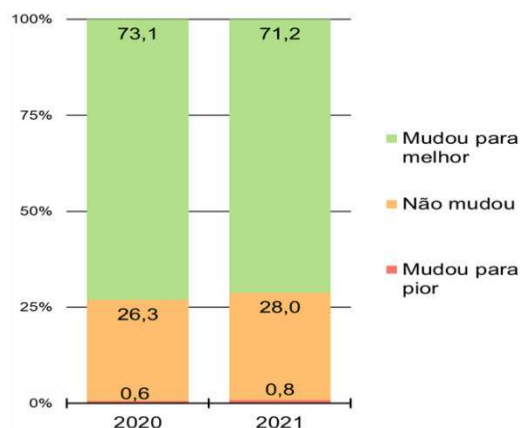
Se enquadrarmos estes valores de apreciação nos 16 anos de implementação do Dia da Defesa Nacional, como exposto no gráfico abaixo, percebemos que as alterações que foram introduzidas em consequência da situação epidemiológica não baixaram a atratividade da iniciativa.

Evolução média da apreciação do Dia da Defesa Nacional



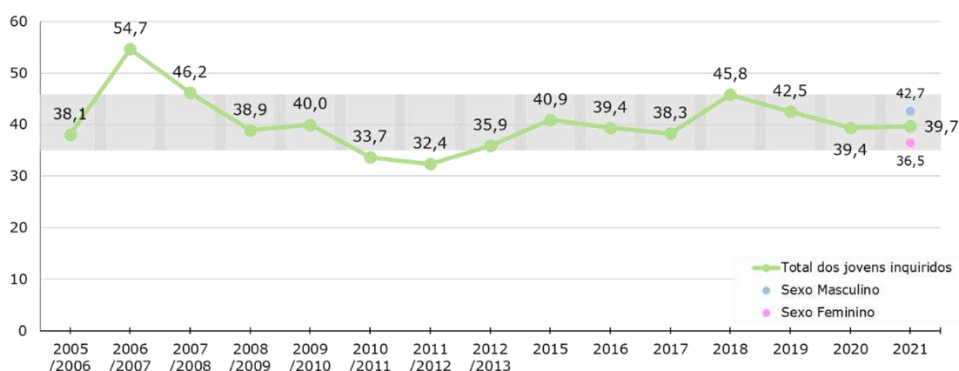
Relativamente à opinião dos jovens sobre as Forças Armadas após a participação no Dia da Defesa Nacional, verifica-se que 71,2% dos jovens afirmam que a sua opinião mudou para melhor, ao passo que apenas 0,8% dos jovens referem uma posição inversa. Estes dados demonstram, por isso, que o Dia da Defesa Nacional tem efeito positivo em matéria de estruturação de opiniões e representações sobre as Forças Armadas e deve ser valorizado enquanto tal.

Opinião sobre as Forças Armadas após a participação no DDN (%)



No que respeita à predisposição dos jovens para ingressarem nas Forças Armadas, no Regime de Voluntariado/de Contrato (RV/RC), verifica-se que 41,8% dos jovens não manifestou interesse, 39,7% revelou predisposição para ingressar, e 18,5% dos jovens declararam uma posição neutra entre estes dois polos.

Evolução da predisposição para ingresso nas Forças Armadas, no RV/RC (%)



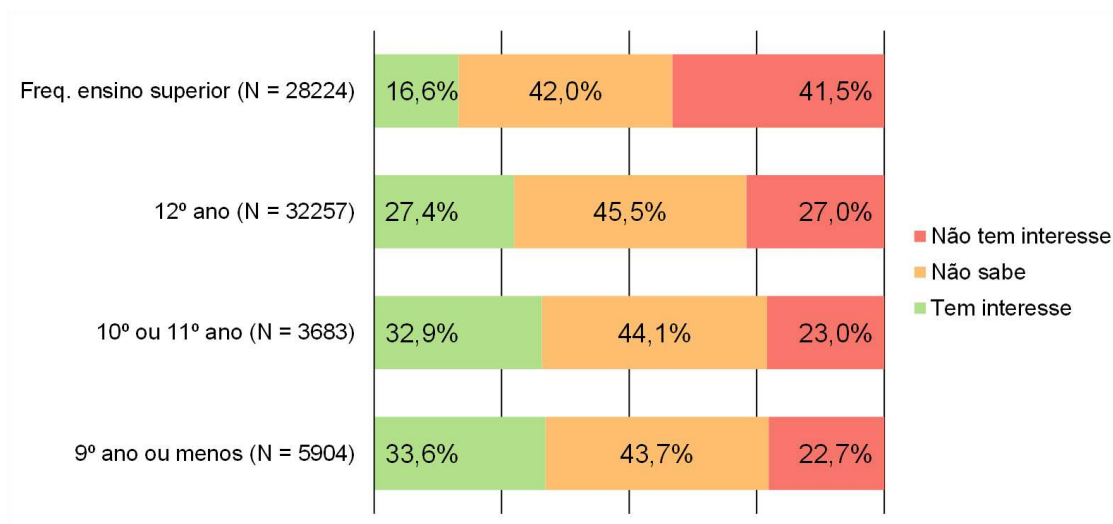
No que respeita a valores médios percentuais e por sexo (cf. gráfico acima), verifica-se que as mulheres revelaram uma menor predisposição para ingressar (36,5%) do que os homens (42,7%), ainda que esta diferença se tenha vindo a esbater nos últimos anos.

Analisando a variação da predisposição para ingresso nas Forças Armadas **em função da escolaridade**, podemos ver que, à semelhança de anos anteriores, a percentagem de jovens interessados em ingressar vai diminuindo à medida que a escolaridade concluída ou frequentada aumenta.

Relevante é o facto de que 27,4% dos jovens que frequentam ou concluíram o 12.º ano (e que são a maioria na população em estudo) equacionam a possibilidade deste ingresso num futuro próximo. Este número percentual aumenta para 32,9% e 33,6%, respetivamente, nos dois patamares inferiores de escolaridade. A conjugação destes dados permite equacionar o futuro com algum otimismo quanto ao potencial de recrutamento.

No entanto, importa salvaguardar que manifestar a intenção é diferente de a concretizar, pelo que caberá às Forças Armadas e às entidades com intervenção ao nível do recrutamento alguma ação potenciadora neste domínio.

Predisposição para ingresso nas Forças Armadas num futuro próximo, no RV/RC e por nível de escolaridade.



Em conclusão, é possível afirmar que em matéria de apreciação do Dia da Defesa Nacional, este foi avaliado de forma muito positiva, tendo os valores de 2021 mantido níveis elevados nos diversos indicadores recolhidos. Este facto permite dizer que a continuidade de atuação sobre a reconfiguração do modelo de implementação demonstra sustentabilidade.

Balanço Social

O Balanço Social como instrumento de gestão na área dos recursos humanos foi instituído pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro, e estabeleceu a sua elaboração para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local com um mínimo de 50 trabalhadores. O Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, estabeleceu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN). A estrutura nuclear do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas, bem como, o estabelecimento de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas disciplinares foram definidas pela Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro.

O Balanço Social 2021, como instrumento de gestão previsional de pessoal caracteriza a distribuição dos recursos humanos presentes entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, evolução e tendências. Os indicadores calculados (taxas e índices) demonstram estatisticamente as continuidades, alterações e mudanças ocorridas no serviço. A 31 de dezembro de 2021 trabalhavam na Direção-geral 276 trabalhadores e particularmente considerou-se:

- Incentivar a valorização e o aumento da motivação de todos/as os/as trabalhadores/as através do acesso à formação profissional;
- A racionalização e boa gestão dos encargos com pessoal, considerando as reais necessidades de funcionamento do serviço;
- Usufruir da melhoria de equipamentos (condições de trabalho);
- O controlo efetivo (possível) e eficiente da assiduidade.

Caracterização dos fatores mais significativos do perfil profissional do pessoal da DGRDN:

- Grupo de pessoal – civil (53,3%);
- Grupos profissionais (dominância) – militar (46,7%) e técnico superior (26,8%);
- Tipo de funções exercidas (dominância) – técnicas (73,5%);
- Modalidade de vinculação – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (44,2%);
- Colocação dos recursos humanos pela estrutura orgânica – DSPSM (26,8%);
- Sexo – masculino (63%);
- Idade – média 46 anos;
(grupos etários dominantes: 50 a 54 anos – 18% e dos 45/49 -16%)
- Antiguidade na AP – 21 anos (média);
- Habilitações – formação superior (62,2%);
- Modalidade de horário de trabalho – flexível (78,6 %);
- Escalão remuneratório mais frequente
501€ a 1000€ - 47 trabalhadores (17%);
- Assiduidade – 2,7 dias de faltas (média absentismo/trabalhador);
- Formação profissional – 4,4 h (média horas de formação/trabalhador).

Junta-se ao presente Relatório em anexo o documento específico elaborado neste âmbito já apresentado superiormente.

Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho

Ações de melhoria

Tendo como pilar principal a sua missão, o ano de 2021 para a DGRDN ficou marcado com a realização e conclusão de várias iniciativas/eventos consolidando o seu crescimento e desempenho,

Foi preocupação permanente a integração e otimização dos processos internos, numa lógica de orientação para a gestão por objetivos e para a melhoria contínua, através da introdução de modelos e ferramentas que potenciam a melhoria do desempenho da Direção-geral, bem como pela estabilização do seu quadro de recursos humanos.

A Direção-geral, por forma orientada através das suas unidades orgânicas foi alvo de implementação de medidas que permitissem o alinhamento de processos, funções e pessoas, nomeadamente no seguinte:

- Atualização e revisão de metodologias de trabalho e processos internos;
- Integração dos Sistemas de Informação existentes e implementação de novos processos assentes nas tecnologias de informação e comunicação;
- Implementação de medidas no sentido de criar sinergias e eliminar recursos duplicados, mediante a gestão da mudança com o menor impacto possível nas pessoas;
- Investimento na motivação e qualificação dos colaboradores, nomeadamente através do desenvolvimento de um plano de formação orientado para as diversas áreas de atividade da DGRDN;
- Normalização dos processos e das atividades de gestão financeira e orçamental;
- Otimização dos recursos internos, com base em critérios de eficácia e eficiência, numa lógica de maximização de resultados e contenção de custos na Administração Pública, em consonância com as medidas de consolidação orçamental;
- Racionalização dos planos de ocupação de imóveis através da agregação de serviços.

Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação.

Na Administração Pública não existe outro organismo que prossiga os mesmos objetivos, portanto, não existem organismos homogêneos com os quais a DGRDN se possa comparar.

Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação.

Conforme disposto no artigo 18.º, n.º 3, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, compete ao dirigente máximo do serviço propor, como resultado da autoavaliação, a menção respeitante à avaliação final do serviço.

De acordo com o exposto no presente relatório quanto à apreciação quantitativa dos resultados alcançados, a avaliação final da DGRDN no que respeita à concretização do QUAR é de 105%. Em termos qualitativos a DGRDN, dos objetivos operacionais constantes do seu QUAR, superou os seus objetivos.

Autoavaliação da DGRDN

Objetivos	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	15%	65%	20%
Taxa de Realização	110%	102%	120%

Avaliação final quantitativa e qualitativa da DGRDN

Avaliação final do Serviço	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Taxa Média de Realização	104,62%		

Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do mesmo diploma legal, propõe-se a atribuição

da menção de *Bom* para o desempenho da DGRDN, visto que superou/atingiu os objetivos.

Avaliação dos Objetivos Operacionais complementares das Unidades Orgânicas

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação</i>
-------------------------	--

Objetivo 1	Elaborar projetos de diploma, acompanhar a respetiva aplicação, e elaborar pareceres técnicos na área de atribuições da Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação (DSAEEQ)
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração de projetos de diploma no âmbito das competências da DSAEEQ/DAE		
Indicador		
Concluídos para decisão superior dentro do prazo estabelecido		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antecipação do prazo estabelecido em 2 dias	Cumpriu no prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido
	X	

INICIATIVA 2		
Elaboração de pareceres e outros documentos de análise técnica no âmbito do EMFAR, da LSM e respetivo regulamento e do regime remuneratório		
Indicador		
N.º de documentos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de excepcional complexidade		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos 3 dias úteis sobre o prazo estabelecido	Cumpriu no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou o prazo estabelecido
	X	

INICIATIVA 3		
Reintegração de militares e ex-militares ao abrigo da Lei n.º 28/2018, de 16 de julho - Apoio técnico à Comissão de Apreciação		
Indicador		
Número de processos instruídos para submissão a decisão da Comissão de Apreciação		
Grau de concretização e resultados		

Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão da instrução dos processos 3 dias antes do prazo estabelecido	Cumpriu no prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido
	X	

Objetivo 2	Pessoal Civil e Militarizado
-------------------	------------------------------

INICIATIVA 1		
Elaboração de pareceres e outros documentos de análise técnica no âmbito do LTFP e do regime do pessoal militarizado		
Indicador		
N.º de documentos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de exceção de complexidade		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos 3 dias úteis sobre o prazo estabelecido	Cumpriu no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou o prazo estabelecido
	X	

INICIATIVA 2		
Recolha e tratamento dos dados reportados relativos ao pessoal civil e militarizado das Forças Armadas - Monitorização dos efetivos -		
Indicador		
Tratamento dos dados reportados no prazo de 10 dias úteis após a sua receção		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento dos dados 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 10 dias úteis	Conclusão do tratamento em tempo superior a 10 dias úteis
	X	

INICIATIVA 3		
Monitorização do sistema retributivo - Pessoal Militar e Pessoal Militarizado -		
Indicador		
N.º de documentos técnicos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de exceção de complexidade		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos 3 dias úteis sobre o prazo estabelecido	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou os 10 dias úteis
	X	

INICIATIVA 4		
Representação do MDN na Comissão Laboral (Acordo de Cooperação e Defesa Portugal – EUA) Coordenação da Delegação Nacional		
Indicador		
N.º de documentos técnicos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de excecional complexidade		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos 3 dias úteis sobre o prazo estabelecido	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou os 10 dias úteis
	X	

Nota: Os resultados da Iniciativa 1 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos.

Objetivo 3	Igualdade de Género
-------------------	---------------------

INICIATIVA 1		
Colaboração com o Gabinete da Igualdade do MDN		
Indicador		
1. Realização das atividades solicitadas pelo Gab. MDN no âmbito das questões de género 2. Participação em reuniões no âmbito das questões de género, mediante convocação do Gabinete da Igualdade		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1. Antecipação da conclusão das atividades face ao prazo estabelecido 2. Menos 3 dias úteis sobre o prazo estabelecido	1. e 2. Conclusão no prazo	1. e 2. Ultrapassou o prazo estabelecido
1 2	1 2X	1 2

INICIATIVA 2		
Colaboração com o Gabinete da Igualdade no âmbito do NATO Committee on Gender Perspectives		
Indicador		
Colaboração, a solicitação do Gabinete da Igualdade, na preparação e análise de documentação sobre a RCSNU 1325/2000 e instrumentos complementares		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão dos documentos/ações 2 dias antes do prazo fixado	Conclusão dos documentos/ações no prazo fixado	Conclusão dos documentos/ações depois do prazo fixado
	X	

Nota: Os resultados das Iniciativas 1, 2 e 3 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos.

Objetivo 4	Potenciar as qualificações dos militares e ex-militares
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Promover a criação e implementação de processos de certificação da formação profissional ministrada pela Defesa Nacional		
Indicador		
Desenvolvimento de iniciativas que visem aumentar as qualificações escolares ou profissionais dos Militares Peso: 20%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realização de duas iniciativas	Realização de uma iniciativa	Não realização de iniciativas
X		

INICIATIVA 2		
Promover a criação do guia militar para a qualificação		
Indicador		
Desenvolvimento de mapas por especialidade ou classe com o nível de certificação em determinados percursos profissionais tendo em vista a obtenção de qualificações de nível II ou IV Peso: 20%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mapas para mais de 6 especialidades	Mapas para 6 especialidades	Mapas para menos de 6 especialidades
X		

INICIATIVA 3		
Potenciar as qualificações dos militares e ex-militares para o mercado de trabalho		
Indicador		
N.º de horas de formação realizadas Peso – 60%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 3 ações de formação realizadas	3 ações de formação realizadas	Menos de 3 ações de formação realizadas
X		

Objetivo 5	Consolidar e monitorizar a implementação da reforma Defesa 2020 no sistema de ensino superior militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Conclusão do processo de regulamentação do IUM		
Indicador		
Resposta a solicitações de apreciação das propostas de diploma Peso 40%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaboração de parecer até 3 dias após a solicitação	Elaboração de parecer até 5 dias após a solicitação	Elaboração de parecer mais de 5 dias após a solicitação
	X	

INICIATIVA 2		
Apoio ao Conselho do Ensino Superior Militar (CESM)		
Indicador		
Elaboração das atas da reunião do CESM Peso 60%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
100% das atas efetuadas antes de 15 dias após a reunião do CESM	100% das atas efetuadas até 15 dias após a reunião do CESM	50% das atas efetuadas após 30 dias da reunião do CESM
	X	

Objetivo 6	Promover o conhecimento sobre o regulamento de incentivos à prestação do Serviço Militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Desenvolver ações de (in)formação sobre os incentivos em U/E/O militares		
Indicador		
Número de ações realizadas em U/E/O		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 10 ações	Entre 8 e 10 ações	Menos de 8 ações
X		

Objetivo 7	Reforçar a empregabilidade dos militares dos regimes de voluntariado e de contrato
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Divulgar Ofertas de Emprego junto dos militares e ex-militares		
Indicador		
N.º de ofertas divulgadas Peso – 60%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 1000	1000 ofertas	Menos de 1000
X		

INICIATIVA 2		
Aumentar o N.º de protocolos celebrados de apoio à qualificação		
Indicador		
N.º de protocolos Peso – 40%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 5 protocolos realizados	5 protocolos realizados	Menos de 5 protocolos realizados
X		

Unidade orgânica	Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar
-------------------------	---

Objetivo 1	Conceção e desenvolvimento do Observatório do Serviço Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Definir objetivos e estrutura (temática/atividades) do Observatório		
Indicador		
Definição de objetivos e estrutura em 6 meses		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Definição 30 dias antes do prazo	Definição no prazo	Definição após o prazo
		X

INICIATIVA 2		
Criar os instrumentos de cooperação institucional (protocolos e parcerias)		
Indicador		
Instrumentos de cooperação institucional criados em 6 meses		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu

Instrumentos de cooperação criados 30 dias antes do prazo	Instrumentos de cooperação criados no prazo	Instrumentos de cooperação criados após o prazo
		X

INICIATIVA 3		
Conceção da estrutura da plataforma temática (áreas de informação que integram observatório: efetivos; estudos; recrutamento)		
Indicador		
Ter a plataforma em funcionamento para utilização em 300 dias		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Estar em funcionamento 20 dias antes do prazo	Estar em funcionamento no prazo	Estar em funcionamento após o prazo
		X

INICIATIVA 4		
Conceção e implementação de um sistema de indicadores de sustentabilidade da profissionalização do Serviço Militar do eixo de suporte Sistema de Informação da Profissionalização		
Indicador		
Identificação de indicadores e fontes de alimentação da informação – 100 dias Configurar plataforma de carregamento, tratamento e divulgação – 300 dias		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Estar em funcionamento 20 dias antes do prazo	Estar em funcionamento no prazo	Estar em funcionamento após o prazo
		X

Este objetivo (e respetivas iniciativas) não foi atingido porque os trabalhos de suporte que são necessários (caracterização e acesso à informação de recrutamento existente nos ramos; acesso à plataforma SIGRHDN) só serão assegurados em 2022. Não obstante, foram desenvolvidos (ou estão em curso) estudos e trabalhos que irão concorrer para a implementação do Observatório e do sistema de indicadores de sustentabilidade da profissionalização (Jovens e Forças Armadas; Inquérito à População Portuguesa sobre Defesa Nacional e Forças Armadas; Estudo sobre as Barreiras ao Recrutamento).

Objetivo 2	Desenvolvimento e consolidação do processo de monitorização dos efetivos e das autorizações das admissões
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Assegurar a monitorização dos efetivos militares nos termos legalmente estabelecidos		
Indicador		
Tratamento dos dados reportados no prazo de 15 dias após a sua receção		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 15 dias	Conclusão do tratamento dos dados após o prazo
	X	

Durante os vários meses do ano, depois de os dados serem fornecidos pelos ramos, foram tratados e integrados num período inferior a uma semana.

INICIATIVA 2		
Assegurar a análise e tramitação dos pedidos de admissão de pessoal		
Indicador		
Emissão de parecer técnico		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Emissão do parecer 10 dias após a receção	Emissão do parecer 15 dias após a receção	Conclusão num período superior a 15 dias
	X	

Foram asseguradas as análises aos pedidos de admissão para os QP e RV/RC.

Objetivo 3	Desenvolvimento de processos de estudo/investigação no âmbito da sustentabilidade da profissionalização do serviço militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Implementar o estudo sobre Barreiras ao Recrutamento		
Indicador		
Conclusão da fase 1 do estudo (análise da informação existente nos ramos) em 300 dias		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão 30 dias antes do prazo	Conclusão no prazo	Conclusão após o prazo
		X

O Estudo encontra-se em curso, mas não foi possível a sua conclusão até ao final de 2021. Das componentes da Fase 1, foram efetuadas visitas técnicas às estruturas de recrutamento dos três ramos, tendo sido possível a recolha da informação que permitirá a caracterização dos processos de recrutamento normal e especial. Esta informação está a ser organizada e analisada, ao mesmo tempo que se planeia a recolha e análise estatística de fontes primárias da informação associada aos processos de recrutamento normal e especial. Foram ainda efetuadas entrevistas exploratórias aos candidatos às academias militares, encontrando-se a informação recolhida a ser alvo de análise e tratamento.

INICIATIVA 2		
Desenvolvimento do estudo de monitorização do Dia da Defesa Nacional e aferição do potencial de recrutamento		
Indicador		
Apresentação de relatório final e parcelares		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Desenvolvimento de todos os relatórios de centro e do relatório final até final do ano	Realização de 80% dos relatórios de centro e análise de dados do processo global	Apenas análise de dados global
	X	

Foram desenvolvidos relatórios de todos os Centros de Divulgação (33) e uma análise global em janeiro de 2022. Durante a última quinzena o mês de dezembro realizaram-se reuniões setoriais com os três ramos onde foram apresentados os resultados de cada CDDN nos principais indicadores relevantes para a avaliação da edição de 2021 e preparação da edição de 2022. Apenas não foi possível concluir todos os relatórios específicos de cada CDDN até ao final do ano de 2021 porque neste ano o funcionamento do DDN prolongou-se durante a primeira quinzena do mês de dezembro, o que fez com que a consolidação dos dados recolhidos só pudesse ser conseguida no final do ano.

Objetivo 4	Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Desenvolvimento de conteúdos tendo em vista a divulgação da profissão militar		
Indicador		
Atualização dos conteúdos associados às profissões e desenvolvimento de suportes digitais de divulgação		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Atualizar mais de 15 profissões	Atualizar 15 profissões	Não conseguir realizar o n.º definido
	X	

INICIATIVA 2		
Desenvolvimento e manutenção de Portal do Recrutamento Militar		
Indicador		
Continuar a desenvolver e a atualizar: Estrutura e conteúdos; Tipo e configuração de serviços/funcionalidades; <i>Layout</i>		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Atualizar conteúdos até 2 dias após a sua publicação nos Ramos	Atualizar conteúdos até 5 dias após a sua publicação nos Ramos	Não conseguir realizar no prazo definido
X		

Os conteúdos estiveram permanentemente atualizados, seja com publicações criadas pela Divisão seja com a partilha de conteúdos dos ramos, nomeadamente os referentes à publicitação da abertura de concursos para ingresso nas várias categorias. O Portal foi complementado com redes sociais e atingiu uma média de cerca de 15 mil vistas/mês.

Objetivo 5	Promover o modelo de Comunicação Integrada para o Serviço Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaboração de proposta de estratégia de comunicação do serviço militar e de plano setorial para a DGRN		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 40%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluídos até 31MAR21	Concluídos até 30ABR21	Concluídos após 30ABR21
		X

Está delineado um primeiro documento com uma proposta de estratégia de comunicação do Serviço Militar (de nível ministerial), mas o mesmo ainda está a ser trabalhado para incluir alguns dados decorrentes do Inquérito à População Portuguesa sobre Defesa Nacional e Forças Armadas, bem como para aperfeiçoar toda a componente da comunicação digital, tendo em conta a sua importância e a evolução que o contexto de pandemia veio trazer a este nível. Prevê-se que durante o primeiro semestre de 2022 a proposta de estratégia possa ser discutida e consensualizada com o GabMDN e com os ramos. O plano setorial de comunicação do Serviço Militar da DGRDN decorrerá da estratégia de nível ministerial, pelo que será desenvolvido após a conclusão e aprovação da mesma.

INICIATIVA 2		
Promover campanha de divulgação junto dos jovens em idade escolar		
Indicador		
Apresentação de propostas Enunciar temáticas a destacar e pedagogia de apresentação dos conteúdos correspondentes (peças da campanha) Peso – 30%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentar 2 propostas em 200 dias	Apresentar 2 propostas em 280 dias	Não conseguir realizar no prazo definido
		X

Não foi possível desenvolver esta atividade, tendo em conta a limitação de recursos humanos da Divisão.

INICIATIVA 3		
Revisão e implementação de novas funcionalidades da Plataforma de Comunicação Integrada para o Serviço Militar/Repositório		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 30%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30 set21	Concluída até 30 dez21	Após 30 dez
		X

Não foi possível desenvolver esta atividade, tendo em conta a limitação de recursos humanos da Divisão.

Objetivo 6	Desenvolver o conhecimento da população portuguesa acerca das várias vertentes da Defesa Nacional, do papel das Forças Armadas e do Serviço Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Atualização dos programas das jornadas para a 17.ª edição (2021) do DDN		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 50%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30out21	Concluída até 22dez21	Após 30dez21
	x	

INICIATIVA 2		
Participação em eventos de dimensão nacional nas áreas da juventude, da formação e do emprego		
Indicador		
N.º de Participações Peso – 20%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 2	1	0
	X	

Os grandes eventos deste tipo (Qualifica; Futurália) projetados para 2021 foram cancelados devido à pandemia. No final do ano houve alguma retoma de atividades presenciais, tendo sido possível a participação (em conjunto com os três ramos) no Festival Air Summit em Ponte de Sor (outubro de 2021).

INICIATIVA 3		
Produção de série de pequenos vídeos (10") sobre várias especialidades militares nos 3 ramos (título: "Eu sou"), para inserção nas redes sociais		
Indicador		
N.º de vídeos Peso – 30%		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 10	7	Menos de 5
X		

Foram produzidos filmes referentes a 20 figuras profissionais da categoria de Praças, com componente de imagem, vídeo e testemunhos. Serão usados no portal do recrutamento, nas redes sociais e partilhados com os ramos.

Objetivo 7	Promover a implementação do plano de ação para a Profissionalização do Serviço Militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Assegurar o apoio técnico ao funcionamento da Comissão de Acompanhamento e implementar as ações (em que a DGRDN tem intervenção) inscritas no Plano		
Indicador		
Prazo de conclusão		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Superar os tempos definidos	Cumprir os tempos definidos no Plano de Ação	Não cumprir
	X	

A Comissão de Acompanhamento do Plano de Ação para a Profissionalização foi extinta por despacho de SEXA MDN em abril de 2021 e criado o Grupo de Trabalho de Acompanhamento e Monitorização do Plano de Ação, sob coordenação do Vice-Almirante Dores Aresta. Foi assegurada a representação da DGRDN neste grupo de trabalho, cujas atividades se iniciaram em setembro de 2021. Até ao final de 2021 foi assegurado o apoio técnico ao GT e elaborado um relatório situacional, remetido à consideração de SEXA SERHAC.

<i>Unidade orgânica</i>	<i>Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Apoiar o Sistema de Saúde Militar
-------------------	-----------------------------------

INICIATIVA 1		
Realizar e colaborar na realização de estudos no âmbito do Sistema de Saúde Militar		
Indicador		
N.º de propostas apresentadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 5	1 – 5	0
	X	

INICIATIVA 2		
Monitorizar a execução do Protocolo celebrado entre o MDN e o Min. da Saúde para acesso e frequência do internato médico		
Indicador		

N.º de ações realizadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 10	8 - 10	< 8
X		

Objetivo 2	Apoiar a Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos antigos combatentes portadores de stress pós-traumático
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Preparação e prestação de apoio técnico às reuniões e elaboração de documentos de apoio		
Indicador		
N.º de ações realizadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 6	3 – 6	< 3
X		
INICIATIVA 2		
Análise das Propostas de Orçamento das ONGs no âmbito da RNA		
Indicador		
Apresentação de proposta		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 1 mês após a sua receção	Entre 1 e 2 meses após a sua receção	Após 2 meses depois da sua receção
	X	

INICIATIVA 3		
Elaboração de informações para libertação do financiamento		
Indicador		
Apresentação das informações		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos de 8 dias após reunião da CNA	Entre 8 e 15 dias após reunião da CNA	Mais de 15 dias após reunião da CNA
	X	

Objetivo 3	Coordenar e monitorizar o Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Realização de reuniões ordinárias do GC/PPCACDFA		
Indicador		
N.º de reuniões ordinárias		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 4	1 - 4	0
		X (devido ao contexto pandémico não houve reuniões)

INICIATIVA 2		
Elaboração do Relatório Atividades/2020 no âmbito do PPCACDFA		
Indicador		
Relatório de Atividades/2020		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborado até 31mai2021	Elaborado entre 31mai21 e 31dez2021	Iniciativa não realizada em 2021
	X	

INICIATIVA 3		
Ações de divulgação estratégica do PPCACDFA		
Indicador		
N.º de ações realizadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
N/A	2	0
		X (devido ao contexto pandémico não houveram ações de divulgação)

INICIATIVA 4		
Ações de divulgação do PPCACDFA nos cursos de operadores de prevenção de alcoolismo e toxicodependências		
Indicador		
N.º de ações realizadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	1 - 2	0
	X	

INICIATIVA 5		
Promover a cooperação com entidades parceiras no âmbito da prevenção de comportamentos aditivos e combate às dependências		
Indicador		
N.º de atividades de cooperação desenvolvidas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	1 - 2	0
X		

Objetivo 4	Promover a cooperação com os Países da CPLP no âmbito da Saúde Militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Organização do fórum de Saúde Militar CPLP/ 2020		
Indicador		
Organização da VII edição do fórum		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
N/A	Realizado	Não realizado
	X	

INICIATIVA 2		
Coordenar e monitorizar o plano de formação do programa de intercâmbio do FSM/CPLP		
Indicador		
N.º de ações realizadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 10	7 - 10	< 3
X		

Objetivo 5	Garantir a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE
-------------------	--

INICIATIVA		
Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados, o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares		
Indicador		
Data de entrega do Relatório Anual		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
30nov2021	31dez2021	Após 31dez2021
x		

Objetivo 6	Propor medidas que contribuam para a melhoria das condições de vida dos Deficientes Militares
-------------------	---

INICIATIVA		
Monitorizar e avaliar a execução do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)		
Indicador		
Nº de iniciativas desenvolvidas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
8	6	< 6
x		

Objetivo 7	Melhorar o padrão de serviço – áreas da saúde e assuntos sociais
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Atingir um padrão de serviço que possibilite fixar um período razoável para elaboração de projetos de medidas legislativas, bem como de informações e pareceres (comum)		
Indicador		
Demora média		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 6 dias úteis	>=6<10 dias úteis	>=10 dias úteis
x		

INICIATIVA 2		
Reduzir tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (comum)		
Indicador		
Prazo de elaboração de respostas a solicitações institucionais e a particulares		

Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 5 dias úteis	>=5<8 dias úteis	>=8 dias úteis
x		

Nota: Na apreciação deste resultado não foram tidas em conta as milhares de solicitações que deram entrada na DGRDN sobre a emissão dos cartões de AC

INICIATIVA 3		
Incrementar a frequência de ações de formação especializada (comum)		
Indicador		
Nº de ações de formação especializada frequentadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
5	4	<4
x		

INICIATIVA 4		
Elaborar conteúdos para divulgação das iniciativas e temáticas da Saúde Militar e dos Assuntos Sociais, quer na intranet quer na internet do MDN no Portal da DGRDN		
Indicador		
Número de propostas de conteúdo		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
4	2 - 4	< 2
x		

Objetivo 8	Reduzir a pendência processual dos processos com vista à qualificação como Deficiente das Forças Armadas (DFA)
-------------------	--

INICIATIVA		
Reduzir o número de processos pendentes		
Indicador		
Nº de processos concluídos e devolvidos aos ramos das FA		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
≥ 90% do nº de processos pendentes	≥ 75% do nº de processos pendentes	≤74% do nº de processos pendentes

Nota: Não foi possível contratar os recursos humanos necessários para o desenvolvimento desta iniciativa

Objetivo 9	Dinamização da atividade do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Promover a revisão os protocolos com as instituições de ensino superior		
Indicador		
N.º de protocolos		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 5	3 - 5	< 3
x		

INICIATIVA 2		
Realização de reuniões do CC		
Indicador		
N.º de reuniões		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 4	2 - 4	< 2
	X	

INICIATIVA 3		
Divulgar informação através do portal		
Indicador		
N.º de trabalhos/documentos		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 10	5 - 10	< 5
	X	

Objetivo 10	Revisão da regulamentação da Rede Nacional de Apoio
--------------------	---

INICIATIVA 1		
Participar no processo de revisão legislativa		
Indicador		
N.º de ações		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 6	4 - 6	< 4
	X	

INICIATIVA 2		
Promover a articulação entre a CNA e o CRSCM		
Indicador		
N.º de ações		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 4	2 - 4	< 2
	X	

Unidade orgânica	Direção de Serviços de Armamento e Equipamento
-------------------------	---

Objetivo 1	Coordenar e executar as políticas de armamento e equipamento necessárias às Forças Armadas e à Defesa Nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Atualização dos projetos dos Serviços Centrais na ferramenta de Gestão de Projetos (EPM)		
Indicador		
Taxa de projetos atualizados no EPM		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 71% dos projetos atualizados no quadrimestre	Entre 50% e 70% dos projetos atualizados no quadrimestre	Menos de 49% dos projetos atualizados no quadrimestre
	X	

INICIATIVA 2		
Otimização da coordenação e execução da Lei de Programação Militar (LPM)		
Indicador		
N.º de Ofícios, informações e relatórios elaborados em apoio à coordenação e execução da LPM		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborados mais do que 20 documentos no quadrimestre	Elaborados entre 10 e 19 documentos no quadrimestre	Elaborados menos do que 10 documentos no quadrimestre
	X	

Objetivo 2	Implementar os processos mais adequados para a aquisição e manutenção do armamento e equipamentos
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito das tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa		
Indicador		
Nº de pareceres, pontos de situação, informações e relatórios elaborados no ano de 2021		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
X > 12	X = 12	X < 12
	X	

INICIATIVA 2		
Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito dos programas em curso nas agências internacionais		
Indicador		
Nº de pareceres, informações elaborados no ano de 2020		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
X > 12	X = 12	X < 12
	X	

Objetivo 3	Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA (Agência Europeia de Defesa) e a UE		
Indicador		
Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
X		

INICIATIVA 2		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a NATO		
Indicador		
Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos		
Grau de concretização e resultados		

Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
X		

Objetivo 4	Emitir as licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria
-------------------	---

INICIATIVA		
Emissão de licenças e certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria		
Indicador 1		
% de licenças e certificados emitidos face aos pedidos de licenças e certificados aprovados		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 95 %	Entre 90 % e 95 %	< 90 %
X		
Indicador 2		
Tempo de resposta, em dias úteis, para a emissão de licenças e certificados		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 14	Entre 14 e 45	> 45
X		

Objetivo 5	Promover e coordenar, em cooperação com as FA e, no aplicável, com o Ministério da Administração Interna, em estreita colaboração com a idD, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de idD nacionais		
Indicador		
Nível de satisfação dos stakeholders		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

INICIATIVA 2		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de idD internacionais		
Indicador		
Nível de satisfação dos stakeholders		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

Unidade orgânica	Direção de Serviços de Infraestruturas e Património
-------------------------	--

Objetivo 1	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
-------------------	---

INICIATIVA		
Cumprimento dos prazos previstos para implementação do projeto NATO – Pedido de JFAI até final 1º trimestre		
Indicador		
% de cumprimento		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Cumpriu a 100%	Cumpriu a 80%	Não foi cumprido o planeado
X		

Objetivo 2	Gestão das infraestruturas NATO
-------------------	---------------------------------

INICIATIVA 1		
Proceder ao levantamento das necessidades urgentes		
Indicador		
Data de execução		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até final do 1º quadrimestre 2021	Até final do 1º semestre 2021	Até final de 2021
X		

INICIATIVA 2		
Proceder ao suprimento das necessidades identificadas		
Indicador		
Taxa de execução ao nível da realização física = (n.º de atividades realizadas / n.º de atividades planeadas) x 100		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realização >= 90%	Realização >= 75%	Realização < 25%
X		

Objetivo 3	Unidade de Gestão Patrimonial
-------------------	-------------------------------

INICIATIVA 1		
Recolha e tratamento de dados junto das entidades tuteladas pelo MDN respeitante aos imóveis afetos à Defesa Nacional		
Indicador		
Apresentação da informação quando solicitada		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação em prazo inferior a 1 dia	Apresentação no prazo de 1 dia	Apresentação em prazo superior a 1 dia
	X	

INICIATIVA 2		
Esclarecer as dúvidas e os procedimentos quanto ao cumprimento das disposições legais sobre o pagamento de rendas pela ocupação de património imobiliário do Estado		
Indicador		
Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Esclarecimentos prestados no prazo inferior a 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo superior a 2 dias
	X	

Objetivo 4	Salvaguarda dos interesses da Defesa Nacional nos instrumentos de gestão territorial
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração de pareceres sobre os projetos apresentados		
Indicador		
Pareceres concluídos dentro do prazo estabelecido por entidades externas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluiu antes do prazo estabelecido	Concluiu dentro do prazo estabelecido	Concluiu após o prazo estabelecido
	X	

INICIATIVA 2		
Participar nas reuniões de concertação		
Indicador		
N.º de reuniões de concertação em que participou com parecer vinculativo do MDN		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Participou em 100% das reuniões	Participou em 90% das reuniões	Participou em menos de 90% das reuniões
	X	

Objetivo 5	Satisfação dos requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Promover a avaliação de imóveis		
Indicador		
Tempo de preparação do processo		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Preparação do processo num prazo inferior a 3 dias	Preparação do processo no prazo de 3 dias	Preparação do processo num prazo superior a 3 dias
	X	

INICIATIVA 2		
Promover a regularização jurídico-cadastral dos imóveis disponíveis para rentabilização		
Indicador		
Tempo de preparação do processo		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Preparação do processo num prazo inferior a 3 dias	Preparação do processo no prazo de 3 dias	Preparação do processo num prazo superior a 3 dias
	X	

INICIATIVA 3		
Promover a certificação energética dos imóveis a rentabilizar		
Indicador		
Número médio de dias que o processo está com o técnico		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
O processo está com o Técnico durante uma média de um dia	O processo está com o Técnico durante uma média de dois dias	O processo está com o Técnico durante uma média superior a dois dias
	X	

Objetivo 6	Reforço da inventariação e identificação do Património da Defesa Nacional
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Preparação dos dados existentes e planeamento do processo cadastral		
Indicador		
Concretizar até 30-12-2021		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concretizou até 30-11-2021	Concretizou até 30-12-2021	Concretizou após 30-12-2021
	X	

INICIATIVA 2		
Elaboração de um novo levantamento cadastral;		
Indicador		
Concretizar até 30-12-2021		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concretizar até 30-11-2021	Concretizar até 30-12-2021	Concretizar após 30-12-2021
	X	

Objetivo 7	Criação de sinergias no âmbito do Turismo Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Protocolos com entidades públicas e privadas		
Indicador		
Número de protocolos de forma aumentar as parecerias institucionais		
Grau de concretização e resultados		

Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
6	5	2

INICIATIVA 2		
Selo de Certificação TM		
Indicador		
Número de contactos com entidades públicas e privadas no sentido de inserção do selo de certificação do Turismo Militar de forma a maior credibilidade e cientificidade		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
4	3	2

INICIATIVA 3		
Identificação e investigação		
Indicador		
Número de património identificado.		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
70	50	10

Unidade orgânica	Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente
-------------------------	--

Objetivo 1	Potenciar a integração de critérios ambientais nas fases de planeamento e execução dos processos, incluindo os respeitantes a armamento, equipamentos e infraestruturas
-------------------	---

INICIATIVA		
Ação de sensibilização na DGRDN para inclusão de critérios ambientais nos processos de aquisição.		
Indicador		
Ação realizada		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 4º trimestre de 2021	Até final do 4º trimestre de 2021	Após 4º trimestre de 2021
		X

A Pandemia COVID-19 e a complexidade dos critérios adotados nos manuais elaborados nos grupos de trabalho de compras públicas ecológicas condicionaram a realização de ações durante o ano de 2021.

Objetivo 2	Garantir o exercício das competências enquanto Autoridade Nacional para a GARANTIA GOVERNAMENTAL DA QUALIDADE
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Promover junto das Empresas da BTID as certificações NATO AQAP (Allied Quality Assurance Publications)		
Indicador		
Apresentações realizadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
2 ou mais apresentações	1 apresentação	Nenhuma apresentação
		X

Foi apenas efetuada divulgação e prestados esclarecimentos pontuais a empresas que não pertencem à BTID. O planeamento e desenvolvimento de conteúdos necessários para a concretização deste indicador, depende diretamente da produção de normativo interno.

INICIATIVA 2		
Elaborar o dossiê da certificação AQAP		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 3º/4º trimestre de 2021	Até final do 4º trimestre de 2021	Após 4º trimestre de 2021
		X

Face disponibilidade de recursos humanos não foi possível concluir em tempo o despacho regulamentar de atividade da Garantia Governamental da Qualidade e respetivo regulamento interno. Ambos os documentos estão em elaboração.

Objetivo 3	Promover a monitorização e a redução de consumos na Defesa
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Monitorização dos consumos		
Indicador		
Relatório anual face ao ano anterior		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes de 1 dez2021	Entre 1 dez e 15 dez2021	Após 15 dez2021
X		

INICIATIVA 2		
Propor projetos de eficiência de recursos a desenvolver na Defesa		
Indicador		
Propostas apresentadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação de 2 ou mais propostas	1 proposta	Nenhuma proposta
X		

Objetivo 4	Potenciar um melhor desempenho ambiental das unidades afetas à Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Doar equipamentos funcionais obsoletos da organização		
Indicador		
Levantamento de material passível de ser doado Doação de material		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Levantamento antes de maio e doação até novembro	Levantamento até maio e doação até dezembro	Doação não realizada
		X

Considerou-se que esta iniciativa não era a mais adequada para promover circularidade de materiais, uma das condicionantes prende-se com a legislação sobre doações que dificulta a concretização desta medida. Para reforçar a atuação na área da economia circular, a DADAQ optou por iniciar contactos com o LNEG para a realização de dois projetos piloto relativos à de circularidade de materiais e pela participação no Fórum de Incubação de Economia Circular do Sector da Defesa da EDA.

Objetivo 5	Elaboração dos processos de alienação e desmilitarização de material de guerra
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração do contrato para desmilitarização de material explosivos oriundos das FFAA		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes de 30 de janeiro de 2021	Até 30 de abril de 2021	Após 30 de abril de 2021
X		

INICIATIVA 2		
Elaboração e execução dos projetos de alienação de material de guerra em colaboração com os ramos das FA		
Indicador		
Propostas apresentadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Processos executados e concluídos	Processos em execução	Processos não se iniciaram
	X	

Objetivo 6	Elaboração de processos de ratificação. Coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade
-------------------	---

INICIATIVA		
Contribuir para a elaboração dos processos de ratificação		
Indicador		
Propostas externas / Propostas ratificadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Taxa de execução do plano anual plena	Taxa de execução do plano anual Externos 90%	Taxa de execução do plano anual Externos <90%
X		

Objetivo 7	Ao nível internacional (NATO & EDA), coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, seguindo objetivos de interoperabilidade
-------------------	---

INICIATIVA 1
Participar nas reuniões do “Committee for Standardization (CS)”, do “Standardization Management Group (SMG)” e do “European Defence Standardization Committee (EDSC)”, do “European Defence Standardization Management Group (EDSMG)”, do “Joint Maintenance Committee(JMC)” e do “Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)”
Indicador
N.º de reuniões convocadas (CS, MSG/EDSC e MSHT) / N.º de reuniões participadas

Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Participação em todas as reuniões	Participação em 50% das reuniões	Participação em menos de 50% das reuniões
X		

INICIATIVA 2		
Assegurar a resposta nacional aos documentos solicitados pelos grupos de trabalho EDSC, EDSMG, JMC e MSHT		
Indicador		
Documentos solicitados pelo MSG/EDSC e MSHT		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Envio dos documentos antes do prazo fixado pelo EDSC, EDSMG, JMC e MSHT	Envio dos documentos no prazo fixado pelo EDSC, EDSMG, JMC e MSHT	Envio dos documentos fora do prazo fixado pelo EDSC, EDSMG, JMC e MSHT
X		

Objetivo 8	Garantir a qualidade da Catalogação Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros temporais definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)		
Indicador		
Número médio de dias de resposta aos pedidos de catalogação		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 8 dias	8 dias	> 8 dias
X		

INICIATIVA 2		
Proceder à catalogação dos pedidos internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)		
Indicador		
Percentagem de rejeições dos pedidos de catalogação enviados aos NCB estrangeiros		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
<= 15%	15%	> 15%
X		

Unidade orgânica	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio
-------------------------	---

Objetivo 1	Promover medidas tendentes à transformação digital na DGRDN, através da renovação do sítio do Balcão Único da Defesa (BUD), potenciando o relacionamento entre os cidadãos e empresas com a Administração Pública
-------------------	---

INICIATIVA		
1. Garantir a modernização da imagem do <i>sítio</i> do Balcão Único da Defesa, fomentando a acessibilização da informação para um maior número de cidadãos, alinhando os conteúdos com as diretrizes de acessibilidade para conteúdo Web 2. Reforçar a convergência, promovendo a articulação da oferta dos serviços digitais da DGRDN, com vista à criação de um canal único de interação com a comunidade		
Indicador		
Data de conclusão das atividades que compõe o projeto		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
≤31out2021	[01nov2021 a 30dez2021]	≥31dez2021
	X	

Objetivo 2	Promover a otimização de processos e a modernização de procedimentos administrativos, através da redução do consumo de papel e demais consumíveis de impressão
-------------------	--

INICIATIVA		
1. Adotar medidas tendentes à promoção da utilização mais sustentável de recursos; 2. Promover políticas no âmbito da desmaterialização dos processos internos; 3. Incentivar a adoção de medidas que contribuam para a digitalização de documentos.		
Indicador		
Grau de concretização da medida (percentagem)		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
≥ 6%	= 5%	≤ 4%
	X	

Objetivo 3	Assegurar o cumprimento das atividades regulares, garantindo níveis de qualidade adequadas.
-------------------	---

INICIATIVA		
Promover medidas que contribuam para a melhoria do serviço prestado		
Indicador		
Percentagem de qualificação dos colaboradores da DGFP		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
≥21%	= 20%	≤ 19%

Unidade orgânica	Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico
-------------------------	--

Objetivo 1	Representar a DGRDN no Processo de Planeamento de Defesa NATO
-------------------	---

INICIATIVA		
Capacitar a delegação nacional na área de Recursos para/no Exame Multilateral		
Indicador		
% de respostas às questões apresentadas pela delegação nacional e/ou delegados de cada país aliado		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
100% de respostas, antes do prazo estabelecido (quando fixado)	100% de respostas no prazo estabelecido (quando fixado)	≤100% de respostas dadas, quando por motivos imputáveis à Divisão
	x	

Objetivo 2	Coadjuvar o Diretor-Geral no âmbito técnico, assegurando a intervenção em matérias transversais às várias áreas de atuação da DGRDN
-------------------	---

INICIATIVA		
Apoio técnico à Direção		
Indicador		
% de respostas a solicitações		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu

100% de respostas, antes do prazo fixado superiormente	>90% de respostas no prazo fixado superiormente	≤90% de respostas com prazo ultrapassado ou extemporâneas
X		

Unidade orgânica	Gabinete de Contratação da Defesa (Equipa Multidisciplinar)
-------------------------	--

Objetivo 1	Assegurar o apoio técnico-jurídico a todos os assuntos submetidos pela Direção
-------------------	--

INICIATIVA		
Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídico		
Indicador		
Tempo Médio de Resposta (TMR) ² de 14 dias úteis ³ , exceto casos de elevada complexidade		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
TMR < 14 dias	TMR = 14 dias	TMR > 14 dias
X		

O TMR do GCD às diversas solicitações superou, em todos os tipos de processos, a meta fixada para este objetivo: o TMR mais elevado situou-se nos 8,3 dias úteis.

Objetivo 2	Assegurar a conformidade legal e regularidade financeira dos contratos e atos geradores de despesa pública
-------------------	--

INICIATIVA		
Instrução e remessa dos atos e contratos ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia		
Indicador		
75% dos contratos ou outros instrumentos geradores de despesa visados pelo TC ⁴		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 75% contratos visados pelo TC	75% contratos visados pelo TC	< 75% contratos visados pelo TC
X		

² TMR = somatório tempos resposta / n.º total de estudos/informações/pareceres produzidos.

³ A contagem do prazo interrompe-se sempre que for solicitada intervenção de um órgão ou serviço externo à DAJC.

⁴ N.º de contratos e atos visados / N.º de contratos e atos remetidos ao TC para fiscalização prévia. Aplicável aos contratos e atos cujo procedimento de formação tenha sido assegurado ou apoiado pela DAJC.

Em 2021 foi submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o Contrato de Cooperação celebrado entre a DGRDN e a INCM para a emissão e expedição do cartão do antigo combatente, tendo o respetivo visto sido concedido a 9-04-2021.

Objetivo 3	Implementar medidas de sistematização, harmonização e melhoria do controlo interno no âmbito dos procedimentos de contratação pública
-------------------	---

INICIATIVA		
Medidas de melhoria de harmonização e controlo interno dos procedimentos de contratação pública ⁵		
Indicador		
Duas (2) medidas de melhoria adotadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2 medidas	2 medidas	< 2 medidas
X		

No decorrer do ano de 2021 foram adotadas diversas medidas no sentido da harmonização e controlo interno dos procedimentos de contratação públicas, cuja preparação esteve a cargo do GCD, melhor detalhadas no documento anexo (relatório de atividades – resultados), tendo sido realizada uma ação de sensibilização para a implementação do Manual de Procedimentos da Contratação Pública aprovado em Setembro de 2021.

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-geral

Objetivo 1	Manter atualizados e otimizados os principais instrumentos de gestão e apoio à decisão da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaborar o Plano de Atividades 2021		
Indicador		
Apresentar o Plano no prazo previsto		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 6 novembro 2020	Até 15 novembro 2020	Após 15 novembro 2020
	X	

INICIATIVA 2		
Elaborar o Relatório de Atividades 2019		
Indicador		
Apresentar o Relatório no prazo legalmente previsto		
Grau de concretização e resultados		

⁵ Nomeadamente tendo por referência as medidas propostas pela DGRDN no âmbito das recomendações da IGF.

Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 24 de março 2020	Até 31 março 2020	Após 31 março 2020
	X	

INICIATIVA 3		
Elaborar o Balanço Social 2019		
Indicador		
Apresentar o Balanço Social no prazo legalmente previsto		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 24 de março 2020	Até 31 março 2020	Após 31 março 2020
X		

INICIATIVA 4		
Elaborar e acompanhar o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR 2020)		
Indicador		
Apresentar 3 monitorizações do QUAR nos prazos legalmente previstos (maio/setembro/janeiro)		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluiu antes do prazo estabelecido	Concluiu dentro do prazo estabelecido	Concluiu após o prazo estabelecido
1. 2. 3. X	1. 2. 3.	1. 2. 3.

Objetivo 2	Melhorar a qualidade da informação e comunicação externa
-------------------	--

INICIATIVA		
Elaborar/acompanhar intervenções em diversas instâncias assumidas pelo dirigente máximo		
Indicador		
% de intervenções asseguradas face ao total de intervenções solicitadas		
Grau de concretização e resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Assegurar >= 70% das intervenções	Assegurar entre 50% a 70% das intervenções	Assegurar menos de 50% das intervenções
X		

Objetivo 3	Reforçar os mecanismos de planeamento e gestão a partir de uma estratégia transversal às áreas de atuação da DGRDN
-------------------	--

INICIATIVA					
1. Estudar e pesquisar fontes internas e externas para definição e atualização dos documentos estruturantes da DGRDN					
2. Assegurar assessoria em matérias transversais à Direção-geral					
Indicador					
1. % de estudos/pesquisas efetuadas					
2. % de respostas a solicitações					
Grau de concretização e resultados					
Superou		Atingiu (meta)		Não atingiu	
Assegurar >= 70% de respostas/estudos/pesquisas, antes do prazo fixado superiormente		Assegurar entre 50% a 70% de respostas/estudos/pesquisas no prazo fixado superiormente		Assegurar menos de 50% de respostas/estudos/pesquisas com prazo ultrapassado ou extemporâneas	
1.	2. X	1.	2.	1.	2.

LISTAGEM SÍNTESE DE PROGRAMAS E AÇÕES

Programa 01

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de Recursos Humanos

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos Estatutários

Ações

01-01	Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)
01-02	Reintegração de militares e ex-militares ao abrigo da Lei nº 28/2018, de 16 de julho
01-03	Elaboração de pareceres e outros documentos de análise técnica no âmbito do regime do pessoal civil
01-04	Regime Estatutário do Pessoal Militarizado
01-05	Regimes Retributivos
01-06	Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos
01-07	Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas
01-08	Lei do Serviço Militar
01-09	Colaborar com o Gabinete da Igualdade de Género do MDN
01-10	Desenvolver ações no âmbito das questões de Género
01-11	Colaborar com o Gabinete da Igualdade do MDN no âmbito da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (RCSNU)
01-12	Representação do MDN na Comissão Laboral (Acordo de Cooperação e Defesa Portugal – EUA) – Coordenação da Delegação Nacional
01-13	NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)
01-14	Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais
01-15	Representação do MDN no âmbito das competências da DSAEEQ/DAE
01-16	Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada
01-17	Assistência Religiosa das Forças Armadas
01-18	Consultadoria

Programa 02

Promover o aumento das Qualificações dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Ações

02-01	Certificação da Formação dos Militares em RV e RC
-------	---

02-02	Ensino Superior Público Militar
02-03	Ensino não Superior ministrado nas Forças Armadas
02-04	Profissões Regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional
02-05	Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação
02-06	Representação Nacional em Organismos e Instituições nacionais e internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação
02-07	Formação em organismos NATO
02-08	Assessoria Técnica
02-09	Organização de Conferências, Seminários e Colóquios

Programa 03

Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Ações

03-01	Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural
03-02	Potenciação das qualificações dos militares e ex-militares do Regime de Contrato
03-03	Subsídio para Pagamento de Propinas
03-04	Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais
03-05	Consultadoria

Programa 04

Recrutamento, Reserva e Efetivos Militares

Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares

Ações

04-01	Consolidar o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de recrutamento militar
04-02	Promover o desenvolvimento da atividade da profissão militar, tendo em vista a satisfação das necessidades das Forças Armadas (através do recrutamento normal)
04-03	Recrutamento Especial
04-04	Recrutamento Excecional
04-05	Reserva de Recrutamento
04-06	Reserva de Disponibilidade
04-07	Monitorização dos Efetivos Militares
04-08	Planeamento das Forças no âmbito da NATO
04-09	Promover o funcionamento e divulgação do Observatório do Serviço Militar
04-10	Consultadoria

Programa 05

Deveres Militares

Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares

Ações

05-01	Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional (DDN)
05-02	Gestão do processo de Convocação
05-03	Gestão do Sistema de Transportes
05-04	Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação
05-05	Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação
05-06	Monitorização e supervisão do Programa do DDN
05-07	Estabelecimento de Parcerias
05-08	Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN
05-09	Gestão da situação militar dos cidadãos
05-10	Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares
05-11	Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN
05-12	Consultadoria

Programa 06

Comunicação Integrada para o Serviço Militar

Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar

Ações

06-01	Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar
06-02	Repositório Estruturado de Informação
06-03	Consolidação e divulgação da Identidade Visual para o Serviço Militar
06-04	Comunicação Externa – Canais Web (Redes sociais)
06-05	Comunicação Interna/Externa – Corporate TV do Serviço Militar e DDN
06-06	Comunicação Interna/Externa – Boletim informativo eletrónico
06-07	Cooperação no âmbito da Comunicação integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais
06-08	Cooperação com UU/EE militares para potenciar o conhecimento das FFAA e sua história – Programa “O DDN vai aos Museus Militares”
06-09	Consultadoria

Programa 07

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar

Ações

07-01	Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar
07-02	Observatório de saúde das FFAA
07-03	Segurança Sanitária Internacional
07-04	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar
07-05	Representação da Saúde Militar no âmbito da OTAN
07-06	Acordos de Normalização no domínio da Saúde Militar
07-07	Quadros Especiais das áreas da Saúde
07-08	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN
07-09	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar
07-10	Saúde Mental
07-11	Coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas
07-12	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)
07-13	Consultadoria

Programa 08

Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Ações

08-01	Medidas de política de proteção social
08-02	Ação Social Complementar e assistência na doença aos deficientes militares
08-03	Reabilitação dos deficientes militares
08-04	Qualificação de deficientes das Forças Armadas
08-05	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais
08-06	Consultadoria

Programa 09

Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)

Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Planeamento e Programação

Ações

- 09-01 Cooperação internacional
- 09-02 Planos de Edificação de Capacidades Militares
- 09-03 Lei de Programação Militar (LPM)
- 09-04 Apoio à Gestão de Projetos

Programa 10

Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)

Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento

Ações

- 10-01 Licenciamento
- 10-02 Controlo
- 10-03 Estratégia de I&D
- 10-04 Gestão de Projetos em I&D

Programa 11

Infraestruturas

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas

Ações

- 11-01 Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
- 11-02 Gestão das Infraestruturas NATO em Portugal
- 11-03 Manutenção/Construção de infraestruturas
- 11-04 Preparação do ciclo de planeamento NATO
- 11-05 Construção de infraestruturas
- 11-06 Representação no NATO Petroleum Committee
- 11-07 Consultadoria

Programa 12

Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

- 12-01 Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial
- 12-02 Gestão dos imóveis disponíveis para rentabilização
- 12-03 Representar o MDN na elaboração dos instrumentos de gestão territorial
- 12-04 Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura
- 12-05 Cartografia e Cadastro

Programa 13

Rentabilização do Património imobiliário afeto à Defesa Nacional

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

- 13-01 Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização
- 13-02 Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis
- 13-03 Informação
- 13-04 Protocolos
- 13-05 Receitas da Lei de Infraestruturas Militares
- 13-06 Consultadoria

Programa 14

Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

14-01	Reuniões da Comissão Técnica
14-02	Projetos de infraestruturas
14-03	Comissão Bilateral Permanente
14-04	Ambiente

Programa 15

Turismo Militar

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

15-01	Materializar os resultados
15-02	Fomentar sinergias junto de instituições públicas e privadas
15-03	Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente para que estes se possam transformar em recursos passíveis de utilização ao nível do TM
15-04	Investigação e identificação de Património a integrar o TM
15-05	Promover a racionalização de recursos implementando um sistema de funcionamento em rede para o TM
15-06	Tradução de fichas individuais de património a integrar o TM
15-07	Contribuir para o reforço da imagem das Forças Armadas, divulgando os seus valores e capacidades
15-08	Implementar a estratégia nacional para o Turismo Militar
15-09	Realização/produção de filmes de espaços, monumentos e sítios de cariz histórico-militar.
15-10	Promoção Internacional para o Turismo Militar

Programa 16

Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade

Ações

16-01	Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto
16-02	Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental
16-03	Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente
16-04	Coordenação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente
16-05	Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional
16-06	Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos
16-07	Promover a monitorização e a redução de consumos
16-08	Potenciar um melhor desempenho ambiental das unidades afetas à Defesa Nacional
16-09	Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ)
16-10	Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP
16-11	Representação nos fora nacionais e internacionais da Qualidade
16-12	Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas
16-13	Alienação de material de guerra das Forças Armadas

Programa 17

Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Normalização e Catalogação

Ações

17-01	Elaboração dos Processos de Ratificação
17-02	Representação do MDN no âmbito das competências do European Defence Standardization Committee (EDSC), European Defence Standardization Management Group (EDSMG), Joint Maintenance Committee (JMC) e do Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)
17-03	Representação do MDN no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO e do Standardization Management Group (SMG)
17-04	Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho EDSC, EDSMG, JMC e MSHT

17-05	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (1)
17-06	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (2)
17-07	Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG)
17-08	Garantir os carregamentos SIG/DN

Programa 18 -

Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

Ações

18-01	Gerir os recursos financeiros da DG
18-02	Gerir os recursos patrimoniais da DG
18-03	Análise e Controlo da execução orçamental
18-04	Reportes Financeiros
18-05	Gestão de economato
18-06	Gestão de imobilizado
18-07	Acompanhamento técnico financeiro e de auditoria em projetos internacionais
18-08	Acompanhamento técnico financeiro no âmbito da CNA
18-09	Consultadoria

Programa 19

Gerir os Recursos Humanos da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Ações

19-01	Gerir os Recursos Humanos afetos à DG
19-02	Elaborar o Plano de Formação dos trabalhadores da DGRDN
19-03	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)
19-04	Modernização e simplificação administrativa da DGRDN
19-05	Prestar as informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da A.P.
19-06	Divulgar as atividades da DGRDN ou de outras entidades da AP com relevância para os RH da Defesa Nacional
19-07	Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)
19-08	Consultadoria

Programa 20

Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Ações

20-01	Desenvolver e manter, no âmbito dos sistemas de informação, a melhoria contínua das atividades da DGRDN
20-02	Manutenção e gestão de bases de dados
20-03	Desenvolvimento e manutenção de soluções informáticas e web
20-04	Monitorização e manutenção da infraestrutura informática de suporte aos sistemas de informação da DGRDN
20-05	Promover medidas tendentes à transformação digital da DGRDN

Programa 21

Estudos e Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN

Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico

Ações

21-01	Planeamento de Forças no âmbito da NATO – Recursos Humanos
21-02	Assessoria Técnica

Programa 22

Gabinete de Contratação da Defesa

Gabinete de Contratação da Defesa (Equipa Multidisciplinar)

Ações

22-01	Contratação Pública no âmbito da Defesa
22-02	Legislação e Regulamentos em matérias específicas
22-03	Consultadoria

Programa 23

Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-geral

Ações

23-01	Execução do Plano de Atividades (2022)
23-02	Execução do Relatório de Atividades e Relatório de Autoavaliação (2021)
23-03	Execução do Relatório Sintético (2021)
23-04	Execução do Balanço Social (2021)
23-05	Quadro de Avaliação e Responsabilização - QUAR (2021/2022)
23-06	Execução de atividades no âmbito institucional e organizacional

Programa 24

Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)

Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Ações

24-01	Atividades do SARFAFS em Portugal
24-02	Atividade internacional do SARFAFS
24-03	Atividades editoriais da SARFAFS

Programa 25

Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Ações

25-01	Competições Desportivas Nacionais Militares
25-02	Política Desportiva Militar
25-03	Competições Desportivas Mundiais de Desporto Militar
25-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)

Atividades executadas (resultados)

Programa 01



Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de Recursos Humanos	
Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos Estatutários</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-01	Estatuto dos Militares das Forças Armadas	Realizar estudos, emitir pareceres e participar na preparação de projetos de diploma de desenvolvimento do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio	Regulamentação do EMFAR	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Elaboração de diplomas regulamentares 2. Elaboração de pareceres no âmbito do EMFAR	Projeto	ES	GabMDN/EMGFA/ramos

RESULTADOS

No âmbito do Grupo de Trabalho para a definição do regime estatutário das carreiras de Saúde Militar foram emitidos vários pareceres relativamente a projetos de diploma;

Emissão de parecer sobre projeto de diploma que visa a criação do Quadro Permanente de Praças no Exército e Força Aérea;

Elaboração de vários pareceres sobre requerimentos de militares versando matérias estatutárias.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-02	Reintegração de militares e ex-militares ao abrigo da Lei n.º 28/2018, de 16 de julho	Apoio técnico à comissão de apreciação	Apoio ao processo de tomada de decisão	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

- | | | | |
|---|--------------------|-----|---------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Preparação da documentação de suporte aos processos 2. Preparação das reuniões da Comissão de Apreciação 3. Prestação de apoio técnico-jurídico à Comissão | Atividade corrente | CON | GabMDN, ramos e CGA |
|---|--------------------|-----|---------------------|

RESULTADOS

Apoio técnico-jurídico à Comissão de Apreciação (CA) traduzido na preparação de reuniões através da análise dos requerimentos e reclamações, elaboração das atas e de diversa correspondência entre a Comissão e os requerentes;
Preparação do expediente a remeter ao Gabinete da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes com vista à obtenção da necessária homologação dos pareceres da CA.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-03	Elaboração de pareceres e outros documentos de análise técnica no âmbito do regime do pessoal civil	Análise do regime jurídico do pessoal civil que habilite à tomada de decisão superior	Apoio à tomada de decisão	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Elaboração de pareceres e informações	Atividade corrente	CON	GabMDN, EMGFA, ramos e Serviços Centrais

RESULTADOS

Emissão de parecer relativo à proposta de 7.ª alteração à Lei n.º 2/2004, de 15JAN, estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado;

Emissão de parecer relativo à proposta de 2.ª alteração à Lei n.º 64/2011, de 22DEZ, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da AP e institui um programa de mobilidade para dirigentes dos serviços da administração direta e indireta do Estado;

Elaboração de mais de duas dezenas de informações e pareceres relativos a pedidos de mobilidade do pessoal civil dos ramos das Forças Armadas, com vista à obtenção de parecer favorável da Tutela.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

01-04	Regime estatutário do pessoal militarizado	Estudar, propor e monitorizar medidas no âmbito da aplicação do regime estatutário do pessoal militarizado da Marinha e da Polícia Marítima	Revisão do estatuto harmonizando-o com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP)
--------------	---	---	---

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Promover e coordenar estudos sobre a configuração e desenvolvimento das carreiras do pessoal militarizado 2. Emitir pareceres sobre o regime jurídico do pessoal militarizado 3. Emitir pareceres sobre os mapas de pessoal militarizado	Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/ramos

RESULTADOS

Elaboração de parecer sobre o Estatuto dos Faroleiros, na sequência do qual foi emitido despacho da SERHAC no sentido da revisão global do Estatuto do Pessoal Militarizado da Marinha;

Análise da proposta do GABCEMA atinente ao ajustamento interno do Grupo 6 do Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha (QPMM), mediante a transferência de Faroleiros (não técnicos) para a classe de Faroleiros Técnicos. Foi analisada a sua fundamentação e requisitos legais previstos, elaborado o respetivo processo e enviado para aprovação da Tutela.

Tratamento dos dados relativos ao efetivo do Pessoal Militarizado da Marinha.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-05	Regimes Retributivos	Elaborar propostas e projetos relativos aos sistemas retributivos do pessoal militar, militarizado e civil das Forças Armadas e monitorizar a respetiva aplicação	Adequação das remunerações ao regime jurídico enquadrador

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/ramos

RESULTADOS

Emissão de pareceres sobre o regime remuneratório dos Militares das Forças Armadas, designadamente sobre a proposta de alteração remetida pelo GABCEMGFA e aprovada pelo CCEM;

Emissão de pareceres sobre requerimentos relativos ao regime remuneratório dos Militares das Forças Armadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-06	Suplementos, subsídios, gratificações e outros abonos	Desenvolver e participar nos estudos relativos à revisão dos suplementos remuneratórios e abonos gerais e específicos atinentes à condição militar, adequando-os aos princípios consagrados na LTFP	Adequação do regime ao enquadramento legal em vigor, aplicando os princípios da LTFP e reduzindo o número de suplementos atribuídos	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Adaptação da atribuição de suplementos dos militares e militarizados aos princípios consagrados no Decreto-Lei n.º 25/2015, de 06 de fevereiro. Elaboração de pareceres	Atividade corrente	ES	GabMDN, EMGFA e ramos

RESULTADOS

Análise da proposta constante do memorando do CCEM que contemplava, entre outras, a criação de novos suplementos a atribuir aos militares das Forças Armadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-07	Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas	Colaborar na elaboração de propostas e projetos regulamentares	Harmonização legislativa	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Elaborar um projeto de diploma que altere o regime de capacidade eleitoral passiva harmonizando-o com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5/2015, de 29 de agosto, ao art.º 33.º da Lei de Defesa Nacional	Projeto	CAT	GabMDN/CCEM/ramos/outras entidades

RESULTADOS

Análise da [Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto](#), que altera a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas;

Emissão de parecer sobre os projetos de diploma que alteram a Lei Orgânica do EMGFA e dos ramos das Forças Armadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-08	Lei do Serviço Militar	Apreciar e elaborar propostas de alteração e aperfeiçoamento da Lei do Serviço Militar (LSM), respetivo Regulamento e demais legislação complementar	Aperfeiçoamento legislativo
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	ES
			Parceiros intervenientes
			GabMDN/EMGFA/ramos

RESULTADOS

Emissão de pareceres sobre a regulamentação do artigo 22º da Lei do Orçamento do Estado para 2021;

Emissão de pareceres sobre requerimentos de ex-militares relativamente à aplicação do aludido artigo 22º da Lei do Orçamento do Estado;

Análise de um projeto de diploma que visava regulamentar o artigo 22º da LOE2021;

Emissão de vários pareceres sobre matérias referentes à Lei do Serviço Militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-09	Colaborar com o Gabinete da Igualdade de Género do MDN	Contribuir para a concretização das políticas definidas pelo Governo nas matérias relativas às questões de género	Prestação de apoio ao Gabinete da Igualdade
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação
	1. Realização das atividades solicitadas pelo Gab. MDN e/ou pelo Gabinete da Igualdade	Atividade corrente	APL
	2. Participação em reuniões mediante convocação do Gab.MDN e/ou Gabinete da Igualdade		Parceiros intervenientes
			Gab.MDN e Gabinete da Igualdade

RESULTADOS

Participação em todas as reuniões da Equipa Interdepartamental.

Elaboração das atas das reuniões convocadas pelo Gabinete da Igualdade.
Compilação dos dados da monitorização do Plano Sectorial da Defesa Nacional para a Igualdade

Envio dos mapas mensais de efetivos das Forças Armadas desagregados por sexo.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-10	Desenvolver ações no âmbito das questões de Género	Contribuir para a implementação de ações definidas pela tutela	Realização de projetos assumidos pela tutela	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Elaboração de documentos. 2. Contacto com entidades externas tendo em vista a realização de projetos	Atividade corrente	CIN	GabMDN, Gabinete da Igualdade e várias entidades

RESULTADOS

Participação no júri do Prémio Anual Defesa Nacional e Igualdade.

Participação na entrega do Prémio da 1.ª Edição do Prémio Anual Defesa Nacional e Igualdade

Participação no seminário em representação do Gabinete da Igualdade do MDN – “Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar: Perspetivas e Desafios”.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-11	Colaborar com o Gabinete da Igualdade do MDN no âmbito da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (RCSNU)	Prestação de apoio ao Gabinete quando solicitado	Contribuir para a implementação de medidas referentes às questões de género nas operações militares, sempre que as mesmas se prendam com matérias do âmbito das competências da DAE	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Colaboração com o Gabinete da Igualdade no âmbito da RCSNU 1325/2000 2. Colab., a solicitação do Gabinete da Igualdade na preparação e análise de documentação sobre a RCSNU 1325/2000 e Resoluções complementares	Atividade corrente	CIN	GabMDN/Gabinete da Igualdade

RESULTADOS

Colaboração na organização do seminário Internacional “Promoção da participação plena das mulheres em operações de paz”.

Elaboração da proposta de relatório final sobre o seminário “Promoção da participação plena das mulheres em operações de paz”.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-12	Representação do MDN na Comissão Laboral (Acordo de Cooperação e Defesa Portugal-EUA) – Coordenação da Delegação Nacional	Assegurar a representação do MDN na Comissão, desenvolvendo atividades inerentes à coordenação da Delegação Nacional, realização de reuniões, elaboração de informações, pareceres, fichas e outro expediente, incluindo informações ao MNE, DGPDN, contributos à Comissão Bilateral Permanente	Dinamização da atividade da Comissão Laboral, contribuindo para a resolução das queixas individuais dos trabalhadores da Base das Lajes e para a aplicação correta do Acordo Laboral e do Regulamento de Trabalho

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Realização de reuniões 2. Elaboração de informações, pareceres, fichas e outro expediente, incluindo informações ao MNE, DGPDN 3. Contributos à Comissão Bilateral Permanente	Atividade corrente	CII	MNE, DGPDN, DGERT, GRA

RESULTADOS

-Assegurada a representação do MDN e a coordenação da delegação portuguesa na Comissão Laboral.
-Preparação e realização de 2 reuniões ordinárias e 1 reunião “ad hoc” da CL, com discussão dos assuntos apresentados pela Comissão Representativa dos Trabalhadores das FEUZAÇORES e das queixas individuais de trabalhadores.
-Realização de 5 reuniões da delegação portuguesa, por VTC, para análise de assuntos diversos.
-Elaboração de atas, informações técnicas, pareceres e contributos, incluindo à DGPDN e ao MNE.
-Participação em 2 reuniões da Comissão Bilateral Permanente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-13	NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)	Apoiar a participação do MDN no comité sobre perspectiva de género da Organização do Tratado do Atlântico Norte	Colaborar com os representantes dos países da NATO nas medidas que visam permitir a integração da perspectiva de género nas FA Participar na reunião anual a realizar no Quartel-General da Nato em Bruxelas

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
----------	--------------	------------------	--------------------------

Colaborar com o Gabinete da Igualdade na análise e elaboração de documentos, e/ou outras solicitações no âmbito do NCGP

Atividade corrente

CII

GabMDN/Gab. Igualdade/NATO

RESULTADOS

Compilação dos dados para o NCGP 2020 National Report.

Preenchimento na plataforma do questionário NCGP 2020 National Report.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-14	Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais	Apoio aos ramos, aos Órgãos e Serviços Centrais e aos organismos tutelados pelo MDN na elaboração e aperfeiçoamento da sua legislação orgânica e outros diplomas legais	Colaborar, mediante solicitação, com as várias entidades e organismos na elaboração e aperfeiçoamento de diplomas legais	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CAT	GabMDN/EMGFA/ Serviços Centrais MDN/ramos

RESULTADOS

Emissão de vários pareceres sobre projetos de diploma agendados para reuniões do Conselho de Ministros e de Secretários de Estado.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-15	Representação do MDN no âmbito das competências da DSAEEQ/DAE	Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas e realização dos trabalhos necessários ao cumprimento	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Grupo de Trabalho constituído pelo MDN para a operacionalização das reservas oelo Despacho n.º 4818/2020, de 14 de abril (objetivos fixados no Despacho MDN)		CAT	Gab.MDN, EMGFA, ramos

2. Grupo de trabalho constituído pelo MDN com vista à definição de uma política de recursos humanos para a Ciberdefesa (objetivos fixados no Despacho MDN 15/2020 de 06 de fevereiro)

RESULTADOS

No âmbito das competências da DAE foi garantido o apoio técnico jurídico aos dois Grupos de Trabalho.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-16	Regulamentação de uniformes de empresas de segurança privada	Dar parecer no âmbito do procedimento de aprovação dos modelos de uniforme das entidades autorizadas a prestar serviços de segurança privada	Harmonização de procedimentos. Inconfundibilidade com os uniformes das Forças Armadas
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			MAI/ramos

RESULTADOS

Apreciação de mais de 3 (três) dezenas de pedidos de aprovação/alteração de modelos de uniformes de entidades autorizadas a prestar serviços de segurança privada.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-17	Assistência Religiosa das Forças Armadas	Prestação de apoio técnico-jurídico	Análise das questões colocadas pelo Serviço de Assistência Religiosa
	<i>Nota – Dependente de articulação com o MAI</i>		
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação
	1. Prestar apoio técnico-jurídico ao Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e Forças de Segurança	Atividade corrente	ES
	2. Secretariar as reuniões do Conselho Consultivo de Assistência Religiosa		Parceiros intervenientes
			GabMDN/SEDN, EMGFA, ramos e MAI

RESULTADOS

Prestação de apoio técnico-jurídico à Capelania-Mor, designadamente no que respeita ao recrutamento/abertura de concurso para capelães militares e civis;
Preparação e participação na reunião do Conselho Consultivo da Assistência Religiosa e elaboração da respetiva Ata.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-18	Consultadoria	Apreciar requerimentos e exposições dos cidadãos em sede de procedimento administrativo no âmbito da área de atribuições da DSAEEQ/DAE	Responder aos requerimentos e exposições nas matérias que caibam no âmbito de atribuições da DSAEEQ/DAE
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes
			GabMDN, EMGFA, ramos e várias entidades

RESULTADOS

Elaborados vários pareceres sobre assuntos variados com enquadramento das competências da DAE.

Atividades e Projetos não previstos

Colaboração com a DGPDN no âmbito da Comissão dos Direitos Humanos;

Análise da Diretiva da UE relativa às Condições de Trabalho Transparentes e Previsíveis.

Programa 02



Promover o aumento das Qualificações dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

Unidade orgânica

Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-01	Certificação da formação dos militares em RV e RC	Potenciar a certificação da formação dos militares em RV/RC	Aumento do índice de certificação da formação dos militares das FA com o ensino secundário e/ou nível 4 de qualificação	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Assegurar a definição e implementação do processo de certificação da formação nos ramos (enquanto entidade coordenadora da equipa técnica)	Projeto	CAT/AA/CIN/FOR	EMGFA, ramos, entidades certificadoras e formadoras, ANQEP e IIEFP
	2. Apoiar a revisão ou criação de referenciais que promovam a formação comum nas FA e que potenciem a formação específica de cada ramo, em articulação com o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)			
	3. Fazer o levantamento do nível de certificação da formação inicial necessária para o desempenho das especialidades ou classes das Forças Armadas			
	4. Elaborar o guia militar para a Qualificação			
	5. Contribuir para um fluxo de informação sobre o nível de certificação da formação inicial			
	6. Apoiar a revisão dos instrumentos legais que dão suporte à formação profissional (por exemplo: Lei do Serviço Militar e Regulamento da Lei do Serviço Militar, Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar)			
	7. Emitir pareceres técnicos sobre diplomas de alteração nos sistemas formativos nacionais			

RESULTADOS

Colaboração nas atividades necessárias à criação e operacionalização da Comissão Técnica para a Educação e Formação Profissional (CTEFP), no âmbito da Defesa Nacional (constituída através do Despacho n.º 2463/2021, publicado no Diário da República n.º 44, 2.ª Série, de 04 de março), com vista ao planeamento, definição, conceção, desenvolvimento, atualização, implementação e monitorização das políticas de educação e formação nas FFAA e na Defesa Nacional, num esforço de potenciar a uniformização e harmonização com o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) e, concomitantemente, o cumprimento dos objetivos e linhas de ação estabelecidas no Acordo de Cooperação Interministerial nas Áreas da Educação e Formação.

Foi elaborado o relatório “*A Formação Profissional nas Forças Armadas: Caracterização dos Sistemas de Formação Profissional dos ramos das FA e a sua relação com o SNQ (2015-2017-2020)*”, que efetuou a caracterização dos militares em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC), no que ao seu quantitativo e qualificações académicas se refere, bem como à identificação da formação profissional que se encontra alinhada e certificada no âmbito da formação inicial desenvolvida pelos Ramos e que confere uma classe/especialidade. Apenso ao relatório surge o Guia Militar para a Qualificação com 6 especialidades que acrescem às anteriores;

Foi efectuada a análise prévia à proposta de dossier remetido pela Marinha no âmbito da Convenção STCW (*International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers*), para efeitos de certificação da Escola de Fuzileiros (uma das entidades formadoras da Marinha que será objeto de certificação no âmbito da formação de marítimos), dos formadores e dos cursos de formação a serem ministrados para a obtenção do Documento Único do Marítimo (DMar), bem como aos requisitos necessários para a obtenção das respetivas certificações no âmbito desta Convenção Internacional;

º	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-02	Ensino superior público militar	Consolidar o sistema de ensino superior militar	Contribuir para a adequação dos modelos de ensino às necessidades das Forças Armadas, e a respetiva acreditação junto da A3ES	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Emitir informações e pareceres técnicos sobre o edifício legislativo e funcionamento do IUM e respetivas unidades orgânicas de ensino e ID&I	Atividade corrente	CAT/AA	EMGFA, MCTES, DGES e A3ES
	2. Apoiar técnico-jurídico na regulamentação nas matérias do ensino superior militar decorrentes da revisão do EMFAR			
	3. Acompanhar o processo de acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento no IUM e nas respetivas Unidades Orgânicas Autónomas			
	4. Assegurar o apoio técnico ao Conselho do Ensino Superior Militar			
	5. Assegurar o apoio técnico ao Conselho do Ensino Superior Militar			

6. Assegurar a participação nacional nas reuniões da iniciativa Erasmus Militar
7. Apoiar ações de intercâmbio de oficiais alunos durante o seu período de formação militar inicial

RESULTADOS

Colaboração nos trabalhos que levaram à publicação dos seguintes normativos:

- Despacho n.º 10545/2021, 19out, que regulamenta a tipologia de ensino e formação dos estágios técnico-militares desenvolvidos pela UPM;
- Decreto-Lei n.º 29/2021, de 28abr, que altera o DL n.º 249/2015, de 28out, que aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar;
- Despacho Normativo n.º 18/2021, 29jun, que aprova as normas aplicáveis ao processo de qualificação como especialista de reconhecida experiência e competência profissional no âmbito do Ensino Superior Politécnico Militar.

Apoio técnico-jurídico à análise da proposta de despacho que aprova o Estatuto dos Auditores, Discentes, alunos e formandos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor-Leste durante a frequência de cursos ou estágios na Unidade Politécnica Militar e nas Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos das Forças Armadas Portuguesas, em articulação com a DGPDN, IUM e o EMGFA.

Foi dado o apoio técnico-jurídico a 2 reuniões do CESM.

Participação em 4 reuniões do grupo de implementação do projeto Erasmus Militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-03	Ensino não superior ministrado nas Forças Armadas	Acompanhar e monitorizar a consolidação da reforma do ensino não superior ministrado nas Forças Armadas	Consolidar os projetos pedagógicos dos EMEs

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Acompanhar e providenciar o apoio técnico-jurídico ao processo de regulamentação dos EMEs (estatutos e regulamentos)	Atividade corrente	CAT/AA	EMGFA, ramos, MEdu, ANQEP e outras entidades
2. Acompanhar e monitorizar o funcionamento do ensino militar não superior			
3. Harmonizar e potenciar a qualidade do ensino e dos respetivos resultados académicos			

RESULTADOS

Análise da matriz de recolha de indicadores acerca da reavaliação da política de ação social escolar e do modelo de financiamento dos estabelecimentos militares de ensino não foi efetuada no presente ano devido a falta de Recursos Humanos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-04	Profissões regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional	Assegurar a implementação e consolidação das políticas sectoriais para as profissões regulamentadas	Garantir a implementação das políticas e diretivas sectoriais europeias no âmbito das profissões regulamentadas.

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Assegurar a representação nas Comissões Técnicas para o Mergulho Profissional e Nadador-Salvador 2. Acompanhar e providenciar o apoio técnico-jurídico na regulamentação do regime legal enquadrador 3. Acompanhar a implementação e monitorização no âmbito das Profissões Regulamentadas da Defesa Nacional	Atividade corrente	CAT/AA	AMN, ISN e outras entidades

RESULTADOS

Articulação e colaboração com a Marinha, Autoridade Marítima Nacional e Instituto de Socorros a Náufragos, no desenvolvimento dos trabalhos conducentes à integração, no CNQ, dos perfis profissionais e referenciais de formação do “Nadador Salvador” e do “Mergulhador Profissional”, profissões regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional.

Iniciou-se o processo de revisão do enquadramento legal da assistência a banhistas, com o objetivo de alterar o paradigma e implementar um modelo de prevenção do afogamento. Nesse sentido, participamos em 4 reuniões da Comissão Técnica para a Segurança Aquática e 1 reunião com o ISN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-05	Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação	Assegurar a representação da Defesa Nacional, junto da ANQEP, nos Conselhos Setoriais para a Qualificação considerados estratégicos para o EMGFA e ramos	Identificar as necessidades de qualificações e a compatibilidade com os perfis profissionais e os correspondentes referenciais de formação e de RVCC

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
----------	--------------	------------------	--------------------------

- | | | | |
|---|--------------------|-----|----------------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar a representação do MDN nos grupos de trabalho técnico-consultivos com responsabilidades ao nível da identificação das evoluções ocorridas nos correspondentes setores de atividade 2. Analisar todas as propostas que são objeto de discussão/aprovação em conselho 3. Desenvolver e apresentar propostas no âmbito da Defesa Nacional | Atividade corrente | CAT | EMGFA, ANQEP e ramos |
|---|--------------------|-----|----------------------|

RESULTADOS

Participação em 6 reuniões sectoriais entre a Marinha, Exército, a Força Aérea e a ANQEP tendo em vista a obtenção de orientações metodológicas para o alinhamento da formação desenvolvida por aqueles ramos ao nível da metodologia de desenho de qualificações baseada em competências (organizadas em resultados de aprendizagem), garantindo a articulação com o SNQ.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-06	Representação nacional em organismos e instituições nacionais e internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação	Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas	Assunção de responsabilidades decorrentes da qualidade de país membro da UE, OTAN e outras instituições internacionais, reforçando a presença nacional nas instituições internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação. Representação nas reuniões propostas e consequente desenvolvimento dos trabalhos
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			EMGFA e ramos

RESULTADOS

Representação nacional no grupo de trabalho “Sectoral Qualifications Framework for the Military Officer Profession - SQF-MILOF” através da participação em 5 reuniões - GT promovido pelo Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD) com o objetivo de definir o “Perfil do Oficial Militar Europeu”, através do desenvolvimento de um perfil de competências, bem como dos respetivos perfis de formação. A DGRDN, desde 2018, tem acompanhado e participado de forma ativa neste GT, com a colaboração do Instituto Universitário Militar (IUM) e das suas Unidades Orgânicas Autónomas UOA, nas diferentes fases metodológicas deste instrumento. Atendendo que esta iniciativa apresenta um elevado valor estratégico para Portugal numa multiplicidade de níveis, exigindo uma visão transversal de todos os potenciais impactos para a Defesa Nacional e considerando que o trabalho de conceção deste instrumento se

encontra finalizado e publicado, torna-se importante uma posição política no que concerne à eventual implementação do SQF-MILOF a nível nacional, bem como ao acompanhamento dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo Colégio Europeu de Segurança e Defesa ao nível do grupo de trabalho constituído para este efeito (*SQF-MILOF Executive Group*).

Representante da Defesa Nacional no âmbito do Plano Nacional para a Juventude (1ª Fase - 2018-2021; 2ª Fase – 2022 - 2024) com a participação em 3 reuniões: O Plano Nacional de Juventude (PNJ) 2018-2021, aprovado através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 114 – A/2018, tem como missão concretizar políticas de juventude que visam reforçar a proteção das pessoas jovens no âmbito do preconizado no artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa. Assim, e considerando que a DGRDN continua a ser a entidade responsável pelo acompanhamento e reporte da execução do PNJ no que respeita à Defesa Nacional, esta Direção-Geral e os seus representantes têm dado continuidade ao processo de construção das medidas propostas no âmbito do novo Plano Nacional para a Juventude 2022-2024.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-07	Formação em organismos NATO	Proceder à divulgação de cursos promovidos pelas escolas de formação da NATO	Gerir eficientemente os pedidos de cativação de vagas por parte das entidades intervenientes	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Elaborar o Plano Anual de Formação	Atividade corrente	DIV/APL	EMGFA, ramos, SG-MDN, DGPDN, ANPC
2.	Efetuar a gestão corrente dos pedidos de formação			
3.	Elaborar um relatório anual de avaliação da execução do processo			

RESULTADOS

O Calendário Académico da NATO SCHOOL (NSC) apresentava em 2021 um total de 166 cursos. A DGRDN, na qualidade de POC nacional, realizou a divulgação da oferta formativa da NS auscultando diversas entidades civis e militares sobre as suas necessidades formativas. Do levantamento efectuado, resultaram 164 pedidos de cativação de vagas: destes, 19 da DGRDN, 59 do EMGFA, 17 do Exército, 65 da Força Aérea, e 4 por parte da Guarda Nacional Republicana (GNR). A Marinha não solicitou qualquer vaga. Os pedidos foram remetidos à NSC e após análise foram atribuídas um total de 120 vagas que foram distribuídas de acordo com as solicitações: 7 para a DGRDN, 44 para o EMGFA, 17 para o Exército, 49 para a Força Aérea, e 3 para a GNR.

Em resultado da situação pandémica a NSC viu-se obrigada a cancelar alguns cursos e passou a ter uma maior oferta em *e-learning* contornando as dificuldades e permitindo que os formandos pudessem frequentar alguns cursos. Foi assim possível realizar 51 ações de formação: 2 para a DGRDN, 20 pelo EMGFA, 10 pelo Exército, 18 pela Força Aérea e 1 pela GNR.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-08	Assessoria Técnica	Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do	Apoio técnico que contribua para a adoção de soluções eficientes. Aproximação da Administração Pública aos cidadãos

ensino, qualificação e
formação, certificação
profissional e ID&I

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON/ CAT/AA	Entidades que solicitem

RESULTADOS

Regime de contrato especial:

- Análise da matriz de caracterização das especialidades e aéreas funcionais dos ramos das FFAA (designadamente do Exército e da Força Aérea), cujo grau de formação e treino, tipo de habilitações académicas, exigências técnicas e empenhamento do militar na organização cumpram com os requisitos necessários para poderem ser abrangidos pelo regime de contrato especial;
- Participação nos trabalhos que contribuíram para a publicação da Portaria n.º 1/2022, de 3jan, que procede à primeira alteração à Portaria n.º 245/2014, de 25nov, que estabelece as condições especiais de admissão ao regime de contrato especial;
- Foram elaborados os modelos de propostas de despacho que estabelecem as situações funcionais em RCE e foram analisadas 5 propostas de situações funcionais (1 da Força Aérea e 4 do exército);
- Foram realizadas 4 reuniões com a Força Aérea sobre o RCE.

Quadro Permanente de Praças:

- Foi efectuada a análise da proposta de criação do QP de praças no Exército e Força Aérea.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-09	Organização de conferências, seminários e colóquios	Propor, organizar e conduzir conferências, seminários e colóquios subordinados às temáticas afetas à Divisão de Ensino e Qualificação	Divulgar e sensibilizar nos domínios específicos de cada temática

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Projeto	CIN/CII/ DIV/CAT	Entidades relevantes consoante a temática

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 03



Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários,
Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e
Qualificação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-01	Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural	Monitorizar a aplicação do regulamento de incentivos, assegurando a sua adequação às características do seu público-alvo e a toda a legislação com que se inter-relaciona	Exequibilidade e utilidade dos diferentes incentivos legalmente previstos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Apoiar técnico-juridicamente o processo de implementação do novo RIPSM	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ; ramos das FA; entidades formadoras;
	2. Promover ações de divulgação dos incentivos junto do público-alvo			entidades empregadoras; organizações não-governamentais;
	3. Divulgar Normas de Orientação Técnica relativamente à aplicação do regulamento de incentivos junto dos Ramos das FA			consultoras; IEFP; ANQEP; ramos; Ministério da Educação;
	4. Desenvolver ações de (in)formação sobre os incentivos em U/E/O militares			Ministério da Economia e Trabalho, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

RESULTADOS

Texto

Foram realizadas 37 palestras sobre o regulamento de incentivos que implicaram a deslocação de elementos da equipa CIOFE a diversas U/E/O, sendo que 4 foram realizadas na Escola de Fuzileiros da Marinha na fase de instrução militar, 28 decorreram em unidades do Exército, nas quais se incluem 8 palestras às várias Escolas Preparatórias de Quadros (EPQ) do Exército, destinadas a formar os instrutores para os Cursos de Formação Geral Comum, e 5 palestras através de meios telemáticos. Destas, 3 foram ministradas aos militares do Regimento de Guarnição nº 3 do Exército, no Funchal, uma orientada sobretudo para os (ex-)militares e um *Live* no Instagram para 147 participantes, numa colaboração com a Direção de Serviços de Assuntos da Profissionalização do Serviço Militar, destinado a jovens interessados em saber mais sobre as formas de ingresso nas Forças Armadas. Nestas ações

foi possível chegar a 1077 (ex-)militares do RV/RC, mas também a militares do Quadro Permanente responsáveis por enquadrar a instrução militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-02	Potenciação das qualificações dos militares e ex-militares do Regime de Contrato	Contribuir para que a formação adquirida pelos militares na formação inicial, ao longo do seu percurso profissional ou no final da prestação do serviço militar seja rentabilizada	Aumentar o número de militares com a formação certificada necessária à potenciação da sua empregabilidade no acesso ao mercado de trabalho civil	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Promover o acesso dos militares e ex-militares do RC a ações de formação certificada pertencentes ao Sistema Nacional de Qualificações, assentes em Unidades de Formação de Curta Duração disponibilizadas por entidades parceiras que recorrem aos Fundos Sociais Europeus	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEEQ, entidades formadoras; entidades empregadoras; organizações não-governamentais; consultoras; IEFP; ANQEP; ramos; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
	2. Promover o acesso a formações especializadas que conferem acesso a certificações para o desenvolvimento de determinadas atividades profissionais (profissões regulamentadas)			
	3. Organizar processos de orientação e formação comportamental que permitam potenciar a empregabilidade			
	4. Protocolar com entidades formadoras e instituições de ensino superior, condições mais vantajosas no acesso a formação			

RESULTADOS

Foram realizadas 28 ações de formação, com uma duração de 25 ou 50 horas, totalizando 1075 horas de formação ministradas por várias entidades parceiras, destacando-se o Inovinter - Centro de Formação e de Inovação Tecnológica com a maioria das UFCD ministradas, graças ao envolvimento dos seus vários pólos de formação, o Serviço de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. de Alverca e, mais recentemente, o Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (CICCOPN).

No âmbito do Programa «Defesa Qualifica» foram recebidas 40 candidaturas das quais 37 cumpriram os requisitos definidos para obterem apoio financeiro, permitindo aos candidatos a realização de formações em áreas tão diversas como a Instrução Desportiva (Treino Pessoal e Mergulho), Transportes (Condução Automóvel), Estética (Barbeiro/a), Design, Saúde (Quiropraxia) e Segurança no Trabalho (Técnico Superior de Segurança no Trabalho), Formação de Formadores, entre outras. Foram ainda organizados, ao abrigo deste Programa, dois cursos de Formação Pedagógica Inicial de Formadores para 12 formandos, em Lisboa, e para 9 formandos, no Porto. Também foi iniciado um curso de Formação Inicial de Segurança Privada – Vigilante, para 11 formandos. Foram ainda celebrados 11 protocolos com entidades formadoras.

No âmbito do Programa Ok! (Programa de Orientação e Aconselhamento de Carreira) foram desenvolvidos 15 processos de Orientação e Aconselhamento de Carreira, 4 processos no âmbito da Hora E!, foi constituído um grupo de apoio à empregabilidade (Equipa Alfa) e foram realizados 5 workshops que granjearam 150 participantes e 5 webinários que abrangeram um total de 171 participantes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
03-03	Subsídio para pagamento de propinas	Proceder à gestão do processo de concessão de subsídio para pagamento de propinas	Apoiar os militares e ex-militares do RC na obtenção de qualificações de nível superior	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Efetuar a gestão corrente dos pedidos de concessão e renovação do subsídio	Atividade corrente	AA/DIV/APL	Militares e Ex-Militares
	2. Aumentar a eficiência do processo de concessão de subsídio para pagamento de propinas			
	3. Elaborar proposta para cabimentação da verba para o pagamento dos subsídios			

RESULTADOS

Em 2021, ocorreram 107 candidaturas ao Subsídio para Pagamento de Propinas de Ensino (SPPE), sendo que apenas 74 foram efetivadas. Do ano transato, ocorreram 85 renovações do SPPE havendo, no final do ano, 159 beneficiários deste incentivo. Acresce ainda a aceitação de 2 casos especiais cujas candidaturas, por motivos alheios aos mesmos e aos serviços, não foram consideradas em tempo. O projeto de despacho com vista à fixação de verba para a atribuição do SPPE para o ano letivo 2021/22 foi submetido à consideração superior através da informação n.º 1228, de 23NOV21, e submetido ao gabinete de Sua Ex.ª SERHAC através do Ofício n.º 1228, de 09DEZ22. A verba fixada foi autorizada pelo Despacho de Sua Ex.ª SERHAC de 21DEZ22.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-04	Cooperação no âmbito da reinserção profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito dos processos relacionados com a reinserção profissional	Estreitamento dos laços, aquisição e troca de conhecimentos e experiências nos processos atinentes à reinserção profissional

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CII e CIN	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta no macroprocesso reinserção profissional previstas no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Visando divulgar as oportunidades de emprego e carreira em várias organizações foram organizados 13 webinários envolvendo várias entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais (PSP, GNR, NATO, ESA) para um total de 624 participantes. Também neste âmbito, foram ainda realizadas duas Feiras de Emprego, numa colaboração próxima com o Regimento de Cavalaria nº 6, para os militares em final de contrato, tendo participado o grupo DST, a Escola de Condução Minhota, o Grupo Casais, a Solutions 30 e a Eurofirms.

Foi ainda fornecido apoio para um Workshop sobre Recrutamento e Retenção com o Ministério da Defesa da Bélgica.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-05	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito da reinserção profissional, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da administração aos cidadãos

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

O atendimento presencial dos serviços de apoio à transição funcionou, durante algum tempo, sob marcação o que, apesar de limitar este tipo de atendimento, a verdade é que já se observava uma maior procura das outras vias disponibilizadas, cimentando-se uma tendência que se vinha a verificar anteriormente de recurso às redes sociais (Facebook, Instagram e LinkedIn), e claro, ao e-mail, atingindo-se no final do ano os 9088 contactos recebidos e 9053 enviados.

O processo de atribuição do SPPE gerou algumas exposições por parte dos cidadãos que deram azo a informações para decisão superior.

Atividades e Projetos não previstos

Nada a assinalar.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 04



Recrutamento, Reserva e Efetivos Militares	
Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-01	Consolidar o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de recrutamento militar	Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar, da consolidação do funcionamento do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação	Melhorar a informação sobre o recrutamento; potenciar a eficiência dos processos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Apoiar a implementação do plano de atividades da Comissão de Planeamento e Coordenação do Recrutamento Militar	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e Centro de Dados da Defesa
	2. Apoiar o desenvolvimento de uma política integrada de comunicação do serviço militar (vertente recrutamento: análise de conteúdo da atual mensagem de recrutamento), integrando a perspetiva de género			
	3. Assegurar o apoio à Comissão de Acompanhamento do Plano de			

Ação para a Profissionalização do Serviço Militar

4. Promover o desenvolvimento e atualização do Portal de Recrutamento Militar
5. Apoiar a implementação do projeto-piloto de melhoria das condições de alojamento e de apoio ao estudo das Unidades Militares.

RESULTADOS

Relativamente às subações aqui previstas, há a salientar os seguintes aspetos:

- As atividades da Comissão de Planeamento e Coordenação do Recrutamento Militar decorreram com normalidade, sendo de destacar a articulação que foi efetuada no âmbito do desenvolvimento do Estudo das Barreiras ao Recrutamento.
- A Comissão de Acompanhamento do Plano de Ação para a Profissionalização foi extinta por SEXA MDN, tendo sido constituído o Grupo de Trabalho de Acompanhamento e Monitorização do Plano de Ação para a Profissionalização. Este Grupo de Trabalho iniciou as suas atividades apenas em setembro de 2021, tendo sido assegurado o apoio técnico ao mesmo. Daqui resultou um relatório situacional, entregue a SEXA SERHAC em outubro de 2021;
- Foi desenvolvido um projeto piloto para enriquecimento de conteúdos sobre as profissões militares (imagem e vídeo) – 20 profissões da categoria de Praças;
- O Portal do Recrutamento Militar foi atualizado e dinamizado, tendo sido complementado com páginas de redes sociais (*Facebook, Youtube, Instagram*) que foram fundamentais na ligação com os jovens. No final do ano de 2021, o Portal atingiu uma média de mais de 15 mil visitas mensais;
- Foi concluída a primeira fase do projeto piloto de melhoria das condições de alojamento. Neste âmbito, foi concluída a remodelação de um edifício de alojamento (com funcionalidades de apoio à habitabilidade e apoio ao estudo) na base aérea de Beja com capacidade para sensivelmente 60 militares. Foi concluída a reabilitação de um piso (assim como de toda a rede de suporte ao edifício) no edifício do Regimento de Paraquedistas (Exército). Foi também concluída a reabilitação dos alojamentos de praças de um dos pisos do edifício do corpo de Fuzileiros (Marinha). Todas as obras previstas para esta primeira fase foram executadas nos tempos e nos termos que foram propostos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-02	Promover o desenvolvimento da atratividade da profissão militar, tendo em vista a satisfação das necessidades das Forças Armadas (através do recrutamento normal)	Potenciar a obtenção de efetivos militares para o regime de voluntariado e de contrato	Contribuir para a satisfação das necessidades das Forças Armadas em termos de efetivos RV/RC
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
			Parceiros intervenientes

- | | | | |
|---|--------------------|-----|--------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar a atualização dos dados sobre o potencial de atratividade de cada ramo em termos profissionais (no âmbito da participação dos jovens no DDN) 2. Promover a comparabilidade da informação recolhida nas diversas fases do recrutamento (da candidatura até ao final da formação), para a caracterização dos candidatos/militares, avaliação de processos e aferição de expectativas 3. Assegurar o funcionamento dos processos de recurso das provas de classificação e seleção 4. Emissão de pareceres técnicos relativos às propostas de admissão para o regime de voluntariado e de contrato 5. Promover a divulgação da profissão militar junto dos jovens em idade escolar | Atividade corrente | CAT | Ramos das FA |
|---|--------------------|-----|--------------|

RESULTADOS

Algumas atividades associadas com esta iniciativa foram comprometidas pela pandemia que o país enfrentou em 2020 e 2021. Não obstante, será de relevar:

- A informação sobre o potencial de atratividade de cada ramo em termos profissionais foi atualizada tendo em conta os dados recolhidos durante a edição de 2021 do DDN;
- As atividades de divulgação da profissão militar em escolas e em outros fóruns (feiras, seminários) foi suspensa durante grande parte do ano. Em termos de eventos de grande dimensão associados ao recrutamento, a DGRDN participou em conjunto com os três ramos, no Festival Air Summit em Ponte de Sor, que decorreu em outubro.
- A informação associada ao sistema e processo de recrutamento foi recolhida junto das estruturas dos três Ramos. Está a ser organizada e analisada, no âmbito do estudo sobre as Barreiras ao Recrutamento, aprovado por SEXA SERHAC.
- A emissão de parecer técnico sobre as admissões ao RV/RC 2021 foi executada sem qualquer constrangimento.
- O funcionamento dos processos de recursos das provas de classificação e seleção foi assegurado, encontrando-se desde novembro de 2021 em processo de reestruturação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
04-03	Recrutamento especial	Contribuir para a melhoria do processo de recrutamento especial	Harmonizar procedimentos; otimizar processos de análise de perfis de candidatos/incorporados		
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes	
	1.	Desenvolver a configuração do processo de autorização das admissões	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ, ramos das FA e outras entidades

2. Colaborar na apreciação das propostas dos Chefes de Estado Maior de cada ramo das FA relativas ao número de vagas para admissão aos cursos, tirocínios ou estágios para ingresso nas várias categorias dos QP

RESULTADOS

- A Divisão assegurou a análise e parecer à proposta de efetivos para o ano de 2022, tendo também efetuado análise e parecer à proposta reformulada para o DL de efetivos para o triénio 2022-2024;
- Da mesma forma, foi desenvolvido todo o processo relacionado com a apreciação de propostas de admissão aos Quadro Permanentes para o ano de 2021.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-04	Recrutamento excepcional	Estabelecer as linhas de orientação geral a adotar em caso de recrutamento excepcional	Elaborar proposta relativa a procedimentos gerais em caso de convocação, mobilização e requisição	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Consolidar a definição dos conceitos e dos processos que lhe estão associados	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta e indireta no recrutamento excepcional
2.	Conceber proposta de sistema de gestão da informação			

RESULTADOS

A Divisão assegurou o apoio técnico às atividades do Grupo de Trabalho para a operacionalização do conceito de reservas (recrutamento e disponibilidade):

- Caracterização da situação legal existente (o que permite e o que não permite);
- Identificação de aspetos de natureza regulamentar a desenvolver ou melhorar;
- Definição de conceitos;
- Definição de requisitos e funcionalidades do sistema;
- Apoio à configuração do sistema de informação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-05	Reserva de recrutamento	Garantir o estudo dos dados da reserva de recrutamento e promover a sua atualização	Utilizar a informação para sustentar políticas de recrutamento

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Manter atualizado o estudo sobre a reserva de recrutamento (configuração quantitativa e qualitativa)	Atividade corrente	CAT	Centro de Dados da Defesa; ramos das FA; outros ministérios

RESULTADOS

Os dados foram carregados no sistema e foram fornecidos aos ramos os indicadores que permitem definir os objetivos regionais de recrutamento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-06	Reserva de disponibilidade	Conceber e gerir um sistema de informação sobre a reserva de disponibilidade com base nos dados fornecidos pelos ramos das Forças Armadas	Obter a caracterização da reserva de Disponibilidade através da integração de dados cedidos pelos ramos das FA e avaliação do percurso profissional desenvolvido nas FA

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> Identificar a informação (e as fontes da mesma) necessária à gestão da reserva de disponibilidade e promover a sua integração e atualização Promover a atualização dos estudos de caracterização da reserva de disponibilidade (configuração qualitativa e quantitativa) Conceber proposta de sistema de gestão da informação 	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ; ramos das FA; Centro de Dados da Defesa

RESULTADOS

Estes trabalhos foram agregados pelo Grupo de Trabalho para a operacionalização dos conceitos de reserva de recrutamento e disponibilidade, nomeado por SEXA MDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-07	Monitorização dos efetivos militares	Promover a atualização permanente do registo de efetivos do pessoal das	Fundamentar as propostas de redimensionamento dos efetivos militares e sustentar os processos que exigem parecer do MF

Forças Armadas, nos diferentes regimes, situações e formas de prestação de serviço. Comparar os efetivos autorizados através de diploma legal com os efetivos existentes. Proceder à análise estatística dos efetivos militares

Acompanhar a evolução dos efetivos face aos critérios fixados na «Reforma Defesa 2020»

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Assegurar a existência de procedimentos de monitorização dos efetivos militares	Atividade corrente	CAT	EMGFA e ramos
2. Desenvolvimento de estudos situacionais e evolutivos sobre os efetivos militares que contribuam para o diagnóstico de necessidades de admissão			
3. Assegurar o funcionamento de uma plataforma integrada de gestão, tratamento e divulgação da informação sobre efetivos militares			

RESULTADOS

- O processo de monitorização dos efetivos foi executado mensalmente;
- Para consolidar a informação e traçar os cenários evolutivos foi elaborado um relatório anual dos efetivos militares de 2020, que contempla a informação e a respetiva análise.
- No que respeita à integração de informação, a DGRDN está preparada para o fazer, precisa apenas que seja assegurado o acesso à fonte (SIGRHDN), o que não aconteceu em 2021.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-08	Planeamento das forças no âmbito da NATO	Colaborar com a DGPDN, EMGFA e ramos no âmbito do ciclo de planeamento das forças, nomeadamente através da participação nas respetivas reuniões de trabalho	Contribuição para a articulação legal e institucional

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Representação da DGRDN nas atividades relacionadas com a NATO Annual Defense Review - Defence Planning Review Questionnaire	Atividade corrente	CII e CIN	DGPDN, EMGFA e ramos

RESULTADOS

A Divisão assegurou a prestação de toda a informação e esclarecimentos associados a este processo e participou nas diversas ações previstas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-09-A	Promover o funcionamento e divulgação do Observatório do Serviço Militar	Contribuir para a sustentabilidade do modelo de profissionalização do serviço militar	<p>Assegurar a interligação entre informação e propostas de melhoria</p> <p>Incremento do conhecimento, interno e externo, sobre os Serviço Militar, as Forças Armadas e a Defesa Nacional</p> <p>Maior aproximação do universo da Defesa aos cidadãos</p>	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	<ol style="list-style-type: none"> Promover a definição e implementação do observatório do serviço militar (âmbito concetual, intervenientes, estrutura, objetivos e instrumentos de funcionamento), assente em dois eixos: <ul style="list-style-type: none"> Estudos; Integração e divulgação de informação Desenvolvimento do estudo “profissionalização 360º, que cobre as fases de relação do jovem e do militar com as FA Desenvolvimento de estudo sobre as “Barreiras ao Recrutamento” Análise da informação situacional sobre os efetivos militares e seus percursos profissionais (com base na informação SIGRHDN) Desenvolvimento de estudo sobre as perceções e representações da população portuguesa acerca das Forças Armadas e de temáticas relacionadas com a Defesa. Conceção da configuração estrutural (conceitos, indicadores e estrutura tecnológica) de um sistema de informação sobre a 	Atividade corrente	CON	Ramos; EMGFA; IDN; Gabinete Igualdade; entidades académicas externas; outras unidades orgânicas da DGRDN

profissionalização, que potencie a sua monitorização.

RESULTADOS

- Foi apresentado à Tutela o Plano Integrado de Monitorização da Profissionalização (que inclui o Observatório e um Sistema de Informação da Sustentabilidade da Profissionalização). A Tutela aprovou a componente deste plano que se referia ao estudo sobre as Barreiras ao Recrutamento, sendo que algumas das outras componentes do plano decorrerão deste estudo e serão desenvolvidas em 2022
- A análise da informação situacional sobre os efetivos militares e seus percursos profissionais está condicionada à possibilidade de acesso à plataforma SIGRHDN, que ainda não foi possível.
- No âmbito do projeto “Profissionalização 360°”, foram desenvolvidos os questionários sobre as razões de saída do RV/RC, que não foram ainda aplicados pelo facto de terem sido implementados mecanismos legais de prorrogação excepcional dos contratos durante 2020 e 2021, o que conteve o número de saídas durante a pandemia.
- Em julho de 2021, foi concluído o estudo sobre as representações dos portugueses acerca das Forças Armadas (em parceria com o IDN), tendo sido produzida uma brochura de divulgação do mesmo;
- Prosseguiu o desenvolvimento do estudo sobre as Barreiras ao Recrutamento (em parceria com o IDN e Gabinete da Igualdade do MDN), tendo sido concluída a fase de recolha de informação relativa à caracterização de estruturas e processos nos três ramos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-10	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do recrutamento militar, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Esta atividade foi assegurada com normalidade, destacando processos como:

- Apreciação da proposta do CCEM para criação de um QP de praças no Exército e na Força Aérea e análise, em conjunto com a Secretaria-Geral MDN, do impacto financeiro decorrente da criação destes QP;
- Assegurar a emissão dos pareceres associados à prestação de serviço fora da estrutura das Forças Armadas, por pessoal do ativo ou da reserva;
- Apoio ao processo de regulamentação dos Quadros Especiais de Saúde (âmbito recrutamento);
- Resposta ao cidadão no âmbito do recrutamento militar, a pedidos efetuados através do e-mail dgrdn.servicomilitar@defesa.pt

Atividades e Projetos não previstos

- Planeamento, conceção e realização de um *workshop* de nível estratégico com a contraparte belga da DGRDN sobre Recrutamento e Retenção
- Apoio ao GT para o desenvolvimento de uma política de recursos humanos para a área da ciberdefesa.
- Dinamização, através das redes sociais do Portal do Recrutamento Militar, de sessões de esclarecimento sobre a prestação de serviço militar em parceria com outras entidades (e.g., Ginásio de Educação Da Vinci de Vila Franca de Xira; Podcast Universitário)

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

~

Programa 05



Deveres Militares

Unidade orgânica

Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-01	Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional (DDN)	Assegurar a concretização das medidas de política no âmbito dos Deveres Militares Otimizar o modelo do Dia da Defesa Nacional	Otimização da 17.ª Edição, em sintonia com o Despacho N.º155/MDN/2013 do MDN, o Despacho n.º 2063/2014 de SEXA MDN e o Despacho n.º 8474/2016 de SEXA o SEDN	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Supervisão e coordenação da 17.ª edição do DDN	Atividade corrente	CAT	Comissão para o Planeamento e Conceção do Dia da Defesa Nacional
	2. Planeamento da 17.ª edição do DDN			
	3. Apoio técnico e administrativo-logístico à Comissão para o			

- Planeamento e Conceção do DDN
4. Supervisionamento da execução do DDN

RESULTADOS

Foi realizada uma reunião da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN e foi organizada uma Reunião de Coordenação com os Comandantes das Unidades onde estão sediados os Centros de Divulgação do DDN, em paralelo com os representantes das parcerias institucionais na área dos conteúdos.

Foi elaborado o planeamento da 17.ª edição do DDN, que teve lugar em 32 locais de Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, prevendo-se o início a 07 de janeiro e com término a 17 de dezembro, envolvendo 143 mil 919 cidadãos (113 mil 278 nascidos em 2002 e 30 mil 641 nascidos em 2001 que em virtude da situação pandémica ocorrida durante o ano de 2020 foram adiados para a 17.ª Edição do DDN) e 32 unidades militares dos 3 Ramos das Forças Armadas.

No âmbito da supervisão da execução do DDN foram realizadas 20 visitas aos diferentes Centros de Divulgação do DDN.

Atendendo à situação epidemiológica da doença COVID-19 o DDN esteve suspenso de 07 de janeiro a 30 de abril, retomando as suas atividades a 03 de maio de 2021.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-02	Gestão do processo de convocação	Assegurar a gestão do processo de convocação dos cidadãos para o DDN	Publicação dos editais (até final de novembro) Envio das cartas recordatórias por lotes trimestrais (nov/fev/mai/ago) Aumentar a taxa de presenças de cidadãos no DDN	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Preparação e envio para o Centro de Dados da Defesa dos dados necessários para a edição dos editais de convocação	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na matriz dos <i>Stakeholders</i> do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação (OCRD)
	2. Envio dos editais de convocação para afixação nos locais legalmente previstos			
	3. Publicação online dos editais de convocação e sua atualização			
	4. Disponibilização digital das requisições de transporte			

5. Produção e envio via correio das cartas recordatórias

RESULTADOS

Com base nos dados de identificação e registo civil procedeu-se ao recenseamento de 134 mil 592 cidadãos nascidos em 2002 (107 mil 509 residentes no continente, 5 mil 769 nas ilhas e 21 mil 314 no estrangeiro, sendo 63 mil 157 masculinos e 65 435 femininos) e que foram convocados para cumprir o dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional na 17.ª Edição.

Para a preparação da 17.ª Edição do DDN não foram impressos editais de convocação, tendo estes sido gerados em formato PDF por uma aplicação criada para o efeito que os enviou, por correio eletrónico, para cada um dos 308 municípios, salvaguardando-se assim a desmaterialização de procedimentos prevista no âmbito do Plano Funcional do OCRD. Concomitantemente, os editais foram disponibilizados *online* (conforme previsto), tendo sido consolidado a disponibilização dos editais *online* dinâmicos e interativos. No ano de 2021 foram impressas e enviadas 130 mil 916 cartas recordatórias

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-03	Gestão do sistema de transportes	Assegurar o transporte para o DDN	Assegurar o transporte de acordo com o planeado e contratualizado	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Supervisionamento do sistema de transportes	Atividade corrente	CAT	Secretaria-Geral do MDN, ramos das FA e outras entidades
2.	Colaboração no preparo de eventual procedimento de ajuste direto ou concursal para a contratualização de serviços de transporte			
3.	Coordenação e manutenção do sistema de requisição de transporte digital			
4.	Elaboração do Plano de Transportes para o DDN 2021			

RESULTADOS

Na 17.ª Edição, dos 143 mil 919 cidadãos residentes em território nacional, 21,1% estavam convocados a comparecer diretamente nos Centros de Divulgação, 38,2% com direito a requisição de transporte e 40,6% ao abrigo do concurso público de transportes que garante a deslocação da sede do município ao local de convocação.

A requisição de transporte tornou necessária a articulação com várias transportadoras de âmbito nacional e local, designadamente, Área Metropolitana de Lisboa, Porto e Braga, Zona do Algarve, Instituto de Mobilidade Terrestre, ANTROP e ARP.

Dado o sucesso desta iniciativa e procurando promover a desmaterialização da requisição de transporte, obviando a necessidade de envio desta ao cidadão junto com a carta recordatória, numa estratégia de redução de custos, foi consolidada a aplicação *online* capaz de mediante a solicitação do cidadão, gerar as requisições de transporte em PDF, e enviá-las para o correio eletrónico do cidadão. Este sistema entrou em funcionamento na 11.ª edição do DDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-04	Administração dos recursos humanos alocados às equipas de divulgação	Enquadrar e gerir os recursos humanos alocados às equipas de divulgação	Assegurar o enquadramento e gestão dos recursos humanos alocados às equipas de divulgação	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Gestão dos divulgadores no âmbito das jornadas do DDN	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
	2. Gestão da formação dos divulgadores			
	3. Apoio administrativo-logístico aos divulgadores			

RESULTADOS

Foram constituídas 5+3 equipas de divulgação que dinamizaram as jornadas nos 5+3 circuitos criados para a 17ª Edição (Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo + Foxtrot + NAV 1+ NAV 2). Durante toda a atividade foi garantido o apoio administrativo-logístico aos divulgadores.

Dado o elevado número de jovens convocados, não foi possível ser ministrada formação aos divulgadores nas áreas comportamentais e conteúdos durante o mês de junho.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-05	Gestão dos centros de divulgação	Planear, coordenar e supervisionar o processo administrativo-logístico dos locais de divulgação	O funcionamento dos locais de divulgação, no suporte às atividades programadas para a jornada, decorre em conformidade com o planeado em sede da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN	
Subações		Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Coordenação e monitorização do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e entidades parceiras
2.	Coordenação e supervisão do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores			
3.	Gestão dos bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação			

RESULTADOS

Foi garantida a coordenação e monitorização efetiva do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN. Foi garantida a coordenação e supervisão efetiva do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores. Em todo o tempo foi garantido o apoio em bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-06	Monitorização e supervisão do programa do DDN	Promover a atualização dinâmica do programa do DDN, bem como a sua supervisão pedagógica	Viabilizar a avaliação do estado e adequação de execução do programa do DDN na edição em curso, bem como as medidas de correção e melhoria necessárias numa ótica de implementação imediata ou transponível para a edição seguinte	
Subações		Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Monitorização dos instrumentos de recolha de informação, especialmente os suportados na utilização da plataforma tecnológica em uso no DDN (tablets), que permitam em tempo útil conhecer e avaliar o modo diário de funcionamento das jornadas, bem como as	Atividade corrente	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

- incidências e ocorrências verificadas
2. Supervisão pedagógica da edição em curso, presencialmente e remotamente através das ferramentas indicadas em 1.
 3. Estudo, planeamento e proposta de um Plano de Melhorias em conformidade com o sistema de qualidade a implementar

RESULTADOS

Foi consolidada a aplicação que permite recolher um conjunto de indicadores relativamente ao decurso das atividades do DDN. No final do dia estes indicadores são enviados para a DGRDN, sendo depois objeto de análise pela DSPSM para posterior envio para os ramos das FA's e demais parceiros institucionais. Em virtude da situação pandémica, em 2021 os parceiros não estiveram presencialmente nos diversos Centros de Divulgação de Defesa Nacional, pelo que a informação relativa à GNR e à ANEPC foi veiculada pelos militares divulgadores através de vídeos que ambos os parceiros disponibilizaram, pelo que os indicadores relativos aos parceiros são residuais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-07	Estabelecimento de parcerias	<p>Potenciar a participação de entidades e instituições não-militares no âmbito da Defesa Nacional nas jornadas do DDN</p> <p>Promover a adesão à participação económica e/ou financeira de parceiros exteriores ao âmbito da Defesa Nacional na ótica de uma redução de custo e otimização dos resultados</p>	Assegurar a obtenção de parcerias adicionais para as jornadas do DDN	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Conceção e produção de um relatório com informação sobre as atividades do DDN, contendo os indicadores principais (estatística do universo abrangido, experiências anteriores e casos de sucesso, etc.) com relevo para os parceiros intervenientes	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
	2. Promoção e negociação da participação das entidades referidas			

RESULTADOS

Durante o ano de 2021 foram diligenciadas ações de cooperação com a Empresa Jerónimo Martins para o fornecimento da alimentação dos/as jovens que estavam convocados para o Dia da Defesa Nacional nos Centros de Divulgação de Portimão e de Castelo Branco. De referir que apesar de terem sido asseguradas, atempadamente, todas as diligências constantes do protocolo relativas ao apoio logístico da Câmara Municipal de Castelo Branco, devido à situação epidemiológica em 2020, a inauguração do CDDN de Castelo Branco só foi possível ser concretizada no dia 02 de novembro de 2021.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-08	Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN	Assegurar o processo de controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN	Certificação do cumprimento do dever militar Relatório estatístico da participação dos cidadãos no DDN	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Controlo das presenças ao DDN	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA

RESULTADOS

No que respeita à taxa de cumprimento da 17.ª edição do DDN, levando em consideração os quatro meses em que o DDN esteve suspenso, estiveram presentes ao DDN 73 mil 658 cidadãos/ãs de 89 mil 584 convocados/as e foram dispensados 5.377 e isentos 554. A taxa de cumprimento foi de 82%.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-09	Gestão da situação militar dos cidadãos	Assegurar a tramitação dos processos de adiamento, dispensa e isenção à comparência no DDN em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar	Prestação ao cliente dos serviços relativos aos processos de adiamento e de dispensa de comparência ao DDN, na observância de critérios de eficiência operacional Registo e controlo dos processos de atribuição do estatuto de objetor de consciência Relatório estatístico dos processos de adiamento, dispensa e isenção	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Gestão dos pedidos de adiamento ao DDN	Atividade corrente	Execução	ramos das FA e Comissão Nacional dos Objetoires de Consciência

2. Gestão dos pedidos de dispensa do DDN
3. Acompanhamento dos pedidos de atribuição do estatuto de objetor de consciência
4. Gestão dos cidadãos faltosos assegurando a análise dos motivos apresentados e marcação de novas datas
5. Atualização dos dados dos cidadãos sujeitos aos deveres militares

RESULTADOS

Em 2021 ao nível do BackOffice foram tratados 10.321 processos relativos à 17.^a edição do DDN, de acordo com a seguinte distribuição:

Processos de dispensa: 5.377

Processos de adiamentos: 4.390

Processos de isenção de Deveres Militares: 554

O *Call-Center* do Balcão Único da Defesa/DDN cumpriu a sua missão de atendimento telefónico e presencial:

7.149 chamadas atendidas

200 atendimentos presenciais

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-10	Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares	Assegurar a uniformização de procedimentos no âmbito do atendimento relacionado com os deveres militares em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento, demais legislação e normas técnicas em vigor	Garantir a harmonização de procedimentos entre os diferentes intervenientes relativamente às situações de atendimento no âmbito dos deveres militares	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Garantir a atualização das Normas Técnicas no âmbito do atendimento relativo aos deveres militares	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA; Comissão Nacional dos Objetores de Consciência
2.	Solicitar ao Centro de Dados da Defesa a atribuição de permissões de acesso ao SIPORG			
3.	Propor atualizações ao SIPORG no âmbito dos deveres militares			
4.	Implementação de atualizações ao nível dos procedimentos eletrónicos no âmbito do atendimento dos deveres militares			

RESULTADOS

Durante 2021 foi supervisionada a atividade de atendimento ao público efetuada ao nível do Balcão Único da Defesa, sendo emanadas um conjunto de diretivas por email com o intuito de uniformizar o atendimento.

Foram efetuados os pedidos de permissão de acesso ao SIPORG necessários mediante requerimento da DGRDN e por necessidades de serviço interno ou por solicitação do Centro de Recrutamento da Armada, do Exército, e Força Aérea.

Estruturação e atualização dos processos necessários à implementação do novo sistema que irá substituir o SIPORG.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-11	Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN	Melhorar a qualidade de serviços prestados ao cliente nos processos atinentes ao DDN	Simplificação do processo de solicitação dos diferentes pedidos atinentes ao Dia da Defesa Nacional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Projeto	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Ao nível do atendimento manteve-se a desmaterialização do processo de registo e arquivo de correspondência, passando esta a ser registada e tratada através da Gestão Documental.

Quanto ao atendimento, foi consolidado a desmaterialização do processo de emissão de requisições de transporte, bem como o processo de emissão e envio dos editais de convocação para os Municípios.

Paralelamente, o envio das cédulas militares (via e-mail) aos/às jovens presentes no Dia da Defesa Nacional foi consolidado, sendo igualmente enviado por e-mail todas as cédulas militares nas quais constam os averbamentos da Situação Militar dos cidadãos, sobretudo, para efeitos de procedimentos concursais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

05-12	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do DDN, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos
-------	----------------------	--	--

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Neste ano foi prestada toda a colaboração, sempre que solicitado, nas áreas transversais a esta Direção-Geral.

Atividades e Projetos não previstos

Devido à pandemia, houve uma grande adaptação no decurso das jornadas do DDN no que concerne à aquisição de meios de proteção individual, os programas foram alterados para permitir um maior distanciamento entre os/as jovens e foram garantidos todos os contactos com várias entidades como a proteção civil, PSP e GNR de forma a garantir um efetivo cruzamento de informação sobre eventuais casos de COVID-19 que pudessem vir a ser associados à participação dos/as cidadãos/ãs nas várias unidades militares.

Foram tomadas as diligências necessárias para que o DDN pudesse reiniciar (em maio) com o parecer favorável da Direção-geral da Saúde.

Programa 06



Comunicação Integrada para o Serviço Militar

Unidade orgânica

Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-01	Estruturação da comunicação	Estruturar e inserir organicamente o estudo, planeamento, coordenação e	Estabelecimento da base orgânica e funcional da comunicação integrada para o Serviço Militar.

**integrada para o
Serviço Militar**

execução da promoção e divulgação da temática da Defesa Nacional, das Forças Armadas e do Serviço Militar segundo uma ótica de comunicação integrada

Operacionalização de iniciativas de comunicação interna, externa e institucional de base estruturante

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Desenvolvimento de proposta estratégica de comunicação do serviço militar (MDN)	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
2. Construção do plano de comunicação integrada para o Serviço Militar			
3. Atualização anual do subplano de comunicação para o Dia da Defesa Nacional – componente programas e conteúdos			

RESULTADOS

Subação 1 – Em desenvolvimento. Está delineado um primeiro documento com uma proposta de estratégia de comunicação do Serviço Militar. Prevê-se que durante o primeiro semestre de 2022 a proposta de estratégia possa ser discutida e consensualizada com o GabMDN e com os ramos.

Subação 2 – Decorre da conclusão da estratégia de comunicação prevista na subação 1, pelo que esta ação se encontra sem início previsto.

Subação 3 – As missões das Forças Armadas Portuguesas estão em constante mudança. Com base nos relatórios mensais provenientes da DGPDN, os conteúdos foram atualizados com os dados mais recentes bem como a introdução de informação sobre o papel das Forças Armadas no combate à Pandemia.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-02	Repositório estruturado de informação	Manter e alimentar o repositório estruturado de informação sobre o serviço militar permitindo apoiar e documentar as atividades de comunicação relativas ao serviço militar, contribuindo em extensão para o apoio à decisão	Disponibilização de conteúdos no repositório

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Inserção de conteúdos relativos ao DDN e Serviço Militar	Atividade corrente	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

O Portal do Recrutamento Militar é objeto de atualização permanente, nomeadamente através da inserção de conteúdos relativos às diferentes dimensões do recrutamento (publicitação de concursos; divulgação de profissões militares e dos principais incentivos associados ao ingresso nas Forças Armadas) e da prestação de serviço militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-03	Consolidação e divulgação da identidade visual para o Serviço Militar	Aumentar a visibilidade do Serviço Militar caracterizando-o, positivamente junto aos públicos-alvo, num contexto de coerência transversal aos seus intervenientes institucionais	Construção de componentes da identidade visual para o Serviço Militar	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Aplicações gráficas e vídeo da identidade visual do Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
	Conceber e produzir conteúdos (vídeos; flyers informativos) sobre aspetos transversais do Serviço Militar (e.g., incentivos; condições de ingresso)			

RESULTADOS

A imagem harmonizada do SM (identidade visual) está incorporada no Portal do Recrutamento Militar e em todos os instrumentos (publicados) associados ao Serviço Militar DDN+Recrutamento Militar. Prevê-se a 1ª fase de renovação gráfica da imagem dos centros de divulgação da Defesa Nacional

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-04	Comunicação externa – canais web (Redes sociais)	Potenciar a visibilidade e o conhecimento sobre o Serviço Militar, através de informação direcionada aos públicos-alvo no domínio externo, disponibilizando cumulativamente novos serviços, em canais de comunicação suportados na utilização da internet (Redes sociais)	Construção de canais youtube do DDN e Serviço Militar

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Produção da página facebook DDN	Atividade corrente	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD, público em geral
2. Criação, manutenção e atualização da página de facebook do recrutamento militar			
3. Criação, manutenção e atualização do canal youtube do recrutamento militar			
4. Criação, manutenção e atualização da página de Instagram do recrutamento militar			

RESULTADOS

Subação 1 – A página do facebook DDN, como um meio digital direto, foi um importante ponto de informação importante e esclarecimentos através de posts e mensagens diretas.
Subações 2, 3, 4 – Criadas. Tem sido reforçada a aposta na dinamização destas redes sociais associadas ao portal do recrutamento, procurando a sua atualização permanente, uma vez que proporcionam uma via de contacto direto os jovens e com outros públicos relevantes. A este propósito importa destacar que através do instagram foram dinamizadas várias sessões de esclarecimento sobre a prestação de serviço militar em parceria com outras entidades (*e.g.*, Ginásio de Educação Da Vinci de Vila Franca de Xira; Podcast universitário)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-05	Comunicação interna/externa – Corporate TV do Serviço Militar e DDN	Promover e potenciar o conhecimento interno dos macroprocessos do Serviço Militar e DDN	Corporate TV do Serviço Militar e do DDN

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Desenho de layouts	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD
2. Produção de formatos para emissão			

RESULTADOS

Subação 1 – Foram criadas várias propostas de layout da Corporate TV.
Subação 2 – Dadas as limitações impostas pela pandemia, as existentes a nível de Recursos Humanos e algumas limitações técnicas, não é possível precisar uma linha de tempo para a criação de formatos para emissão por limitações técnicas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-06	Comunicação interna/externa – Boletim informativo eletrónico	Promover e potenciar o conhecimento interno e externo dos processos na área, ou relacionados com Serviço Militar	Produção de informação eletrónica	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Conceção, edição e produção de boletim informativo sob formato eletrónico (webletter), sem periodicidade definida	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD, público em geral

RESULTADOS

Foi desenhado o template deste boletim, mas inda não foi possível a sua produção

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-07	Cooperação no âmbito da comunicação integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito da comunicação integrada para o Serviço Militar	Estreitamento dos laços, aquisição de conhecimentos e experiências nos processos atinentes aos vários domínios da comunicação integrada no âmbito Serviço Militar	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CII e CIN	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão

RESULTADOS

A presença em eventos de grande dimensão de divulgação do Serviço Militar foi condicionada pela pandemia (os grandes eventos deste tipo, como a Qualifica e a Futuralia foram cancelados). No entanto, procurou-se reforçar a participação em eventos digitais, em parceria com os ramos. Em termos de eventos presenciais, a DGRDN participou, em cooperação com os ramos no Campeonato do Mundo de Remo (Oeiras) e no Festival Air Summit (Ponte de Sor).

Foi realizado um *workshop* com a congénere belga da DGRDN sobre recrutamento e retenção. Os temas abordados incidiram sobre diversas dimensões do modelo de profissionalização, tendo também sido abordadas as questões da comunicação numa lógica de partilha de boas práticas entre os dois países.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
06-08	Cooperação com UU/EE militares para potenciar o conhecimento das FFAA e sua história– programa o DDN vai aos Museus Militares	Elaborar programa e estabelecer protocolos, com vista ao lançamento de iniciativa de promoção de visitas a museus militares a efetivar no DDN	Aprofundamento, aproximação e disponibilização de conhecimento e informação sobre as FFAA, nas suas várias vertentes histórico-culturais, aos cidadãos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Implementação da oferta em todas as sessões do DDN	Projeto	CIN/DIV	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos processos

RESULTADOS

Todo o projeto se encontra com o seu desenho concluído e alguns protocolos pré-pandemia delineados. O regime de funcionamento do DDN, em função da pandemia, inviabilizou até ao início de 2022 a sua concretização. Prevê-se para o corrente ano a revisão dos termos do projeto e a reequação/retomada dos protocolos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-09	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres no âmbito da comunicação integrada para o Serviço Militar, quando solicitados	Aprofundamento, aproximação e disponibilização de conhecimento e informação sobre o Serviço Militar, nas suas várias vertentes, aos cidadãos, stakeholders e parcerias

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Não existiram solicitações neste âmbito.

Programa 07



Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-01	Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar	Participar, colaborar e desenvolver os estudos necessários à reestruturação da Saúde Militar	Adotar as medidas de racionalização da Saúde Militar. Adequar os recursos humanos e materiais da Saúde Militar às necessidades funcionais

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Participar no estudo de medidas de política de Saúde Militar e acompanhar a respetiva implementação	Projeto	CAT	EMGFA (DIRSAM/HFAR), ramos, DSAEEQ
2. Participar na conceção e implementação do Sistema de Informação da Saúde Militar			

- | | | |
|---|--------------------|---|
| 3. Monitorizar as atividades desenvolvidas pelas várias estruturas que integram o Sistema de Saúde Militar (SSM), | Atividade Corrente | MDN, EMGFA e ramos |
| 4. Assegurar continuamente a caracterização quantitativa e qualitativa dos recursos da Saúde Militar, através do Sistema de Informação da Saúde Militar, designadamente no âmbito do Anuário Estatístico da Defesa Nacional | Atividade corrente | SG, SNS, EMGFA, ramos, LMPQF, IASFA, MDN |
| 5. Coordenar e acompanhar os trabalhos da Plataforma do Sistema de Saúde Militar, criada pelo Desp/MDN de 4.8.2018, sempre que suscitado pela tutela | Atividade corrente | EMGFA (DIRSAM/HFAR), ramos (DS) MS (ACSS, IP) |
| 6. Acompanhar a aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao internato médico, desenvolvendo as atividades cometidas neste âmbito ao MDN e avaliar a sua implementação | Atividade corrente | |
| 7. Promover a articulação entre SSM e o Serviço Nacional de Saúde, bem como com entidades públicas e privadas no âmbito da saúde | | |
| 8. Acompanhar a implementação da unidade de ensino, formação e investigação em Saúde Militar | | |
| 9. Acompanhar os trabalhos no âmbito da reestruturação do Sistema de Saúde Militar – Despacho n.º68/MDN/2019, de 16 de dezembro | | |

RESULTADOS

Participação no estudo do projeto legislativo que concretiza a centralização da gestão da Saúde Militar no EMGFA/DIRSAM, na sequência do determinado no Despacho n.º 18/MDN/2021, de 19 de abril;

Participação no projeto de desenvolvimento da capacidade de acesso a “Business Intelligence de Recursos Humanos da Defesa Nacional”, no caso em particular da DSM, para caracterização dos recursos humanos afetos ao Sistema de Saúde Militar;

Planeamento de metodologia e ferramentas de recolha de informação sobre o Sistema de Saúde Militar.

Participação em reuniões do Conselho Nacional do +Internato Medico, de acordo com o disposto na alínea

f) do n.º 2 do art.º 5.o da Portaria nº 79/2018, de 16 de marco;

Realização e coordenação de reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento do Internato Medico das Forças Armadas, aprovada por Desp/SEDN/2018, de 11 de maio;

Elaboração de informações, ofícios, propostas e pareceres técnicos e jurídicos no âmbito da aplicação e acompanhamento do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao acesso e frequência do internato medico por médicos militares.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-02	Observatório de saúde das FFAA	Monitorização do estado de saúde dos efetivos das FFAA e seus determinantes, para apoio à tomada de decisão política em matéria de implementação de medidas de promoção da saúde e prevenção de doenças.	Melhoria da saúde dos efetivos das FFAA.

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Recolha de informação e caracterização do estado de saúde dos efetivos das FFAA; 2. Identificação dos principais riscos e problemas de saúde dos efetivos das FFAA; 3. Elaboração de propostas de melhoria da saúde dos efetivos das FFAA;	Atividade corrente	CIN	EMGFA, ramos, Entidades do Ministério da Saúde

RESULTADOS

Acompanhamento da elaboração do Plano Nacional de Saúde 2021-2030.

Levantamento e identificação de programas de promoção da saúde alinhados com o Plano Nacional de Saúde e ajustados às especificidades do contexto militar.

Nota: devido ao contexto pandémico e ao atraso que os trabalhos de reestruturação/centralização do Sistema de Saúde Militar, esta ação e as suas subações estão em reavaliação uma vez que as mesmas dependem de articulação com estruturas de saúde dos ramos/EMGFA.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-03	Segurança Sanitária Internacional	Promover a cooperação civil-militar no âmbito da Segurança Sanitária Internacional	Aumento da capacidade nacional na preparação e resposta a riscos e ameaças no âmbito da GHS.

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaboração de proposta de modelo de articulação Civil-Militar no âmbito da Global Health Security (GHS); 2. Promover a cooperação Civil-Militar no âmbito da GHS a nível nacional e internacional, designadamente no âmbito da CPLP; 3. Participação em fóruns nacionais e internacionais especializados. 	Atividade corrente	CIN	EMGFA, ramos, entidades do Ministério da Saúde, CPLP

RESULTADOS

Apresentação de trabalho subordinado ao tema “Sistemas de Saúde Militar no contexto das Segurança Sanitária Mundial” no âmbito do VII Fórum de Saúde Militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-04	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar	Assegurar a divulgação de informação no domínio da Saúde Militar e respetiva atualização no portal da DGRDN	Informação dos profissionais e utilizadores dos Serviços de Saúde Militar

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Divulgar informação remetida por entidades internacionais pelos diversos interessados 2. Atualizar conteúdos no domínio da Saúde Militar no portal da DGRDN 3. Clipping de informação noticiosa acerca da Saúde Militar 4. Assegurar a recolha e a sistematização da informação relativa aos recursos humanos, infraestruturas e atividade hospitalar no âmbito do Anuário Estatístico da Defesa Nacional 	Atividade corrente	DIV	

RESULTADOS

Introdução e atualização de conteúdos de saúde militar (legislação, documentação de arquivo e novidades) no portal da DGRDN.

Clipping de artigos de imprensa sobre Saúde Militar.

Publicação de artigo sobre Políticas de Saúde Militar na revista “Nação e Defesa” do Instituto de Defesa Nacional

Publicação de artigo sobre o fórum de Saúde Militar da CPLP na revista estratégica do Centro de Análise Estratégica da CPLP, Ano III, dezembro de 2021 – Número 03

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-05	Representação da Saúde Militar no âmbito da OTAN	Acompanhar a doutrina da OTAN imposta pelo novo conceito estratégico da Aliança com base na experiência e conhecimento adquiridos através da participação em vários Grupos de Trabalho da OTAN no âmbito da Saúde Militar.	Alinhamento da Saúde Militar pelos parâmetros da OTAN no âmbito da uniformização e racionalização de material e equipamentos, organização o e procedimentos.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar a representação da Saúde Militar na Military Committee Medical Standardization Board;	Atividade corrente	CIN	EMGFA, ramos
2.	Assegurar a representação da Saúde Militar no COMEDS <i>Futures Advisory Board</i> ;			
3.	Assegurar a representação da Saúde Militar no <i>Medical Standardization Working Group</i> ;			
4.	Assegurar a representação da SM noutros Grupos de Trabalho ou Painéis.			

RESULTADOS

Acompanhamento da doutrina e das atividades dos grupos de trabalho com recurso á utilização on-line da plataforma da *NATO Standardization Office*.

Participação nas reuniões de coordenação da representação nacional no âmbito das atividades da Saúde Militar da OTAN, em articulação com os restantes parceiros intervenientes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-06	Acordos de normalização no domínio da Saúde Militar	Participar, no âmbito da estrutura de normalização da Defesa, no processo de consulta e proposta de acordos de normalização (STANAG) no domínio da Saúde Militar e acompanhar a respetiva implementação.	Acompanhamento permanente do processo de normalização no domínio da Saúde Militar; Implementação eficaz dos acordos de normalização no domínio da Saúde Militar ratificados por Portugal.

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Consultar a posição do EMGFA e dos ramos relativamente aos acordos de normalização no domínio da Saúde Militar;	Atividade corrente	CIN	DSQA, EMGFA, ramos
2. Realizar e coordenar reuniões nacionais de acompanhamento do processo de normalização no domínio da Saúde Militar;			
3. Elaborar pareceres relativos aos acordos de normalização no domínio da Saúde Militar;			
4. Comunicar a posição Nacional à NATO <i>Standardization Office</i> relativamente aos acordos de normalização no domínio da Saúde Militar;			
5. Acompanhar a implementação dos acordos de normalização no domínio da Saúde Militar ratificados por Portugal.			

RESULTADOS

Elaboração de pareceres de proposta de ratificação dos acordos de normalização (STANAG) do âmbito da Saúde Militar.
Realização de reuniões de acompanhamento do processo de normalização OTAN no âmbito da Saúde Militar.
Participação na atualização da base de dados relativa aos acordos de normalização do âmbito da Saúde Militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-07	Quadros especiais das áreas da Saúde	Desenvolver e participar em estudos com vista a regulamentar o regime dos quadros especiais das áreas da saúde, nomeadamente no	Elaboração de propostas de diplomas legais relativos ao regime dos quadros especiais da área da saúde das Forças Armadas

que respeita ao recrutamento,
ensino e formação nas áreas
da Saúde Militar

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Acompanhar a implementação do novo modelo de gestão da carreira dos Quadros Especiais de Saúde, nas fases do recrutamento e seleção, retenção, formação e desenvolvimento da carreira e colocação, incluindo a escolha da especialidade dos médicos – Desp.º 40/MDN/2019	Projeto	CAT	DGRDN, EMGFA, ramos

RESULTADOS

Participação no estudo de um novo regime jurídico aplicável aos Quadros Especiais das Áreas de Saúde (QES) e na elaboração de projeto de diploma que estabelece o regime aplicável aos QES, ao abrigo do n.º 1 do art.º 168.º do EMFAR, e que fixa mecanismos de gestão das carreiras destes quadros especiais, na sequência do determinado à DGRDN através do Despacho n.º 69/MDN/2019, de 16 de dezembro, do Despacho n.º 47/MDN/2020, de 21 de setembro, do Despacho/MDN de 16 de fevereiro de 2021 (sem n.º) relativo à proposta de Regime Jurídico dos QES e do Despacho n.º 18/MDN/2021, de 19 de abril.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-08	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN	Colaborar na definição das políticas da Saúde Militar fora do âmbito da OTAN	Intercambio com os países da CPLP e outros no âmbito da Saúde Militar

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Organizar o VII Fórum de Saúde Militar da CPLP	Atividade corrente	CII	DGPDN, EMGFA, ramos
2. Coordenar o Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar, fomentando a oferta formativa das FAs Portuguesas, assim como a participação dos militares portugueses nas ações de formação promovidas pelos restantes Estados-membros			
3. Organizar/participar noutros eventos de Saúde Militar da CPLP			
4. Colaborar em ações de cooperação técnico-militar no domínio da saúde			

5. Acompanhar, em articulação com a Direção de Saúde Militar do EMGFA, a atividade do CIMM (Comité Internacional da Medicina Militar)

RESULTADOS

Organização do VII Fórum de Saúde Militar da CPLP;
 Apresentação do Relatório Final do VII Fórum de Saúde Militar da CPLP na 34ª Reunião do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP;
 Apresentação de candidatura conjunta da DSSMAS/DGRDN e UMLDBQ/Exército para Projeto de Investigação e Desenvolvimento no Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar (CINAMIL), intitulado “BEACON - Biossegurança: Educação e Atividade Científica na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”;
 Elaboração do Plano de Formação para 2021, no âmbito do Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar, em articulação com o EMGFA/DIRSAM, com o Exército Português e com as Forças Armadas do Brasil;
 Divulgação e operacionalização do Plano de Formação para 2021, no âmbito do Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar;
 Análise das candidaturas recebidas no âmbito do Plano de Formação acima identificado e prestação de apoio administrativo durante o processo;
 Participação no 2º Ciclo de Palestras do Centro de Análise Estratégica da CPLP – 2021 com palestra subordinada ao tema “A Saúde enquanto Setor Estratégico para a Segurança e Defesa no espaço CPLP”;
 Articulação com Secretariado de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa Nacional do Brasil para participação de um profissional da UTITA no 8º Fórum de Assistência Social, subordinado ao tema “A atuação da Assistência Social na pandemia da Covid-19”, que teve lugar em Brasília, para apresentação de palestra sobre “Dependência química no contexto da Pandemia da Covid 19: a experiência da UTITA”;
 Prestação de contributos no domínio da Saúde Militar no âmbito das relações bilaterais;
 Participação na 5ª Reunião da Comissão Mista Portugal-Mauritânia para definir Plano de Atividades para o biênio 2021-2022.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-09	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar	<p>Promover a articulação entre o SSM e o SNS, bem como, com entidades pública e privadas no âmbito da saúde.</p> <p>Participar nas reuniões e atividades decorrentes de diferentes Comissões e Grupos de Trabalho (GT) em representação do MDN ou DGRDN/MDN, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa - Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais - Conselho Nacional do Internato Médico 	Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento das atividades dessas entidades.

- Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental
- Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool e Subcomissões
- Fórum Nacional Alcool e Saúde -
- Comissão Técnica de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde 2021-2030

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN	

RESULTADOS

Participação/Acompanhamento dos trabalhos das diversas reuniões.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-10	Saúde mental	Estudar e propor medidas de política de saúde mental. Colaborar na definição das políticas de apoio aos portadores de <i>stress</i> pós-traumático de guerra acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA. Rever a regulamentação da RNA. Prestar apoio técnico e administrativo ao "Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar. Dinamizar a atividade do CRSCM. Promover a divulgação do conhecimento científico.	Articulação eficaz com as entidades civis e militares na vertente da saúde mental; funcionamento mais eficaz da RNA; bem-estar dos utentes da RNA; revisão da regulamentação da RNA; redesenho do Processo de Qualificação como Deficiente das Forças Armadas (DFA), tendo em vista a eliminação de pendências processuais; e funcionamento eficaz do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar; divulgação de conhecimento científico; revisão dos protocolos do CRSCM.

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Participar nas reuniões das comissões atinentes à Saúde Mental	Atividade corrente	CIN	Ramos e entidades civis
2. Acompanhar a implementação da reforma da Saúde Mental			
3. Acompanhamento e apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão Científica do "Centro			

- de Recursos de Stress em Contexto Militar”
4. Acompanhamento dos estudos das diferentes áreas científicas, constantes do Plano de Trabalhos do “Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar”.
 5. Promover/estabelecer novos contratos com as universidades
 6. Divulgação de conhecimento produzido no âmbito do CRSCM através do portal
 7. Acompanhar a atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar e prestar apoio técnico à CNA
 8. Acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs (Ass. de Antigos Combatentes) no âmbito da RNA e propor eventuais alterações
 9. Participar no processo de revisão da regulamentação da RNA
 10. Rever a metodologia de acompanhamento dos protocolos com as ONG’s com vista à implementação de procedimentos comuns no preenchimento da Proposta de Orçamento e dos Relatórios de Atividades

ISCTE,
Universidade Nova
de Lisboa, CES,
Universidade do
Minho

RESULTADOS

Criação de portal externo do CRSCM;
Elaboração e aprovação do Regulamento Interno do CRSCM
Disponibilização dos estudos desenvolvidos no âmbito do Plano de Trabalhos 2017-2020 e respetiva biografia no portal do CRSM;
Elaboração de Relatório Final relativo aos trabalhos desenvolvidos entre 2017 e 2020, com principais conclusões, recomendações e propostas de ações e de medidas no âmbito do stress e do trauma em contexto militar;
Apresentação de resultados dos trabalhos inscritos no Plano de Trabalhos 2017-2020 aos dirigentes superiores da DGRDN.
Elaboração dos contratos de aquisição de serviços com as diferentes universidades e acompanhamento/elaboração do processo de autorização de despesa e de assinatura dos contratos, de acordo com o manual de contratação pública aprovada.
Acompanhamento da atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos cidadãos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a prestação de serviço militar.
Acompanhamento da execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA, elaboração de informações e prestação de apoio técnico-jurídico à Presidente da CNA.
Análise de pedidos de autorizações provisórias para acesso à RNA, bem como para emissão do Mod 2.
Elaboração dos documentos a enviar às ONG com as respetivas autorizações.

Análise das Propostas de Orçamento enviadas anualmente pelas ONGs.
Análise das Propostas de Orçamento enviadas anualmente pelas ONGs.
Elaboração das informações/pareceres a submeter a S.EXª SERHAC para pagamento das subvenções protocoladas com as ONGs.
Elaboração de respostas e esclarecimentos vários às ONG,s.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-11	Coordenação do programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas	Presidir e coordenar o grupo coordenador para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas	Assegurar o desenvolvimento nas FA de um programa coerente e adequado, sobretudo, ao meio laboral militar, no que respeita a prevenção primária, secundária e terciária dos comportamentos aditivos e dependências, que contribua para a sua redução	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Coordenar e acompanhar o programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)	Atividade corrente	ES	Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR, UTITA, UMT), ESSM/UEFISM, MS/SICAD
	2. Prestar assessoria técnica e jurídica no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FA			
	3. Desenvolver e implementar ferramentas de avaliação do PPCACDFA, tendo em vista o aperfeiçoamento das medidas preconizadas, o ajustamento das atividades e a melhoria dos resultados obtidos			
	4. Desenvolver trabalhos atinentes à implementação do PPCACDFA, designadamente inserção de ações de sensibilização/informação sobre novos comportamentos de risco e adições			
	5. Elaborar e apresentar superiormente o Plano e Relatório da Atividades anual no âmbito do PPCACDFA			Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR, UTITA, UMT), ESSM/UEFISM
	6. Realizar ações de divulgação/comunicação estratégica do PPCACDFA			
	7. Participar em ações de formação no âmbito do PPCADFA			
	8. Continuação do estudo de um Manual de Procedimentos/Normativo que uniformize os procedimentos			Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR,

- relacionados com a prevenção dos comportamentos aditivos e combate às dependências, nos três ramos
9. Desenvolver ações com vista à criação e implementação de um curso de reciclagem para Operadores de Prevenção (OPCAD)
10. Promover o intercâmbio e a cooperação com organismos institucionais responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências
11. Acompanhar as iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso
12. Continuação da implementação de projeto, no âmbito da prevenção de comportamentos aditivos e dependências, junto dos alunos do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do secundário, dos Estabelecimentos Militares de Ensino.
13. Participar no processo de cedência de substâncias para adestramento de cães, monitorizando o Protocolo e o Manual de Procedimentos sobre a matéria e centralizando a informação
- UTITA, UMT),
ESSM/UEFISM,
MS/SICAD
- Exército
(ESSM)/EMGFA
(HFAR/UTITA)/MS
(SICAD)
- ESSM/UEFISM
HFAR/UTITA
- SICAD, Direção de
Educação do
Exército, Colégio
Militar e Instituto
Pupilos do Exército
- PGR, SICAD,
ramos, PJ, PSP,
GNR

RESULTADOS

Elaboração do Plano de Atividades e Relatório de Atividades do PPCACDFA.
Apoio ao grupo coordenador do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA).
Implementação de programa de intervenção preventiva, no âmbito dos CAD, destinados a alunos do Ensino básico (2º e 3º ciclo) e secundário dos Estabelecimentos Militares de Ensino – Colégio Militar e Instituto Pupilos do Exército, com realização de reuniões preparatórias e de coordenação, sessões de formação e supervisão a técnicos e professores.
Desenvolvimento de ações com vista à realização da 1ª edição de um curso de reciclagem para Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências (OPCAD).
Operacionalização dos procedimentos exigidos para cedência de substâncias apreendidas para adestramento de cães, no âmbito do protocolo sobre esta matéria – Elaboração de Manual de Procedimentos.
Participação em ações de formação sobre Comportamentos Aditivos e Dependências, na qualidade de formadores e de formandos.

Cooperação com organismos responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências, designadamente com o SICAD, através de reuniões.

Acompanhamento das iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso, bem como acompanhamento de dois compromissos para o ciclo 2018-2020 (“Curso de Operadores de Prevenção de Comportamento Aditivos e Dependências” e “Intervenção nos Estabelecimentos Militares de Ensino”).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-12	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)	Colaborar com a SG/MDN na definição, organização e implementação de um serviço de SHST destinadas à prevenção de riscos profissionais e à promoção da saúde dos trabalhadores da DGRDN, enquadrado na legislação em vigor	Sujeição dos trabalhadores da DGRDN ao normativo em vigor sobre a matéria	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Participar na organização das atividades de SHST destinadas aos trabalhadores da DGRDN	Atividade corrente	CAT	SG/MDN

RESULTADOS

A DGRDN participa nestas atividades que estão atualmente a ser desenvolvidas na Secretaria-geral.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-13	Consultadoria	Consultadoria técnica e jurídica em matéria de Saúde Militar	Apoio à decisão superior em matéria de Saúde Militar, através de informações, estudos, propostas e pareceres técnicos e jurídicos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Análise de diversos projetos de diplomas relativos a matérias relacionadas com as competências da DSM, designadamente diploma de centralização da saúde militar no EMGFA e de modelo de gestão dos Quadros Especiais da Saúde.

Esclarecimento do Direito aplicável e promoção da igualdade, justiça e imparcialidade;

Análise e preparação de resposta a solicitações institucionais e de particulares versando sobre matérias da competência da DSM.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 08



Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
08-01	Medidas de política de proteção social	Estudar, conceber e propor as medidas de política de proteção social dirigidas aos militares das FA e avaliar os respetivos impactos	Melhoria das condições de vida dos militares e suas famílias	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Acompanhar as alterações legislativas na área da proteção social	Atividade corrente	CAT	MFinanças / Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/ ramos
2.	Acompanhar a aplicação dos direitos consagrados no estatuto do Antigo Combatente	Atividade corrente	CAT	MFinanças / Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública/Ministério da Cultura/ Ministério do Trabalho, Solidariedade e

RESULTADOS

1. Proposta de iniciativa legislativa contemplando norma relativa a “Atualização extraordinária de pensões”, visando abranger os deficientes militares e respetivos herdeiros hábeis pelo regime constante do artigo 75.º da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro.

2.

- Elaboração de 94 (noventa e quatro) informações/pareceres;
- Elaboração de 1.062 (mil e sessenta e dois) ofícios sobre assuntos mais complexos em resposta às questões colocadas pelos Gabinetes SEXAMDN e SEXASERHAC, pela Casa Militar do PR, por particulares e pelas Associações de AC;
- Elaboração de 2.957 (dois mil novecentos e cinquenta e sete) ofícios de resposta automática (respostas a questões mais simples);
- Elaboração de resposta a 10.431 (dez mil quatrocentos e trinta e um) e-mails resultantes de exposições enviadas para o e-mail institucional antigos.combatentes@defesa.pt;
- Recepção, análise e tratamento de 9.556 (nove mil quinhentos e cinquenta e seis) requerimentos recebidos *on line*;
- No Balcão Único da Defesa (BUD) foram realizados 6.934 (seis mil novecentos e trinta e quatro) atendimentos presenciais e 6.851 (seis mil oitocentos e cinquenta e um) atendimentos telefónicos;
- Negociação e celebração do contrato de cooperação com a INCM para a emissão e expedição dos cartões de AC e de viúva/viúvo de antigo combatente
- Gestão do contrato com a INCM para a emissão e expedição dos cartões de AC e de viúva/viúvo de antigo combatente;
- Reuniões com o IMT e autoridades dos transportes com vista à atribuição do passe de antigo combatente - Gratuidade dos transportes públicos das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais;
- Elaboração do Relatório apresentado à AR (o relatório visou dar cumprimento ao previsto no artigo 79.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, a qual aprovou a Lei de Orçamento do Estado para 2021);
- Elaboração das cartas de acompanhamento dos cartões de AC e de viúva/viúvo;
- Elaboração e celebração de protocolos e parecerias com a Movijovem e com o INATEL;
- Elaboração e celebração de protocolo de partilha de dados pessoais com o Montepio Geral;
- Elaboração e celebração de protocolos com a ACSS e SPMS (Ministério da Saúde) – Isenção de taxas moderadoras;
- Elaboração e celebração de protocolos com a DGPC e Direções Regionais de Cultura - Gratuidade da entrada nos museus e monumentos nacionais para todos os antigos combatentes e respetiva viúva ou viúvo;
- Elaboração e negociação de protocolo de partilha de dados pessoais com o IRN;
- Elaboração e celebração de protocolo com a ANMP (no âmbito da divulgação e atribuição do direito aos antigos combatentes a serem velados com a bandeira nacional, bem como na prestação de informações e esclarecimentos relativos a esta matéria);
- Elaboração e celebração de protocolo com a ANAFRE (estabelece o quadro de uma colaboração estreita entre a DGRDN e a ANAFRE, traduzida na concessão de benefícios aos Antigos Combatentes referidos no Estatuto do Antigo Combatente, e em ações de divulgação deste Estatuto);
- Elaboração de diversos avisos e informação vária já inserida no site do BUD, esclarecendo os antigos combatentes sobre as várias matérias constantes no Estatuto do Antigo Combatente;
- Elaboração das FAQ's sobre o Estatuto do Antigo Combatente (EAC), as quais também foram inseridas no site do BUD;
- Elaboração de Proposta de Plano de Comunicação do EAC;
- Iniciada a criação da BD, para tratamento e criação dos cartões de AC e de viúva/viúvo de AC;
- Elaboração de pds semanais sobre a execução do contrato de cooperação com a INCM;
- Elaboração de pds quinzenais sobre o atendimento telefónico e presencial no BUD;

- Sinalização/encaminhamento de antigos combatentes em situação de sem-abrigo ou em risco e encaminhamento, no âmbito do PASACSSA;
- Criação da Linha de Atendimento aos Antigos Combatentes em Situação de Sem-Abrigo;
- Preparação de respostas às solicitações colocadas por escrito no âmbito apoio a antigos combatentes em situação de sem-abrigo ou em risco;
- Elaboração do Relatório de Avaliação do PADM 2015-2020;
- Realização de reuniões no âmbito do PADM, que decorreram em 21 de abril e 25 de novembro de 2021;
- Participação nas VI Jornadas de Trabalho do PADM, que decorreram no Hospital das Forças Armadas-Polo do Porto, em 1 de julho de 2021;
- Funcionamento da Linha de Atendimento dos Deficientes Militares (LADM), através do atendimento e esclarecimento de dúvidas colocadas por deficientes militares ou familiares;
- Sinalização e encaminhamento de deficientes militares para o PADM;
- Esclarecimento das questões colocadas por deficientes militares ou respetivos familiares, no âmbito da LADM.
- No seguimento da aprovação do Plano de Apoio Social aos Antigos Combatentes em situação de Sem-Abrigo (PASACSSA) através do despacho n.º 1/SERHAC, de 11 de janeiro de 2021, foi elaborado o documento com as "Principais Metas e Indicadores de Avaliação 2021-2023" do PASACSSA;
- Realização da primeira reunião do Grupo de Acompanhamento da Implementação e Avaliação do Plano de Apoio Social aos Antigos Combatentes em Situação de Sem-Abrigo (GAIAP/PASACSSA) que decorreu no dia 10 de setembro de 2021.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-02	Ação social complementar e assistência na doença aos deficientes militares	Conceber e propor medidas, no âmbito dos regimes da segurança social, da ação social complementar que contribuam para a melhoria das condições de vida dos deficientes militares	Melhoria e adequação contínua da ação social complementar disponibilizada aos respetivos beneficiários, atentos, designadamente, os novos modelos de organização familiar
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes
			IASFA/ramos

RESULTADOS

- Desenvolvimento de diligências com vista à ativação do GT envolvido na criação de legislação que regule o fornecimento de produtos de apoio e dispositivos médicos aos beneficiários abrangidos pela Portaria n.º 1034/2009, de 11 de setembro (SAPADM);
- Preparação de contributos com vista à elaboração do Plano Estratégico 2022-2024, do IASFA, I.P;
- Apreciação crítica das «Bases para uma Estratégia para o IASFA – ciclo 2023-2025»;
- Elaboração de parecer relativo aos documentos a apreciar no âmbito do CC do IASFA I.P: Relatório de Atividades 2019; Projeto de Regulamento interno «Residências Assistidas»; Plano de Atividades 2021;
- Apreciação crítica das propostas: 2ª alteração ao Decreto-Lei n.º 380/97, regime jurídico do arrendamento de casas de renda económica do IASFA; 2ª alteração à Portaria n.º 7/97 do MDN, Regulamento para atribuição de casas de renda económica do IASFA; proposta de atualização das rendas habitacionais em regime de renda livre do IASFA.

- Apreciação crítica do Plano de Atividades 2022, do IASFA, I.P.;
- Apreciação crítica do Relatório de Atividades 2020
- Continuação da adoção de medidas necessárias para o bem-estar social dos ex-militares que possuem processo por acidente/doença a decorrer ou decorrido tendo em vista a sua qualificação como DFA, nomeadamente junto dos organismos de Ação Social da área da residência de alguns ex-militares ou antigos combatentes;
- Foram ainda efetuados contactos com os diversos departamentos dos Ramos das Forças Armadas e HFAR, seguindo de perto a evolução do percurso dos respetivos processos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-03	Reabilitação dos deficientes militares	Estudar, conceber e propor as políticas de reabilitação dos deficientes das Forças Armadas (DFA) e avaliar os respetivos impactos; assegurar a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE	Melhorar o apoio aos deficientes militares

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Monitorização do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)	Atividade corrente	ES	Ramos/ Associações
2. Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados (Ramos; IASFA, I.P./ADM CGA), o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares			
3. Estratégia Nacional para a inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025” (ENIPD)			

RESULTADOS

1. PADM:

- Elaboração do Relatório de Avaliação do PADM 2015-2020;
- Realização de reuniões no âmbito do PADM, que decorreram em 21 de abril e 25 de novembro de 2021;
- Participação nas VI Jornadas de Trabalho do PADM, que decorreram no Hospital das Forças Armadas-Polo do Porto, em 1 de julho de 2021;
- Funcionamento da Linha de Atendimento dos Deficientes Militares (LADM), através do atendimento e esclarecimento de dúvidas colocadas por deficientes militares ou familiares;
- Sinalização e encaminhamento de deficientes militares para o PADM;
- Esclarecimento das questões colocadas por deficientes militares ou respetivos familiares, no âmbito da LADM.

3. ENIPD 2021-2025

- Apreciação crítica da proposta de RCM que visa aprovar a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025.

Consultadoria específica:

- Apreciação crítica do Relatório operacional e Contas da ADFA, relativo ao exercício de 2021;
- Apreciação crítica do projeto de Orçamento para o ano de 2022 e notas explicativas da ADFA;
- Desenvolvimento de diligências respeitantes à revisão de processos decorrentes da alteração ao DL n.º 503/99, de 20 de novembro, operada pela Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto;

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-04	Qualificação de deficientes das Forças Armadas	Apreciar e elaborar as propostas de decisão dos processos instruídos com fundamento em qualquer dos factos previstos no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto -Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro	Melhorar o apoio aos deficientes das Forças Armadas
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes
			Ramos/HFAR

RESULTADOS

- Foram concluídos um total de 51 processos e analisados 64 processos;
- Atendimento telefónico de 870 chamadas de ex-militares ou deficientes militares, com processos de qualificação como DFA a decorrer;
- Atendimento e esclarecimento das questões colocadas por deficientes militares ou respetivos familiares, no âmbito da qualificação como DFA;
- Sinalização e encaminhamento de deficientes militares, sempre que necessário, para os locais da área da residência, com apoio social e/ou para as ONG com protocolo com o MDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-05	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais	Participar nas reuniões e atividades das diversas Comissões e GT, em representação do MDN ou DGRDN, bem como coordenar as da sua responsabilidade	Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento das atividades dessas entidades
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
	1. Comissão de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência, no âmbito do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social (CNPSSS)	Atividade corrente	CIN
			Parceiros intervenientes
			Diversas entidades

2. Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas sem Abrigo (ENIPSSA)
3. Conselho Consultivo do IASFA
4. Conselho Consultivo do Lar Militar da Cruz Vermelha
5. Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA)
6. Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes (CCAAC)

RESULTADOS

- Assegurada a representação do MDN/DGRDN no âmbito dos Conselhos e GT supra identificados;
- Elaboração de contributos para o Relatório de Avaliação 2019-2020 da ENIPSSA;
- Elaboração de Memorando relativo à capacidade instalada do LMCVP, bem como proposta de constituição de GT para estudo de cenários alternativos para aproveitamento da lotação, em cumprimento do Despacho n.º 13/SERHAC/2021.

Outros:

- SIGDN – RH – DGRDN: Elaboração de contributos,
- Integração do GT «Novos Projetos de Interoperabilidade de dados e de identificação do MDN» - preparação, com a SG/MDN, do enquadramento de acesso e atualização de dados com a AMA (esfera dos AC);
- Participação nas reuniões da Unidade Técnica para os Antigos Combatentes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-06	Consultadoria	Consultadoria geral e jurídica, nomeadamente ao nível da elaboração de estudos e pareceres sobre projetos de diploma e resposta a exposições e reclamações relativas a pensões (reforma, aposentação e sobrevivência, entre outras), assistência na doença (comparticipação medicamentosa, inscrição de beneficiários, etc.), propinas, complementos de pensão e outras prestações sociais	Esclarecimento de dúvidas Esclarecimento do direito aplicável Proposta de soluções para casos particulares Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade Aproximação da Administração aos cidadãos
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes
			Ramos/CGA/Outros

RESULTADOS

- Análise e preparação de respostas a solicitações institucionais e de particulares versando, designadamente, questões relativas ao Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas e complementos de pensão, regime de aposentação e reforma, pensões de invalidez e de preço de sangue, outras prestações sociais, regime jurídico dos deficientes militares (benefícios sociais e financeiros), processo de pensão como DFA, atrasos no processamento de participações ADM e no fornecimento de produtos de apoio, cartões de AC e viúva(o) de AC, entre outras questões;
- Apreciação crítica do Projeto do PDL 808/XXII/2021 que visa proceder à 3.ª alteração ao DL n.º 202/96, de 23 de outubro, que estabeleceu o regime de avaliação de incapacidades das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei, muito por força do atual contexto de pandemia causada pela doença COVID-19, que veio aumentar a pendência e agravar o tempo de resposta aos pedidos de emissão de atestado médico de incapacidade multiuso (AMIM);
- Elaboração de resposta às solicitações colocadas por escrito, telefonicamente ou presencialmente por militares, ex-militares, viúvas ou viúvos de Antigos Combatentes, seus familiares ou representantes legais, acerca da operacionalização dos direitos aplicáveis, decorrentes da Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto – Estatuto do Antigo Combatente;
- Elaboração de resposta às solicitações colocadas por escrito, telefonicamente ou presencialmente por militares, ex-militares, seus familiares ou representantes legais acerca de questões referentes a processos por acidente/doença em serviço militar; processos de atribuição de pensão por serviços excecionais e relevantes; contagens de tempo de serviço militar; benefícios atribuídos no âmbito de aplicação da Lei n.º 9/2002, de 11 de fevereiro, e sua regulamentação; pensão de ex-prisioneiro de guerra; medalha de mérito militar; medalha comemorativa das campanhas; pedido de 2.ª via de caderneta militar; cartão de assistência na doença; Ex-Militares- recrutamento local – Mutilados de Guerra-Pensões;
- Elaboração de resposta às solicitações colocadas por escrito, telefonicamente ou presencialmente por militares, ex-militares, familiares, representantes legais a questões sobre processos de qualificação como DFA, GDFA, GDSen, deficientes militares, no âmbito do DL 503/99;
- Elaboração de resposta e encaminhamento de questões para outras entidades (ex: CGA; Segurança Social, Ramos das Forças Armadas, IASFA, I.P.; Instituto Nacional dos Registos e Notariado; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras);
- Resolução de problemas de teor jurídico relacionadas com questões de Antigos Combatentes;
- Parecer sobre cortes nos direitos dos DFA – Redução de 75% da tarifa ferroviária;
- Análise dos direitos dos ex-militares, oriundos do recrutamento local nas ex-províncias ultramarinas que, tendo sofrido acidentes/doenças (ou tendo sido mortos) ao serviço das Forças Armadas Portuguesas, nunca chegaram a receber qualquer apoio ou pensão, após a independência dos respetivos Países;
- Análise da proposta de Regulamento de Medalhas da Liga dos Combatentes.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 09



Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Armamento e
Equipamento/Divisão de Planeamento e
Programação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
09-01	Cooperação internacional	Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais	Contribuir para o desenvolvimento de protocolos, projetos e demais atividades de cooperação internacional nos domínios do armamento e edificação de capacidades.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais de âmbito bilateral e multilateral	Atividade corrente	CAT/CII	GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, REPER EU e DEL NATO
	2. Propor e desenvolver, no âmbito das suas competências, protocolos, programas, projetos e atividades de cooperação de âmbito nacional e internacional			

RESULTADOS

A DSAE/DPP assegura a representação nacional no Comité do Programa do Fundo Europeu de Defesa (FED), responsável pela elaboração dos Programas de Trabalho anuais. Em 2021, coordenou as ações internas e participou ativamente na elaboração do primeiro Programa de Trabalho: ao longo de vários meses peritos dos vários Estados-Membros discutiram as categorias de ações, calls e respetivos tópicos a incluir no Programa de Trabalho, que culminou na sua publicação a 30 de junho de 2021.

Em sequência, a DSAE/DPP coordenou a avaliação do interesse da Defesa Nacional das candidaturas às calls do FED 2021, tendo sido emitidas, após anuência do Ministro da Defesa Nacional, quatro Letters of Intent e oito Letters of Support.

No que refere ao acompanhamento das iniciativas europeias, no âmbito da Edificação das Capacidades Militares e em particular dos mecanismos de priorização, implementação e avaliação (CDP, FED, PESCO e CARD), a atividade da DSAE em 2021 continuou a ser fortemente marcada pelo recurso ao formato da videoconferência, tendo esta tendência sido quebrada apenas no final do último trimestre do ano.

Foi ainda assegurada pela DSAE/DPP, em 2021 a representação nacional, maioritariamente em formato de videoconferência, nos diversos fóruns de decisão no âmbito da Agência Europeia de Defesa (EDA), incluindo nos Comitês de Diretores de Capacidades, de Armamento, e de Investigação e Desenvolvimento, salientando-se as iniciativas desenvolvidas no decorrer do período da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (PPUE)

De referir ainda o acompanhamento das discussões no âmbito do “cesto” de Capacidades da Bússola Estratégica.

No âmbito do Espaço a DSAE/DPP participou no consórcio EU-SST e um conjunto de iniciativas multilaterais no âmbito da EU-CE e EDA, nomeadamente nas componentes SSA/SST e GOVSATCOM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
09-02	Planos de edificação de capacidades militares	Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA, contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos	Potenciar a execução dos programas de reequipamento associados à edificação de capacidades militares	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Elaborar, propor e atualizar, com a colaboração das FA, os planos decorrentes da análise das necessidades previstas nas capacidades militares e acompanhar a respetiva execução	Atividade corrente	AA/CAT/ CII	GabMDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea
	2. Participar nas atividades de programação inerentes ao ciclo de planeamento de forças e desenvolvimento de capacidades militares de âmbito nacional e internacional			
	3. Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos			

RESULTADOS

Em 2021, a DSAE/DPP assegurou, no âmbito do acompanhamento da execução dos programas relativos ao reequipamento das FA, a análise e a emissão de pareceres relativos a projetos de edificação de capacidades, na sequência das propostas apresentadas pelas diversas entidades executantes.

Ainda, no âmbito das suas competências e atribuições, assegurou a monitorização e o controlo da execução da LPM e, em coordenação com a SG-MDN, efetuou a análise e elaborou pareceres relativos a propostas apresentadas pelas Entidades executoras da LPM à Tutela, no âmbito da respetiva execução orçamental.

No âmbito da PESCO, realça-se a participação nas reuniões do projeto *European Command and Control System from Strategic to Tactical Level (ESC2)*, tendo sido conseguido concordar e concluir o respetivo CONOPS.

No âmbito do Espaço foi concretizada a edificação da capacidade inicial SST-PT, constituída por um Centro de Operações de cariz civil-militar, localizado na Ilha Terceira-Açores, Site de Observação Ótica na Ilha da Madeira, Site de Observação Ótica e Radar na Pampilhosa da Serra e Site de Observação Ótica na Ilha de Santa Maria – Açores.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
09-03	Lei de Programação Militar (LPM)	Contribuir para a eficiente coordenação e execução das políticas de armamento e equipamentos necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar	Otimização da execução das políticas de armamento e equipamentos necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos	Atividade corrente	CAT	GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea
	2. Assegurar a execução (projetos dos Serviços Centrais), monitorização e controlo da execução da Lei de Programação Militar (LPM)			
	3. Assegurar o apoio técnico e a emissão de pareceres e propostas de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de			

armamento e equipamento, em articulação com o EMGFA e as FA

RESULTADOS

A DSAE/DPP em 2021 assegurou, ao nível do acompanhamento da execução dos programas de reequipamento das Forças Armadas, a análise e a emissão de pareceres sobre propostas de processos aquisitivos no âmbito de projetos de edificação de capacidades, apresentadas pelas diversas entidades executantes.

Atentas as suas competências e atribuições, a DSAE/DPP assegurou igualmente a monitorização e o controlo da execução da LPM e, em coordenação com a SG-MDN, efetuou a análise e elaborou pareceres relativos a propostas apresentadas pelas entidades executoras da LPM à Tutela, no âmbito da respetiva execução orçamental.

Tendo em conta alguns dos projetos LPM em curso, em articulação com o GABMDN, a SG-MDN e os ramos das Forças Armadas envolvidos, procedeu-se a transferências orçamentais para execução descentralizada no âmbito do Programa KC-390 (Força Aérea), da manutenção das aeronaves EH-101 (Força Aérea) e da participação nacional no Projeto MARSUR (Maritime Surveillance Networking) (Marinha).

No âmbito da Agência Europeia de Defesa (EDA), a DSAE/DPP apoiou o EMGFA e os ramos das Forças Armadas, na condução das atividades e projetos associados aos diferentes *Project Team* e *Ad-Hoc Working Groups*, nomeadamente a liderança do projeto *Military Search Capability Building (MSCB)*, a revisão da Phase III do projeto *Joint Deployable Exploitation & Analysis Laboratory (JDEAL)* e a preparação do project *Arrangement* para o novo projeto *Bison Counter Exercises Capability Building (BC-EX)*.

No âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), em conjunto com o Representante do Diretor Nacional de Armamento (NADREP) a DSAE/DPP assegurou a ligação à *Conference of National Armaments Directors (CNAD)*, nomeadamente às reuniões plenárias e aos respetivos comités subordinados e, nesse acompanhamento:

- ✓ Apoiou o GabMDN e os ramos das Forças Armadas na análise e avaliação dos projetos de cooperação multinacional em curso, destacando-se os *High Visibility Projects (HVP)* *Modular GBAD* e *SBAMD C2 Layer*, para os quais foram assinadas as respetivas *Letter of Intent*;
- ✓ Contribuiu para a coordenação de iniciativas associadas ao *Voluntary National Contribution Fund (VNCF)* na área C-IED;

- ✓ Facilitou a coordenação entre a secção ISR, Land, and Maritime da Defence Investment Division e o CISMIL/EMGFA, antevendo o desenvolvimento das iniciativas associadas ao recém-criado JISR Integration Group.

Salienta-se ainda o apoio e a coordenação entre o Exército e a NATO Support and Procurement Agency (NSPA) no âmbito do processo de adesão de Portugal à Unmanned Aerial Systems Support Partnership (UAS SP).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
09-04	Apoio à Gestão de Projetos	Promover e coordenar o planeamento e execução, em cooperação com o EMGFA, os ramos das FA e outras entidades intervenientes, os projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa	Garantir a máxima utilização do <i>Enterprise Project Management</i> (EPM) no planeamento e controlo da execução dos projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Apoiar, enquanto entidade coordenadora da LPM, as entidades que executam os projetos de armamento, equipamentos e sistemas de defesa previstos na lei.	Atividade corrente	CAT	SG/MDN, EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea
2. Promover ações de formação, na ferramenta de Gestão de Projetos EPM			

RESULTADOS

No âmbito da monitorização e controlo dos projetos da LPM, foram realizados trabalhos de análise e verificação da informação carregue no MS EPM.

A DSAE/DPP prestou apoio aos Gestores de Projeto no que respeita à utilização do MS EPM, resolução de problemas e atualização da informação contida nos planos de projeto.

Para além do referido, foi efetuada a monitorização da informação financeira, obtida via interface SIG-EPM. Deu-se continuidade aos trabalhos de ajustamento e correção da informação em ambos os sistemas de informação por forma a garantir a integridade, alinhamento e coerência entre sistemas. Contudo persiste uma questão técnica relativamente

ao fluxo 3 do EPM que à data está em análise pelos peritos técnicos – área ABAP – da equipa SIG, pertencente à Secretaria-Geral.

Ao nível da formação, foram realizadas duas ações de formação certificada, no âmbito da gestão de projetos da LPM no MS EPM, visando a Força Aérea e outra o EMGFA e Serviços Centrais, ministrada pela Bright Partners.

Lançamento de um concurso público internacional com vista ao *upgrade* tecnológico e funcional da ferramenta de gestão de projetos MS EPM da Defesa que culminou com a assinatura do contrato a 14 de dezembro de 2021.

No que respeita à candidatura SAMA, face ao ano anterior, continua a aguardar por nova Call, contudo, devido ao lançamento do concurso para o *upgrade* do MS EPM houve a necessidade de visitar todo o trabalho desenvolvido no sentido de acomodar novas iniciativas, estando esse trabalho em curso.

Atividades e Projetos não previstos

Nada a referir.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 10



Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Armamento e
Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e
Investigação e Desenvolvimento*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-01	Licenciamento	Desenvolver ações de atualização de normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades	Contribuir para o desenvolvimento e atualização das normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> No âmbito das suas competências, a atualização das normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades, através da transposição de legislação comunitária Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais sobre a transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa Organização de ações de divulgação junto dos operadores económicos 	Atividade corrente	CAT/CIN /CII/DIV	GabMDN, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, COARM, AT DGPE/MNE

RESULTADOS

Em 2021, a DSAE/DIL elaborou a proposta de Decreto-Lei para a transposição da Diretiva 2021/1047 de 5 de março para a nossa ordem jurídica e que resultou no Decreto-Lei n.º 85/2021, de 18 de outubro.

No âmbito das competências e atribuições, realizou uma auditoria á empresa EDISOFT S.A. com vista à atribuição da certificação de Empresa Destinatária.

No âmbito da divulgação, realizou uma web-conference subordinada ao tema Export Control em parceria com o cluster AED.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-02	Controlo	Zelar pelo cumprimento da legislação relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades	Garantir o cumprimento da legislação relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades, por parte dos operadores económicos autorizados

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> Gerir os processos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e emitir as respetivas licenças e certificados Elaborar e propor, em articulação com os ministérios competentes, a legislação referente ao controlo da atividade de indústria e comércio de produtos relacionados com a defesa Proceder a ações de auditoria junto dos operadores económicos autorizados 	Atividade corrente	CAT/CIN /CII/DIV	GabMDN, DGPE/MNE, AT, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, Operadores económicos, COARM

RESULTADOS

No ano de 2021 a DSAE/DIL emitiu as seguintes licenças:

- Licenças Individuais (LI) – 227;
- Licenças Globais (LGL) – 18;
- Licenças Gerais (LG) – 1;
- Licenças de Trânsito (LT) – 4;
- Certificados Internacionais de Importação (CII) – 193;
- Certificados de Garantia de Entrega (CGE) – 77;
- Certificados Para Equipamentos Militares (CPEM) – 714;
- Certificados de Destino Final (CDF) – 15;
- Atos de Intermediação – 2.

Foram ainda licenciadas 7 novas empresas nacionais e autorizada 1 empresa estrangeira. Foram revogadas as licenças de atividade a 2 empresas nacionais.

A 31 de dezembro de 2021, contabilizaram-se as empresas licenciadas para a atividade de comércio e indústria de bens e tecnologias de defesa:

- 106 empresas nacionais e autorizadas;
- 19 empresas estrangeiras.

Foi elaborada a proposta de Decreto-Lei para a transposição da Diretiva 2021/1047 de 5 de março para a nossa ordem jurídica que resultou no Decreto-Lei n.º 85/2021, de 18 de outubro.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-03	Estratégia de I&D	Estudar e propor, em articulação com os centros de investigação e desenvolvimento dos ramos, as medidas de política de investigação, desenvolvimento e inovação da Defesa Nacional	Contribuir para a definição e implementação da política de investigação, desenvolvimento e inovação da Defesa Nacional

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar e propor a atualização, no âmbito das suas competências, do documento da estratégia de investigação, desenvolvimento e inovação da Defesa Nacional 2. Proceder a ações de divulgação junto das FA, do IUM, SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional) e BTID (Base Tecnológica e Industrial de Defesa) 	Atividade corrente	CAT/CIN /CII	DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, SCTN, BTID, IUM, Industrias de Defesa (idD)

RESULTADOS

No âmbito da Investigação e Desenvolvimento, a DSAE/DIL efetuou a preparação e implementação da Conferência *Internacional de Research and Technology* com a EDA, de 16 a 20 de abril de 2021, integrada na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (JAN2021 a OUT2021), considerado pela EDA como o terceiro evento internacional com maior projeção nas suas redes sociais.

Ainda na esfera da EDA, apoiou na organização de eventos com a EDA, integrada na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (ex. Seminário CARD entre outros).

Ai nível da NATO, participou na reunião internacional Plans & Programmes Workshop da NATO/STO (08 a 11FEV2021) – formato virtual e nas reuniões internacionais de coordenação de I&D na NATO/STO (15 a 16MAR2021 e 22 a 23SET2021) – formato virtual.

A 25 de maio de 2021, participou na reunião bilateral com a EDA, que incluiu a componente de I&D e a participou igualmente na reunião internacional de coordenação R&T na EDA (03MAR2021, 21ABR21 e 26MAI21) – formato virtual.

A DSAE/DIL prestou apoio à preparação e participação no International Forum on Advanced and Digitised Smart Textiles (IFAST) (15 e 16JUN21) – formato virtual.

No que respeita ao FED, participou nos trabalhos de preparação e divulgação do Fundo Europeu de Defesa – programa de trabalhos de 2021 2022 (JAN2021 a DEZ2021), que inclui a participação em cerca de 15 reuniões nacionais e internacionais, apoio ao evento Economia de Defesa (12MAR21) e preparação de pareceres técnicos sobre o posicionamento nacional relativo à área de I&D.

Participou na conferência anual da EDA sobre Inovação na Defesa (07DEZ21) e na reunião internacional Steering Board R&T da EDA (9 e 16DEZ2021).

No âmbito da PESCO, apoiou a elaboração do Portuguese National Implementation Plan.

Prestou apoio na preparação de iniciativas NATO no âmbito da Inovação (DIANA e NIF).

Prestou apoio na preparação e participação no Portugal Air Summit edição 2021, de 13 a 17 de outubro (AGO21 a DEZ21).

Prestou apoio a trabalho de investigação do IUM - Estratégia de IDI.

Geriu a representação nacional junto da EDA e NATO (nomeação de representantes e peritos e acompanhamento das atividades).

Geriu o Support Programme da NATO/STO.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-04	Gestão de Projetos em I&D	Promover e coordenar, em cooperação com as FA, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional	Garantir o cumprimento da eficiente execução dos projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Promover reuniões de acompanhamento junto das entidades dos consórcios;	Atividade corrente e projeto	CAT/CIN /CII/ CON	MAI, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, SCTN, BTID, IUM, idD
2. Promover reuniões das "Comissões de Gestão e Acompanhamento" (CGA) dos projetos;			
3. Controlar o efetivo cumprimento da execução do planeamento do projeto através da análise dos relatórios produzidos pelos respetivos consórcios			

RESULTADOS

Processo anual de preparação e participação nacional em projetos colaborativos na EDA (JAN2021 a DEZ2021).

Aprovação (FEV21) e assinatura de Technical Agreement (TA) (DEZ21) do projeto colaborativo internacional SCORPENES, no âmbito da EDA.

Aprovação (JUN21) e assinatura de Technical Agreement (TA) (DEZ21) do projeto colaborativo internacional PREMIUM.

Término do Projeto TROANTE (DEZ21).

Encerramento financeiro da CALL 2014.

Atividades e Projetos não previstos

Candidaturas Horizonte Europa dos projetos AQuAs, EPILYSIS, EU-MAMBO e I-SEAMORE.


Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 11

	Infraestruturas	
	Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-01	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)	Cumprir a decisão NATO, aprovada pela Capability Package 9C0101, que aprovou a realocização da NCISS de Latina - Itália para Oeiras-Portugal	Continuidade da implementação do projeto NATO até ao JFAI e receção definitiva das empreitadas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação de relatórios periódicos, no âmbito do comité de acompanhamento das novas estruturas de comando NATO (CANEC), sobre o ponto de situação do desenvolvimento deste projeto NATO 2. Representação da DGRDN no “Steering Committee” criado pela Agência NATO NCI para acompanhamento da transferência da Escola 3. Representação da DGRDN, enquanto gestora de projeto, no Academy Program Management Board onde está representada a NCIA, através do Project Manager, e o EMGFA 4. Preparação/execução de vistorias da empreitada de remodelação da Messe (parte do projeto) com vista à elaboração do documento NATO “Jjoint Formal Acceptance Inspetion” no âmbito da 	Projeto	AA/CAT	Empresas de projeto e empreitada contratadas

- integração da infraestrutura no inventário NATO
5. Coordenação/gestão com todas as entidades externas necessárias tendentes à implementação do edifício (CMO/EMGFA/ANACOM/EDP)
 6. Integração do grupo da NCIA que trata da abrangência da reformulação da agência no que diz respeito ao ponto de situação da implementação do projeto no âmbito da implementação do projeto da escola
 7. Apoio técnico ao EMGFA no âmbito de alguns projetos relativos ao “Host Nation Support” para apoio à Escola
 8. Preparação/execução de vistorias da empreitada de construção do edifício da escola (parte do projeto) com vista à elaboração do documento NATO “Jjoint Formal Acceptance Inspection” no âmbito da integração da infraestrutura no inventário NATO
 9. Análise de pedidos de novos requisitos, dentro do “scope of works” aprovado pela NATO com vista à sua possível implementação.
 10. Coordenação/gestão do JFAI a realizar.

RESULTADOS

Cumprido na totalidade

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-02	Gestão das infraestruturas NATO em Portugal	Manter as infraestruturas dentro dos parâmetros operacionais e de segurança, para os quais foram designados pela NATO, com programas de manutenção anual geridos através do orçamento das receitas com IE NATO	Efetuar o cumprimento do programa anual de manutenção para cada infraestrutura NATO	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Preparação e acompanhamento das inspeções NATO em território nacional	Atividade corrente/projeto	AA/CAT	NATO, ramos

2. Elaboração de cadernos de encargos para projetos e obras dentro dos programas de manutenção estabelecidos para cada infraestrutura
3. Elaboração de procedimentos pré-contratuais de empreitada/serviços
4. Fiscalização direta da implementação dos projetos de manutenção nas diversas infraestruturas NATO
5. Gestão dos contratos de armazenamento da capacidade sobrança das Infraestruturas NATO
6. Preparação e gestão dos processos de técnico responsável pelos Postos de Transformação

RESULTADOS

Cumprido na totalidade

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-03	Manutenção/ Construção de infraestruturas	Cumprir decisões de implementação de projetos de construção de infraestruturas transversais à Defesa (serviços centrais do MDN/EMGFA/ramos e outros)	Dar resposta às diversas solicitações técnicas anuais, ou continuidade de resposta quando se trate de programas plurianuais, no âmbito da preparação de Cadernos de Encargos, procedimento pré-contratuais e empreitadas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Operacionalização de intervenções em infraestruturas da DGRDN (DDN/BUD/outros), por solicitação das diversas áreas	Atividade de manutenção/projeto	AA/CAT	Adjudicatários/ outras entidades da Defesa
	2. Operacionalização de intervenções em infraestruturas por solicitação do EMGFA/ ramos e outros (exemplos: UEFISM e Atlantic Centre)			
	3. Operacionalização de intervenções Base das Lajes (BA4)			
	4. Operacionalização de intervenções nos ramos relativas a processos de descontaminação em infraestruturas			

RESULTADOS

Cumprido na totalidade

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
11-04	Preparação do ciclo de planeamento NATO	Planeamento/Elaboração de novos projetos a submeter à NATO, atualização do inventário das infraestruturas NATO em Portugal, bem como elaboração de pareceres/respostas a diversa documentação NATO no âmbito do NSIP	Planeamento adequado de modo a possibilitar a submissão de novos projetos à NATO (Minor works/urgent requirements), bem como emissão de pareceres/respostas atempadas no âmbito do NSIP, recebidas através da Delegação Portuguesa na NATO

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para pequenos projetos, não integrados em O&M, em infraestruturas do inventário NATO	Atividade corrente	AA	EMGFA/ramos
2. Aguardar decisão (aprovação das PDS) sobre os projetos NATO propostos no âmbito das Maritime CP para a Base Naval e DPNPD			
3. Preparar submissão de PDS no âmbito da Bulk Fuel CP			
4. Preparação de respostas ao Planeamento NATO, quer financeiro quer de implementação			

RESULTADOS

Cumprido na totalidade

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
11-05	Construção de infraestruturas	Cumprir decisões de implementação de projetos de âmbito NATO	Dar resposta aos projetos aprovados no NSIP (NATO Security Investment Program)

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Cumprido na totalidade

	Atividade de manutenção/projeto	AA/CAT	Adjudicatários/ outras entidades da Defesa
1.	<p> Lançamento de procedimento pré-contratual para a empreitada de alargamento do “Taxiway” da Base Aérea de Beja (“Minor Work” aprovado), após aprovação da RCM submetida com planeamento financeiro/execução para os diversos projetos aprovados a 100% pelo orçamento NSIP da NATO</p>		
2.	<p> Lançamento de procedimento pré-contratual para a empreitada “Restore pier Portinho da Costa – Lisbon” (“UR” aprovado), após aprovação da RCM submetida com planeamento financeiro/execução para os diversos projetos aprovados a 100% pelo orçamento NSIP da NATO</p>		
3.	<p> Lançamento de procedimento pré-contratual para a empreitada 2ª Fase “Restore Storm Damage on NATO Pier” (“UR” aprovado, 2ª fase) após aprovação da RCM submetida com planeamento financeiro/execução para os diversos projetos aprovados a 100% pelo orçamento NSIP da NATO</p>		
4.	<p> Lançamento de procedimento pré-contratual para elaboração de TBCE e projeto de execução do Projeto NATO “PROVIDE ON-BASE INTECNNECTING PIPELINE Beja AF”, após aprovação da RCM submetida com planeamento financeiro/execução para os diversos projetos aprovados a 100% pelo orçamento NSIP da NATO</p>		
5.	<p> Lançamento de procedimento pré-contratual para elaboração de TBCE e projeto de execução do Projeto NATO “Provide Ammunition Facilities at Monte Real AF”, após aprovação da RCM submetida com planeamento financeiro/execução para os diversos projetos aprovados a 100% pelo orçamento NSIP da NATO</p>		

6. Lançamento de procedimento pré-contratual para elaboração de TBCE e projeto de execução do Projeto NATO "Provide In-Transit Platform Monte Real AF", após aprovação da RCM submetida com planeamento financeiro/execução para os diversos projetos aprovados a 100% pelo orçamento NSIP da NATO
7. Coordenação da elaboração dos projetos referidos em 4, 5 e 6
8. Fiscalização das empreitadas em 1, 2, 3

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-06	Representação no NATO Petroleum Committee	Cumprir decisões de implementação de STANAG'S no âmbito NATO	Dar resposta atempada à NATO sobre implementação	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
9.	Solicitar parecer aos ramos e coordenar resposta à NATO	Atividade periódica	AA/CAT	Ramos/ NATO
10.	Participar em reuniões/workshops anuais enquanto representante nacional			
11.	Preparar e enviar ao PC o Relatório Anual referente a Portugal			

RESULTADOS

Cumprido na totalidade

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-07	Consultadoria	Elaboração de informações, estudos e pareceres no âmbito do projeto, construção e manutenção de infraestruturas	Providenciar resposta técnica que melhor contribua para a decisão sobre os assuntos apresentados	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

- | | | | | |
|----|---|--------------------|--------|--------------------------------|
| 1. | Consultadoria no âmbito da elaboração de Plano Diretor para o Reduto Gomes Freire - Oeiras | Atividade corrente | AA/CAT | EMGFA/Serviços Centrais do MDN |
| 2. | Consultadoria no âmbito da elaboração de Plano de Implementação da Unidade de Ensino e Formação Integrada do Serviço Militar (UEFISM) | | | |
| 3. | Consultadoria no âmbito do desenvolvimento de projeto e empreitada para Instalação do CeDA | | | |


RESULTADOS

Cumprido na totalidade

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Programa 12

	Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional	
	Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado	
12-01	Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial	Assegurar que o inventário dos imóveis afetos à defesa nacional se encontra devidamente atualizado	Possibilidade de disponibilizar em tempo real informação sobre os imóveis afetos à defesa nacional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade de manutenção	AA	Todas as entidades tuteladas pelo MDN

Objetivo (2)	Resultado esperado
<p>Prosseguir com o preenchimento no SIIE de valências com informação que até agora não têm estado a ser incluída, designadamente quanto à melhor especificação da caracterização física dos imóveis</p>	<p>Consolidação e ampliação das bases de trabalho de gestão patrimonial</p>

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT, CIN	

Objetivo (3)	Resultado esperado
<p>Assegurar o cumprimento das disposições legais relativamente à obediência ao princípio da onerosidade</p>	<p>Esclarecer as dúvidas e os procedimentos quanto ao cumprimento das disposições legais sobre o pagamento de rendas pelos serviços públicos.</p> <p>Providenciar para que deixem de existir situações de cobrança excessiva</p>

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade de manutenção	CAT	

RESULTADOS

Concretizado em todas as situações

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
12-02	Gestão dos imóveis disponíveis para rentabilização	<p>Assegurar a elaboração de proposta de instrumento legal que isente a Defesa Nacional da homologação pela DGTF das avaliações dos imóveis afetos à Defesa Nacional</p>	<p>Permitir planear atempadamente as operações de rentabilização imobiliária evitando os longos períodos de espera das homologação das avaliações</p>

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
----------	--------------	------------------	--------------------------

Projeto

AA

DGTF

Objetivo (2)	Resultado esperado
--------------	--------------------

Promover a limpeza e desmatção dos terrenos bem como a manutenção dos imóveis de modo a evitar a sua degradação

Dar cumprimento à legislação em vigor

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
----------	--------------	------------------	--------------------------

Projeto

CAT

Particulares, ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

Objetivo 1- Não foi concretizado. Vai ser integrado na revisão da Lei de Infraestruturas Militares que ocorre este ano.

Objetivo 2 - Concretizado

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
----	--------------------	--------------	--------------------

12-03	Representar o Ministério da Defesa Nacional na elaboração dos instrumentos de gestão territorial	Garantir que nos instrumentos de gestão territorial fiquem salvaguardados todos os interesses e condicionantes essenciais para garante da segurança de pessoas e bens	Instrumentos de gestão territorial (Planos Diretores, de Urbanização e de Pormenor) consentâneos com o dispositivo territorial das Forças Armadas, não só nas vertentes de implantação e acessos como também na inclusão dos diversos tipos de servidão terrestre, aeronáutica e radioelétrica
-------	---	---	--

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
----------	--------------	------------------	--------------------------

Atividade corrente

AA

Ramos das FA

Objetivo (2)	Resultado esperado
--------------	--------------------

Assegurar a eficiência na emissão de pareceres sobre a possibilidade de intervenção em território sujeito a servidão militar

Garantir o cumprimento das restrições impostas em zonas de servidão militar

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	Ramos das FA

Objetivo (3)	Resultado esperado
--------------	--------------------

Promover a consulta pública e propor a emissão de instrumentos constitutivos ou modificativos de servidões militares

Assegurar que os diplomas de servidão militar estão conforme as reais necessidades operacionais dos ramos

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Projeto	AA	Ramos das FA e EMGFA

RESULTADOS

Concretizado em todas as situações

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

12-04 **Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura**

Contribuir para a emissão de pareceres e formulação de propostas por solicitação do Diretor-Geral do Património Cultural, no âmbito do património arqueológico e arquitetónico

Garantia de salvaguarda dos interesses da defesa nacional nas disposições emanadas do membro do governo responsável pela área da Cultura

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Foi assegurada a participação nas reuniões.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
12-05	Cartografia e Cadastro	Implementar estrutura de sistemas de informação geográfica e serviços de cartografia	Aperfeiçoar e complementar o conjunto de instrumentos base de gestão patrimonial, compatibilizando com a legislação mais recente	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Projeto	AA	

RESULTADOS

Não concretizado.

Programa 13



Rentabilização do património imobiliário afeto à Defesa Nacional

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado	
13-01	Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização	Elencar os imóveis suscetíveis de rentabilização através da Lei de Infraestruturas Militares (LIM)	Coordenar e controlar os imóveis que, em cada altura, serão objeto de despacho para integração na LIM, disponibilizando oportunamente a informação adequada	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	AA	Ramos das FA

Objetivo (2)	Resultado esperado
Assegurar a elaboração dos instrumentos legais para	Desafetação do domínio público militar e autorização para as

autorização das operações de
rentabilização de cada imóvel

operações de rentabilização de
cada imóvel

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Concretizado para todas as situações requeridas

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
13-02	Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis	Promover a avaliação dos imóveis suscetíveis de rentabilização	Promoção de relatórios de avaliação e respetiva submissão a homologação pela DGTF, determinando o valor/ base a considerar na rentabilização

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

Objetivo (2)	Resultado esperado
Promover e atualizar a inscrição matricial e registo predial dos imóveis disponibilizados	Exercer, mediante credencial própria, competências da DGTF no sentido de registar os imóveis que transitam para o domínio privado do Estado, ação indispensável para a respetiva rentabilização. Assegurar a classificação junto da Direção-Geral do Território

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	DGTF, DGT, Repartições de Finanças e Conservatórias do Registo Predial

Objetivo (3)	Resultado esperado
Promover a emissão de certificações energéticas	Disponibilização de elemento essencial para a transação imobiliária

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

Objetivo 1 - Promovidas parte das avaliações requeridas no período em causa
 Objetivo 2 – Concretizado em grande parte das situações requeridas
 Objetivo 3 - Concretizado

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
13-03	Informação	Disponibilizar a entidades externas informação sobre os imóveis a rentabilizar	Promover e acompanhar visitas aos imóveis, organizar o conjunto adequado de elementos caracterizadores da infraestrutura em rentabilização e responder às questões que, sobre o assunto, são colocadas através de diversos meios

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	DIV	

RESULTADOS

Concretizado para as necessidades do período em causa. É uma atividade contínua.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
13-04	Protocolos	Análise e parecer sobre propostas de utilização por terceiros de infraestruturas afetas à Defesa Nacional	Conformidade legal dos instrumentos legais que permitem a utilização por terceiros de infraestruturas afetas à Defesa Nacional

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Foram analisadas e redigidas todas as situações que foram solicitadas no período em causa

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
13-05	Receitas da Lei de Infraestruturas Militares	Coordenar a proposta de aplicação de receitas e controlar a sua execução	Proposta de aplicação de receitas decorrente da análise de prioridades indicada pelo EMGFA e ramos e de orientações da tutela	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CAT	EMGFA e ramos

RESULTADOS

Foi elaborada e apresentada a despacho a proposta de aplicação de receitas da LIM

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
13-06	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a exposições e pedidos de informação no âmbito da gestão, utilização e rentabilização das infraestruturas afetas à Defesa Nacional	Providenciar resposta técnica que melhor contribua para a resolução dos assuntos apresentados	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Atividade contínua e corrente que resultou num significativo conjunto documental o qual, na generalidade, contribuiu para o andamento e resolução de processos de gestão patrimonial

Atividades e Projetos não previstos

Desenvolvidas ações de desmatização e limpeza, em imóveis afetos à Defesa Nacional

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 14



Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)

Unidade
orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e
Património/Divisão de Infraestruturas

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-01	Reuniões da Comissão Técnica	Coordenar a delegação portuguesa	Convocar as reuniões, coordenar a delegação portuguesa e presidir às reuniões preparatórias da Comissão Técnica, pelo menos duas vezes por ano Elaborar as atas em conjunto com o coordenador da delegação dos EUA Promover a possibilidade de apresentação de assuntos aos EUA com interesse na área nacional
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	AA

RESULTADOS

Coordenação das 2 reuniões anuais, com elaboração de atas conjuntas, previstas anualmente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-02	Projetos de infraestruturas	Analisar e emitir parecer sobre anteprojetos de infraestruturas a implementar ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa	Com base na análise efetuada, e após discussão em sede de Comissão Técnica, submeter anteprojetos a autorização do Ministro da Defesa Nacional e promover a sua ratificação posterior com o coordenador dos EUA

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Análise de anteprojetos e submissão a autorização do MDN, nomeadamente de processos de demolição.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-03	Comissão Bilateral Permanente	Reporte interministerial no âmbito de reuniões bianuais entre Portugal e os Estados Unidos da América do ponto de situação dos trabalhos da Comissão Técnica	Apresentar o relatório da Comissão Técnica no âmbito da coordenadora nacional

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	DGPDN

RESULTADOS

Apresentado o relatório nas 2 comissões bilaterais previstas anualmente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-04	Ambiente	Conhecer a situação ambiental e promover ações de remediação quando necessárias	Organização e acompanhamento das ações decorrentes do relatório n.º 375/2016 do LNEC sobre a contaminação de solos nas Lajes Promoção de diligências para ações de remediação do derrame de combustível no PIT 18

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Projeto	AA	LNEC

RESULTADOS

Acompanhamento efetuado com coordenação da realização de intervenções de monitorização e de remediação, como seja o caso do furo MW30.

Concurso Público para remediação do derrame no Pit 18 foi realizado, sujeito a pronúncia e interposta ação em Tribunal por adjudicatário preterido por falta de documentos de habilitação. Contrato celebrado com adjudicatário, concorrente ordenado em segundo, está para visto do Tribunal de Contas.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 15



Turismo Militar - Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

N.º	Designação da Ação	Objetivo 1	Resultado esperado	
15-01	Materializar os resultados	Acompanhamento do centro de Turismo Militar a criar.	Rede do Turismo Militar	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CIN	Ramos, parceiros institucionais
		Objetivo 2	Resultado esperado	
		Desenvolver e implementar políticas públicas no âmbito da estratégia para o TM visando	Concretização da Rede de Turismo Militar	

o crescimento sustentado da
economia nacional,
particularmente das regiões do
interior

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	Ramos, Câmaras Municipais; Turismo de Portugal

RESULTADO

1. O centro de Turismo Militar cuja possibilidade seria a sua instalação com o apoio do Município de Almeida ficou estagnada face à pandemia e às eventuais condições sugeridas pela mesma autarquia.
2. Os contactos estabelecidos com entidades e a promoção de novos roteirizações permitirão o incentivo ao combate das assimetrias regionais.

N.º	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
15-02	Fomentar sinergias junto de instituições públicas e privadas	Desenvolvimento de conexões funcionais que garantam maior cientificidade e aumento do produto na área do TM	Realização e promoção de produtos de TM	
	Subação	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Protocolos com universidades e instituições de ensino superior	Projeto	CIN	Parceiros institucionais
	Subação	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Protocolos com autarquias e demais entidades interministeriais que garantam maior realização e promoção dos produtos de TM	Projeto	CIN	Autarquias, Turismo de Portugal e outras que se entendam adequar a projetos concretos
	Subação	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Fomentar contactos com entidades públicas e privadas no sentido de inserção do selo de certificação do Turismo Militar para maior credibilidade e cientificidade	Projeto	CIN	Parceiros institucionais

RESULTADO

1. Desenvolver através do estabelecimento de contatos ações que promovam o incentivo ao estudo, identificação e promoção de projetos coordenados pela DGRDN com o intuito de ampliar o seu impacto – parcerias com entidades publicas de natureza nacional e regional.
2. Promover parcerias com as universidades, instituições públicas e privadas na área do ensino incentivando as parcerias através de protocolos de colaboração; estes protocolos deverão visar não

só a realização de estudos conjuntos na área do património histórico-militar como também na elaboração de conteúdos temáticos.

N.º	Designação da Ação	Objetivo 1	Resultado esperado	
15-03	Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente, para que estes se possam transformar em recursos passíveis de utilização ao nível do TM	Estabelecer o conjunto de propostas de valor da marca TM, afirmando o seu potencial e a sua simbologia nos contextos da segmentação (padrões de consumo) e posicionamento de mercado (estratégia para a diferenciação do produto)	Apresentação das propostas de valor para a marca TM	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Projeto	CAT	

	Objetivo 2	Resultado esperado		
	Definir a campanha promocional para o TM, considerando as motivações, perceção e satisfação dos consumidores e os mecanismos de ligação à marca, sobretudo aos níveis simbólico e experiencial, particularmente relevantes no contexto histórico-militar	Reforço da campanha promocional para o TM		
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Projeto	CAT/CIN	Turismo de Portugal

RESULTADO

Estabelecer o estudo e investigação, aumentando a base de dados da DGRDN em cooperação com outras instituições, com vista ao desenvolvimento de um produto turístico e cultural inovador, divulgando, promovendo e valorizando o património de carácter militar.

N.º	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
-----	--------------------	----------	--------------------

15-04 **Investigação e identificação de Património a integrar o TM** Desenvolvimento de conexões Contribuir para o aumento da Base de Dados e com ela a criação de produtos para a promoção do TM e alicerção da rede

Subação	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
---------	--------------	------------------	--------------------------

Inserção de património na base de dados	Atividade corrente	CIN	Ramos, Câmaras Municipais; Turismo de Portugal
---	--------------------	-----	--

Subação	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
---------	--------------	------------------	--------------------------

Captção multimédia (fotografias e filmes)	Projeto	CIN	Ramos, Câmaras Municipais; Turismo de Portugal
---	---------	-----	--

N.º	Designação da Ação	Objetivo 1	Resultado esperado
-----	--------------------	------------	--------------------

15-05	Promover a racionalização de recursos implementando um sistema de funcionamento em rede para o TM	Construção de um sistema de informação para o TM, desenvolvendo uma estrutura semiótica em rede, visando o estabelecimento de sinergias e a complementaridade de recursos entre as diferentes entidades envolvidas	Fortalecimento da rede do Turismo Militar
--------------	--	--	---

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
----------	--------------	------------------	--------------------------

Projeto	CAT	Turismo de Portugal, ramos
---------	-----	----------------------------

Objetivo 2	Resultado esperado
------------	--------------------

Inserção de informação no sítio (online), com conteúdos institucionais de referência sobre TM, para divulgação nacional e internacional	Reforço do sítio do TM
---	------------------------

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
----------	--------------	------------------	--------------------------

Projeto	CAT
---------	-----

Objetivo 3	Resultado esperado
------------	--------------------

Desenvolvimento de conexões funcionais que garantam maior flexibilidade para a realização e promoção dos produtos de TM	Articulação efetiva
---	---------------------

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
----------	--------------	------------------	--------------------------

Atividade corrente CAT

RESULTADO

Base de Dados em sistemática atualização.

N.º	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
15-06	Tradução de fichas individuais de património a integrar o TM	Tradução	Contribuir para a abrangência de públicos e promoção do TM e alicerção da rede	
	Subação	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Inserção de traduções na base de dados	Atividade corrente	CIN	

RESULTADO

Aumento da informação e respetiva tradução dos conteúdos na base de dados da DGRDN para maior abrangência de públicos e maior possibilidade de desenvolvimento de um produto turístico e cultural inovador, divulgando, promovendo e valorizando o Património de carácter militar.

N.º	Designação da Ação	Objetivo 1	Resultado esperado	
15-07	Contribuir para o reforço da imagem das Forças Armadas, divulgando os seus valores e capacidades	Reforçar o papel das Forças Armadas e da sua rede de museus na estratégia nacional para o TM, designadamente na ativação turística do seu património relevante para a visitação	Colaboração com os órgãos de cultura dos ramos na programação temática e no relacionamento com a Rede Portuguesa de Museus	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CIN	

Objetivo 2	Resultado esperado
Desenvolver rotas alicerçadas em património histórico-militar relevante	Desenvolvimento de novas rotas, roteiros e circuitos, também no âmbito do programa Valorizar do Turismo Militar
Subações	Tipo de Ação
	Natureza da Ação
	Parceiros intervenientes

Projeto

CAT/CIN

Turismo de
Portugal, CIMs,
municípios

Objetivo 3

Resultado esperado

Desenvolver spots televisivos
alicerçados em património
histórico-militar relevante

Valorização do Turismo Militar

Subações

Tipo de Ação

Natureza
da Ação

Parceiros
intervenientes

Projeto

CAT/CIN

Municípios/RTP

RESULTADO

Novas rotas, roteiros e circuitos delineados.

N.º	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
-----	--------------------	----------	--------------------

15-08	Implementar a estratégia nacional para o Turismo Militar	Desenvolver e aplicar a rede nacional e internacional para o Turismo Militar	
-------	---	--	--

Subações

Tipo de Ação

Natureza
da Ação

Parceiros
intervenientes

Projeto

CAT/CIN/
CII

RESULTADO

Aumento dos contactos com entidades públicas e privadas, inclusive na Comunicação Social, com o intuito da apresentação do Turismo Militar.

N.º	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
-----	--------------------	----------	--------------------

15-09	Realização/produção de filmes de espaços, monumentos e sítios de cariz histórico-militar	Promover e divulgar a rede nacional e internacionalmente para o Turismo Militar	Desenvolver <i>spots</i> televisivos alicerçados em património histórico-militar relevante
-------	---	---	--

Subações

Tipo de Ação

Natureza
da Ação

Parceiros
intervenientes

Projeto

CAT/CIN

DGPC/Municípios

RESULTADO

Filmes realizados e investigação para a possibilidade de se produzirem outros num futuro.

N.º	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
15-10	Promoção internacional para o Turismo Militar	Desenvolver e aplicar a rede nacional e internacional para o Turismo Militar		
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Participação na EXPO Dubai	Projeto	CAT/CIN/CII	Comissariado EXPO Portugal
2.	Participação Portugal 360 (Brasil)	Projeto	CAT/CIN/CII	Turismo de Portugal
3.	Fomento das relações culturais com Marrocos	Projeto	CAT/CIN/CII	Universidades/ Marrocos

RESULTADO

A edição de Portugal 360 foi adiada até nova data.

Programa 16



Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-01	Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto	Atualizar anualmente com a informação recebida os parâmetros do inventário de amianto do MDN no Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE)	Até ao final do ano obter o inventário de amianto atualizado com os dados mais recentes transmitidos pelas entidades da Defesa Nacional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade de manutenção	AA	Ramos das Forças Armadas, IDN, IASFA, IGDN e Serviços Centrais

RESULTADOS

O inventário dos edifícios, infraestruturas e equipamentos com amianto foi atualizado em fevereiro, junho e outubro de 2021. Segundo o procedimento adotado, as entidades comunicam as alterações ao inventário de 4 em 4 meses e a DSQA procede à atualização geral do inventário no Sistema de Informação dos Imóveis do Estado (SIIE) e no ficheiro da DGRDN.

Foi elaborado em 14 de dezembro de 2022, um ponto de situação para o Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-02	Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental	Assegurar a manutenção da certificação dos sistemas de gestão ambiental das unidades certificadas, através da realização de auditorias e promover a implementação de novos sistemas (ISO14001 e EMAS)	Até ao final do ano realizar pelo menos uma auditoria a um sistema de gestão ambiental de uma das unidades certificadas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Realização de auditorias	Atividade de manutenção	AA	Unidades das Forças Armadas

RESULTADOS

A equipa de Ambiente da DADAQ realizou auditorias aos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) da Base Aérea n.º 5 (unidade certificada ISO 14001 e registada no EMAS), em maio de 2021, e aos navios classe *Viana do Castelo* da Esquadilha de Navios de Superfície, em setembro de 2021. Adicionalmente, foi dado apoio técnico para o desenvolvimento do Manual do Sistema de Gestão Ambiental da Liga dos Combatentes e formação a 14 militares, promovida pela DSQA, para assegurar a continuidade da manutenção dos SGA existentes e promover a implementação de novos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-03	Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente	Assegurar a representação nacional nos fóruns da Ambiente em território nacional e no estrangeiro a fim de defender a posição da Defesa Nacional e recolher informação pertinente para a tomada de decisão neste âmbito	Transmitir a posição da Defesa Nacional nas reuniões e grupos de trabalho da Ambiente e recolher informação sobre as posições e interesses de terceiros que possam influenciar o rumo de atuação no âmbito do Ambiente	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CII/CIN	EDA, NATO, APA, UNL-FCT, ADENE,

Ordem dos
Engenheiros, UNIV
COIMBRA, INST
POLITECNICO de
LEIRIA, entre outros.

RESULTADOS

Foi assegurada, ao longo de 2021, a participação nacional no Grupo de Energia e Ambiente da EDA, no Fórum de Consulta para a Sustentabilidade Energética no Sector da Defesa Nacional, no Fórum de Incubação de Economia Circular, também da EDA no *Environmental Protection Working Group* da NATO (EPWG), no *European Defence Environmental Network* (DEFNET) e no *Energy, Climate, Security and Defence* da Eurodefense.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-04	Coordenação do prémio Defesa Nacional e Ambiente	Promover as boas práticas ambientais das unidades, estabelecimentos ou órgãos das Forças Armadas	Coordenar os trabalhos de divulgação da edição dos prémios, efetuar a abertura de concurso, proceder à análise das candidaturas apresentadas, compilar os resultados e presidir à reunião do júri de atribuição do prémio	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	1. Solicitar à SG/MDN a conceção da imagem da edição do prémio	Atividade periódica	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 4817/2020, de 22 de abril)
	2. Efetuar a proposta de divulgação do prémio nas páginas de internet e intranet			
	3. Atualizar os conteúdos da página do prémio e da plataforma com as candidaturas, regulamento e matriz de votação			
	4. Analisar candidaturas recebidas			
	5. Presidir à reunião do júri para a atribuição do prémio			
	6. Elaboração de documentos de atribuição e entrega do prémio			

RESULTADOS

Em 2021, foi organizada a 28ª edição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente. Na reunião de atribuição do prémio, realizada a 18 de novembro, foi decidido pelo júri atribuir o prémio ao Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE). Adicionalmente, a equipa da DADAQ apoiou a SGMDN na organização da cerimónia de atribuição da 27ª edição do PDNA, que teve lugar na Base Aérea n.º 5, a 25 de outubro de 2021.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

16-05	Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional	Assegurar o apoio às Forças Armadas no cumprimento dos requisitos legais aplicáveis	Prestar apoio no cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, nomeadamente, o reporte do uso crítico de halons nas Forças Armadas, o inventário nacional de PCB e registo de resíduos
-------	---	---	--

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade periódica	AA	Forças Armadas

RESULTADOS

A DADAQ sensibilizou as entidades da Defesa Nacional para o cumprimento das obrigações legais, nomeadamente:

- Mapa Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER),
- Reporte de equipamentos de gases fluorados;
- Reporte de usos críticos de halons;
- Obrigações decorrentes da RCM 104/2020, relativa ao Programa de Eficiência de Recursos da Administração Pública 2030 (ECO.AP 2030), entre outras.
- Adicionalmente, a equipa de ambiente da DADAQ, disponibilizou uma metodologia de sistematização de análise de obrigações legais a unidades que estão a implementar novos sistemas de gestão ambiental, como a Estação Radar n.º 1 e a Esquadilha de Navios de Superfície.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-06	Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos	Potenciar a integração de critérios ambientais nas fases de planeamento e execução dos processos, incluindo os respeitantes a armamento, equipamentos e infraestruturas.	Direções de serviços mais sensibilizadas para a inclusão de critérios ambientais nas fases de planeamento e execução dos processos de contratação pública

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 4817/2020, de 22 de abril)

RESULTADOS

A pandemia COVID-19 veio dificultar a realização de ações de sensibilização para critérios ambientais nos processos de contratação pública, o que levou à sua não execução.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-07	Promover a monitorização e a redução de consumos	Propor projetos de eficiência de recursos a desenvolver na Defesa Monitorização dos consumos	Apresentar pelo menos um projeto de implementação de medidas de eficiência energética e relatório de consumos

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade periódica/projeto	CAT	Unidades das Forças Armadas

RESULTADOS

O relatório de consumos de água e energia de 2020 foi finalizado em abril de 2021. No que respeita a projetos de eficiência energética, a DGRDN apoiou financeiramente os ramos das Forças Armadas a desenvolverem 12 projetos (Informação n.º 802, de 30 de agosto) de eficiência energética e hídrica.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-08	Potenciar um melhor desempenho ambiental das unidades afetas à Defesa Nacional	Cumprir o plano de ação da diretiva de Defesa Nacional para o ano 2021	Concretizar as medidas do plano de ação da diretiva de Defesa Nacional para o ano 2021

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade periódica/projeto	CAT	Unidades das Forças Armadas

RESULTADOS

As medidas descritas no Plano de Ação da Diretiva Ambiental foram no geral executadas, destacando-se:

- A atualização do inventário de amianto e análise e apresentação de candidaturas ao FRCP;
- Formação de RH nas áreas do ambiente, nomeadamente ISSO 14001;
- A elaboração do relatório de consumos de água e energia de 2021;
- A promoção de projetos de eficiência energética, incluído a instalação de contadores de energia, e hídrica;
- A elaboração de duas newsletters com partilha de boas práticas;
- A participação em conferências de alterações climáticas e defesa;
- A realização de auditorias de ambiente;
- A celebração de protocolos com o Universidade de Coimbra e o Instituto Politécnico de Leiria;
- A divulgação de nova legislação ambiental;
- A campanha “Traz a tua garrafa, bebe água da rede”

Aa ações não realizadas foram:

- doação de material obsoleto;
- garantir o cumprimento de orientações ambientais em exercícios NATO;
- realização de ações de sensibilização;
- proposta de despacho de critérios ambientais para os procedimentos de contratação pública.

De referir que as restrições relacionadas com a pandemia COVID-19 impactaram negativamente algumas das atividades planeadas, como a realização de ações de sensibilização, ou a realização de exercícios NATO de acordo com as orientações ambientais existentes (exercício não realizado).

A análise detalhada da execução do plano de ação da diretiva ambiental, tendo em conta as atividades de responsabilidade de outras entidades como os ramos das Forças Armadas, será feita até final de abril de 2022, de acordo com a calendarização existente para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade Ambiental 2021.

A experiência de 2020 e 2021 demonstrou que existe uma necessidade de melhorar o plano de ação, sendo esse o entendimento do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e das várias entidades da Defesa Nacional. A proposta para o novo plano, mais claro e exequível, já se encontra em preparação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
16-09	Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ)	Coordenar as ações necessárias ao cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal resultantes da ratificação do STANAG 4107, bem como coordenar os pedidos de Portugal a outros Estados membro da OTAN para acompanhamento de contratos da Defesa Nacional no âmbito da GGQ e realizar atividades como “ <i>Governmental Quality Assurance Representative</i> ” (GQAR)	Coordenar o acompanhamento, no âmbito da GGQ, de contratos colocados na Indústria de Defesa Nacional. Coordenar e solicitar o acompanhamento, no âmbito da GGQ, de contratos da Defesa Nacional colocados em indústrias nacionais e em indústrias de países membros da OTAN. Exercer a atividade técnica GQAR de acompanhamento de contratos, no âmbito da GGQ	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade de manutenção e periódica	CII/CIN	Estados membro da OTAN, Marinha, Exército e Força Aérea
RESULTADOS				

- Produção de normativo interno, designadamente despacho regulamentar de atividade da garantia governamental da Qualidade e respetivo regulamento interno
- Seguimentos de contratos AQAP realizados:
 - Seguimentos de 3 contratos do governo Belga de aquisição de munições de 30 mm e 90 mm à empresa MECAR, com realização de teste de aceitação de lotes a decorrer no campo de tiro de Alcochete;
 - NATO NH90, no Projeto GPATE Test Program Set TPS a desenvolvido pela ETI, S.A. Preparação e emissão de CoC’s resultantes de alterações solicitadas pelo fabricante;
 - Coordenar o núcleo GQA da Força Aérea Portuguesa que ao longo do ano 2021 efetuou seguimento AQAP a:

4 contratos a decorrer na OGMA:

- MG2012 – OG reguladores de oxigénio dos AWAC’s da NATO (contrato da NSPA);
- F16-RNLAF – OGMA pintura de 10 aeronaves F16 da Holanda Contrato Holanda;
- C-130H-USAF – OGMA (Contrato EUA);
- KC-130H-SAF – OGMA

1 contratos a decorrer na TAP:

- MG2012 –TA – reparação dos trens de aterragem dos AWAC’s da NATO (contrato da NSPA).
 - Mediação entre a OGMA S.A. e a Núcleo GQA da FA relativamente aos QDR’s do contrato MG2012 reguladores de oxigénio dos AWAC’s da NATO (contrato da NSPA);
 - Apoio às Forças Armadas da Bélgica no âmbito de RGQA, acompanhamento de provas no campo de tiro de Alcochete;
- Disponibilização WEB de conteúdos e atividades GQA
 - Apoiar a FA na elaboração do primeiro contrato nacional com requisitos AQAP. Solicitação de esclarecimento preliminar à NGQAA do Canadá com vista a avaliar a viabilidade de ser efetuado RGQA referente ao contrato de modernização de 5 aeronaves da Força Aérea a ser executado pela empresa General Dynamics Mission Systems no Canadá

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-10	Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP	Proporcionar à Indústria de Defesa Nacional a igualdade competitiva perante as Industrias de Defesa de outros Estados membro da OTAN em sede de certificação dos seus Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados nas normas da Qualidade NATO/AQAP	Proporcionar a obtenção, manutenção e revisão da certificação dos seus Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados nas normas da Qualidade NATO/AQAP, nas Empresas da BTID
	Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação
		Atividade periódica	CIN
			Parceiros intervenientes
			Empresas da Indústria de Defesa

RESULTADOS

- Plano anual de auditorias AQAP cumprido a 100% e aprovado o plano de auditorias para 2022;
- Efetuado processo de certificação inicial à empresa AIGA Concept;
- Efetuada divulgação e prestados esclarecimentos pontuais a empresas que não pertencem à BTID.
- Formação de auditor AQAP na norma ISO 9001 com reconhecimento como auditor de Terceira parte IRCA-CQI ISO 9001 Quality Management Systems Auditor/Lead Auditor Training Course;
- Formação de auditores na norma EN 9100:2018 Quality Management Systems - Requirements for Aviation, Space and Defence Organization.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

16-11	Representação nos fora nacionais e internacionais da Qualidade	Assegurar a representação nacional nos fora da Qualidade em território nacional e no estrangeiro a fim de defender a posição da Defesa Nacional e recolher informação pertinente para a tomada de decisão neste âmbito	Transmitir a posição da Defesa Nacional nas reuniões e grupos de trabalho da Qualidade e recolher informação sobre as posições e interesses de terceiros que possam influenciar o rumo de atuação no âmbito da Qualidade
-------	---	--	--

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

Desenvolvimento de MoU entre Portugal e o Brasil com um âmbito de colaboração na área da Garantia Governamental da Qualidade.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-12	Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas	Assegurar a desmilitarização das munições e explosivos obsoletos, oriundos dos ramos das Forças Armadas, através da execução de um contrato com empresa certificada e qualificada para o efeito	Assegurar a desmilitarização das munições e explosivos mais prioritários (que representam maior risco para a segurança) face à sua validade ou estado de deterioração

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	APL	Ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

Ao abrigo do Contrato Nº 91/DGRDN/2019, celebrado em 11 de maio de 2020, entre a DGRDN e a idD - PLATAFORMA DAS INDÚSTRIAS DE DEFESA NACIONAIS, S.A. (idD), foram contratualmente definidos os tipos e quantidades de munições a desmilitarizar provenientes de cada ramo das Forças Armadas para os anos 2020 e 2021. A execução dos trabalhos de desmilitarização previstos para 2021, decorreram como planeado e foram concretizados com sucesso.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-13	Alienação de material de guerra das Forças Armadas	Instruir e executar, em estreita colaboração com os ramos das Forças Armadas, os processos de alienação de material de guerra das Forças Armadas, garantidos que	Garantir para a Defesa Nacional o maior encaixe financeiro possível resultante dos projetos de alienação de material de guerra através de Procedimento de Contratação Pública. Rentabilizar armamento

estejam todos os preceitos legais que esteja classificado como menos prioritário, através de venda

Subações	Tipo de Ação	Natureza de Ação	Parceiros intervenientes
1. Solicitar ao MDN o despacho de autorização para a alienação;	Atividade corrente	CAT	Ramos das Forças Armadas
2. Garantir o cumprimento legal do interesse do mesmo material para outras entidades ou museus;		CII	NSPA
3. Garantir o cumprimento de todos os acordos em que PRT participa no que diz respeito às alienações;		AA	
4. Elaborar o processo de alienação (doação/museológico/valorização/ desmantelamento/afundamento/ alvo, etc.), sendo este desenvolvido pela DGRDN ou pela NSPA;			
5. Acompanhamento da execução do processo de alienação junto dos ramos;			
6. Encerramento do processo de alienação de acordo com o previsto para o fim do ciclo de vida dos bens ou sistemas de armas.			

RESULTADOS

Ao longo do ano transato estavam em processo de execução os processos:

- Alienação de NRP's Águia e Delfim;
- Alienação de 37 Viaturas Blindadas +4 Torres Blindadas +90 Carros de Combate para Reciclagem;
- Alienação de 5 aeronaves A-JET e respetivos sobressalentes
- Alienação de 6 aeronaves Aviocar CASA C-212-100

Foram preparados para iniciar em 2022 os processos referentes a:

- Alienação de 71.296 Armas Ligeiras por parte da NSPA, em trabalho de estreita colaboração com a DGRDN. Aguarda realização de contrato por parte da Nato Support and Procurement Agency (NSPA);
- Alienação de Componentes do F-16, C-130 e P-3;
- Alienação de aeronave C-130H (N/C 16802).

Atividades e Projetos não previstos

Legenda(ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 17



**Qualidade e Ambiente
(Normalização e Catalogação)**

*Unidade
orgânica*

*Direção de Serviços de Qualidade e
Ambiente/Divisão de Normalização e Catalogação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
17-01	Elaboração dos processos de ratificação	Contribuir para a elaboração dos processos de ratificação, nomeadamente a sua publicação em DR	Ratificação dos STANAG	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CIN	DS/DGRDN, EMGFA e ramos

RESULTADOS

Em 2021 foram Ratificados e elaborados a totalidade dos processos (30) STANAG oriundos do EMGFA

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
17-02	Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do European Defence Standardization Committee (EDSC), European Defence Standardization Management Group (EDSMG), Joint Maintenance Committee (JMC) e do Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)	Assegurar a representação/participação do MDN nas reuniões dos Grupos de Trabalho [European Defence Standardization Committee (EDSC), European Defence Standardization Management Group (EDSMG), Joint Maintenance Committee (JMC) e do Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)] no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

Atividade corrente

CII

MDN

RESULTADOS

Em 2021 a Normalização participou em todas as reuniões do EDSC, EDSMG, JMC e MSHT (realizaram-se dez em 2021) e nove reuniões dos grupos Ad Hoc (EDSMG Policy, EDSMG Education and Training e EDSTAR Study), para a implementação das ações definidas pelo European Defence Standardization Strategy (EDSS IP).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-03	Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO e do Standardization Management Group (SMG)	Assegurar a representação do MDN nas reuniões do Committee for Standardization (CS) e do Standardization Management Group (SMG) no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CII
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Em 2021 participou-se nas duas reuniões do CS previstas, e em seis do SMG, além da participação em duas do SMG Education Panel (SMGEP).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-04	Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho EDSC, EDSMG, JMC e MSHT	Assegurar a resposta em tempo às solicitações dos grupos de trabalho EDSC, EDSMG, JMC e MSHT	Responder em tempo às solicitações dos EDSC, EDSMG, JMC e MSHT
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Em 2021 foi assegurada em tempo, e na íntegra, a resposta às solicitações dos grupos de trabalho EDSC, EDSMG, JMC e MSHT

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-05	Garantir a qualidade da catalogação nacional (1)	Proceder à catalogação dos pedidos recebidos, quer de entidades nacionais, quer de entidades internacionais dentro dos parâmetros temporais definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)	Manter o número médio de dias de resposta aos pedidos de catalogação, quer nacionais, quer internacionais, em menos de 8 dias úteis
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			Secções de Catalogação dos ramos das Forças Armadas; "National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros

RESULTADOS

Durante o ano de 2021 foi obtido o resultado de 4.12 dias úteis.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-06	Garantir a qualidade da catalogação nacional (2)	Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)	Manter a percentagem de rejeições dos pedidos de catalogação solicitados aos NCB's estrangeiros igual ou abaixo dos 15%
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			"National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros

RESULTADOS

Resultado: 5.40% de rejeições. Este resultado é extraordinário. É o melhor resultado de todos os países do Sistema OTAN de catalogação (pelo 3º ano consecutivo). Corresponde à média anual da soma dos dois semestres (1º semestre 3,13%; 2º semestre 7,66 %).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-07	Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG)	Proceder à atribuição dos Códigos de Organização (CORG) dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135	Proceder à atribuição dos Códigos de Organização (CORG) em menos de 10 dias úteis

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN/CII	Secções de catalogação dos ramos das Forças Armadas; "National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros; Empresas e organizações nacionais

RESULTADOS

Resultado: 2.8 dias úteis.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-08	Garantir os carregamentos SIG/DN	Proceder ao carregamento dos NNAs/NAPs ou pedido de evolução (NAP para NNA) em SIG/DN; proceder às alterações em SIG/DN dos NNAs/NAPs solicitadas pelos ramos das Forças Armadas e Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN	Proceder ao carregamento dos NNAs/NAPs ou pedido de evolução (NAPs para NNA) em SIG/DN e/ou proceder às alterações em SIG/DN dos NNAs/NAPs solicitadas, em menos de 3 dias úteis

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN	Secções de Catalogação dos ramos das Forças Armadas, Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN

RESULTADOS

Resultado: 0.025 dias úteis.

Atividades e Projetos não previstos

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 18



Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Gestão Financeira e
Apoio/Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-01	Gerir os recursos financeiros da DG	Otimização dos recursos financeiros afetos à DGRDN	Cumprimento atempado dos prazos, bem como as formalidades legais	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Proceder à elaboração da proposta orçamental, integrando as várias fontes de financiamento – receitas gerais, próprias e investimento (orçamentos de Funcionamento, Antigos Combatentes, LPM, LIM, Receitas Próprias, Investimento, Polo NSPA, Infraestruturas NATO) de acordo com as orientações da DGO e plafond atribuído superiormente e acompanhar permanentemente os níveis da sua execução	Atividade de manutenção	APL	
	2. Acompanhamento da execução dos orçamentos financiados pela			

- Lei do Serviço Militar (Dia da Defesa Nacional, CIOFE, Incentivos, PALOP's, OCRD, Recrutamento e Divulgação)
3. Gestão financeira e orçamental dos projetos do NATO Security Investment Programme (NSIP) e proceder à sua análise, acompanhamento e reporte no CIRIS
 4. Proceder à preparação e acompanhamento das auditorias nacionais e internacionais (NATO)
 5. Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do Balanço Social, Plano de Atividades, Relatório de Atividades, QUAR
 6. Preparar, elaborar e remeter à Secretaria-Geral do MDN os elementos necessários para a elaboração da Conta de Gerência
 7. Gerir a frota automóvel no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE) da ESPAP
 8. Levantamento, mapeamento e avaliação de processos no âmbito financeiro

RESULTADOS

O orçamento corrigido da DGRDN em 2021 foi de 492.199.236 € com uma cativação inicial no montante de 5.740.326 €. A execução orçamental situou-se nos 420.515.786 €, o que representa uma taxa de execução total de 86%.

Numa análise comparativa ao período homólogo e em termos desagregados, destaca-se o aumento muito acentuado na execução do orçamento de Atividades/Funcionamento, em cerca de 294M€, devido essencialmente ao pagamento do Princípio de Onerosidade das Forças Armadas relativo a 2020, ter transitado para 2021, através de uma Abertura de Crédito Especial.

Assim, em 2021 foram efetuados os respetivos pagamentos relativos ao Princípio de Onerosidade de 2020 e 2021.

No que respeita aos encargos com os Antigos Combatentes pode-se verificar um aumento de cerca de 54% relativamente a 2020, devido à aquisição com os Cartões do Antigo Combatente. No entanto, o pagamento dos Passes para os Antigos Combatentes foi efetuado através das Receitas Próprias.

O Dia da Defesa Nacional apresenta em uma execução relativamente baixa nos dois últimos anos, devido basicamente à suspensão da atividade durante os períodos de confinamento, resultantes da situação pandémica provocada pelo covid-19.

O CIOFE e os Incentivos apresentam uma execução orçamental, respetivamente de 51% e 100%, mantendo no nível de execução semelhante ao do período homólogo.

No que respeita ao Turismo Militar não tem apresentado execução orçamental, tendo sido usadas as suas verbas para fazer face às cativações, a 100%, ocorridas no agrupamento 02 – Aquisição de bens e serviços, através de alterações orçamentais.

AS Receitas de Quotização NATO apresentam uma execução em 2021 de cerca de 14%, comparativamente com o período homólogo tiveram um aumento de execução em termos absolutos de 817.946 €.

Os Projetos (ex-PIDAAC) apresentam uma descida acentuada na sua execução que passou de 824.274€, em 2020, para 484.817€ em 2021, ou seja, em termos percentuais passou da taxa de execução de 99% em 2020, para 56% em 2021.

Relativamente à execução do orçamento LPM e LIM, são elaborados relatórios analíticos anuais, relativos às suas execuções.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-02	Gerir os recursos patrimoniais	Elaborar e manter atualizado o inventário do património afeto à DGRDN	Assegurar o normal funcionamento dos serviços	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Assegurar a disponibilização e distribuição do imobilizado, de acordo com as necessidades de cada serviço	Atividade de manutenção	APL	

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-03	Análise e Controlo da execução orçamental	Acompanhar e controlar a execução dos vários orçamentos	Garantir um acompanhamento permanente dos níveis de execução orçamental	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Proceder à análise da informação financeira registada no Sistema Integrado de Gestão, SIG, alertando para eventuais incorreções nos lançamentos efetuados pela Secretaria-geral	Atividade de manutenção	APL	
	2. Preparar as propostas das alterações orçamentais, propostas de transição de saldos e propostas de abertura de crédito especial			
	3. Implementar o Sistema Integrado de Gestão Orçamental da DGRDN			
	4. Registrar e controlar a execução dos projetos da NATO no CIRIS			

5. Criar um sistema de Gestão do NSIP
6. Registrar nominalmente as regularizações financeiras dos projetos da NATO em território nacional
7. Gerir o Fundo de Maneio
8. Verificar a conformidade jurídico-financeira dos documentos de despesa, promover o respetivo pagamento e executar a contabilização de todos os movimentos financeiros
9. Assegurar os procedimentos inerentes à cobrança e entrega das receitas próprias
10. Assegurar a execução financeira e o controlo dos orçamentos da LPM, LIM e Investimento
11. Entrega do Imposto sobre o Valores Acrescentado dos Contratos de manutenção
12. Reembolsar o Imposto sobre o Valor Acrescentado a fornecedores de Obras NATO
13. Gerir tarefas inerentes à contratação pública de bens e serviços, assegurando a gestão do aprovisionamento dos bens de consumo corrente

RESULTADOS

Elaboração e análise de mapas financeiros de apoio à gestão;
 Elaboração mensal dos Fundos Disponíveis no SIGO, site da DGO;
 Elaboração dos mapas mensais sobre Pagamentos em atraso, no Site da DGO;
 Elaboração da Unidade de Tesouraria, no site da DGO;
 Elaboração da previsão mensal da despesa e da receita, numa perspetiva, no site da DGO.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-04	Reportes Financeiros	Elaboração dos reportes referentes aos Serviços Integrados no site da Direção-Geral do Orçamento	Garantir um acompanhamento mensal dos Fundos Disponíveis, Pagamentos em Atraso, PME, Unidade de Tesouraria e execução mensal e análise de desvios	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Gestão mensal do lançamento dos reportes financeiros no portal da DGO (Fundos Disponíveis,	Atividade de manutenção	APL	

- Previsão Mensal de Execução, Pagamentos em atraso e validação do SIPI)
2. Gestão anual no portal da DGO da Transição de saldos
 3. Proceder trimestralmente ao acompanhamento e controlo dos encargos plurianuais na plataforma de reporte SCEP da DGO
 4. Proceder ao reporte da unidade de tesouraria

RESULTADOS

Acompanhamento mensal dos Fundos Disponíveis, pagamentos em atraso, Unidade de Tesouraria, execução mensal e análise de desvios e registos dos encargos plurianuais no SCEP e respetiva execução.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-05	Gestão de economato	Disponibilização e distribuição atempada do material de escritório	Assegurar o normal funcionamento dos serviços	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock	Atividade de manutenção	APL	

RESULTADOS

Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente foi assegurado pela Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-06	Gestão de imobilizado	Revisão do manual de procedimentos para definir a gestão patrimonial da DGRDN	Atualização permanente do imobilizado alocado aos serviços/atividades da DGRDN	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Assegurar uma correta utilização dos imobilizados, de acordo com		APL	SG

as novas normas contabilísticas
do SNC-AP

RESULTADOS

Atualização das bases de dados dos ativos imobilizados, etiquetagem e inventariação dos imobilizados existentes nas instalações da DGRDN e dispersos pelos centros do DDN. Registos e depreciação dos ativos imobilizados em conformidade com o SNC AP que se refletem nas demonstrações financeiras da DGRDN, abates de ativos Imobilizados em fim de vida útil. Verificações de conformidade dos imobilizados da DGRDN no que se refere ao seu estado de uso.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-07	Acompanhamento técnico financeiro e de auditoria em projetos internacionais	Assegurar a participação nacional nos grupos de trabalho técnico-financeiros do FINCOM	<i>Participação do Finance Committee e Audit Committee da NCIO</i>	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade periódica	CII/CAT	NCIA e Nações Aliadas

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-08	Acompanhamento técnico financeiro no âmbito da CNA	Acompanhar a execução financeira dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs (Ass. De Antigos Combatentes).	Análise aos Relatórios de Atividades anuais das ONG´s no âmbito das atribuições da DGRDN/DGFP	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividades periódica	CAT	DGRDN e CNA

RESULTADOS

Análise aos Relatórios de Atividades anuais das ONG´s no âmbito das atribuições da DGRDN/DGFP, e posteriormente o seu envio à CNA para aprovação e futura disponibilização das tranches, de acordo com os protocolos celebrados entre o MDN e as ONG´s e as propostas de orçamento aprovadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-09	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DSGFA, nomeadamente estudos e pareceres técnico-jurídicos no âmbito financeiro e patrimonial	Apoio à gestão da DGRDN
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 19

Gerir os Recursos Humanos da DGRDN



Unidade orgânica

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-01	Gerir os Recursos Humanos afetos à DG	Contribuir para a prossecução da missão da DGRDN, garantindo o funcionamento do sistema de gestão e administração dos recursos humanos	Garantir uma gestão eficaz dos Recursos Humanos da DGRDN

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Assegurar os procedimentos relativos à administração do pessoal da DGRDN (executar os instrumentos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego)	Atividade corrente	CAT	
2. Manter atualizados os processos individuais dos trabalhadores			

RESULTADOS

No âmbito da gestão dos recursos humanos, foram desenvolvidos procedimentos para recrutamento, mobilidades internas e intercarreiras e respetivas consolidações. Foram geridas as situações de diferentes tipos de licenças e/ou comissões de serviço. Foi elaborado o mapa de pessoal e foram respondidas todas as solicitações no âmbito dos RH, pedidas por outros organismos do Estado. Foram prestadas colaborações nos diversos instrumentos de gestão da Direção-Geral (Plano de Atividades, Relatório de Atividades, Relatório Sintético, Relatório de Autoavaliação).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-02	Elaborar o plano de formação dos trabalhadores da DGRDN	Potenciar o desenvolvimento de competências dos recursos humanos da DGRDN	Identificar as atividades formativas adequadas ao perfil de cada trabalhador

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Caracterizar o descritivo funcional por categoria	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN
2. Caracterizar o perfil formativo atinente a cada trabalhador	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN
3. Elaborar os instrumentos de diagnóstico de necessidades de formação	Atividade periódica	AA	Toda a DGRDN
4. Avaliar o impacto da formação no desempenho dos trabalhadores em contexto de trabalho	Atividade periódica	AA	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Promoção e divulgação de oferta formativa e inscrição dos trabalhadores da DGRDN em formação.

Atualização da Base de Dados no âmbito da frequência de formação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
19-03	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)	Monitorizar a execução do SIADAP 2 e 3	Processo de avaliação de desempenho de dirigentes e trabalhadores executado/efetuado dentro dos prazos estipulados na lei	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Verificação do cumprimento dos prazos legais na execução do SIADAP	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Foram dados contributos para a elaboração do SIADAP 1 (QUAR). No âmbito do SIADAP 2 e 3, foram desenvolvidos procedimentos de operacionalização das diferentes fases do processo de forma a cumprir os prazos legais. Foi dado apoio na elaboração das atas e mapas ao Conselho Coordenador de Avaliação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
19-04	Modernização e simplificação administrativa da DGRDN	Estudar e implementar novos mecanismos organizacionais e de sistemas de informação, necessários à melhoria da eficiência e eficácia dos processos de funcionamento da DGRDN	Desburocratização e simplificação de procedimentos e processos administrativos	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Acompanhar as medidas de simplificação propostas pelas unidades orgânicas e aprovadas superiormente	Atividade corrente	CAT	Toda a DGRDN
	2. Apoiar tecnicamente na área dos sistemas de informação	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Foi prestada a colaboração a todos os serviços na exploração dos recursos informáticos existentes e procedeu-se a vários melhoramentos a nível de disponibilização de maior quantidade de ferramentas informáticas (PC's) com o objetivo de melhorar e minorar os processos de funcionamento da DGRDN

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
19-05	Prestar informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da AP	Proceder à recolha e análise crítica da informação solicitada	Prestar informações que cumpram critérios de qualidade e que sejam prestadas dentro dos prazos solicitados.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Prestação de informações solicitadas	Atividade periódica	AA	Administração Pública

RESULTADOS

Prestação regular e em tempo de informação respeitante aos dados referentes a:

- SIOE na plataforma da DGAEP
- RAF na plataforma do INA.
- Informação respeitante às aposentações, fluxo de entradas e saídas de recursos humanos, civis e/ou militares, solicitada pela Secretaria-Geral do MDN.
- Solicitada pela Secretaria-Geral do MDN, no âmbito do Princípio do Utilizador-Pagador.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
19-06	Divulgar as atividades da DGRDN ou de outras entidades da AP com relevância para os RH da Defesa Nacional	Promover a divulgação das atividades da DGRDN	Divulgação de informação relevante para os RH da Defesa Nacional	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Divulgação das atividades no âmbito dos recursos humanos	Atividade periódica	DIV	Toda a DGRDN

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
----	--------------------	----------	--------------------	--

19-07	Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)	Recolher os dados relativos aos efetivos e prestadores de serviço na Administração Pública	Manter atualizado o sistema de dados pessoais e profissionais para tratamento estatístico na Direção-Geral da Administração e Emprego Público
-------	---	--	---

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Introdução dos dados relativos ao número de efetivos e suas variáveis	Atividade de manutenção	APL	

RESULTADOS

Prestação regular /trimestral, semestral, dentro dos prazos estabelecidos, referente a informação respeitante ao SIOE na plataforma da DGAEP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-08	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que se enquadrem nas ações previamente programadas pela DSGFA, nomeadamente estudos e pareceres técnico-jurídicos no âmbito da relação jurídica de emprego público e recursos humanos	Apoio à gestão da DGRDN

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Acompanhamento de inspeções e auditorias à Direção-Geral	Atividade periódica	CON	

RESULTADOS

Elaboração de pareceres, informações, notas internas no âmbito de matérias diretamente relacionadas com os recursos humanos, nomeadamente, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Código do Trabalho, Estatuto do Pessoal Dirigente, Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na AP, Processo de Recrutamento e Seleção, Código dos Contratos Públicos, Leis do Orçamento do Estado e Leis de Execução Orçamental, e de outras matérias transversais à Direção-Geral, designadamente, Estatuto dos Militares das Forças Armadas, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, Lei de Defesa Nacional, Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar, e demais e demais legislação complementar da mesma natureza.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 20



Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-01	Desenvolver e manter, no âmbito dos sistemas de informação, a melhoria contínua das atividades DGRDN	Planear e implementar procedimentos tendentes ao aumento da eficiência dos processos e a satisfação dos Stakeholder	Melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à comunidade e aos utilizadores da DGRDN

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Gerir os recursos TIC da organização, assegurando a continuidade do serviço	Atividade de manutenção	CAT	DGRDN
2. Colaborar com a DGFP na gestão do património informático			
3. Apoiar na contratação de bens ou serviços no âmbito das TIC			
4. Planear e manter o ciclo de evolução dos sistemas de informação, com vista à sua atualização e adequação às necessidades do organismo			

5. Prestar apoio e formação aos utilizadores

RESULTADOS

O Núcleo de Sistemas de Informação proveu à capacitação dos postos de trabalho, designadamente na disponibilização e configuração da conectividade, bem como na montagem do equipamento, instalação do software e configuração das diversas aplicações utilizadas pelos trabalhadores.

Nas atividades relacionadas observaram-se taxas de concretização de 98%, justificadas pela prioridade atribuída a esta tipologia de serviços, assim como à maior especialização da equipa nestas tarefas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-02	Manutenção e gestão de bases de dados	Proceder à gestão das bases de dados em exploração	Desenvolver e administrar de modo centralizado as estratégias, procedimentos e práticas para o processo de gestão de bases de dados

	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1.	Garantir a integridade do sistema de informação;	Atividade de manutenção	CAT	DGRDN
2.	Garantir a otimização do acesso aos dados;			
3.	Definição da estratégia relativa aos procedimentos de segurança e restauro da informação.			

RESULTADOS

Asseguraram-se os procedimentos referentes à gestão dos sistemas de base de dados da DGRDN, nomeadamente a atualização e correção da informação e verificação da integridade dos dados, recorrendo a processos de comparação e cruzamento de informação.

De realçar os procedimentos no âmbito da verificação da integridade da informação que foi alvo de cópia de segurança.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-03	Desenvolvimento e manutenção de soluções informáticas e web	Proceder à análise, desenvolvimento e manutenção de soluções informáticas tendo por base as necessidades da organização	Dar resposta atempada às necessidades da DGRDN com vista à melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de novas funcionalidades e manutenção das soluções informáticas e web 2. Participar e acompanhar a implementação de projetos de acordo com o planeamento estabelecido 3. Assegurar a divulgação da informação e garantir a atualização permanente de conteúdos nos diversos sítios da internet 4. Assegurar a implementação e manutenção do sistema de informação que dá suporte às atividades no âmbito do tratamento estatístico 	Atividade de manutenção	CAT	DGRDN e entidades externas

RESULTADOS

No que respeita ao desenvolvimento de soluções informáticas, houve lugar a reengenharia de processos associados ao novo SIPORG, assim como a participação no grupo de trabalho atinente à gestão de projeto.

Foram ainda implementadas soluções tecnológicas para o acesso a novos serviços digitais no âmbito das aplicações dos AC's e DDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-04	Monitorização e manutenção da infraestrutura informática de suporte aos sistemas de informação da DGRDN	Monitorizar e manter os diversos sistemas de informação da DGRDN	Manter atualizados e com uma elevada taxa de disponibilidade os serviços disponibilizados

Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Gerir a infraestrutura informática; 2. Assegurar o bom funcionamento dos diversos sistemas de informação; 3. Otimizar a utilização dos sistemas de informação existentes, em colaboração com as unidades orgânicas da DGRDN; 4. Assegurar a implementação de procedimentos de segurança 	Atividade de manutenção	CAT	DGRDN e entidades externas

informática e de mitigação de riscos.

RESULTADOS

Resolução em tempo útil dos incidentes e pedidos de serviço registados pelos utilizadores, tendo-se observado um incremento dos incidentes motivado pelo regresso dos trabalhadores às atividades presenciais. O objetivo relativo ao tempo médio de resolução dos incidentes foi alcançado.

Paralelamente os serviços disponibilizados na internet foram sujeitos a análises periódicas de vulnerabilidades, assegurando resultados satisfatórios na mitigação dos riscos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
20-05	Promover medidas tendentes à transformação digital na DGRDN	Renovar o sítio do Balcão Único da Defesa (BUD)	Potenciar o relacionamento entre os cidadãos e empresas com a DGRDN	
	Subações	Tipo da Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1ª Fase - Organizar e planear, com as unidades orgânicas, os conteúdos a disponibilizar do sítio do BUD;	Projeto	CAT	DGRDN
	2ª Fase – Recolha e normalização da informação a disponibilizar;			
	3ª Fase - Apresentação do esboço inicial;			
	4ª Fase - Composição dos textos e módulos;			
	5ª Fase - Apresentação do esboço final			
	6ª Fase – Conclusão do projeto e publicação da versão final.			

RESULTADOS

O projeto referente ao novo sítio do BUD tem como propósito melhorar a prestação de serviços junto do cidadão, impulsionando a transformação digital na administração pública.

O corrente ano correspondeu a um período de transição e reorganização da área de informática, que implicou um processo de integração de novas atividades.

Nessa perspetiva, e por força das demais solicitações que tiveram lugar, surgiu a necessidade de reestruturar o projeto, prevendo-se o arranque do mesmo quando estiverem reunidas condições do ponto de vista técnico e humano.


Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 21

	Estudos e Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN		
	Unidade orgânica	Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico	

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
21-01	Planeamento de Forças no âmbito da NATO – Recursos Humanos	Representar a DGRDN no processo de planeamento de defesa NATO	Resposta a todas as solicitações apresentadas	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Representação da DGRDN nas atividades relacionadas com o NATO Defence Planning Process – Defence Planning Capability Survey 2019.	Atividade periódica	AA	SG/MDN, DGPDN, EMGFA e ramos das Forças Armadas, e entidades tuteladas

RESULTADOS

Os procedimentos relativos ao processo de planeamento de defesa NATO em curso no ano de 2021, processo sob a coordenação nacional da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, resumem-se na resposta ao questionário nacional (Ofício n.º 452, de abril de 2021, da DGPDN).

Esta é uma atividade pontual, que se realiza a cada dois anos, que respeita à articulação da recolha de contributos das seguintes áreas orgânicas: DSPSM, DSAE, DSAEEQ e DSQA, e respetiva harmonização no questionário.

Todas as solicitações foram asseguradas e respondidas, sempre que possível, nos prazos fixados, traduzidos em dois conjuntos de informação, com prazos até 03 de setembro e até 15 de outubro. Para o primeiro prazo, a informação enviada a 03 de setembro, por *email*, foi incompleta, tendo a submissão de elementos por parte desta Direção-Geral sido aditada em 11 e 16 de outubro. No caso do segundo prazo, este foi antecipado, dado que o envio da informação (*Human Resource Tables*) foi prestado a 19/09/2021 (N/Ofício n.º 6385, de 16 de setembro).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
21-02	Assessoria técnica	Coadjuvar o Diretor-Geral no âmbito técnico, assegurando a intervenção em matérias transversais às várias áreas de atuação da DGRDN	Produção de documentos de apoio à Direção	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Elaboração de informações, estudos e pareceres, bem como preparação de respostas a pedidos de informação, no âmbito das competências da Divisão	Atividade corrente	AA/CAT	Restantes unidades orgânicas e assessores da Direção

RESULTADOS

Texto

Todas as solicitações superiores foram asseguradas e respondidas nos prazos fixados, que incluem, entre outras tarefas:

- Elaboração e/ou preparação de documentos e redações diverso/as;
- Pareceres;
- Participação e apoio à Direção em reuniões internas ou com outras entidades.
- Coordenação interna na resposta a pedidos de informação externos.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 22



Gabinete de Contratação da Defesa

Unidade orgânica

Gabinete de Contratação da Defesa (Equipa Multidisciplinar)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
22-01	Contratação pública no âmbito da Defesa	Assegurar o apoio técnico-jurídico aos procedimentos de contratação pública	Conformidade legal e regularidade financeira dos procedimentos Execução da Lei de Programação Militar (LPM)

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Apoio técnico-jurídico à promoção e instrução de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de armamento e equipamentos militares, em particular os referentes a projetos inscritos nas capacidades da LPM	Projeto/atividade corrente	AA/CON	DSAE, DSQA, DSGFA, ramos das FA
2. Apoio técnico-jurídico à instrução de processos de liberação de cauções contratuais			
3. Apoio técnico-jurídico aos procedimentos de alienação e desmilitarização de material de guerra			
4. Elaboração de pareceres sobre propostas de procedimentos de contratação pública a realizar pelos ramos das Forças Armadas			

RESULTADOS

Durante o ano de 2021, o GCD prestou apoio técnico-jurídico diversificado (elaboração de pareceres jurídicos, revisão de peças, elaboração de despachos, etc.) no âmbito dos seguintes processos (subações):

- 35 procedimentos de formação de contratos públicos (essencialmente aquisição de bens e/ou serviços), sendo 10 concursos públicos ou similares, 12 ajustes diretos ou similares, 6 procedimentos de consulta prévia, 6 de contratação excluída e 1 procedimento da fase pré-procedimental);
- 11 processos no âmbito da execução dos contratos: liberação de cauções (3), modificações objectivas (incl. trabalhos complementares 5); incumprimento (1); outros (2);

3. 11 processos de alienação de material de guerra e 1 procedimento de aquisição de serviços de desmilitarização de munições e explosivos das forças armadas;
4. 12 pareceres sobre propostas de procedimentos de aquisição de bens e/ou serviços militares oriundos dos ramos das FA.
5. Instrução de processo de fiscalização prévia junto do Tribunal de Contas (contrato de emissão do cartão do Antigo Combatente).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
22-02	Legislação e regulamentos em matérias específicas	Assegurar o apoio jurídico à elaboração de projetos legislativos e de regulamentos	Atualização da legislação Harmonização dos procedimentos internos

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Participação na elaboração, revisão de legislação e regulamentos em áreas específicas relacionadas com a contratação pública.	Projeto/atividade corrente	CAT/ CON	DSAE, DSQA
2. Consolidar e/ou apoiar a implementação de medidas de sistematização, harmonização e melhoria do controlo interno no que respeita aos procedimentos de contratação pública.			

RESULTADOS

No quadro desta ação, destaca-se a participação dedicada do GCD à conceção, elaboração e divulgação das medidas de harmonização e sistematização dos procedimentos internos no que à contratação pública diz respeito, que se concretizaram em:

- a) Elaboração e aprovação do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (Despacho 26/DIR/2021 de 22/9/2021);
- b) Criação de uma Errata e FAQs;
- c) Organização de uma ação de sensibilização para a implementação do Manual, em 27-10-2021, que contou com uma participação alargada de técnicos e dirigentes da DGRDN;
- d) Atualização dos modelos de peças já em uso na DGRDN, face às alterações introduzidas pela Lei n.º 30/2021 (7 modelos) e criação de 4 novos modelos de peças de contratação pública;
- e) Divulgação de informação pertinente (emails informativos) sobre matérias relacionadas com os contratos públicos: regras orçamentais aplicáveis aos contratos públicos, medidas especiais de contratação pública, alteração do CCP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
----	--------------------	----------	--------------------

22-03	Consultadoria	Assegurar o apoio e tratamento técnico-jurídico de todos os assuntos remetidos pela Direção	Apoio à gestão da DGRDN, através de uma resposta atempada a todas as solicitações
--------------	----------------------	---	---

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídicos sobre assuntos, matérias e procedimentos administrativos da competência da DGRDN, que não se enquadrem nas ações 22-01 e 22-02	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

No âmbito da elaboração e/ou revisão de Instrumentos Legislativos, Regulamentares ou Administrativos e Pareceres sobre matérias diversas, de acordo com o solicitado pela Direção Superior, destacam-se:

- a) Elaboração e/ou revisão de protocolos de âmbito nacional e internacional, designadamente no quadro da Agência Europeia de Defesa, da NATO e projeto SST-PT (12);
- b) Projetos legislativos e/ou regulamentares (5);
- c) Projetos de despachos de delegação de competências (3);
- d) Pareceres diversos (entre os quais no âmbito da Lei 49/2009) (5);
- e) Apoio jurídico no âmbito de 6 processos administrativos ou similares (designadamente exercício do contraditório no âmbito de processos de auditoria, resposta a pronúncias, etc.)

Atividades e Projetos não previstos

O GCD tem vindo a assegurar o apoio jurídico a atividades-extra não previstas, isto é, fora do âmbito das matérias direta ou indiretamente relacionadas com a contratação pública, designadamente na área do património e licenciamento de empresas para o exercício do comércio e indústria de bens da Defesa.

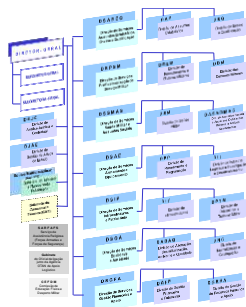
Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 23



Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-geral

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
23-01	Execução do Plano de Atividades (2022)	Elaborar e coordenar o projeto das atividades a desenvolver pela Direção-Geral, de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o documento designado, considerando o planeamento de ações no âmbito da gestão previsional do serviço	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. Preparar os modelos e criar <i>link</i> para recolha de informação das Unidades Orgânicas (UO)	Atividade periódica	CAT/APL	Toda a DGRDN
	2. Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos			
	3. Rever e produzir “documento final” (digitalização)			
	4. Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela			
	5. Remeter à SG, distribuir pelas UO e providenciar publicação <i>on-line</i>			

RESULTADOS

Elaboração do Plano de Atividades 2021 da DGRDN.

A DGPRM elabora anualmente o Plano de Atividades sustentado na gestão previsional das suas ações que se baseiam nas diversas atribuições do serviço. Este documento enquadra-se ainda no SIADAP 1 de acordo com a Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, especialmente na definição de objetivos estratégicos e das unidades orgânicas que se materializam em programas e ações.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
23-02	Execução do Relatório de Atividades (e Relatório de Autoavaliação) (2021)	Elaborar e coordenar a recolha de dados das atividades desenvolvidas pela Direção-Geral, de acordo com o previsto na legislação em vigor Efetuar a autoavaliação da DGRDN analisando o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos no QUAR	Produzir o documento designado (que integra o Relatório de Autoavaliação do serviço), descrevendo o percurso feito pela organização, evidenciando os desvios obtidos, avaliando os resultados e estruturando a informação relevante daquilo que foi executado

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Preparar os modelos e criar <i>link</i> para recolha de informação das Unidades Orgânicas (UO)	Atividade periódica	CAT/APL	Toda a DGRDN
2. Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos			
3. Rever e produzir “documento final” (digitalização)			
4. Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela			
5. Remeter à SG, distribuir pelas UO e providenciar publicação <i>on-line</i>			

RESULTADOS

Elaboração do Relatório de Atividades 2021 da DGRDN.

O Relatório de Atividades tem por objetivo descrever as realizações executadas pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, elaborou-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades, que integrou o respetivo Relatório de Autoavaliação do serviço especialmente dirigido à apreciação do QUAR.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
23-03	Execução do Relatório Sintético (2021)	Elaborar e coordenar a recolha de dados tendo em vista a avaliação do dirigente máximo do serviço (DG), de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o documento designado que inclui o conjunto de elementos que explicitam o grau de realização dos compromissos constantes da carta de missão e outros dados

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Preparar e enviar os modelos às Unidades Orgânicas (UO) para recolha de informação 2. Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos 3. Rever e produzir “documento final” (digitalização) 4. Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela 	Atividade periódica	CAT/APL	DGRDN/DSGFA

RESULTADOS

Elaboração do Relatório Sintético 2021.

O Relatório Sintético a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual (SIADAP), traduz-se na avaliação do dirigente máximo do serviço (DG), o qual deve ser remetido ao respetivo membro do Governo, até 15 de abril de cada ano, e o qual deve incluir o conjunto de elementos que explicitem o grau de cumprimento dos compromissos constantes da carta de missão e outros elementos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
23-04	Execução do Balanço Social (2021)	Coordenar a recolha de informação que estabelece e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção, de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o documento designado, que retrata a situação dos RH do serviço e analisa retrospectivamente elementos estatísticos, estuda-os e possibilita a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> 1. Recolher formulário junto da DGAEP e enviar à DSGFA para preenchimento de dados (mapas) 2. Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos (tratamento de indicadores, elaboração gráfica, interpretação estatística e composição de texto) 3. Rever e produzir “documento final” (digitalização) 4. Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela 	Atividade periódica	CAT	DGAEP e DGRDN/DSGFA

5. Remeter à SG, DGAEP, distribuir pelas UO e providenciar publicação *on-line*

RESULTADOS

Elaboração do Balanço Social 2021 da DGRDN.

O Balanço Social determina e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção, de acordo com o modelo da DGAEP para a AP. Analisa ainda retrospectivamente elementos estatísticos, estuda-os de modo a possibilitar a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
23-05	Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR – (2021/2022)	Proceder anualmente à elaboração de novo QUAR e monitorização do processo em curso (abril, agosto e dezembro) tendo em vista a avaliação de desempenho do serviço (consonância com a missão), das suas decisões de ação (objetivos estratégicos e operacionais), das metas a atingir, e dos indicadores de execução, de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o(s) documento(s) designado(s), que no âmbito do objetivo formulado, evidencia ainda os meios disponíveis (humanos e financeiros), a sua aferição de realização, a identificação sumária dos desvios e respetivas causas, apurados no fim do ciclo de gestão

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
1. Preparar e enviar os modelos às Unidades Orgânicas (UO) para recolha de contributos	Atividade periódica	CAT/APL	Toda a DGRDN
2. Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos			
3. Rever e produzir “documento final” (digitalização)			
4. Submeter à apreciação do Diretor-geral			
5. Remeter à SG, distribuir pelas UO e providenciar publicação <i>on-line</i>			

RESULTADOS

Acompanhamento das monitorizações do QUAR 2020 e preparação do QUAR 2021.

Conforme o previsto na Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, o QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) é desenvolvido anualmente, sendo elaborado de acordo com os contributos solicitados às unidades orgânicas da DGRDN (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo). A metodologia adotada para a monitorização do

QUAR foi a mesma para a sua construção, pelo que se solicitou os contributos às diversas unidades orgânicas de forma a refletir o grau de cumprimento e os desvios de cada indicador.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
23-06	Execução de atividades no âmbito institucional e organizacional	Coordenar e realizar tarefas de carácter abrangente para o serviço tendo presente uma política de transversalidade interna de assuntos, bem como preparar apresentações, discursos, dissertações sobre as temáticas que envolvem a Defesa Nacional (DN) e as Forças Armadas	Divulgação de informação relevante sobre a DGRDN e a DN, e ainda a proveniente de Organismos da AP, meios de comunicação social e outros com importância para a DGRDN Apoiar o DG em intervenções, apresentações e palestras na área da DN

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
<ol style="list-style-type: none"> Apoiar a DGRDN na elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (estudos, mapas, cronogramas, organogramas, estatísticas e outros) Colaborar e atuar em processos internos e/ou externos para que seja solicitado Participar na coordenação e organização de informação relevante para a Direção (apresentações, intervenções e outros) Distribuir informação 	Atividade periódica	CAT/DIV	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Apoio ao Diretor-Geral na preparação de documentos (intervenções, dissertações, apresentações) a realizar nas várias Instituições e outros, sobre diversas temáticas como “Os Recursos da Defesa Nacional” – Instituto de Defesa Nacional; o “Estatuto Militar das Forças Armadas” - na Faculdade de Direito de Lisboa; e ainda no âmbito das “Políticas de Pessoal para a Defesa Nacional” – no Instituto Universitário Militar.

Análise, preparação e continuação da elaboração de um estudo sobre os vários Instrumentos de Gestão na Função Pública, promovendo a sua aplicabilidade junto da Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, por forma a acompanhar o seu desempenho e crescimento.

Atividades e Projetos não previstos

Elaboração do documento “Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho da DGRDN 2020” composto com a participação e colaboração das unidades orgânicas do serviço.

Programa 24



Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)

*Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das
Forças de Segurança*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
24-01	Atividades do SARFAFS em Portugal	Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS em Portugal	Realização de encontros, conferências, retiros, peregrinações, cursos de formação, campanhas de solidariedade e outros	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CIN	

RESULTADOS

Conforme transcrito em 24-01 atividades previstas para o ano de 2021. Devido à situação pandémica COVID-19, vimo-nos obrigados a cancelar a maioria das nossas atividades, no entanto foram realizadas algumas atividades tais como visitas aos HFAR em Lisboa e Porto, bem como visita ao Estabelecimento Prisional Militar, realização de encontro de cadetes dos vários ramos e Forças de Segurança. Realização do I Curso de Promoção a Capitão para Capelães Militares e dos XLV e XLVI Curso de Capelães Militares. Participação ainda em encontros para a preparação para a Jornadas Mundiais da Juventude 2023 Lisboa, Participação em encontro nacional em Fátima da Comissão Diocesana de Proteção de Menores e Pessoas Vulneráveis. Foi ainda criada uma Equipa Coordenador para o caminho Sinodal tendo em vista o Sínodo dos Bispos em 2023. Realização de uma formação on-line, sob a Fraternidade Universal no contexto da globalização tendo como base o documento do Santo Padre “ Fratelli Tutti”. Realizou-se ainda uma Via-Sacra on-line coma participação dos ramos das Forças Armadas e pelas Forças de Segurança. Foi levada a cabo uma campanha de solidariedade durante o tempo da quaresma onde foram colhidos fundos que vieram a ser entregues a quando da visita de Dom Rui Valério à Republica Centro Africana.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
24-02	Atividade internacional do SARFAFS	Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS no estrangeiro	Participação em peregrinações, encontros e reuniões de âmbito internacional

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CII	

RESULTADOS

De acordo com o apresentado em 24-02, reflete as atividades previstas para o ano de 2021 pela SARFAFS. Devido à situação pandémica COVID-19, vimo-nos obrigados a cancelar a maioria das nossas atividades, no entanto foi ainda realizada uma reunião via ZOOM por parte do Chefe de Delegação e Chefe de Delegação Adjunto de Portugal para a Peregrinação Militar a Lourdes. Foi ainda levada a cabo uma visita pastoral por Dom Rui Valério, às Forças Destacadas na Republica Centro Africana. Participação pelos Chefe de Delegação e Chefe de Delegação Adjunto de Portugal para a Peregrinação Militar a Lourdes na Reunião Preparatória para a LXII Peregrinação Militar a Lurdes, que se realizou em Zurique de 3 a 7 de outubro.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
24-03	Atividades editoriais do SARFAFS	Apoiar a publicação de edições do SARFAFS, nomeadamente o Jornal Centurião	Publicação do jornal "O Centurião", divulgação de atividades, elaboração de cartazes, produção de desdobráveis e outros. Além disso, manutenção e atualização do domínio e «website» do Ordinariato

Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	DIV	

RESULTADOS

Conforme ponto 24-03, e muito a pesar da situação pandémica como anteriormente foi referido, esta SARFAFS ainda editou o Jornal o Centurião, numa edição mais reduzida. Continuamos a edição e atualização da página website "Ordinariato Castrense".

Atividades e Projetos não previstos

Nada a referir

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 25



Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
25-01	Competições desportivas Nacionais Militares	Estimular a prática de atividade física e promover o culto da camaradagem entre os elementos dos ramos das Forças Armadas e Forças de Segurança, planeando e coordenando a realização de competições desportivas Nacionais Militares, em diversificadas modalidades desportivas.	Fomentar a amizade, camaradagem e espírito de corpo aliados ao desenvolvimento de uma cultura de prática desportiva. Potenciar um elevado índice competitivo e técnico que permita a constituição de seleções Nacionais Militares.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	1. <i>Military Running Challenge 2021</i> , 22 de maio, Linhas de Torres Vedras	Atividade corrente	CIN	Ramos/FSeg
	2. II Campeonato Nacional Militar de BTT, 9 e 10 de setembro, Complexo Desportivo do Jamor e Escola da Guarda (Guarda Nacional Republicana)			
	3. Torneio Nacional Militar de Voleibol de Praia, 29 de setembro a 1 de outubro, (Força Aérea)			
	4. II Campeonato Nacional Militar de Triatlo, 16 de outubro, Portimão			
	5. LI Campeonato Nacional Militar de Tiro, 19 a 22 de outubro, no Complexo Desportivo do Jamor e UEP (Polícia de Segurança Pública)			

6. XXXV Campeonato Nacional Militar de Futsal, 26 a 29 de outubro, (Exército)
7. IV Campeonato Nacional Militar de Corrida de Estrada, Corrida Dia Internacional do Desporto Militar, I Evento Nacional de Desporto Adaptado Militar, 4 e 5 de novembro, (Marinha)
8. XLIII Campeonato Nacional Militar de Orientação, 17 a 19 de novembro (Guarda Nacional Republicana)
9. XLIII Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato, 25 e 26 de novembro (Força Aérea)

RESULTADOS

Military Running Challenge 2021, coorganizado pela CEFDM, Linhas de Torres Vedras, 22 de maio, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

II Campeonato Nacional Militar de BTT, organizado Guarda nacional Republicana, através da Escola da Guarda, dia 9 e 10 de setembro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

Torneio Nacional Militar de Voleibol de Praia, organizado pela Força Aérea, no Aeródromo de Manobra Nº1 (Ovar), com a participação da Força Aérea e Polícia de Segurança Pública.

II Campeonato Nacional Militar de Triatlo, organizado pela Federação de Triatlo de Portugal e CEFDM, em Portimão, dia 16 de outubro, com a participação do Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

LI Campeonato Nacional Militar de Tiro, organizado pela Polícia de Segurança Pública, na Unidade Especial de Polícia e Complexo Desportivo do Jamor, 19 a 22 de outubro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

XXXV Campeonato Nacional Militar de Futsal, organizado pelo Exército, Escola das Armas, Mafra, 26 a 29 de outubro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, e Polícia de Segurança Pública.

IV Campeonato Nacional Militar de Corrida de Estrada, Corrida Dia Internacional do Desporto Militar, I Evento Nacional de Desporto Adaptado Militar, organizado pela Marinha, Centro de Educação Física da Armada, Alfeite, 4 e 5 de novembro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

XLIII Campeonato Nacional Militar de Orientação, organizado pela Guarda Nacional Republicana, na Escola da Guarda (Centro de Formação da GNR da Figueira da Foz), Quaios, 17 a 19 de novembro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

XLIII Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato, organizado pela Força Aérea, na Academia da Força Aérea, 25 a 26 de novembro, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
25-02	Política Desportiva Militar	Continuar o estudo e elaboração de legislação e regulamentação que permita uma uniformização e consolidação do sistema desportivo militar, assim como promover a divulgação da Educação Física e Desporto Militar. Estudar e projetar sítio eletrónico dedicado ao desporto militar.	Uniformidade nas políticas desportivas e nos regulamentos desportivos, fomentando a evolução dos quadros e a modernização do desporto militar, assente numa estratégia coerente e sustentada de divulgação.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes
	Nada a referir.	Atividade corrente	CAT	Ramos

RESULTADOS

Consolidação dos regulamentos desportivos adstritos ao desporto militar assim como a elaboração e divulgação do Anuário da CEFDM como veículo promocional e de divulgação das competições desportivas militares.

Estudo, planeamento e projeção de um sítio eletrónico sobre a temática "Desporto Militar".

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
25-03	Competições Desportivas Mundiais de Desporto Militar	Promover o reforço da confiança e coesão no seio dos militares e polícias, potenciar o incremento da aptidão física e motivação, aumentar a atratividade do serviço militar, potenciar a interligação cultural, e proporcionar o contacto com elementos das Forças Armadas e forças de segurança de outros países, nomeadamente através da participação em Competições Desportivas Mundiais Militares realizadas sob a égide do CISM.	Fomentar o espírito cooperativo e de sã convivência entre as FA e FSeg dos diferentes países. Representar Portugal com dignidade e brio.	
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação	Parceiros intervenientes

Nada a referir.

Atividade
corrente

C

RESULTADOS

Atendendo ao quadro pandémico oficialmente declarado e consequentes medidas restritivas impostas a nível mundial, não se realizaram as competições internacionais que prevíamos organizar e ou participar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
25-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)	Coordenar a ação da delegação portuguesa junto do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM).	Manter a cooperação no âmbito das atribuições de um país membro do CISM.
	Subações	Tipo de Ação	Natureza da Ação
	Parceiros intervenientes		
1.	Participação na 76ª Assembleia Geral do CISM	Atividade corrente	CII

RESULTADOS

Participação da CEFDM, em representação nacional, na 76ª Assembleia Geral do CISM, realizada através de videoconferência, de 27 de junho a 1 de julho.

Não se realizou a Conferência Europeia 2021 do CISM.

Atividades e Projetos não previstos

Nada a referir.

Legenda (ver Glossário)

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Forma

ANEXOS

Execução Orçamental da DGRDN Siglas/Acrónimos/Abreviaturas Balanço Social

Execução Orçamental da DGRDN

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE RECEITA

ORÇAMENTO: 2021 Orçamento de Estado

SERVIÇO: 4394 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL

ORGÂNICA : 060010401 ATIVIDADES

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
007 005	99 99 98 99.99	311	10.159.760	Circular	1399	31/07/2020	INSTRUÇÕES PARA PREPARAÇÃO DO OE2021
007 095	99 99 98 99.99	311	20.000	Circular	1399	31/07/2020	INSTRUÇÕES PARA PREPARAÇÃO DO OE2021
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			10.179.760				
007 005	06 03 01 01.78	319	180.000.000	Decisão	1	27/08/2018	VENDA DE IMÓVEIS
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			180.000.000				
007 005	07 02 99 99.78	515	3.172.000	Decreto Regulamentar	8/2015	31/07/2015	ARTº 6º - RECEITAS - LEI ORGÂNICA DA DIREÇÃO GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL (DGRDN)
007 005	07 03 02 01.78	515	1.343.542	Decreto Regulamentar	8/2015	31/07/2015	ARTº 6º - RECEITAS - LEI ORGÂNICA DA DIREÇÃO GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL (DGRDN)
007 005	09 04 03 01.78	515	8.316.458	Decreto Regulamentar	8/2015	31/07/2015	ARTº 6º - RECEITAS - LEI ORGÂNICA DA DIREÇÃO GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL (DGRDN)
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			12.832.000				
007 005	06 03 01 01.78	541	1.005.557	Decisão	1	27/08/2018	VENDA DE IMÓVEIS
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			1.005.557				
TOTAL DA ORGÂNICA			204.017.317				

ORGÂNICA : 060010402 LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
007 007	15 01 01 99.06	311	2.000	Lei n.º	2/2019	17/06/2019	ARTº 8º - RECEITAS . LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR
007 007	99 99 98 99.99	311	141.558.000	Circular	1399	31/07/2020	INSTRUÇÕES PARA PREPARAÇÃO DO OE2021

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE RECEITA

ORÇAMENTO: 2021 Orçamento de Estado

SERVIÇO: 4394 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL

ORGÂNICA : 060010402 LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			141.560.000				

TOTAL DA ORGÂNICA 141.560.000

ORGÂNICA : 060010403 LEI DE INFRAESTRUTURAS MILITARES

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
007 007	10 03 01 01.78	541	22.000.000	Lei n.º	3/2019	03/09/2019	ARTº 15º - RECEITA - LEI DAS INFRAESTRUTURAS MILITARES - GESTÃO BENS IMÓVEIS
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			22.000.000				

TOTAL DA ORGÂNICA 22.000.000

ORGÂNICA : 060010404 RECEITA QUOTIZAÇÕES NATO DL 41575/1958 - A CONVERTER

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
007 005	06 09 05 01.78	515	12.295.522	Circular	1399	31/07/2020	INSTRUÇÕES PARA PREPARAÇÃO DO OE2021
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			12.295.522				

TOTAL DA ORGÂNICA 12.295.522

ORGÂNICA : 069500400 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL - PROJETOS

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
007 007	99 99 99 99.99	311	1.000.000	Circular	1399	31/07/2020	INSTRUÇÕES PARA PREPARAÇÃO DO OE2021

ORÇAMENTO DE ESTADO

ORÇAMENTO DE RECEITA

ORÇAMENTO: 2021 Orçamento de Estado

SERVIÇO: 4394 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL

ORGÂNICA : 069500400 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL - PROJETOS

Prog/Med	Económica	Fonte	Aprovado	Diploma	Num. Diploma	Data Diploma	Descrição Diploma
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO			1.000.000				
TOTAL DA ORGÂNICA			1.000.000				
TOTAL DO SERVIÇO			380.872.839				

2020/09/01

Pág. 1 de 6

ORÇAMENTO: 2021 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 4394 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL
ORGÂNICA : 060010401 ATIVIDADES

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
007	005	0250	01 01 03	00.00	256	0000.00000	311	2.901.086	2.901.086
007	005	0250	01 01 09	00.00	256	0000.00000	311	1.852.718	1.852.718
007	005	0250	01 01 11	00.00	256	0000.00000	311	105.728	105.728
007	005	0250	01 01 12	00.00	256	0000.00000	311	538.057	538.057
007	005	0250	01 01 13	00.00	256	0000.00000	311	228.599	228.599
007	005	0250	01 01 14	SF.00	256	0000.00000	311	397.400	397.400
007	005	0250	01 01 14	SN.00	256	0000.00000	311	397.400	397.400
007	005	0250	01 02 02	00.00	256	0000.00000	311	9.622	9.622
007	005	0250	01 02 03	00.00	256	0000.00000	311	69.130	69.130
007	005	0250	01 02 04	00.00	256	0000.00000	311	91.564	91.564
007	005	0250	01 02 05	00.00	256	0000.00000	311	2.436	2.436
007	005	0250	01 02 08	00.00	256	0000.00000	311	108.058	108.058
007	005	0250	01 02 14	00.00	256	0000.00000	311	10.000	10.000
007	005	0250	01 03 03	00.00	256	0000.00000	311	6.393	6.393
007	005	0250	01 03 05	A0.A0	256	0000.00000	311	1.051.648	1.051.648
007	005	0250	01 03 05	A0.B0	256	0000.00000	311	249.562	249.562
007	005	0250	02 01 02	00.00	256	0000.00000	311	50.000	50.000
007	005	0250	02 01 04	00.00	256	0000.00000	311	7.500	7.500
007	005	0250	02 01 07	00.00	256	0000.00000	311	800	800
007	005	0250	02 01 08	A0.00	256	0000.00000	311	10.000	10.000
007	005	0250	02 01 08	B0.00	256	0000.00000	311	7.500	7.500
007	005	0250	02 01 08	C0.00	256	0000.00000	311	2.500	2.500
007	005	0250	02 01 15	00.00	256	0000.00000	311	19.000	19.000
007	005	0250	02 01 18	00.00	256	0000.00000	311	500	500
007	005	0250	02 01 21	00.00	256	0000.00000	311	23.000	23.000
007	005	0250	02 02 02	00.00	256	0000.00000	311	90.000	90.000
007	005	0250	02 02 03	00.00	256	0000.00000	311	26.000	26.000
007	005	0250	02 02 06	00.00	256	0000.00000	311	28.800	28.800
007	005	0250	02 02 08	00.00	256	0000.00000	311	12.000	12.000

2020/09/01

Pág. 2 de 6

ORÇAMENTO: 2021 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 4394 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL
ORGÂNICA : 060010401 ATIVIDADES

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
007	005	0250	02 02 09	A0.00	256	0000.00000	311	5.000	5.000
007	005	0250	02 02 09	B0.00	256	0000.00000	311	5.000	5.000
007	005	0250	02 02 09	C0.00	256	0000.00000	311	15.000	15.000
007	005	0250	02 02 09	D0.00	256	0000.00000	311	15.000	15.000
007	005	0250	02 02 09	F0.00	256	0000.00000	311	50.000	50.000
007	005	0250	02 02 10	00.00	256	0000.00000	311	25.000	25.000
007	005	0250	02 02 11	00.00	256	0000.00000	311	13.000	13.000
007	005	0250	02 02 12	B0.00	256	0000.00000	311	5.400	5.400
007	005	0250	02 02 13	00.00	256	0000.00000	311	160.000	160.000
007	005	0250	02 02 14	B0.00	256	0000.00000	311	93.750	93.750
007	005	0250	02 02 15	B0.00	256	0000.00000	311	15.000	15.000
007	005	0250	02 02 16	00.00	256	0000.00000	311	15.000	15.000
007	005	0250	02 02 17	B0.A0	256	0000.00000	311	2.000	2.000
007	005	0250	02 02 18	00.00	256	0000.00000	311	42.000	42.000
007	005	0250	02 02 19	A0.B0	256	0000.00000	311	50.000	50.000
007	005	0250	02 02 20	A0.C0	256	0000.00000	311	33.000	33.000
007	005	0250	02 02 25	00.00	256	0000.00000	311	32.000	32.000
007	005	0250	04 03 05	00.00	256	0000.00000	311	300.000	300.000
007	005	0250	04 07 01	00.00	256	0000.00000	311	814.009	814.009
007	005	0250	04 09 03	00.00	256	0000.00000	311	57.600	57.600
007	005	0250	07 01 07	A0.C0	256	0000.00000	311	60.000	60.000
007	005	0250	07 01 08	A0.B0	256	0000.00000	311	25.000	25.000
007	005	0250	07 01 09	A0.B0	256	0000.00000	311	15.000	15.000
007	005	0250	07 01 10	A0.B0	256	0000.00000	311	15.000	15.000
007	095	0250	02 01 21	00.00	256	0000.00000	311	20.000	20.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								10.179.760	10.179.760
007	005	0250	02 02 04	A0.00	244	0000.00000	319	180.000.000	180.000.000

2020/09/01

Pág. 3 de 6

ORÇAMENTO: 2021 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 4394 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL
ORGÂNICA : 060010401 ATIVIDADES

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								180.000.000	180.000.000
007	005	0250	01 02 04	00.00	258	0000.00000	515	20.000	20.000
007	005	0250	01 02 04	00.00	244	0000.00000	515	10.000	10.000
007	005	0250	02 01 02	00.00	258	0000.00000	515	5.000	5.000
007	005	0250	02 01 21	00.00	258	0000.00000	515	15.000	15.000
007	005	0250	02 02 03	00.00	258	0000.00000	515	500.000	500.000
007	005	0250	02 02 03	00.00	244	0000.00000	515	1.220.000	1.220.000
007	005	0250	02 02 04	A0.00	244	0000.00000	515	400.000	400.000
007	005	0250	02 02 10	00.00	258	0000.00000	515	5.000	5.000
007	005	0250	02 02 11	00.00	258	0000.00000	515	5.000	5.000
007	005	0250	02 02 13	00.00	258	0000.00000	515	65.000	65.000
007	005	0250	02 02 13	00.00	244	0000.00000	515	20.000	20.000
007	005	0250	02 02 14	D0.00	258	0000.00000	515	100.000	100.000
007	005	0250	02 02 14	D0.00	244	0000.00000	515	200.000	200.000
007	005	0250	02 02 17	B0.A0	244	0000.00000	515	10.000	10.000
007	005	0250	02 02 20	A0.C0	244	0000.00000	515	200.000	200.000
007	005	0250	02 02 20	A0.C0	258	0000.00000	515	1.000.000	1.000.000
007	005	0250	02 02 25	00.00	244	0000.00000	515	100.000	100.000
007	005	0250	02 02 25	00.00	258	0000.00000	515	40.000	40.000
007	005	0250	06 02 01	00.00	258	0000.00000	515	200.000	200.000
007	005	0250	06 02 03	R0.00	957	0000.00000	515	628.188	628.188
007	005	0250	07 01 07	A0.C0	258	0000.00000	515	5.000	5.000
007	005	0250	07 01 09	A0.B0	258	0000.00000	515	12.000	12.000
007	005	0250	07 01 10	A0.B0	258	0000.00000	515	200.000	200.000
007	005	0250	07 01 14	00.00	258	0000.00000	515	1.000.000	1.000.000
007	005	0250	07 01 14	00.00	244	0000.00000	515	6.871.812	6.871.812
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								12.832.000	12.832.000
007	005	0250	07 01 14	00.00	244	0000.00000	541	1.005.557	1.005.557

2020/09/01

Pág. 4 de 6

ORÇAMENTO: 2021 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 4394 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL
ORGÂNICA : 060010401 ATIVIDADES

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								1.005.557	1.005.557

TOTAL DA ORGÂNICA								204.017.317	204.017.317
ORGÂNICA : 060010402 LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR									

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
007	007	0210	01 02 04	00.00	125	00000.00000	311	180.000	180.000
007	007	0210	02 01 02	00.00	125	00000.00000	311	2.000	2.000
007	007	0210	02 02 07	00.00	125	00000.00000	311	32.669.000	32.669.000
007	007	0210	02 02 09	F0.00	125	00000.00000	311	1.585.080	1.585.080
007	007	0210	02 02 10	00.00	125	00000.00000	311	10.000	10.000
007	007	0210	02 02 11	00.00	125	00000.00000	311	20.000	20.000
007	007	0210	02 02 13	00.00	125	00000.00000	311	534.000	534.000
007	007	0210	02 02 14	D0.00	125	00000.00000	311	200.000	200.000
007	007	0210	02 02 15	B0.00	125	00000.00000	311	50.000	50.000
007	007	0210	02 02 19	A0.B0	125	00000.00000	311	141.000	141.000
007	007	0210	02 02 20	A0.C0	125	00000.00000	311	29.436.566	29.436.566
007	007	0210	04 07 01	00.00	125	00000.00000	311	50.000	50.000
007	007	0210	04 09 03	00.00	125	00000.00000	311	2.880.920	2.880.920
007	007	0210	07 01 14	00.00	125	00000.00000	311	73.799.434	73.799.434
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								141.558.000	141.558.000

TOTAL DA ORGÂNICA								141.558.000	141.558.000
ORGÂNICA : 060010403 LEI DE INFRAESTRUTURAS MILITARES									

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
----------	--------	-----------	-----------	---------	------------	----------	------------	----------	----------

2020/09/01

Pág. 5 de 6

ORÇAMENTO: 2021 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 4394 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL
ORGÂNICA : 060010403 LEI DE INFRAESTRUTURAS MILITARES

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
007	007	0210	07 01 14	00.00	125	00000.00000	541	1.078.750	1.078.750
007	007	0210	08 03 01	00.00	125	00000.00000	541	20.921.250	20.921.250
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								22.000.000	22.000.000

TOTAL DA ORGÂNICA								22.000.000	22.000.000
ORGÂNICA : 060010404 RECEITA QUOTIZAÇÕES NATO DL 41575/1958 - A CONVERTER									

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
007	005	0250	01 02 04	00.00	236	00000.00000	515	20.000	20.000
007	005	0250	02 01 15	00.00	236	00000.00000	515	1.000	1.000
007	005	0250	02 02 10	00.00	236	00000.00000	515	2.000	2.000
007	005	0250	02 02 11	00.00	236	00000.00000	515	8.000	8.000
007	005	0250	02 02 13	00.00	236	00000.00000	515	50.000	50.000
007	005	0250	02 02 14	D0.00	236	00000.00000	515	100.000	100.000
007	005	0250	02 02 15	B0.00	236	00000.00000	515	25.000	25.000
007	005	0250	02 02 16	00.00	236	00000.00000	515	8.610	8.610
007	005	0250	02 02 17	B0.A0	236	00000.00000	515	2.500	2.500
007	005	0250	02 02 20	A0.C0	236	00000.00000	515	400.000	400.000
007	005	0250	02 02 25	00.00	236	00000.00000	515	20.000	20.000
007	005	0250	07 01 14	00.00	236	00000.00000	515	11.658.412	11.658.412
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								12.295.522	12.295.522

TOTAL DA ORGÂNICA								12.295.522	12.295.522
ORGÂNICA : 069500400 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL - PROJETOS									

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
----------	--------	-----------	-----------	---------	------------	----------	------------	----------	----------

2020/09/01

Pág. 6 de 6

ORÇAMENTO: 2021 Orçamento de Estado
SERVIÇO: 4394 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL
ORGÂNICA : 069500400 DIRECÇÃO-GERAL DE RECURSOS DA DEFESA NACIONAL - PROJETOS

PROGRAMA	MEDIDA	FUNCIONAL	ECONÓMICA	RUBRICA	ACTIVIDADE	PROJECTO	FONTE FIN.	PROPOSTO	APROVADO
007	007	0210	01 02 04	00.00	000	06710.00001	311	4.000	4.000
007	007	0210	02 01 02	00.00	000	06710.00001	311	500	500
007	007	0210	02 02 03	00.00	000	06710.00001	311	50.000	50.000
007	007	0210	02 02 10	00.00	000	06710.00001	311	500	500
007	007	0210	02 02 13	00.00	000	06710.00001	311	10.000	10.000
007	007	0210	07 01 10	A0.B0	000	06710.00001	311	935.000	935.000
TOTAL DA FONTE FINANCIAMENTO								1.000.000	1.000.000
TOTAL DA ORGÂNICA								1.000.000	1.000.000
TOTAL DO SERVIÇO								380.870.839	380.870.839

Siglas/Acrónimos/Abreviaturas

SIGLAS/ACRÓNIMOS/ABREVIATURAS**DESCRIÇÃO****Estrutura orgânica da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)**

CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
DADAQ	Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade
DAE	Divisão de Assuntos Estatutários
DASADMAC	Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes
DDM	Divisão dos Deveres Militares
DEQ	Divisão de Ensino e Qualificação
DGFP	Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial
DGPE	Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico
DGRHA	Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio
DIE	Divisão de Infraestruturas
DIL	Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento
DIRP	Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional
DNC	Divisão de Normalização e Catalogação
DPP	Divisão de Planeamento e Programação
DPTM	Divisão de Património e Turismo Militar
DREM	Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares
DSAE	Direção de Serviços de Armamento e Equipamento
DSAEEQ	Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação
DSGFA	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio
DSIP	Direção de Serviços de Infraestruturas e Património
DSM	Divisão de Saúde Militar
DSPSM	Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar
DSQA	Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente
DSSMAS	Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais
GAT	Gabinete de Assessoria Técnica ao DG
GCD (equipa multidisciplinar)	Gabinete de Contratação da Defesa
SARFAFS	Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Outras Siglas/Acrónimos/Abreviaturas utilizadas

AA	Avaliação e Análise
A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AMN	Autoridade Marítima Nacional
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APL	Apoio Logístico

AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
BA 4	Base Aérea Nº 4 (Açores)
BTID	Base Tecnológica e Industrial de Defesa
BUD	Balcão Único da Defesa (DGRDN)
CANEC	Comissão de Acompanhamento da Nova Estrutura de Comandos (NATO)
CAT	Conceção e Apoio Técnico
CBRNMedWG	Chemical, Biological, Radiation and Nuclear Medical Working Group
CCAAC	Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes
CCADFA	Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CII	Cooperação Institucional Internacional
CIMM	Comité Internacional da Medicina Militar
CIN	Cooperação Institucional Nacional
CIOFE	Centro de Informação e Orientação para a Formação e o Emprego (DGRDN)
CIRIS	Sistema de Informação de Programas de Investimento da NATO
CISM	Conselho Internacional de Desporto Militar
CISMIL (EMGFA)	Centro de Informações e Segurança Militares
CM	Colégio Militar
CMO	Câmara Municipal de Oeiras
CNA	Comissão Nacional de Acompanhamento (antigos combatentes)
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
CNRIPD	Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
COARM	Grupo de Trabalho da União Europeia sobre Exportações de Armas Convencionais
COMEDS	Committee of the Chiefs of Military Medical Services
CON	Consultadoria
CORG	Código da Organização
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS	Committee for Standardization
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DEL NATO	Delegação Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte
DFA	Deficiente das Forças Armadas
DDN	Dia da Defesa Nacional
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPE	Direção-Geral de Política Externa
DGPDN	Direção-Geral de Política da Defesa Nacional
DGS	Direção-Geral de Saúde
DGT	Direção-Geral do Território
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DIRSAM (EMGFA)	Direção de Saúde Militar
DIV	Divulgação

ECAA	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional
ECQDN	Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional
EDA	European Defense Agency
EDP	Energias de Portugal
EINATO	Estação Ibéria NATO
EMAS	Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria
EMEs	Estabelecimentos Militares de Ensino
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
ENDEF	Estratégia Nacional para a Deficiência
ENSR	Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária
EPM	Enterprise Project Management
ES	Estatutária
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
ESSM	Escola Serviço Saúde Militar
FA	Forças Armadas
FOR	Formação
FSM (CPLP)	Fórum de Saúde Militar da CPLP
GQAR	Governmental Quality Assurance Representative
GGQ	Garantia Governamental da Qualidade
HFAR	Hospital das Forças Armadas
IASFA	Instituto de Ação Social das Forças Armadas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IdD	Indústrias de Defesa
ID&I (Defesa)	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IDN	Instituto de Defesa Nacional
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
JMC	Joint Maintenance Committe
LEAN (Técnicas)	Utilização na organização das melhores práticas de aperfeiçoamento contínuo e de eliminação de desperdício visando uma otimização de serviços e obtenção da melhor eficiência
LIM	Lei das Infraestruturas Militares
LPM	Lei de Programação Militar
LSM	Lei do Serviço Militar
LTFP	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
MAI	Ministério da Administração Interna
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Educação
MEDSTDWG	Medical Standardization Working Group
MEF	Macroestrutura Funcional (interoperabilidade semântica na Administração Pública – DGLAB)
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MSG	Ad Hoc EDA Materiel Standardization Group

MSHT	Materiel Standardization Harmonization Team
NATO (OTAN)	North Atlantic Treaty Organization / Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN)
NATO AC/135	NATO Allied Committee 135 (Catalogação)
NATO ACodP-1	NATO Allied Codification Publication No. 1
NATO AQAP	Allied Quality Assurance Publications
NATO NCIA	NATO Communications and Information Agency
NCB	National Codification Bureaux (NATO)
NCGP	NATO Committee on Gender Perspectives
NCISS	NATO Communications and Information Systems School
NSIP	NATO Security Investment Programme
NSPA	NATO Support and Procurement Agency
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OCRD	Órgão Central de Recrutamento e Divulgação
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Plano de Ação Ambiental (da Diretiva Ambiental)
PADM	Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares
PCB	Bifenilos Policlorados (produtos químicos incluídos no Inventário Nacional de PCB – Agência Portuguesa do Ambiente)
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PJM	Policia Judiciária Militar
PME	Plano Mensal de Execução
PNA (RCSNU)	Plano Nacional de Ação para implementação da RCSNU 1325
POL NATO	Depósitos (combustíveis)
PPCACDFA	Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas
QNQ	Quadro Nacional de Qualificações
QP	Quadros Permanentes
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RC	Regime de Contrato
RCSNU	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325
REACH	Registo, Avaliação e Autorização de Substâncias Químicas
REPER EU	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
RETURNMIL	Rede de Turismo Militar
RIPSM	Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar
RNA	Rede Nacional de Apoio (antigos combatentes)
RV	Regime de Voluntariado
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Sistema Nacional de)
SCEP	Sistema Central de Encargos Plurianuais (DGO)
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SICAD (MS)	Serviço de Intervenção de Comportamentos Aditivos e Dependências
SIGDN	Sistema Integrado de Gestão da Defesa
SIIE	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
SINAVE	Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica
SIOE	Sistema de Informação da Organização do Estado
SIPI	Sistema de Informação dos Projetos de Investimento (DGO)
SIPORG	Sistema Informático para Operações de Recrutamento Geral
SMG	Standardization Management Group
SNPC	Serviço Nacional de Proteção Civil
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
SSM	Sistema de Saúde Militar
STANAG	Standardization Agreement
TC	Tribunal de Contas
TM	Turismo Militar
UE	União Europeia
UEFISM	Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar
U/E/O	Unidade/Estabelecimento/Órgão
UMT (EMGFA)	Unidade Militar de Toxicologia
UNL/FCT	Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências e Tecnologia
UO	Unidade Orgânica
UTITA (EMGFA)	Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependência e Alcoolismo
ZAA	Zona Aérea dos Açores

Balanço Social

BALANÇO SOCIAL

2021

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL

Ficha Técnica

Título – Balanço Social 2021 da DGRDN

Data de finalização – março de 2022

Coordenação – Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio
Área dos Instrumentos de Gestão

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira, 1 – 2º Piso 1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3028500

Fax: (21)3027221

E-mail: dgrdn@defesa.pt

URL: <http://www.portugal.gov.pt>

INDICE

Nota de apresentação ... 3

RECURSOS HUMANOS

EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA ... 4

ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE ... 8

ESTRUTURA HABILITACIONAL ... 9

MOBILIDADE DO PESSOAL ... 10

MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE ... 12

REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL ... 14

HIGIENE E SEGURANÇA ... 15

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ... 16

RELAÇÕES PROFISSIONAIS ... 17

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN ... 18

Anexos

Anexo 1 – Índices de Gestão de Pessoal ... 19

Anexo 2 – Formulário/Mapas anexos ao DL n° 190/96, de 9 de outubro ... 22

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O Balanço Social assume-se como instrumento de gestão anual na área dos recursos humanos, visando contribuir para uma melhor gestão dos efetivos que asseguram o trabalho desenvolvido nesta Direção-geral.

A informação constante deste documento reporta ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro do ano 2021. São apresentados quadros e gráficos acompanhados de uma breve análise onde se evidenciam os aspetos mais relevantes do desenvolvimento do capital humano da Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional.

Os indicadores obtidos evidenciam a estratégia de investimento no capital humano, refletido na qualidade de desempenho das pessoas, prevendo-se um aumento do potencial da *performance* individual e coletiva, sendo de salientar:

- Foi dada a possibilidade de acesso a todos/as os/as trabalhadores/as à formação profissional, a perspetiva da sua valorização e aumento da motivação;
- Foram promovidas melhorias nas instalações e equipamentos de trabalho (condições de trabalho);
- Foi melhorado o controlo da assiduidade dos/as trabalhadores/as;
- Foram melhoradas as ferramentas de gestão e otimizados os encargos com pessoal, de acordo com as necessidades de funcionamento.

O Diretor-Geral

Vasco Manuel
Dias Costa
Hilário
Vasco Hilário

Assinado de forma digital
por Vasco Manuel Dias
Costa Hilário
Dados: 2022.10.24 15:05:47
+01'00'

**RECURSOS HUMANOS
EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA**

A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) tinha ao seu serviço, em 31 de dezembro de 2021, **276 trabalhadores** compreendendo **53,3 % de pessoal civil** e **46,7% de pessoal militar** (Figura 1).

Na **divisão por género**, 174 trabalhadores eram homens e 102 mulheres, correspondendo mutuamente a uma **taxa de masculinização** de **63%** (65 civis: 37,4%, e 109 militares: 62,6%) e **taxa de feminização** de **37%** (82 civis: 80,4%, e 20 militares: 19,6%) (Gráfico 1) (detalhe em Anexo 2, quadro 1).

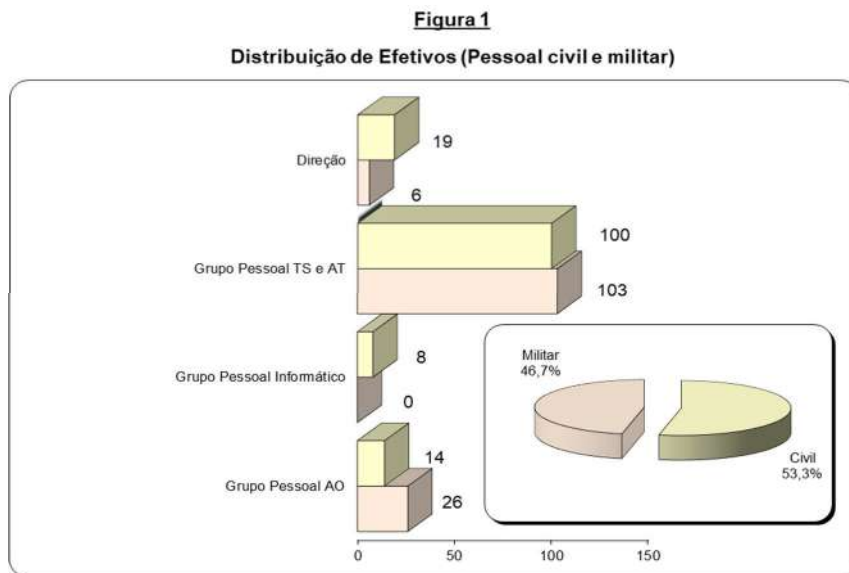
Dados
Retrospectivos

2017
255

2018
258

2019
256

2020
259



Grupos/Cargos/Carreiras	Pessoal Civil			Pessoal Militar/Militarizado					TOTAL	
	DGRDN	Outros	SubTOT	MAR	EXE	FAP	GNR	SubTOT		
Direção superior	3		3					0	3	1,1%
Direção intermédia	16		16	2	3	1		6	22	8,0%
Direção	19	0	19	2	3	1	0	6	25	9,1%
Técnico superior	74		74	10	16	16		42	116	42,0%
Assistente técnico	26		26	17	25	19		61	87	31,5%
Grupo Pessoal TS e AT	100	0	100	27	41	35	0	103	203	73,6%
Informático	8		8					0	8	2,9%
Grupo Pessoal Informático	8	0	8	0	0	0	0	0	8	2,9%
Assistente operacional	14		14	15	9	2		26	40	14,5%
Grupo Pessoal AO	14	0	14	15	9	2	0	26	40	14,5%
Total	141		147	44	53	38	0	129	276	100%
%	51,1%	0,0%	53,3%	15,9%	19,2%	13,8%	0,0%	46,7%	100%	

Considerando a **distribuição dos trabalhadores por grupos profissionais** (Figura 1) ocupavam cargos de direção superior e intermédia 25 dirigentes (9%). O grupo de pessoal Técnico Superior e Assistente Técnico compreende 203 trabalhadores (73,5%) (incluindo os militares com estatuto equivalente); o grupo de pessoal Informático perfaz 8 efetivos (2,9%) e o grupo de pessoal Assistente Operacional, 40 trabalhadores (14,4%) (incluindo militares com funções semelhantes)¹.

A repartição profissional transversal à análise do grupo/cargo/carreira (detalhe em Anexo 2, quadro 1), distribui o pessoal da DGRDN, resultando nas seguintes **taxas de pessoal**:

- dirigente superior 1º grau – 1 (0,4%)
- dirigente superior 2º grau – 2 (0,7%)
- dirigente intermédio 1º grau – 7 (2,5%)
- dirigente intermédio 2º grau – 15 (5,4%)
- técnico superior – 74 (26,8%)
- assistente técnico – 26 (9,4%)
- assistente operacional – 14 (5%)
- informático – 8 (2,9%)
- forças armadas/oficiais, sargentos, praças (excluindo dirigentes) – 129 (46,7%)

O **índice de enquadramento** (exercício de funções dirigentes) foi de **9,1%** (Gráfico 1). O **enquadramento feminino** (face ao nº total de trabalhadores) representava 3,9% (considerando exclusivamente o grupo dirigente – 36,96%).

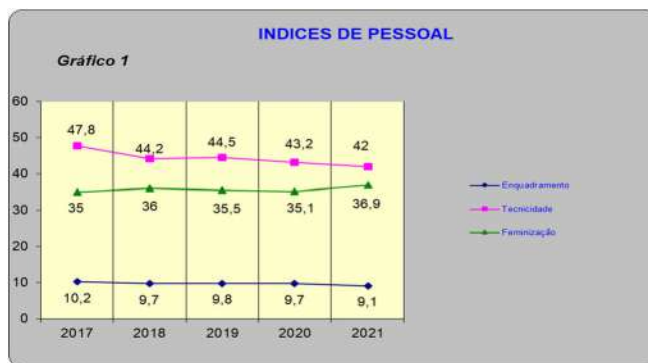
O **índice de tecnicidade** (sentido restrito) obtido (**42%**), inclui os trabalhadores na carreira técnica superior e militares equivalentes no exercício de funções idênticas (Gráfico 1).

Segundo a **modalidade de vinculação** apresentam-se abaixo as **taxas de pessoal** seguintes (distribuição dos efetivos):

- Nomeação definitiva – 97 (35,1%)
- Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – 122 (44,2%)
- Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo – 32 (11,5%)
- Comissão de Serviço no âmbito da LTFP – 25 (9%)

Anota-se que a Direção-geral tinha em exercício de funções 4 trabalhadores com deficiência (3 técnicos superiores e 1 assistente técnico) (Anexo 2, quadro 6).

¹ Foram integrados no quadro da Figura 1 como exercendo funções de TS, AT e AO, 1 oficial, 15 sargentos e 7 praças, provenientes da Estação Ibéria NATO (IENATO) como desempenhando as correspondentes competências de TS, AT e AO, apesar das funções cumpridas serem de carácter militar.



A divisão dos recursos humanos pela estrutura orgânica da DGRDN revela-se consolidada na Figura 2.

Excetuando a Direção (enquanto unidade orgânica), a Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar (DSPSM) integra o quantitativo mais elevado de efetivos (74; 26,8%), seguida pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA) (49; 17,7%) e em igual numero pelas Direções de Serviços Saúde Militar e Assuntos Sociais (DSSMAS) e a de Serviços de Infraestruturas e Património (DSIP) (25; 9%).

A DSGFA apresenta o maior número de trabalhadores dos grupos técnicos (28), seguido pela Direção de Serviços Saúde Militar e Assuntos Sociais (DSSMAS) (15) e pela Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar (DSPSM) (14). Os trabalhadores assistentes operacionais exercem funções quase exclusivamente na DSGFA (11).

Figura 2
Distribuição de Efetivos pela Estrutura Orgânica

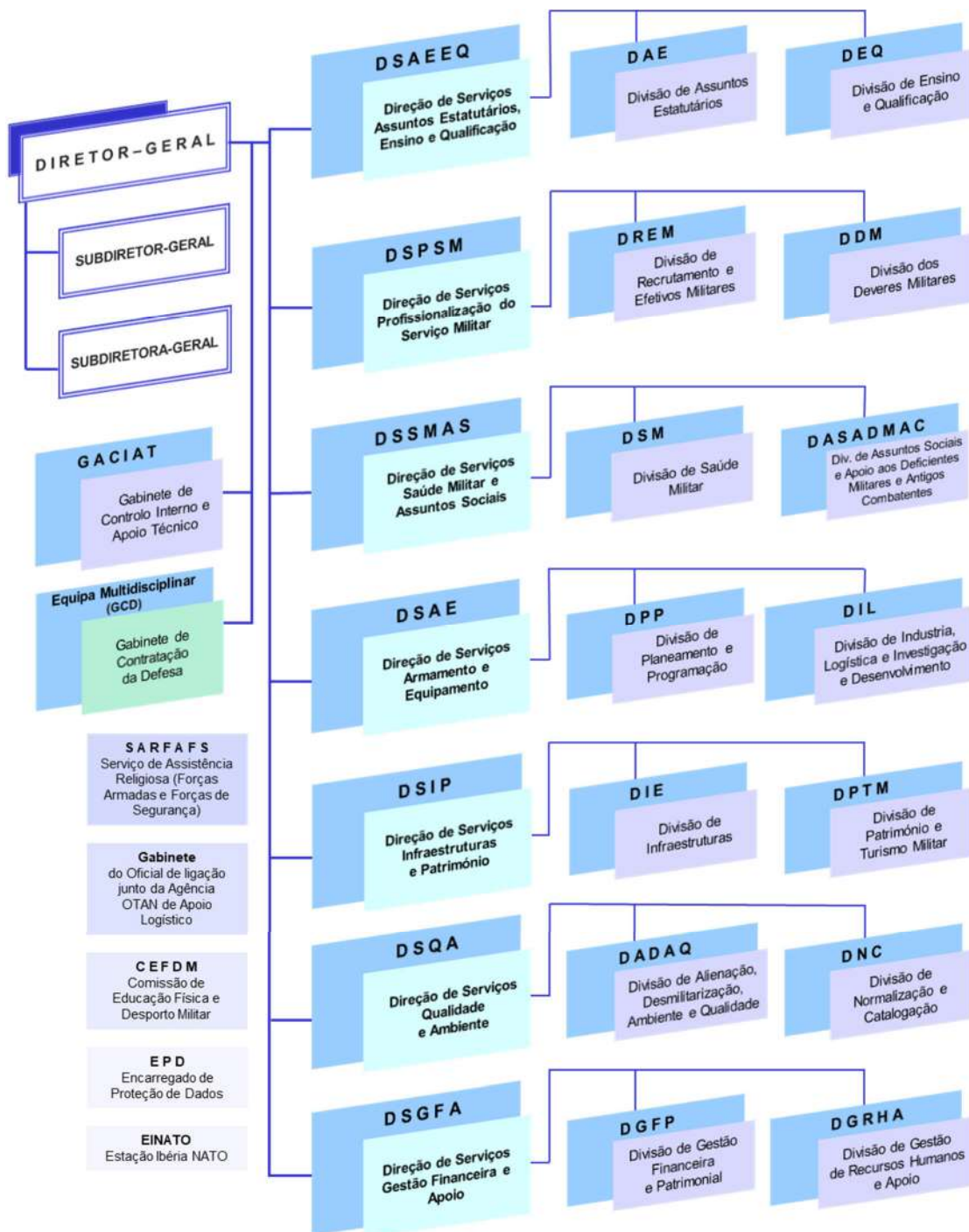
Grupos/Cargos/Carreiras	DIR (1)	DSAEQ	DSPSM	DSSMAS	DSAE	DSIP	DSQA	DSGFA	GabCiat	GCD	GABOTAN	SARFAFS	CEFDN	Total
Direção superior (2)	3													3
Direção intermédia (3)		3	3	3	3	3	3	3	1					22
Direção	3	3	3	3	3	3	3	3	1	0	0	0	0	25
Técnico superior		9	10	11	3	14	4	16	3	3		1		74
Assistente técnico	4		4	4			2	12						26
Grupo Pessoal TS e AT	4	9	14	15	3	14	6	28	3	3	0	1	0	100
Informático			1		1			6						8
Grupo Pessoal Informático	0	0	1	0	1	0	0	6	0	0	0	0	0	8
Assistente operacional	2					1		11						14
Grupo Pessoal AO	2	0	0	0	0	1	0	11	0	0	0	0	0	14
Oficiais			16	4	9	4	5				2		2	42
Sargentos	2		22	4	2	2	11	1			16	1		61
Praças			18								7	1		26
Grupo Pessoal Militar	2	0	56	8	11	6	16	1	0	0	25	2	2	129
Total	11	12	74	26	18	24	25	49	4	3	25	3	2	276

(1) Inclui 23 militares da EINATO (1 Oficial, 15 Sargentos, e 7 Praças)

(2) Inclui, militar oficial-general

(3) Inclui, militares oficiais superiores

Organograma da DGRDN

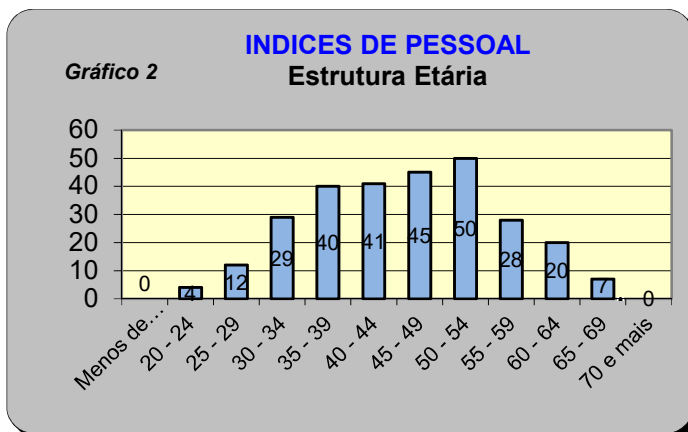


RECURSOS HUMANOS
ESTRUTURA ETÁRIA E ANTIGUIDADE

Atendendo à estrutura etária dos recursos humanos (detalhe em Anexo 2, quadro 2 e Gráfico 2) o indicador referente à **idade média** dos trabalhadores é de **46 anos**.

Por género, no **sexo masculino** a média de idades é de **44 anos** e do **sexo feminino** de **47 anos**.

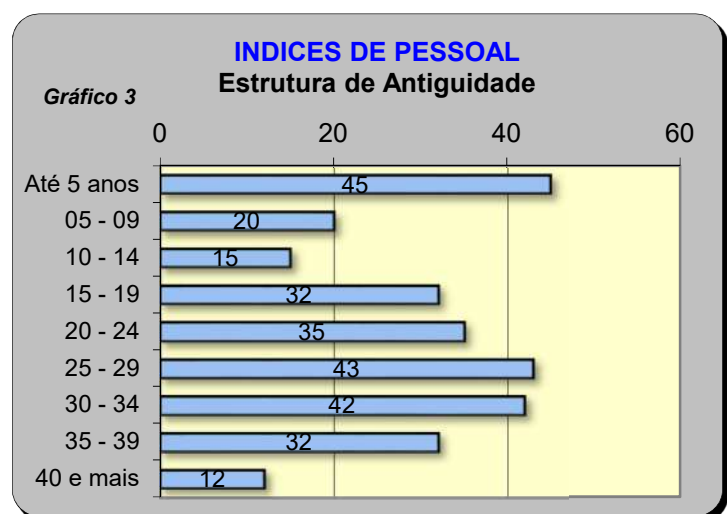
Assinala-se que o mais expressivo grupo etário se situa entre os 50-54 anos de idade (18%) sucedido pelo grupo entre os 45-49 (16%), do grupo de 40-44 anos (15%) e por ultimo o grupo entre os 35-39 (14%), totalizando assim 63% do pessoal da DGRDN.



A **taxa de emprego jovem** verificada no grupo etário inferior aos 25 anos é menor do que a apurada em 2021 (1,9%) situando-se em **1,4%** (Gráfico 2).

Na administração pública o nível médio de antiguidade dos trabalhadores da DGRDN mantém-se aproximadamente 21 anos (detalhe em Anexo 2, quadro 3 e Gráfico 3).

O grupo de pessoal de antiguidade no escalão até aos 5 anos revela-se como o mais significativo (16,3%), seguido do intervalo dos 25 aos 29 anos de serviço (15,6%) (Gráfico 3).



**RECURSOS HUMANOS
ESTRUTURA HABILITACIONAL**

O nível habilitacional dos trabalhadores permite entender pormenorizadamente a sua estrutura, através da avaliação de indicadores específicos (detalhe em Anexo 2, quadro 4, Gráfico 4 e Figura 3).



O *índice de formação superior* foi de **62,2%**, verificando-se que em relação ao grau académico superior o serviço detinha 124 licenciados, 34 mestres e 4 doutorados que exerciam funções de direção e/ou técnicas.

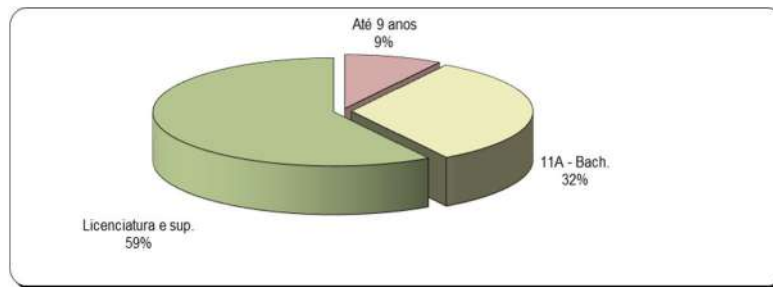
A *taxa de formação secundária* situa-se em **34,7%** e a *taxa de formação básica* em **7,7%**.

Observando-se a Figura 3 obtém-se o nível habilitacional por grupos profissionais e carreiras.

Na distribuição da escolaridade por género, 34,7% dos efetivos do sexo masculino possui formação superior (96) e 27,8% do ensino básico/secundário (77). No sexo feminino a taxa de formação superior é de 24% (66). Possuem o ensino básico/secundário 12% das trabalhadoras (33).

Figura 3 - Habilitações Literárias

Grupos/Cargos/Carreiras	Até 9 anos	11A - Bach.	Licenciatura e sup.	Total
Dirigentes	0,0%	0,0%	25	100,0%
Técnico Superior	0,0%	5	6,8%	69
Assistente Técnico	1	3,8%	22	84,6%
Assistente Operacional	10	71,4%	4	28,6%
Informático	0,0%	3	37,5%	5
Militares	13	10,1%	56	43,4%
Total	24	8,7%	90	32,6%
			162	58,7%
			276	100,0%



RECURSOS HUMANOS MOBILIDADE DO PESSOAL

No período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021 foram admitidos ou regressaram ao serviço **35 trabalhadores** (16 homens e 19 mulheres), correspondendo a um índice de entradas de 12,6%. Indica-se abaixo a distribuição por grupos, cargos e carreiras (detalhe em Anexo 2, quadro 7, Gráfico 5). Os dados percentuais expostos têm por base o total do pessoal que entrou na Direção-geral:

- Dirigente intermédio 1º grau – 1 (2,8%)
- Dirigente intermédio 2º grau – 1 (2,8%)
- Técnico superior – 7 (20%)
- Assistente técnico – 3 (8,6 %)
- Informático – 1 (2,8%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 22 (62,8%)

Destaca-se que conforme o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação, 8 trabalhadores ingressaram por “procedimento concursal”, 3 através de “mobilidade”, 2 em “comissão de serviço” e 22 em “outras situações” (p. e. militares).

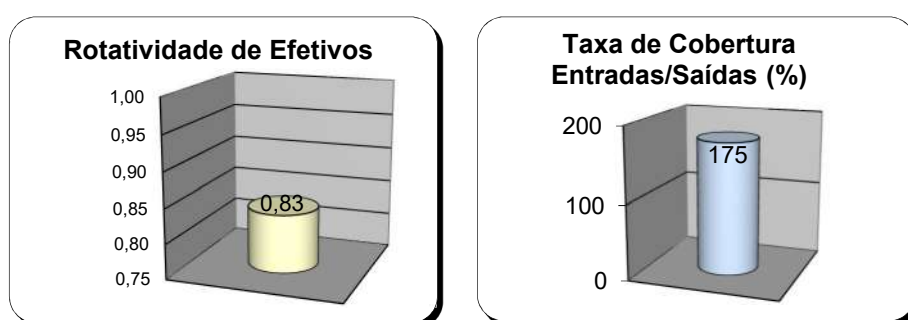


No ano de 2021 deixaram a Direção-geral **20 trabalhadores** (11 homens e 9 mulheres), equivalendo ao **índice de saídas** de **7,2%** (Gráfico 5).

Quanto aos “nomeados” ou em “comissão de serviço”, não foram registados trabalhadores que se tenham reformado ou aposentado, 1 terminou a respetiva comissão, 2 encontravam-se em “mobilidade” e 17 em “outras situações”, designadamente militares que regressaram ao ramo (detalhe em Anexo 2, quadro 8).

Também não se registaram trabalhadores relativamente à saída de “contratados” (Contrato de Trabalho em Funções Públicas e Contrato de Trabalho no âmbito do Código de Trabalho), (Anexo 2, quadro 9).

Figura 4
Movimentos de Pessoal



No âmbito da movimentação de pessoal verificou-se um saldo de 15 pessoas (diferença entre o número trabalhadores admitidos/regressados e aqueles que saíram da DGRDN) (Figura 4).

Deste modo a **taxa de cobertura** (avalia em que proporção a entrada de funcionários cobre a saída, espelhando o acréscimo ou diminuição do número de RH existente) foi de **175%**.

O **índice de rotatividade de efetivos** (0 = máxima; 1 = nula) registou o valor **0,83**.

Dados comparativos

Rotatividade de efetivos					Taxa de cobertura				
2017	2018	2019	2020	2021	2017	2018	2019	2020	2021
83%	79%	76%	0, 89%	83%	100%	109%	95%	121%	175%

RECURSOS HUMANOS MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE

Em 31 de dezembro de 2021 as **modalidades de horário de trabalho** praticadas pelos 276 trabalhadores da Direção-Geral, distribuíam-se da seguinte forma (detalhe em Anexo 2, quadro 12):

- Rígido – 0 (%)
- Flexível – 217 (78,6%)
- Jornada contínua – 15 (5,4%)
- Trabalho por turnos (militares EINATO) – 19 (6,8%)
- Isenção de horário – 25 (9%)

Destaca-se abaixo a caracterização dos trabalhadores pelo **período normal de trabalho (PNT)** no exercício das suas funções (detalhe em Anexo 2, quadro 13):

- Tempo completo de 35 h/semana – 261 (94,6%)
- Tempo parcial de 30 h/semana (jornada contínua) – 15 (5,4%).

No que refere às diferentes modalidades de **trabalho suplementar** durante o ano, contabilizam-se globalmente 4.772:45h (mais 1770h que em 2020) (trabalho suplementar diurno: assistente operacional – 595h; trabalho em dias de descanso semanal obrigatório: 140h; informático – 168h) (detalhe em Anexo 2, quadro 14).

No ano de 2021 a **taxa de absentismo** no serviço foi de **1,1%** (detalhe em Anexo 2, quadro 15, Figura 5 e Gráfico 6). Por género, nos trabalhadores do sexo masculino registou-se um absentismo de 0,7% e nos trabalhadores do sexo feminino 1,8%. O **índice de presença** foi de **98,9%**.

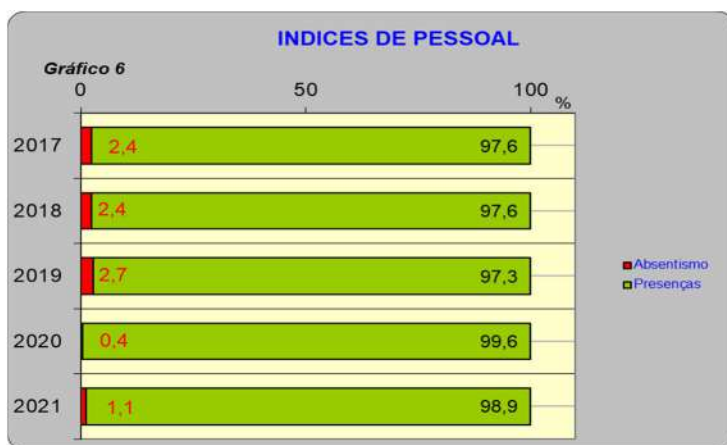
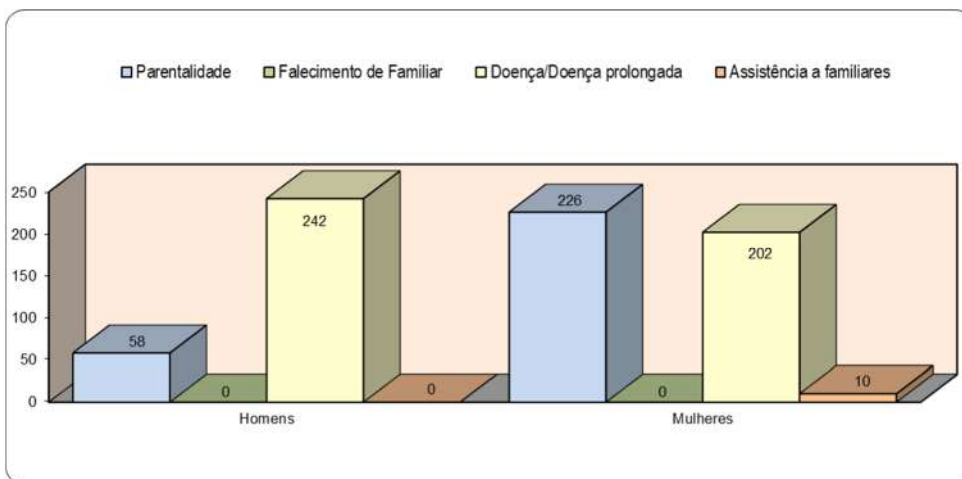
Considerando o tipo de ausências, as faltas por “doença/doença prolongada” (58%) foram as mais frequentes. Grupos profissionais que assinalaram maior número de ausências: Técnico Superior (319 dias), Assistente Técnico (279 dias) e Assistente Operacional (41 dias).

Não se constataram faltas injustificadas.

De referir que 2021 tornou-se um ano de continuidade face à situação de pandemia Covid-19 em que durante quase todo o ano se verificou a prestação de trabalho a distância.

Figura 5
Assiduidade

Tipo de Ausências p/ Dias	Homens	Mulheres	Total
Casamento	0	11	11
Parentalidade	58	226	284
Falecimento de Familiar	0	0	0
Doença/Doença prolongada	242	202	444
Assistência a familiares	0	10	10
Acidente serviço/Doença profissional	0	0	0
Trabalhador estudante	0	6	6
Por conta período de férias	4	6	10
Com perda vencimento	0	0	0
Outras	0	0	0
Total de dias de Faltas [DF]	304	461	765
Total de Trabalhadores [NT]	174	102	276
Dias de Trabalho [DT] (NT*253)	44 022	25 806	69 828
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	0,7%	1,8%	1,1%



REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL

A estrutura remuneratória do pessoal da DGRDN, em 31 de dezembro de 2021, distribuía-se entre as classes remuneratórias, mínimo “501 e 1.000 €” (705€) e o máximo “entre 3.212,12 e 3.778,97 €” (detalhe em Anexo 2, quadro 17, Gráfico 7). O escalão remuneratório mais frequente (moda) encontra-se entre 501 € e 1.000 € que inclui 17% dos trabalhadores do serviço (total 47 - 23 homens e 24 mulheres).

Destes valores resulta o **leque salarial líquido** de **5,4** (disparidade entre salário máximo e salário mínimo; quanto mais baixo este índice, menor a desigualdade salarial). Este indicador tem vindo a reduzir face ao ano de 2020.



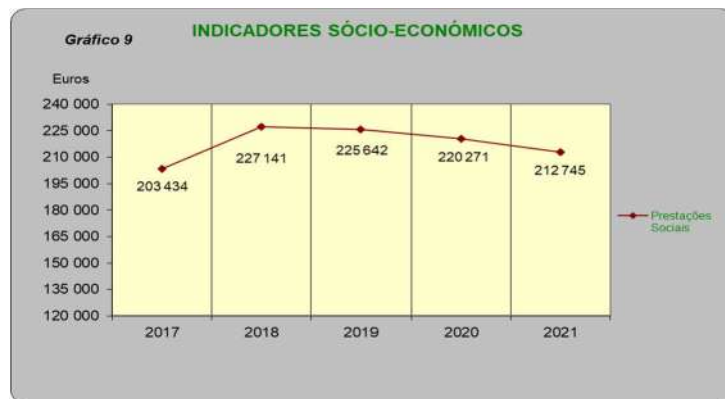
Os encargos com pessoal em 2021 representaram uma despesa de 8.275.846,00€ (aproximadamente + 0,2%) (detalhe em Anexo 2, quadro 18 e Gráfico 8). Estes encargos agrupam itens como a “remuneração base”, “suplementos remuneratórios”, “prestações sociais” e “outros encargos com pessoal”.

Concorreram principalmente para este montante os dispêndios em remunerações 5.652.254,92€ (68,3%), suplementos remuneratórios 896.805,96€ (10,8%), prestações sociais 212.745,51€ (2,6%) e outros encargos 1.514.039,61€ (18,3%).



A **taxa de encargos sociais** (divisão entre os encargos com prestações sociais e o total de despesa com a remuneração base) obteve o valor de **3,7%** (Anexo 2, quadro 18.2).

A despesa com **suplementos remuneratórios** (trabalho suplementar, abono para falhas, ajudas de custo, despesas de representação, secretariado e outros suplementos) totalizou 896.805,96 €. Os encargos com **prestações sociais** corresponderam a 212.745,51 €, incluindo os custos relativos a “subsídios no âmbito da proteção da parentalidade”, “abono de família” e “subsídio de refeição” (Anexo 2, quadro 18.1 e 18.2, Gráfico 9).



HIGIENE E SEGURANÇA

Relativamente a esta secção e em referência aos acidentes de trabalho (AT) ocorridos no local de trabalho ou em itinerário não se assinalaram durante o ano de 2021 quaisquer ocorrências, resultado a que não terá sido alheia a pandemia da COVID-19 (Anexo 2, quadro 19).

No ano 2021 não ocorreram casos de **incapacidade permanente (parcial)** (Anexo 2, quadro 20). Constataram-se 77 ações no âmbito da **medicina no trabalho** (total de exames médicos) (Anexo 2, quadro 22).

Também não se realizaram ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho, durante o ano em questão. (Anexo 2, quadro 25).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A Direção-geral tem tido como objetivo e propósito formar os trabalhadores numa perspetiva de investimento, procurando atingir a coerência entre as necessidades de qualificações características da organização para o exercício das suas atividades e as contrapartidas para o pessoal que a integra.

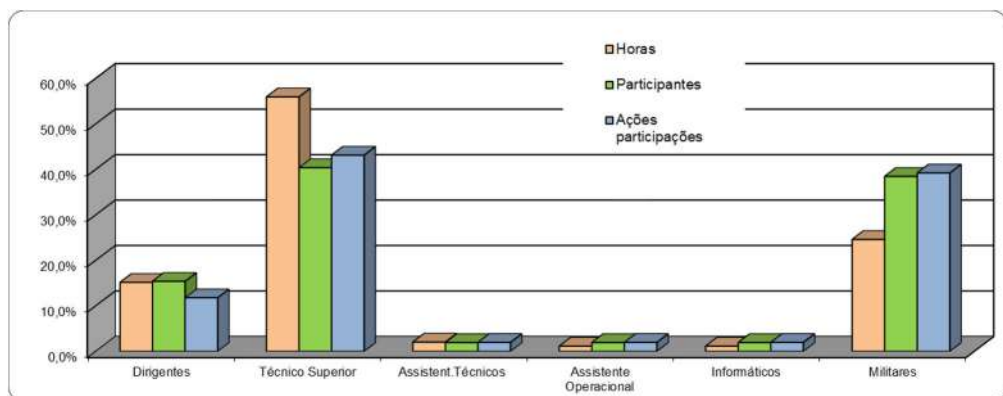
O envolvimento dos trabalhadores nos objetivos estratégicos proporciona uma “janela de oportunidades” ao crescimento individual, revelando-se indispensável à aprendizagem, à aquisição de novas competências e à capacidade de adaptação.



O *índice de participação* na formação foi de **19,2%**. Foram realizadas 21 ações externas e internas e 31 foi o nº de intervenientes (detalhe em Anexo 2, quadros 27 a 30, Figura 6 e Gráfico 10).

Figura 6
Formação Profissional

Grupos/Cargos/Carreiras	Participantes		Ações participações		Horas		Custos
Dirigentes	8	15,4%	6	11,8%	186	15,1%	
Técnico Superior	21	40,4%	22	43,1%	687	55,9%	
Assistente Técnico	1	1,9%	1	2,0%	25	2,0%	
Assistente Operacional	1	1,9%	1	2,0%	14	1,1%	
Informático	1	1,9%	1	2,0%	14	1,1%	
Militares	20	38,5%	20	39,2%	302	24,6%	
Total	52	100,0%	51	100,0%	1 228	100,0%	28 509 €



Considerando os períodos de formação em horas utilizadas pelos grupos profissionais/cargos/carreias, surgem primeiramente os técnicos superiores (55,9%), sucedido dos militares (24,6%) e dos dirigentes (15,1%) (Figura. 6).

Em relação às participações/ações assistidas destacam-se os técnicos superiores (43,1%), seguidos dos militares (39,2%) e os dirigentes (11,8%) (Figura 6).

Segundo a duração das ações de formação, 49 foram de curta duração (inferior a 30 horas – 92,4%), e 4 participações em ações com duração igual ou superior a 120 h (7,5%).

No ano em análise a **taxa de investimento em formação** foi de **34,45%**. O valor absoluto obtido, 28 509,00€ € traduziu-se no aumento percentual resultante de ter havido mais ações formação externa (21), face ao ano anterior, consequentemente com maior investimento financeiro (Gráfico 11).

Atendendo a outros encargos, salientam-se os seguintes indicadores: o **custo médio (despesa) da formação por participante foi de 537,91€** e o **custo médio por trabalhador, 103,29€**, montantes inferiores aos de 2020.



RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Em 31 de dezembro de 2021 havia 2 trabalhadores sindicalizados, correspondendo à **taxa de sindicalização** de **0,7%** (Anexo 2, quadro 31).

Não se registaram processos disciplinares, transitados ou instaurados no decorrer do ano (Anexo 2, quadro 32).

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN

Caracterização dos fatores mais significativos do **perfil profissional do pessoal da DGRDN:**

- GRUPO DE PESSOAL – civil (53,3%);
- GRUPOS PROFISSIONAIS (DOMINÂNCIA) – militar (46,7%) e técnico superior (26,8%);
- TIPO DE FUNÇÕES EXERCIDAS (DOMINÂNCIA) – técnicas (73,5%);
- MODALIDADE DE VINCULAÇÃO – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (44,2%);
- COLOCAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS PELA ESTRUTURA ORGÂNICA – DSPSM (26,8%);
- SEXO – masculino (63%);
- IDADE – média 46 anos;
(grupos etários dominantes: 50 a 54 anos – 18% e dos 45/49 -16%)

- ANTIGUIDADE NA AP – 21 anos (média);
- HABILITAÇÕES – formação superior (62,2%);
- MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO – flexível (78,6 %);
- ESCALÃO REMUNERATÓRIO MAIS FREQUENTE 501€ a 1000€ - 47 trabalhadores (17%);
- ASSIDUIDADE – 2,7 dias de faltas (média absentismo/trabalhador);
- FORMAÇÃO PROFISSIONAL – 4,4h (média horas de formação/trabalhador).



ANEXO 1

Índices de Gestão de Pessoal

PRINCIPAIS INDICES DE GESTÃO DE PESSOAL UTILIZADOS NO BALANÇO SOCIAL DA DGRDN

índice de enquadramento (pessoal dirigente / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal técnico superior (técnicos superiores / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente técnico (assistentes técnicos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente operacional (assistentes operacionais / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal informático (informáticos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal das Forças Armadas (militares / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com nomeação definitiva (Nº trabalhadores com ND / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
(Nº trabalhadores com CTFPTI / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo
(Nº trabalhadores com CTFPTRC / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal em comissão de serviço (Nº trabalhadores em CS / total de efetivos, x 100)

taxa de feminização (Nº de efetivos do sexo feminino / total de efetivos, x 100)

taxa de masculinização (Nº de efetivos do sexo masculino / total de efetivos, x 100)

índice de tecnicidade - sentido restrito (grupo de pessoal técnico superior + militares equiparados / efetivos globais, x 100)

idade média (soma das idades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

taxa de emprego jovem (total efetivos < 25 anos / efetivos globais, x 100)

taxa de envelhecimento (total efetivos => 55 anos / efetivos globais, x 100)

antiguidade média (soma das antiguidades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

índice de formação superior (licenciatura+mestrado+doutoramento / total de efetivos, x 100)

índice de formação secundária (11º ano+12º ano / total de efetivos, x 100)

índice de formação básica (4º ano+6ºano+9º ano / total de efetivos, x 100)

índice de entradas (Nº de admissões / total de efetivos, x 100)

índice de saídas (Nº de saídas / total de efetivos, x 100)

índice de rotatividade ou “turn-over” – a rotação máxima de efetivos equivale ao índice 0 e a rotação nula ao índice 1 (efetivo final a 31 Dez / efetivo inicial a 1 Jan + entradas + saídas)

taxa de cobertura – compensação entradas/saídas (total de admissões / total de saídas, x 100)

taxa de absentismo (total dias de ausência [sem férias] / 259 dias úteis x efetivos, x 100) (2020)

leque salarial ilíquido (maior remuneração base ilíquida / menor remuneração base ilíquida), indica quantas vezes o salário máximo é superior ao salário mínimo (quanto maior for o leque salarial, maiores serão as desigualdades salariais)

taxa de encargos sociais (total encargos com prestações sociais / total encargo remuneração base, x 100)

taxa de acidentes de trabalho (Nº de acidentes de trabalho / total de efetivos, x 100)

índice de participação na formação interna/externa (Nº de participantes em ações / total de efetivos, x 100)

taxa de investimento na formação (total despesa em formação / total encargos com pessoal, x 100)

taxa de sindicalização (Nº de trabalhadores sindicalizados / total de efetivos, x 100)

ANEXO 2

Mapas previstos no Decreto-Lei 190/96, de 9 de outubro
(modelo/formulário da DGAEP)

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2021

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 87592095

Ministério: Ministério da Defesa Nacional

Serviço / Entidade: Direção Geral de Recursos e Defesa Nacional

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO (Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2021 259

Em 31 de Dezembro de 2021 276

Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2021, indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2021 na folha "Critério"

Contacto(s) do(s) responsável(eis) pelo preenchimento

Nome Sandra Martins

Tel: 21 302 72 84

E-mail: Sandra.martins@defesa.pt

Data 30/01/2022

BALANÇO SOCIAL 2021

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																								0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1									1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															1	1								1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)															6	1								6	1	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)															6	9								6	9	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																								0	0	0
Técnico Superior									30	44														30	44	74
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo									5	21														5	21	26
Assistente operacional, operário, auxiliar									9	5														9	5	14
Aprendizes e praticantes																								0	0	0
Informático									7	1														7	1	8
Magistrado																								0	0	0
Diplomata																								0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																								0	0	0
Pessoal de Inspeção																								0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																								0	0	0
Docente Ensino Universitário																								0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																								0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																								0	0	0
Médico																								0	0	0
Enfermeiro																								0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																								0	0	0
Técnico Superior de Saúde																								0	0	0
Chefia Tributária																								0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																								0	0	0
Pessoal Aduaneiro																								0	0	0
Conservador e Notário																								0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																								0	0	0
Oficial de Justiça																								0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			25	3							10	4												35	7	42
Forças Armadas - Sargento b)			52	8							1													53	8	61
Forças Armadas - Praça b)			8	1							13	4												21	5	26

Polícia Judiciária																							0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																								0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																								0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																								0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																								0	0	0
Guarda Prisional																								0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																								0	0	0
Bombeiro																								0	0	0
Polícia Municipal																								0	0	0
Total	0	0	85	12	0	0	0	0	0	51	71	24	8	0	0	14	11	0	0	0	0	0	174	102	276	

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																			1								1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																			1	1							1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)											1		2		1						1						6	1	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)											2	1	2	2		3					3		2				6	9	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0	0	0
Técnico Superior							4	2	8	7	4	6	6	13	2	4	2	4	3	3	1	5					30	44	74
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					1	1	1	2	2	3	1	2		1		6		1		4		1					5	21	26
Assistente operacional, operário, auxiliar					1		1		1		2		4	1				2		2							9	5	14
Aprendizes e praticantes																											0	0	0
Informático											4		1			2											7	1	8
Magistrado																											0	0	0
Diplomata																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Docente Ensino Universitário																											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0	0	0
Médico																											0	0	0
Enfermeiro																											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0	0	0
Técnico Superior de Saúde																											0	0	0
Chefia Tributária																											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0	0
Pessoal Aduaneiro																											0	0	0
Conservador e Notário																											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0	0	0
Oficial de Justiça																											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)					2	2	6	3	7		3	2	3		11		2		1								35	7	42
Forças Armadas - Sargento b)					1		5		6		6	3	7	4	16	1	10		2								53	8	61
Forças Armadas - Praça b)			4		3	1	3	2	3	1	2	1	2		4												21	5	26
Polícia Judiciária																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																											0	0	0

Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																				0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																1				1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)						1										1				1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)									2		1	1	2			1				6	1	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)		1			1		1	2	1	1			3	4		1				6	9	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																				0	0	0
Técnico Superior	6	4	5	3	3	5	3	9	1	7	5	7	6	3		3	1	3	30	44	74	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	3	2					1	3		3	1	4		3		6			5	21	26	
Assistente operacional, operário, auxiliar			1					2	2	1	3					1	1	2	1	9	5	14
Aprendizes e praticantes																				0	0	0
Informático							1		3		2	1	1						7	1	8	
Magistrado																			0	0	0	
Diplomata																			0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																			0	0	0	
Pessoal de Inspeção																			0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																			0	0	0	
Docente Ensino Universitário																			0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico																			0	0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																			0	0	0	
Médico																			0	0	0	
Enfermeiro																			0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																			0	0	0	
Técnico Superior de Saúde																			0	0	0	
Chefia Tributária																			0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																			0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																			0	0	0	
Conservador e Notário																			0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																			0	0	0	
Oficial de Justiça																			0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)	5	1	5	2			2		2	3	4	1	6		8		3	35	7	42		
Forças Armadas - Sargento b)	6	1	3		2	1	6		7	1	9	4	9	1	9		2	53	8	61		
Forças Armadas - Praça b)	13	3	1		1	1	1	1	1				4					21	5	26		
Polícia Judiciária																			0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0	
Guarda Prisional																			0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0	
Bombeiro																			0	0	0	
Polícia Municipal																			0	0	0	
Total	33	12	15	5	7	8	15	17	19	16	25	18	31	11	21	11	8	4	174	102	276	

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																						0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																1						1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)																1	1					1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)																5	1	1				6	1	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)																4	7	2	2			6	9	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																						0	0	0
Técnico Superior												2	3			21	33	6	6	1	2	30	44	74
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo								1				2	20			2	1					5	21	26
Assistente operacional, operário, auxiliar					1	3	3	1	1	1		4										9	5	14
Aprendizes e praticantes																						0	0	0
Informático												3				4	1					7	1	8
Magistrado																						0	0	0
Diplomata																						0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																						0	0	0
Pessoal de Inspeção																						0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																						0	0	0
Docente Ensino Universitário																						0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																						0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																						0	0	0
Médico																						0	0	0
Enfermeiro																						0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																						0	0	0
Técnico Superior de Saúde																						0	0	0
Chefia Tributária																						0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																						0	0	0
Pessoal Aduaneiro																						0	0	0
Conservador e Notário																						0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																						0	0	0
Oficial de Justiça																						0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)												2				21	4	11	3	1		35	7	42
Forças Armadas - Sargento b)								4		2		43	7			1	1	3				53	8	61
Forças Armadas - Praça b)								8	1	2						11	4					21	5	26
Polícia Judiciária																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0

Polícia de Segurança Pública - Agente																					0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total	0	0	1	3	3	1	14	2	4	0	56	30	0	0	71	53	23	11	2	2	174	102	276	

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Tarefa																						0	0	0
Avença																						0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Inf. Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira	menor que 20 anos		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		65 - 69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																												0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																												0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)																												0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)																												0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																												0	0	0
Técnico Superior																	1	1					1				1	2	3	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																			1								0	1	1	
Assistente operacional, operário, auxiliar																												0	0	0
Aprendizes e praticantes																												0	0	0
Informático																												0	0	0
Magistrado																												0	0	0
Diplomata																												0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																												0	0	0
Pessoal de Inspeção																												0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																												0	0	0
Docente Ensino Universitário																												0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																												0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0	0	0
Médico																												0	0	0
Enfermeiro																												0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0	0	0
Técnico Superior de Saúde																												0	0	0
Chefia Tributária																												0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																												0	0	0
Pessoal Aduaneiro																												0	0	0
Conservador e Notário																												0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																												0	0	0
Oficial de Justiça																												0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																												0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																												0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																												0	0	0
Polícia Judiciária																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																												0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																												0	0	0

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Cedência		Mobilidade		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		CEAGP*		Outras situações		TOTAL		TOTAL		
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																	0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																	0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																	0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)										1							1	0	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)											1						0	1	1
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																	0	0	0
Técnico Superior	2	2			1	2											3	4	7
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1	2															1	2	3
Assistente operacional, operário, auxiliar																	0	0	0
Aprendizes e praticantes																	0	0	0
Informático	1																1	0	1
Magistrado																	0	0	0
Diplomata																	0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																	0	0	0
Pessoal de Inspeção																	0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																	0	0	0
Docente Ensino Universitário																	0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																	0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																	0	0	0
Médico																	0	0	0
Enfermeiro																	0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																	0	0	0
Técnico Superior de Saúde																	0	0	0
Chefia Tributária																	0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																	0	0	0
Pessoal Aduaneiro																	0	0	0
Conservador e Notário																	0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																	0	0	0
Oficial de Justiça																	0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)														6	7		6	7	13
Forças Armadas - Sargento b)														3	2		3	2	5
Forças Armadas - Praça b)														1	3		1	3	4
Polícia Judiciária																	0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																	0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																	0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																	0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																	0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																	0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																	0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																	0	0	0
Guarda Prisional																	0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																	0	0	0
Bombeiro																	0	0	0
Polícia Municipal																	0	0	0
Total	4	4	0	0	1	2	0	0	1	1	0	0	10	12		16	19	35	

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:
 Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;
 * Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;
 a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);
 b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
 c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Cessação por mútuo acordo		Exoneração a pedido do trabalhador		Aplicação de pena disciplinar expulsiva		Mobilidade		Cedência		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0	
Dirigente superior de 1º grau a)																							0	0	0	
Dirigente superior de 2º grau a)																							0	0	0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)																			1				1	0	1	
Dirigente intermédio de 2º grau a)																							0	0	0	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0	
Técnico Superior															1								1	0	1	
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																							0	0	0	
Assistente operacional, operário, auxiliar															1								1	0	1	
Aprendizes e praticantes																							0	0	0	
Informático																							0	0	0	
Magistrado																							0	0	0	
Diplomata																							0	0	0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																							0	0	0	
Pessoal de Inspeção																							0	0	0	
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0	
Docente Ensino Universitário																							0	0	0	
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0	
Médico																							0	0	0	
Enfermeiro																							0	0	0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0	
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0	
Chefia Tributária																							0	0	0	
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0	
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0	
Conservador e Notário																							0	0	0	
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0	
Oficial de Justiça																							0	0	0	
Forças Armadas - Oficial b)																						6	8	6	8	14
Forças Armadas - Sargento b)																						2		2	0	2
Forças Armadas - Praça b)																							1	0	1	1
Polícia Judiciária																							0	0	0	

Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0		
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																							0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente																							0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial																							0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento																							0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda																							0	0	0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras																							0	0	0	
Guarda Prisional																							0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)																							0	0	0	
Bombeiro																							0	0	0	
Polícia Municipal																							0	0	0	
Total																2	0	0	0	1	0	8	9	11	9	20

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Caducidade (termo)		Reforma/ /Aposentação		Limite de idade		Conclusão sem sucesso do período experimental		Revogação (cessação por mútuo acordo)		Resolução Iniciativa do trabalhador (por Iniciativa do trabalhador)		Denúncia (por iniciativa do trabalhador)		Despedimento por inadaptação		Despedimento colectivo		Despedimento extinção do posto de trabalho		Mobilidade		Cedência		Outras situações		TOTAL		Total			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F						
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																																0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)																																0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)																																0	0	0
Dirigente Intermédio de 1º grau a)																																0	0	0
Dirigente Intermédio de 2º grau a)																																0	0	0
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)																																0	0	0
Técnico Superior																																0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo																																0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar																																0	0	0
Aprendizes e praticantes																																0	0	0
Informático																																0	0	0
Magistrado																																0	0	0
Diplomata																																0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																																0	0	0
Pessoal de Inspeção																																0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																																0	0	0
Docente Ensino Universitário																																0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																																0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																																0	0	0
Médico																																0	0	0
Enfermeiro																																0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																																0	0	0
Técnico Superior de Saúde																																0	0	0
Chefia Tributária																																0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																																0	0	0
Pessoal Aduaneiro																																0	0	0
Conservador e Notário																																0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																																0	0	0
Oficial de Justiça																																0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)																																0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)																																0	0	0
Forças Armadas - Praça b)																																0	0	0
Polícia Judiciária																																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																																0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																																0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																																0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																																0	0	0
Guarda Prisional																																0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																																0	0	0

Bombeiro																								0	0	0	
Polícia Municipal																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior						0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						0
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	0	0	0	0	0	0

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes)		Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (1)		Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (2)		Procedimento concursal		Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)			1								1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)											0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)				1							0	1	1
Dirigente intermédio de 2º grau a)			1	5							1	5	6
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0	0	0
Técnico Superior			4	11							4	11	15
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				3							0	3	3
Assistente operacional, operário, auxiliar			1	1							1	1	2
Aprendizes e praticantes			1								1	0	1
Informático											0	0	0
Magistrado											0	0	0
Diplomata											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0	0	0
Pessoal de Inspeção											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica											0	0	0
Docente Ensino Universitário											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0	0	0
Médico											0	0	0
Enfermeiro											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0	0	0
Técnico Superior de Saúde											0	0	0
Chefia Tributária											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária											0	0	0
Pessoal Aduaneiro											0	0	0
Conservador e Notário											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado											0	0	0
Oficial de Justiça											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)											0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)											0	0	0
Forças Armadas - Praça b)											0	0	0
Polícia Judiciária											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0	0	0
Guarda Prisional											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)											0	0	0

Bombeiro											0	0	0
Polícia Municipal											0	0	0
Total	0	0	8	21	0	0	0	0	0	0	8	21	29

NOTAS:

(1) e (2) - Artigos 156º, 157º e 158 da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

(3) - Artigo 99º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico (*)		Isenção de horário		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)													1		1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)													1	1	1	1	2
Dirigente Intermédio de 1º grau a)													6	1	6	1	7
Dirigente Intermédio de 2º grau a)													6	9	6	9	15
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior			21	24			2	13			7	7			30	44	74
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			5	19								2			5	21	26
Assistente operacional, operário, auxiliar			9	5											9	5	14
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático			5								2	1			7	1	8
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			35	7											35	7	42
Forças Armadas - Sargento b)			53	8											53	8	61
Forças Armadas - Praça b)			21	5											21	5	26
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	0	0	149	68	0	0	2	13	0	0	9	10	14	11	174	102	276

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

(*) Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado na carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Considerar a meia jornada (Lei 84/2015, de 7/08)

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro 1

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo																								TOTAL				
	PNT inferior ao praticado a tempo completo																								M	F	Total		
	Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)		Tempo parcial ou outro regime especial (*)								
	células abertas para indicar nº horas/semana																												
35 horas						40 horas						42 horas						30 horas											
M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	Total	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)	1																										1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)	1	1																									1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)	6	1																									6	1	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)	6	9																									6	9	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0	0	0
Técnico Superior	28	31					2	13																			30	44	74
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	5	21																									5	21	26
Assistente operacional, operário, auxiliar	9	5																									9	5	14
Aprendizes e praticantes																											0	0	0
Informático	7	1																									7	1	8
Magistrado																											0	0	0
Diplomata																											0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																											0	0	0
Pessoal de Inspeção																											0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																											0	0	0
Docente Ensino Universitário																											0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																											0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																											0	0	0
Médico																											0	0	0
Enfermeiro																											0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																											0	0	0
Técnico Superior de Saúde																											0	0	0
Chefia Tributária																											0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																											0	0	0
Pessoal Aduaneiro																											0	0	0
Conservador e Notário																											0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																											0	0	0
Oficial de Justiça																											0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)	35	7																									35	7	42
Forças Armadas - Sargento b)	53	8																									53	8	61
Forças Armadas - Praça b)	21	5																									21	5	26
Policia Judiciária																											0	0	0
Policia de Segurança Pública - Oficial																											0	0	0
Policia de Segurança Pública - Chefe de Policia																											0	0	0
Policia de Segurança Pública - Agente																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																											0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																											0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																											0	0	0
Guarda Prisional																											0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																											0	0	0
Bombeiro																											0	0	0
Policia Municipal																											0	0	0
Total	172	89	0	0	0	0	2	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	174	102	276

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial, meia jornada ou outro regime; indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo; Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais: SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar nocturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos												0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)												0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)												0:00	0:00	0:00
Técnico Superior		82:00		253:00		149:00						0:00	484:00	484:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	79:00	141:00	207:00	243:05	104:00	96:00						390:00	480:05	870:05
Assistente operacional, operário, auxiliar	595:00		2015:00		140:50							2750:50	0:00	2750:50
Aprendizes e praticantes												0:00	0:00	0:00
Informático	168:00		180:00		319:50							667:50	0:00	667:50
Magistrado												0:00	0:00	0:00
Diplomata												0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica												0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário												0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico												0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário												0:00	0:00	0:00
Médico												0:00	0:00	0:00
Enfermeiro												0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica												0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde												0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária												0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro												0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário												0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado												0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)												0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)												0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia												0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento												0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda												0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras												0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional												0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)												0:00	0:00	0:00
Bombeiro												0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal												0:00	0:00	0:00
Total	842:00	223:00	2402:00	496:05	564:40	245:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	3808:40	964:05	4772:45

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho suplementar diurno e nocturno só contempla o trabalho suplementar efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho suplementar em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior		82:00		253:00	0:00	335:00	335:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	79:00	141:00	207:00	243:05	286:00	384:05	670:05
Assistente operacional, operário, auxiliar	595:00		2015:00		2610:00	0:00	2610:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático	168:00		180:00		348:00	0:00	348:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	842:00	223:00	2402:00	496:05	3244:00	719:05	3963:05

NOTAS:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna "trabalho nocturno suplementar" neste quadro deve-se considerar o trabalho suplementar efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																												0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 1º grau a)																												0,0	0,0	0,0
Dirigente superior de 2º grau a)																												0,0	0,0	0,0
Dirigente intermédio de 1º grau a)															1,0													0,0	1,0	1,0
Dirigente intermédio de 2º grau a)															2,0													0,0	2,0	2,0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																												0,0	0,0	0,0
Técnico Superior			10,0	65,0			183,0	51,0			8,0				1,0	1,0												194,0	125,0	319,0
Assistente técnico, técnico de nível Intermédio, pessoal administrativo		11,0		161,0				100,0			2,0			2,0	2,0	1,0												2,0	277,0	279,0
Assistente operacional, operário, auxiliar							9,0	29,0							1,0	1,0									1,0			10,0	31,0	41,0
Aprendizes e praticantes																												0,0	0,0	0,0
Informático																												0,0	0,0	0,0
Magistrado																												0,0	0,0	0,0
Diplomata																												0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Investigação Científica																												0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Universitário																												0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Superior Politécnico																												0,0	0,0	0,0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0,0	0,0	0,0
Médico																												0,0	0,0	0,0
Enfermeiro																												0,0	0,0	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0,0	0,0	0,0
Técnico Superior de Saúde																												0,0	0,0	0,0
Chefia Tributária																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																												0,0	0,0	0,0
Pessoal Aduaneiro																												0,0	0,0	0,0
Conservador e Notário																												0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado																												0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça																												0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Oficial b)			48,0				38,0	22,0																		83,0	3,0	169,0	25,0	194,0
Forças Armadas - Sargento b)							12,0							4,0														12,0	4,0	16,0
Forças Armadas - Praça b)																												0,0	0,0	0,0
Polícia Judiciária																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Agente																												0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																												0,0	0,0	0,0

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
12/11/2021	Greve Geral		Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	0	0:00	
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho [Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho [Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho [Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho [Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho [Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível](#)

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N° de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €			0
501-1000 €	23	24	47
1001-1250 €	21	15	36
1251-1500 €	26	13	39
1501-1750 €	30	10	40
1751-2000€	17	11	28
2001-2250 €	6	2	8
2251-2500 €	4	4	8
2501-2750 €	23	7	30
2751-3000 €	10	13	23
3001-3250 €	8	3	11
3251-3500 €	3		3
3501-3750 €	1		1
3751-4000 €	2		2
4001-4250 €			0
4251-4500 €			0
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
Total	174	102	276

NOTAS:

- Deve indicar o numero de trabalhadores em cada escalão por genero;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género;
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licen
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais :
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;
- Não considerar o duodécimo do subsídio de natal.

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	705,00 €	705,00 €
Máxima (€)	3 778,97 €	3 212,12 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima;
Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/ referencia

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	5 652 254,92 €
Suplementos remuneratórios	896 805,96 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	212 745,51 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal (**)	1 514 039,61 €
Total	8 275 846,00 €

Nota:

Não incluir prestadores de serviços.

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(**) registar:

- as indemnizações por férias não gozadas;
- as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos;
- os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social;
- os abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	25 241,35 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	
Ishção de horário de trabalho	
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	2 196,96 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	147 682,58 €
Representação	87 746,87 €
Secretariado	1 918,00 €
Outros suplementos remuneratórios (***)	632 020,20 €
Total	896 805,96 €

Nota:

(*) - caso não tenha sido incluído em trabalho suplementar (diurno e nocturno);

(**) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando;

(***) - incluir também o subsídio de residência.

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	2 367,25 €
Abono de família	5 096,56 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	205 281,70 €
Outras prestações sociais	
Total	212 745,51 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
Total	0,00 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	0						0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	0
- absoluta	0
- parcial	0
- absoluta para o trabalho habitual	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	0
Casos de incapacidade temporária e parcial	0
Total	0

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	77	0,00 €
Exames de admissão		
Exames periódicos	77	
Exames ocasionais e complementares		
Exames de cessação de funções		
Despesas com a medicina no trabalho (*)		0,00 €
Visitas aos postos de trabalho		

Nota:

(*) incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1. ("pessoas ao serviço em 31 de Dezembro"), as despesas efectuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos locais de trabalho	0
Outras	0

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de duração do trabalho	
Mobilidade interna	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	
Equipamento de protecção (b)	
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

Nota:

- (a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho
- (b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos
- (c) Encargos na formação, informação e consulta
- (d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	32				32
Externas	17	2		2	21
Total	49	2	0	2	53

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)			0	
Dirigente superior de 2º grau a)	1	1	2	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)	2	2	4	2
Dirigente intermédio de 2º grau a)	1	1	2	2
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior	16	6	22	21
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	1		1	1
Assistente operacional, operário, auxiliar	1		1	1
Aprendizes e praticantes			0	
Informático	1		1	1
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	
Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	

Oficial de Justiça			0	
Forças Armadas - Oficial b)	6	7	13	13
Forças Armadas - Sargento b)	3	4	7	7
Forças Armadas - Praça b)			0	
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	32	21	53	50

Totais devem ser iguais aos do Q. 27

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dEpendidas	Horas	Horas dEpendidas em acções internas	Horas dEpendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)				0:00
Dirigente superior de 2º grau a)		11:00		11:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)		25:00	128:00	153:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)		14:00	8:00	22:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)				0:00
Técnico Superior		235:00	452:00	687:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		25:00		25:00
Assistente operacional, operário, auxiliar		14:00		14:00
Aprendizes e praticantes				0:00
Informático		14:00		14:00
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo				0:00

Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0:00
Pessoal de Inspeção			0:00
Pessoal de Investigação Científica			0:00
Docente Ensino Universitário			0:00
Docente Ensino Superior Politécnico			0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0:00
Médico			0:00
Enfermeiro			0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0:00
Técnico Superior de Saúde			0:00
Chefia Tributária			0:00
Pessoal de Administração Tributária			0:00
Pessoal Aduaneiro			0:00
Conservador e Notário			0:00
Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)	97:00	62:00	159:00
Forças Armadas - Sargento b)	53:00	90:00	143:00
Forças Armadas - Praça b)			0:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

Notas:

Considerar as horas despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, e sucessivamente alterado);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	0,00 €
Despesa com acções externas	28 508,51 €
Total	28 508,51 €

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	2
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	6
Total de votantes para comissões de trabalhadores	234


Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão(1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador(2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Av. Ilha da Madeira, 1 - 4º piso
1400-204 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 3028500, FAX + 351 21 3027221
EMAIL dgrdn@defesa.pt URL: <http://www.portugal.gov.pt>

